

ubimuseum

REVISTA ONLINE DO MUSEU DE LANIFÍCIOS
DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Ubimuseum

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior



ubimuseum

REVISTA ONLINE DO MUSEU DE LANIFÍCIOS
DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Conselho Editorial

António dos Santos Pereira

Donizete Rodrigues

Elisa Calado Pinheiro

Jorge Manuel Raimundo Custódio

José Amado Mendes

José Manuel Lopes Cordeiro

Manuel José Santos Silva

Maria José Ferro Tavares

Contactos

Paula Fernandes

Serviço Educativo Museu de Lanifícios

educmuslan@ubi.pt

Contents

- 9 **A *ubimuseum*, os lanifícios, a cultura, o património e os operários**
António dos Santos Pereira
- 13 **Bibliografia Portuguesa dos Lanifícios**
António dos Santos Pereira
- 27 **A Economia da Cultura: Vetor Estratégico de Desenvolvimento para Portugal**
José R. Pires Manso
- 39 **Achegas da Arqueologia à História da Covilhã: o património urbano e a cintura das muralhas**
Michael Heinrich Josef Mathias
- 61 **Os mosteiros Cistercienses na região das Beiras**
Ana Maria Tavares Martins
- 77 **A máquina do mundo: a engenharia e os lanifícios em uma região inteligente**
António dos Santos Pereira

- 87 **Superexploração: uma categoria explicativa do trabalho precário**
Ana Elizabete Mota
- 99 **El Movimiento Social Como Forma Política: El Caso Portugués (1834-1910)**
Diego Palacios Cerezales
- 117 **A organização política da classe operária do século XIX**
Fernando de Araújo Bizerra
- 133 **Que agenda de investigação para as relações laborais no século XXI?**
Hermes Augusto Costa
- 147 **Experiências Coletivas, Solidariedades e Identidades: o caso do movimento operário da Covilhã**
João Mineiro
- 161 **As lutas dos operários têxteis da Bacia do Ave, 1956-1974, e algumas questões da história do movimento operário**
José Manuel Lopes Cordeiro

- 183 **A Militância no Feminino nos Primórdios do Sindicalismo em Portugal**
Paulo Alves Marques
Olinda Gama
- 197 **Lobbying industrial e (des) regulamentação da atividade mineira – notas a partir de um conflito sócio-ambiental no final da I República**
Pedro Gabriel Silva
- 225 **Turismo como não-turismo: confluências e inflexões do filme turístico em filmes do período (pós-) revolucionário (1974-1980)**
Sofia Sampaio
- 237 **A Greve de 1943 no Barreiro Resistência e usos da memória**
Vanessa de Almeida

Ubimuseum

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior

A *ubimuseum*, os lanifícios, a cultura, o património e os operários

António dos Santos Pereira

asp@ubi.pt

Universidade da Beira Interior

A *ubimuseum* entra no seu segundo ano em rede e nela insiste ao disponibilizar os novos elos que unem o Museu de Lanifícios à sociedade envolvente, cumprindo a sua missão “na rota da lã”, na região culta da Beira Interior e em todo do mundo. Um excelente rol de novos artigos faz a prova do crescimento da revista e do reconhecimento da comunidade científica que nela quis participar ativamente. Os colaboradores do Museu de Lanifícios abrem por ela uma janela de algumas das suas atividades. A “Bibliografia dos Lanifícios”, que começamos a publicar, representa a entrada do Museu de Lanifícios na *Rede História, Indústria, Património*, onde foi apresentada como comunicação, no seu primeiro congresso e é ponto de partida de um projeto mais longo do seu Centro de Documentação. De imediato, demonstramos a intimidade da nossa ligação às diferentes faculdades da Universidade da Beira Interior com algumas das conferências das Tardes de Quinta e outras, aqui proferidas, transformadas em artigos. A Economia da Cultura, a Muralha da Covilhã, o Património Cisterciense e a Representação do Mundo e da Região Inteligente, em que estamos inseridos, foram seguidas no nosso auditório por algumas centenas de participantes ativos no espaço público covilhanense e ficam à espera de ser lidas por milhares acrescentados, na forma de artigo, para que se perceba o dever de os governantes tornarem o setor cultural estratégico para o desenvolvimento. As taxas de crescimento do setor cultural, mesmo em período de crise, dizem-nos que podem promover o emprego, particularmente entre os mais jovens, dado o seu mais fácil envolvimento com as novas tecnologias da informação

e do conhecimento como José Pires Manso demonstrou. A importância dos centros urbanos na formação da identidade das cidades portuguesas fica documentada na forma cuidadosa como Michael Mathias aborda as muralhas da Covilhã. Suportando o seu discurso em informação disponível e em trabalho de campo, ele transmite-nos a ideia da evolução dos elementos patrimoniais mais antigos da Covilhã e dos seus imóveis de interesse público. Para a formação da identidade beirã, ficamos a saber que foi extraordinariamente importante a contribuição cisterciense nos primeiros séculos da portugalidade. Ana Maria Martins mostra-nos, para além dos elementos arquitetónicos e patrimoniais, as marcas da sua espiritualidade: a comunhão com a natureza e o divino. Os desenhos belíssimos são do mestre Jorge Braga da Costa. Nós tentamos perceber a Beira Interior como uma região inteligente na sua capacidade de desenvolvimento a partir da perceção do homem no Cosmos, reproduzindo aqui a conferência que proferimos para os membros da Ordem dos Engenheiros da Região Centro. Finalmente, demonstramos a nossa entrada ativa na *Rede de Estudos do Trabalho, do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal* publicando uma dezena das comunicações mais próximas das nossas temáticas, proferidas no seu primeiro congresso no passado mês de março: a transformação das relações no mundo laboral derivadas das novas dinâmicas do capitalismo em exploração acrescida no trabalho precário, vista pela Ana Elizabete Mota; os conceitos de repertório e de movimento social, dentro da longa e policromada democracia liberal portuguesa (1834-1910), abordados pelo Diego Palacios Cerezales; o confronto entre a classe operária e os representantes do capitalismo, aquela, em movimentos organizados, por uma vida melhor, estes, determinados pelo lucro voraz, em momentos marcantes da História do Século XIX, por Fernando de Araújo Bizerra e Reivan Marinho de Souza; uma reflexão sobre as tradições teóricas das relações laborais, para conferir o potencial retrocesso social com o caso português, como referência, chega-nos por Hermes Augusto Costa; a cultura operária ao vivo, do bairro de Santo António, aqui ao nosso lado, é trazida à colação pelo João Mineiro; As lutas operárias dos operários têxteis da Bacia do Ave, entre 1956 e 1974, são vistas através da imprensa clandestina e/ou progressista do tempo por um colaborador nosso de longa data, José Manuel Lopes Cordeiro; a história do trabalho no feminino ou na perspetiva da mulher e da sua participação no movimento sindical português mereceu a colaboração excelente de Paulo Marques Alves e Olinda Gama; A mineração

a céu aberto, vista em dois dos mais telúricos espaços da Beira Interior, o vale da Gaia e o vale do Mondego, e a conflitualidade daí resultante com o mundo camponês e o espaço culto da cidade da Guarda, em um período crítico do século XX, nos anos finais da Primeira República, chega-nos no texto de Pedro Gabriel Silva; Sofia Sampaio deixa aqui uma excelente colaboração para a História do Cinema Português, demonstrando como este foi capaz de passar de uma retórica de invisibilidade para outra de desocultação, tomando os filmes de promoção turística como objeto de análise, entre eles, os que promovem a nossa Estrela; finalmente, fica reportada a greve de 1943, no Barreiro, em que Vanessa Almeida não deixa de citar o movimento operário mais amplo despoletado, em Novembro de 1941, nas fábricas de lanifícios da Covilhã e daí a nossa seleção para a *ubimuseum*.

Ubimuseum

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior

Bibliografia Portuguesa dos Lanifícios

António dos Santos Pereira

asp@ubi.pt

Universidade da Beira Interior

ABSTRACT

First, the bibliography of wool entails to compile its legislation, so the old rules as the present determinations by the World Trade Organization, the European Union and the Portuguese supervisory bodies. After, it is necessary to resume the industrial surveys and the reflections of the leading figures from politics and Portuguese culture. Finally, it is urgent to resume work of those, before us, have treated seriously the matter in all its aspects, from technical and scientific to economic, social and cultural. It is necessary also to map the primary sources about all phases of the production cycle, as much in the central archives so much in the municipal archives, as in the manufacture archives. This paper was presented at the *1st Annual Meeting Industry, History, Heritage* in the form of communication and is the first contribution of a more extensive project.

KEY-WORDS

Bibliography, archives, wool, sources.

RESUMO

A bibliografia dos lanifícios implica o levantamento de toda a legislação afim, desde os antigos regimentos, aos novos enquadramentos na Organização Mundial do Comércio, na União Europeia e nos organismos de tutela portuguesa. Devem percorrer-se os inquéritos industriais e as reflexões das personalidades relevantes da política e da cultura portuguesa. Finalmente, urge retomar os trabalhos daqueles que, antes de nós, trataram a matéria com maior profundidade em todas as vertentes, desde as técnico-

científicas às económicas, sociais e culturais e fazer o levantamento dos fundos documentais a propósito de todas as fases do ciclo produtivo tanto nos arquivos centrais como nos municipais, empresariais e outros. Este artigo foi apresentado ao *I Encontro Anual Indústria, História, Património*, na forma de comunicação, e é a primeira contribuição de um projeto mais extenso.

PALAVRAS-CHAVE

Bibliografia, arquivos, lanifícios, fontes.

INTRODUÇÃO

Nenhuma atividade humana modelou em metáforas a comunicação e deu tanto sentido global à cultura, em qualquer parte do planeta, como a dos têxteis e do vestuário. Todas as disciplinas técnico-científicas, desde a Engenharia, à Química, concernem a sua esfera produtiva. A esfera doutrinária/política põe em confronto protecionismo e abertura, mercantilismo ou liberalismo no seu comércio. A Economia faz deles matéria permanente de estudo micro e macro. A Antropologia Humana e a Sociologia tomam-nos como referência permanente na caracterização das culturas. E a História não pode esquecer-los nas suas considerações globais. Nem a Teologia dispensa o imaginário ligado a esta atividade. Não necessitamos de trazer à colação a linguagem vulgar e menos ainda a literária ou a sagrada e o mito, porquanto repetiríamos o que todos conhecem e não é essa a missão do cientista. A história dos tecidos deve, pois, ser elaborada a partir de diversas fontes, diplomáticas, literárias, arqueológicas e outras, mas eles mesmos, quando nos chegam, bem ou mal conservados, podem colaborar no esclarecimento do evoluir humano em vários espaços e em diferentes processos: o económico e o da técnica, o da moda e o do quotidiano, o social e o cultural, o arqueológico e o ambiental. Embora as crises mais abrangentes nasçam atualmente em outros setores, particularmente no financeiro ou no energético, os lanifícios, pelo volume de mão-de-obra, que implicaram no passado, os problemas sociais inerentes nas regiões da sua implantação, estiveram com frequência no núcleo das mesmas e devem despertar-nos para a análise da sua bibliografia.

A BIBLIOGRAFIA DOS LANIFÍCIOS

Obviamente, ao propor este trabalho ao primeiro congresso da Rede de História da Indústria Portuguesa, entramos em um novelo, de onde é muito difícil sair, contudo, apropriado, para tirar dele um bom fio de urdidura para a trama do futuro, como outro Teseu, que recebe aquele de Ariadne. Porventura, os mais pragmáticos estariam à espera das fontes de um trabalho feito que comentássemos. De facto, podíamos pegar

na *Rota da Lã Rota da lã translana: percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)* da professora Elisa Pinheiro (2008) e da sua equipa e analisar as Fontes e a Bibliografia por ela utilizadas e teríamos o trabalho tão facilitado como a gestão do Museu de Lanifícios, cuja direção nos quis deixar. Não seguimos tal caminho, mas fica aqui a indicação para alguém que ainda não conheça aquele precioso e concretizado projeto e a homenagem à sua principal autora.

As fontes e bibliografia que queremos trazer à colação não são de processos findos, ensaios dissertações ou teses acabadas, mas de projetos em esboço ou por concretizar, outros a fazer ou que devem ser feitos. Alguns estão em progresso como um Dicionário dos Lanifícios, onde caberá tudo o que diga respeito à lã, como matéria-prima, portanto, no que concerne à sua produção e transformação, particularmente no espaço português e à sua comercialização e aos imaginários que desperta na arte e particularmente na Literatura. Não é possível uma bibliografia dos Lanifícios sem *A Lã e a Neve*, de Ferreira de Castro, sobre a qual deixamos um pequeno ensaio no número inaugural desta revista. Com efeito, em projeto já concretizado, a *ubimuseum* vai apresentando algumas pérolas, como as comunicações sobre a temática com conteúdo mais próximo do trabalho fabril e da região da Beira feitas ao *I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais* realizado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no passado mês março, em que o Museu de Lanifícios quis participar desta maneira.

Aprendemos há quatro décadas, que para um qualquer trabalho académico, devemos partir sempre de uma enciclopédia, dicionário ou manual temático, a mais ou os mais recentes para precisar o estado da questão que se pretende equacionar. Em Portugal, não dispomos de uma Enciclopédia dos Lanifícios, nem de um Dicionário dos Lanifícios, mas temos ecos de tais trabalhos, também de uma *História dos Lanifícios*, ainda que já antiga, e de alguns elencos etnográficos. No Século XIX, pela inspiração de Fradesso da Silveira foram elaborados alguns materiais interessantes em Portugal. Se tivessem sido continuados, como a célebre *Gazeta das Fábricas*, da Associação Promotora da Indústria Fabril (1865-1866), estariam na linha da frente do que de melhor se havia de fazer no planeta, para progresso da indústria portuguesa do setor. De facto, com uma qualidade digna de realce, por modelar e com um sentido prático assinalável, dispomos de bibliografia internacional, mas posterior. Com efeito, ainda do período positivista, há alguns trabalhos enciclopédicos com um pouco mais de um século sobre os têxteis em geral e a lã em particular levados a cabo, em Chicago, pela American School of Correspondence, a partir de 1904. Neste ano, é editado o volume *Woolen and worsted Spinning*, que aparece com um título mais extenso em edição de 1908: *Woolen and worsted spinning; a complete working guide to modern practice in the manufacture of woolen and worsted yarns and felt, including the sources, natural properties, grading, and cleansing of the raw material, and the machinery and processes of factory work*,

a que podemos ter acesso na Congress Library onde também foi digitalizado e nos parece um bom guia de trabalho, mais ainda pelas interessantes ilustrações. Nesta Biblioteca, urge consultar os trabalhos de catalogação coordenados por Herman H. B. De Meyer que nos deixou *Select list of references on wool: with special reference to the tariff* (1911), que consta na BNP e também em rede. Ainda do início do segundo quartel do século passado, chegou-nos, de Muriel E. Whalley, a recolha *Bibliography on wool* (1927), que podemos ler disponibilizada pela University of Wisconsin. Estes trabalhos, com um sentido prático relevante, levados a cabo nos Estados Unidos e no Canadá, tiveram um particular eco em José Maria de Campos Melo que, desde 1907 até 1915, publicou quatro títulos muito interessantes: *Lãs e lanifícios*; *Manual do Fabricante de Tecidos*; *As Estrangeirices e a Indústria Nacional* e *Matérias-primas*. 1.º vol. *Fibras Têxteis, Contrastaria de Têxteis*. Para perceber o avanço covilhanense no setor, não se podem esquecer estas contribuições.

Preciosos, embora com mais de meio século, são também os trabalhos de Luís Fernando de Carvalho Dias, particularmente *História dos Lanifícios (1750-1834): documentos*, que indicamos com o alerta que hoje estão disponíveis em rede os principais diplomas, por nós já vistos na monumental coleção levada a cabo por António Delgado da Silva em total de oito extensos volumes para aquele período, mas que atinge 1849, em outros tantos, posteriormente continuados. A digitalização daquela coleção foi levada a cabo pela Bibliotheca Regia Monacense, continuada na Faculdade de Direito de Lisboa, e outras instituições e atinge 1910, pois incluiu os trabalhos de José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, de 1850 a 1865, e da Imprensa Nacional, de 1866 a 1910 (<http://net.fd.ul.pt/legis/indice-titulos.htm>). Outro catálogo de fontes digitalizadas é-nos fornecido em pelo Centro de Estudos Histórico da UNL (http://www2.fcsh.unl.pt/ceh/p_up_ferr_fontes_prim_ordenacoes.html). Entretanto, o ingente trabalho de Luís Fernando de Carvalho Dias, para uma História da Covilhã, que não chegou a levar a cabo, foi retomado em blogue pelo seu filho e por sua nora, Miguel Nuno Peixoto de Carvalho Dias e Maria do Céu Jordão Morais Carvalho Dias. O referido casal tem publicado, desde 2011, alguma da documentação reunida por aquele.

Os nossos autores positivistas, tanto Sousa Viterbo, como Anselmo Braamcamp Freire, preocuparam-se e bem com as várias indústrias portuguesas, todavia, menos com os têxteis. Apenas Sousa Viterbo editou três pequenos trabalhos sobre as indústrias têxteis, entre 1902 e 1904, pouco para obra tão extensa. Os trabalhos posteriores caminharam para âmbitos etnográficos e afastaram-se do que se pretende aqui que é um enquadramento sobretudo industrial. Mencionamos, no entanto, os ensaios de Benjamim Enes Pereira e de João Leal.

Com uma metodologia histórica de matriz francesa, de âmbito epistémico mais global do que setorial, dispomos dos trabalhos do CEAQ (Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien) da Université René Descartes – Sorbonne V, sob o título *Bibliographie*

“*Mode, Vêture, Parure*”, em que podemos perceber como os mais conceituados filósofos da contemporaneidade abordaram os temas do vestuário e particularmente a moda, mas não as questões tecnológicas da produção dos tecidos e as sociais que sobretudo nos interessam.

A História tem como espelho imediato o presente e o historiador, implicado no seu tempo, deve dimensionar o passado a partir deste para bem responder às questões que a sua geração lhe coloca. Entendemos que qualquer bibliografia dos lanifícios deve perceber estes nos enquadramentos legais planetários, europeus e portugueses. Antes de fornecer uma perspetiva diacrónica dos panos de lã em Portugal, importa fazer algumas considerações sobre os mesmos, em termo globais, localizar as grandes reservas de matéria-prima e os grandes centros transformadores. Depois, em perspetiva diacrónica, devem inserir-se todas as questões tecnológicas, as socioprofissionais e também as culturais, dada a importância que o setor teve no decurso da Industrialização e durante algumas décadas se assumiu em Portugal como ramo exportador. Obviamente, a opção de segmentação dos lanifícios no agregado têxtil coloca sérias dificuldades na análise da imensa informação

Atualmente, não é possível a consideração de qualquer atividade humana sem o respetivo enquadramento planetário e o investigador terá de percorrer a documentação das agências da ONU a propósito. No caso dos lanifícios, deve percorrer as convenções da OIT ratificadas por Portugal e disponíveis nos sítios das direções gerais que tutelam o emprego e a formação profissional. O setor é regulado atualmente por normas da Organização Mundial de Comércio, da União Europeia e no caso que nos interessa também do Estado Português. Importa, pois, que qualquer investigador conheça os textos ou *corpus* dos acordos que constituem o quadro jurídico daquela Organização e faça uma primeira aproximação à documentação produzida pela mesma. No respetivo sítio, é possível aceder aos documentos oficiais dos conselhos e comités da OMC bem como a outras fontes de informação: estatísticas de comércio, trabalhos de investigação económica, ficheiros vídeo, áudio e fotos.

Feita a procura do principal enquadramento atual do setor têxtil na indústria transformadora deve-se ainda percorrer algumas das considerações teóricas sobre o mesmo, particularmente, desde a Revolução Industrial, não esquecendo a bibliografia produzida em Portugal. Os inquéritos industriais proporcionaram aos seus organizadores os mais amplos espelhos das atividades transformadoras e dos lanifícios em particular. Os trabalhos de Fradesso da Silveira são incontornáveis por constituírem o espelho mais amplo deste setor no nosso país na segunda metade do século XIX: *As fábricas da Covilhã* (1863); *As fábricas de Portugal: indagações relativas aos tecidos de lã resultados da inquirição feita por ordem do Conselho das Alfandegas* (1864); e *Estatísticas da indústria e do commercio de Portugal: considerações geraes* (1773). Mas até a Questão Financeira lhe merece um texto premonitório do nosso

estado atual, relevando ele que mais do que acertar as contas é necessário incentivar a produção em a *Questão de Fazenda*, publicada em 1872.

As greves, recorrentes no mundo operário, foram descritas e estudadas como fazendo parte da estrutura industrial e, pelo volume de mão-de-obra das fábricas de lanifícios, pelos autores mais sensíveis à questão social. Não podemos esquecer a *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal* de Carlos da Fonseca (1980-1982). Devem ser retomados os trabalhos empenhados da fase de juventude de Rui Ulrich, particularmente sobre a legislação operária (1906) e os de Fernando Emídio da Silva (1905 e 1912) sobre a questão social e as greves. José Maria Amado Mendes, em extensa bibliografia, já fez a sua releitura a propósito, e outras são bem possíveis de acordo à perspectiva de cada um. A imprensa periódica constitui recurso precioso como já demonstrou José Tengarrinha e continua a demonstrar José Manuel Lopes Cordeiro ao percorrer a imprensa ligada ao PCP, particularmente *O Têxtil* neste número da *UBIMUSEUM*. Coincidente com o aceleração da industrialização do setor, é indispensável a retoma da *Gazeta das Fábricas* (1865-1866) da Associação Promotora da Indústria Fabril, ela mesma proprietária da editora Biblioteca das Fábricas que fez publicar os trabalhos de Fradesso da Silveira e outros e teve como fito a conferência do progresso nacional do setor face ao que ao que acontecia no estrangeiro. Os relatórios publicados naquela *Gazeta* vão muito para além dos lanifícios e são indispensáveis ao estudo de outros tecidos como o linho e a seda. Infelizmente, terminou em 1866, sendo continuada pela *Revista Industrial* em 1875, sem grande sucesso, diga-se. Já em outros lugares e para outros fins, percorremos a imprensa periódica beirão. Para uma História dos Lanifícios, devem considerar-se todos os periódicos covilhanenses até à publicidade neles inserta. A propósito, notamos a preciosidade de *Comércio da Covilhan* (1864-1865) e de *Echo Operário* (1869-1870) por introduzirem publicidade do mais fino recorte e terem proporcionado o aparecimento de figuras de largo lastro na política portuguesa: B. da Nobrega Moraes Sarmiento e José Maria de Moura Barata Feyo.

O século XIX terminou com uma visão geral pela pena de J. M. Esteves Pereira (1900), da *Indústria Portuguesa (séculos XII a XX) com uma introdução sobre corporações operárias em Portugal: elementos de logographia industrial*. Posteriormente, uma relevante perspectiva estrutural foi-nos dada pela inteligência de Vitorino Magalhães Godinho (1971) e pela militância e muito trabalho de Armando de Castro (1957). Joel Serrão e Gabriela Martins (1976) em preocupações didáticas apontaram os principais textos da industrialização de Oitocentos. Outros balanços foram-nos dados por Miriam Halpern Pereira (1971 e 2002), David Justino (1986), Manuel Villaverde Cabral, Jaime Reis e Jorge Pedreira e muitos outros em conceptualizações aprofundadas.

Já observamos a importância da análise dos textos legais produzidos durante o período mercantilista de proteção alfandegária. As disposições industriais e alfandegárias do Marquês de Pombal e o século XVIII em geral foram objeto de trabalho de Borges de

Macedo (1963) ainda que devamos também relevar todo o pensamento produzido no âmbito da Academia das Ciências e particularmente o de Domingos Vandelli já na transição fisiocrática e cujas memórias têm merecido edições recentes (1994 e 2003) dada a precocidade das suas análises sobre a agricultura, a economia e as finanças e a História Natural. Para além de alguns atos diplomáticos isolados, importa o conjunto de tratados pautais alfandegários estabelecidos particularmente com a Inglaterra; o *Tratado de Estocolmo: acordo EFTA* (1959); o conjunto de tratados da União Europeia e atos legislativos, estes importantíssimos por estarem em vigor, publicados no *Jornal Oficial da União Europeia* e acessíveis em rede através de <http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm> e por compreenderem um conjunto de disposições que enquadram a atividade designadamente no que toca à questão ambiental, à denominação dos produtos, às suas características, às etapas do processo de fabrico, ao registo de denominação de origem, ao apoio aos produtores, ao comércio internacional etc..

O condicionamento industrial e a política de proteção à localização das indústrias de capital intensivo na área litoral mereceram a atenção de Elizabeth Leeds que nos deixou uma primeira síntese em 1983 daquilo que viria a ser a sua tese de doutoramento no ano seguinte em Boston. Percebemos que os lanifícios foram gradativamente deixando de ser indústria de mão-de-obra intensiva para se tornarem indústria de capital intensivo, permitindo uma mais fácil deslocalização.

De bom grado, a partir da década de sessenta, no seguimento da fundação do GIS (1962) e por ação das revistas de temática sociológica como a *Análise Social* (1963-) e política e cultural como *O Tempo e o Modo* e, já nos finais do regime salazarista, a fundação do ISCTE e do IES, grosso modo, depois de 1974, a abordagem académica das questões económicas sociais chegou aos ambientes da fábrica e observou as relações sociais nos sistemas de produção. Há um conjunto notório de autores portugueses, particularmente durante a dita Primavera Marcelista, que nos deixou obra a propósito que continua atual. Destacamos os trabalhos levados a cabo por César Oliveira (1972 e 1973) e José Pacheco Pereira (1971), em período ainda muito difícil para a distribuição livreira, dada a vigilância política. A dimensão do fenómeno emigratório impôs também a tentativa de perceção das suas causas e os seus efeitos nos tecidos sociais. Aquelas revistas iniciaram um acompanhamento das publicações que sobre a matéria se iam fazendo no estrangeiro. Logo no seu segundo número, a *Análise Social* remetia para a edição em França, por Raymond Aron, das *Dix-huit leçons sur la société industrielle* no ano anterior (*Análise Social*. Vol. I, 1963, n.º 2: 329-330). Além desta obra, a mesma revista anunciava o *Traité de Sociologie du Travail* (1961-1970, de Georges Friedmann e de Pierre Naville, contemporâneos e amigos daquele. A nova visão da economia no amplo quadro social levou a um primeiro levantamento bibliográfico da questão social por Raul da Silva Pereira em 1965. A intelectualidade portuguesa tomava finalmente nota de uma perspetiva capaz de integrar as dimensões económicas, sociais e técnicas na esfera produtiva, livre dos enquadramentos

tradicionais meramente marxistas ou, pelo contrário, liberais, e a conclusão que a maioria das atividades produtivas acabariam por desenvolver-se no modelo de grande concentração de capital e mão-de-obra e, portanto, fora da dimensão familiar. Os efeitos da globalização, acentuados depois da Segunda Grande Guerra, mas de que muitos responsáveis não se deram conta, teriam exigido reformas que só muito tardiamente foram levadas a cabo. Com efeito, parece-nos conflagradora a incapacidade dos governantes portugueses perante o dualismo económico e social e a globalização. A partir da década de sessenta, a distribuição do rendimento acentua-se exageradamente a favor das grandes áreas urbanas e industriais, em dualismo económico geográfico e social, deixando os espaços agrícolas em estagnação (Nunes 1964: 407-828). Embora as Ciências Sociais e Humanas se tivessem desenvolvido tardiamente em Portugal, vários historiadores, geógrafos, economistas, havia décadas, confirmavam uma divisão internacional do trabalho e, por consequência, a esfera política deveria ter cumprido a sua missão reguladora de integração das regiões cujas atividades corriam o risco da marginalização (Ferrão e Jensen-Butler 1998: 355-371). Quanto à Globalização, notamos que apenas em 1994 o designado Grupo de Lisboa anunciava “o fim do sistema nacional enquanto núcleo central das atividades e estratégias humanas organizadas” (Santos 2001: 32). Nas últimas décadas, em Portugal, grosso modo depois da Revolução de 25 de Abril de 1974, o desenvolvimento das Ciências Sociais e Humanas voltou a impor o homem como principal objeto da ciência: fosse ele capitalista, empresário industrial, operário ou pastor. Uma Bibliografia dos Lanifícios impõe-nos, pois, novos caminhos para além das questões técnicas e legais, até ao enquadramento social e culturais, mesmo da dicotomia operário/industrial, que fez o nosso ambiente juvenil. Afinal, em perspetiva integradora como a observada em *The First Industrialists* (1983) de François Cruzet ao caracterizar em particular os líderes emergentes da Indústria Oitocentista Inglesa. O desenvolvimento da História Económica capaz de explicar ciclos e crises, a dimensão da iniciativa privada, a capacidade do Estado controlar os tecidos produtivos e regular a crise têm feito escola também em Portugal, desde o terceiro quartel do século XX, percebendo a indústria no seu contexto sociopolítico. Depois do trabalho seminal de Borges de Macedo, relevamos as intervenções consistentes, sobre quase todos os espaços portugueses e as suas indústrias, desde Pombal aos nossos dias, por José Amado Mendes, e os trabalhos sistemáticos sobre toda a industrialização portuguesa até aos nossos dias por Nuno Luís Madureira desde que defendeu a sua tese de doutoramento no ISCTE em 1996. De permeio, os trabalhos de Jaime Reis desenvolvidos na Faculdade de Economia da Universidade Nova sobre a produção industrial Portuguesa, de Fernando Rosas, sobre a economia do Estado Novo e do condicionamento industrial e de Conceição Andrade Martins, sobre o trabalho e as condições de vida em Portugal, desde a Regeneração à República.

Nos últimos anos, a perspetiva prosopográfica fez perceber a formação de grupos e a convergência de interesses na esfera dominante ou no grupo dito dos empreendedores

capazes de formar elites a vários níveis, designadamente o regional. O assunto foi bem estudado, particularmente na Universidade de Évora, e consideramos Hélder Adegar Fonseca, de certa forma, um pioneiro tanto pelos seus estudos como pelos que tem orientado.

Os trabalhos sobre o mundo operário, as condições do trabalho, as lutas, as greves e a expressão cultural remontam ao século XIX. No entanto, a sua expressão no âmbito universitário tardou a manifestar-se em Portugal. Neste, têm tido uma particular expressão duas mulheres, praticamente da mesma geração, Miriam Halpern Pereira e Maria Filomena Mónica, embora esta apenas se tenha dedicado ao tema, nos primórdios dos anos oitenta do século passado, depois de durante mais de uma década a terem ocupado os problemas da educação. Os seus passos foram seguidos por Fátima Patriarca. José Tengarrinha traçou uma metodologia do estudo das greves e tentou cumpri-la.

A questão do incremento das tecnologias nos sistemas produtivos tem sido considerada nas teorias de desenvolvimento, colocando as óbvias questões da sua importação ou criação através do sistema de I & D. Citamos os nomes Fernando Gonçalves, J. A. Rodrigues Carvalho, João Manuel Gaspar Caraça, pela insistência nestas matérias, de há três décadas a esta parte. Maria João Rodrigues e Marinús Pires de Lima tentaram já um faseamento da relação das Ciências Sociais em Portugal com a respetiva evolução económica e social, particularmente do sector industrial, nos últimos 100 anos, em artigo, com extensa bibliografia, datado de 1985 e publicado em 1987.

CONCLUSÃO

De facto, uma bibliografia a propósito dos Lanifícios tem de ir muito para além das questões regulamentares e técnicas da produção e referenciar os âmbitos doutrinários, económicos, sociais e culturais e mesmo os quotidianos e as trajetórias individuais. Nós estamos a caminho no extenso projeto que alinhámos e deixamos para outro lugar, onde percorremos um roteiro pormenorizado das fontes diplomáticas inéditas, por arquivo; dos diplomas já publicadas, por coleção e instituição; também elaboramos o rol das fontes literárias e de enquadramento do mundo do trabalho industrial; a bibliografia para a história da produção de tecidos e vestuário; a lista dos periódicos mais interessantes para os estudos sobre as matérias conexas; os principais lugares de recolha de iconografia; e fornecemos informações sobre os visuais gráficos e de projeção, as principais espécies sobre a dimensão museológica dos tecidos, o seu restauro, a sua conservação, exposição, a elaboração de coleções e os necessários sítios na rede, que tudo facilitam a todos.

BIBLIOGRAFIA

- American School of Correspondence (1904). *Woolen and worsted Spinning*. Chicago: American School of Correspondence at Armour Institute of Technology
- American School of Correspondence (1908). *Woolen and worsted spinning; a complete working guide to modern practice in the manufacture of woolen and worsted yarns and felt, including the sources, natural properties, grading, and cleansing of the raw material, and the machinery and processes of factory work*. Chicago: American School of Correspondence.
- Aron, Raymond (1962). *Dix-huit leçons sur la société industrielle*. Paris: Gallimard.
- Associação Promotora da Indústria Fabril (1865-1866). *Gazeta das fábricas: periódico mensal*. Lisboa: Sociedade Typographica Franco-Portuguesa.
- Castro, Armando (1957). *Problemas económicos da industrialização*. Comunicação ao Congresso da Indústria Portuguesa. Lisboa.
- CEAQ (Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien) da Université René Descartes – Sorbonne V, *Bibliographie "Mode, Vêture, Parure"*.
- Comércio da Covilhan, Covilhã, 1864-1865*.
- Cruzet, F. (1985), *The first industrialist*. Cambridge: University Press.
- Dias, Luís Fernando de Carvalho (1954). *Os Lanifícios na Política Económica do Conde da Ericeira*, Lisboa: sep. de *Lanifícios*. N. 44, 47-48, 49.
- Dias, Luís Fernando de Carvalho (1955), *A Relação das Fábricas de 1788*. Coimbra: *Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito de Coimbra*. Vol. 3.
- Dias, Luís Fernando de Carvalho (1958). *Luxo e Pragmáticas no Século XVIII*. Coimbra: sep. de *Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito de Coimbra*. Vol. 4, n. 2-3, 1955 e Vol. 5, n. 1-2-3, 1956.
- Dias, Luís Fernando de Carvalho (1958-). *História dos Lanifícios – Documentos*. Lisboa: sep. de *Lanifícios*.
- Echo Operário. Periódico Semanal, Político, Literário e Noticioso (1869-1870)*. Covilhã.
- Ferrão, João e Jensen-Butler, Chris (1988). Existem "Regiões Periféricas" em Portugal?. *Análise Social*. XXIV (100): 355-371.
- Fonseca, Carlos da (1980-1982). *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. 2 vols. Mem Martins: Europa-América
- Fonseca, Hélder Adegar (1996). As elites económicas alentejanas, 1850-1870: anatomia social e empresarial. *Análise Social*. Vol. XXXI (2.º-3.º) 1996 (n.º 136-137): 711-748.
- Friedmann, Georges e Naville, Pierre (1961-1970). *Traité de Sociologie du Travail*. Paris: Librairie Armand Colin.
- Godinho, Vitorino Magalhães (1971). *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia.
- Gonçalves, Fernando e Caraça, João M. G. (1984). Investigação e tecnologia na indústria transformadora portuguesa. *Análise Social*. Vol. XX (2.º-3.º), n.º 81-82: 339-346.
- Gonçalves, Sérgio Gomes Pires (2005). *Produção artesanal nos lanifícios: uma proposta de inovação*. Texto policopiado. Dissertação de mestrado em Design Industrial da Faculdade de Engenharia. Porto: Universidade do Porto

- Justino, José David (1986). *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913*. Tese de doutoramento. 2 vols.. Lisboa: UNL
- Lanifícios: boletim mensal da Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios*. dir. e ed. João Ubach Chaves. Lisboa: F.N.I.L. 1950-[1974?].
- Leeds, Elizabeth (1983). Industrialização e emigração em Portugal: sintomas inevitáveis de uma doença estrutural. *Análise Social*. Vol. XIX (3.º-4.º-5.º), n.º 77-78-79: 1045-1081.
- Leeds, Elizabeth. *Labor export, development, and the state: The political economy of portuguese emigration*. Texto telecopiado da tese de doutoramento. Boston: E.R.Leeds.
- Macedo, Jorge Borges (1963). *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Faculdade de Letras.
- Madureira, Nuno Luís Monteiro (1996). *Mercado e privilégios na indústria portuguesa (1750-1834)*. Lisboa: ISCTE.
- Madureira, Nuno Luís Monteiro (2001). “O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957)”. In *Análise Social*. Vol. XXXIII (4.º), 1998 (n.º 148): 777-822
- Madureira, Nuno Luís Monteiro (2001) (coord.). *História do trabalho e das ocupações*. Oeiras: Celta.
- Martins, Conceição Andrade (1997). Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913). *Análise Social*. Vol. XXXII (3.º), 1997 (n.º 142): 483-535.
- Melo, José Maria de Campos (1907). *Lans e lanifícios*. Prefaciado por D. Luís de Castro e com um Preambulo do Engenheiro José Maria Mello de Mattos. Coimbra: França Amado.
- Melo, José Maria de Campos (19..). *Manual do fabricante de tecidos*. Lisboa: Livraria Aillaud e Bertrand.
- Melo, José Maria de Campos (1915). *As estrangeirices e a indústria nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Melo, José Maria de Campos (1915). *Matérias-primas*. 1.º vol. *Fibras têxteis, contrastaria de têxteis*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Mendes, José Maria Amado (1979). *Exposições industriais em Coimbra na segunda metade do século XIX*. Coimbra: sep. de O Intituto. Vol. CXXXIX.
- Mendes, José Maria Amado (1980). Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX. *Análise Social*. Vol. XVI (1.º-2.º), 1980 (n.º 61-62): 31-52
- Mendes, José Maria Amado (1980). Para a história do movimento operário em Coimbra. *Análise Social*. Vol. XVII (3.º-4.º-5.º), 1981 (n.º 67-68-69): 603-614.
- Mendes, José Maria Amado (1998). As Exposições como “Festas da Civilização”: Portugal nas Exposições Internacionais (Sécs. XIX-XX). In *Gestão e Desenvolvimento*, 7 (1998): 249-273
- Mónica, Maria Filomena (1987). Capitalistas e industriais (1870-1914). *Análise Social*. Vol. XXIII (99): 819-863.
- Meyer, Herman H. B. De (1911) que nos deixou *Select list of references on wool: with special reference to the tariff*. Washington: Government Printing Office, 1911
- Nunes, Adérito Sedas (1964). Portugal: sociedade dualista em evolução. *Análise Social*. Vol. II, (n.º 7-8): 407-462
- Oliveira, César (Org.) (1972). *O Operariado e a República Democrática (1910-1914)*. Porto: Afrontamento.

- Oliveira, César (1973). *O Socialismo em Portugal: 1850-1900: contribuição para o estudo da filosofia do socialismo em Portugal na segunda metade do século XIX*. Porto: Afrontamento.
- Oliveira, César (1973). Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português perante a guerra de 1914-1918. *Análise Social*. Vol. X (4.º), 1973 (n.º 40): 679-702.
- Oliveira, César (Org.) (1973), *A Criação da União Operária Nacional*. Porto: Afrontamento.
- Patriarca, Maria de Fátima (1994). A regulamentação de trabalho nos primeiros anos do regime corporativo in *Análise Social*. Vol. XXIX (4.º), n.º128: 801-839.
- Patriarca, Maria de Fátima (1995). *A questão social no Salazarismo: 1930-1947*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Pereira, António dos Santos (2012). Ferreira de Castro – História e Imaginário: dos *Emigrantes*, através d' *A Selva*, até *A Lã e a Neve*. *UBIMUSEUM*. 1: 1 - 13.
- Pereira, Benjamim Enes (1961). Subsídios para o estudo da fiação e tecelagem em Portugal. Sep. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 18. Porto: Soc. Port. de Antropologia e Etnologia
- Pereira, Benjamim Enes (1965 e 2009). *Bibliografia Analítica de Etnografia Portuguesa*. Prefácio de João Leal. Instituto dos Museus e da Conservação (em rede).
- Pereira, Benjamim Enes (1967). *Técnica de Fiação Primitiva. As Rocas Portuguesas. Cadernos de Enografia*. Segunda Série. Barcelos: Companhia Editora do Minho.
- Pereira, José Pacheco (1971). *As Lutas Operárias contra a Carestia de Vida em Portugal: a greve de Novembro de 1918*. [Porto]: Portucalense Editora.
- Pereira, José Pacheco (1971). *Questões sobre o Movimento Operário Português e a Revolução Russa de 1917*. V. N. Famalicão: Livraria Júlio Brandão.
- Pereira, João Manuel Esteves (1900). *Indústria Portuguesa (séculos XII a XX) com uma introdução sobre corporações operárias em Portugal: elementos de logographia industrial*. Lisboa: Occidente.
- Pereira Miriam Halpern (1971). *Livre-câmbio e desenvolvimento económico Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Pereira Miriam Halpern (2002). *Os lanifícios da Covilhã e da região serrana: uma discreta expansão oitocentista*. Sep. *Actas das III Jornadas de Arqueologia Industrial*, Covilhã, Novembro 1998. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Pereira, Raúl da Silva (1965). Problemas sociais em Portugal – contributo bibliográfico. *Análise Social*. Vol. III, (n.º 9-10): 117-159.
- Pinheiro, Elisa Calado (2008). *Rota da lã translana: percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha) / coord. Elisa Calado Pinheiro*. 2 volumes. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.
- Reis, Jaime (1985). *A produção industrial portuguesa, 1870-1914: primeira estimativa de um índice*. Lisboa: Faculdade de Economia da Universidade Nova Portuguesa
- Reis, Jaime (1986). *A produção industrial portuguesa, 1870-1914: primeira estimativa de um índice*. *Análise Social*. Vol. XXII (5.º), n.º 94: 903-928.
- Reis, Jaime Reis (1987). *A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913*. *Análise Social*. Vol. XXIII (96), 2.º: 207-227.
- Rodrigues, Maria João e Lima, Marinús Pires (1987). Trabalho, emprego e transformações sociais: trajectórias e dilemas das ciências sociais em Portugal. *Análise Social*. Vol. XXIII (1.º), n.º 95: 119-149.

- Rosas, Fernando (1986). *Elementos para o estudo da natureza económico-social do Estado Novo nos anos trinta*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
- Santos, Boaventura de Sousa (2001). Os Processos de Globalização. in *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, Porto: Edições Afrontamento.
- Serrão, Joel e Martins, Gabriela (1976). *Revolução industrial e aceleração da história: antologia*. Fundão: Jornal do Fundão
- Silva, António Delgado da (1825-1838), *Collecção da Legislação Portuguesa*, 8 volumes. Legislação de 1750 a 1834. Lisboa: na Typ. Maigrense.
- Silva, Fernando Emídio da (1905). *O operariado português na questão social*. Lisboa: Typ. Universal.
- Silva, Fernando Emídio da (1912). *As greves*. Coimbra: Coimbra Ed..
- Silveira, Joaquim Henriques Fradesso da (1863). *As fábricas da Covilhã*. Lisboa: Tip. Franco-Portuguesa.
- Silveira, Joaquim Henriques Fradesso da (1864). *As fábricas de Portugal: indagações relativas aos tecidos de lã resultados da inquirição feita por ordem do Conselho das Alfandegas*. Lisboa: Imp. Nacional.
- Silveira, Joaquim Henriques Fradesso da (1872). *Estatísticas da indústria e do commercio de Portugal: considerações geraes*. Lisboa: Imp. Nacional.
- Tengarrinha, José (1981). As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920. *Análise Social*. Vol. XVII (3.º-4.-5.º), (n.º 67-68-69): 573-601.
- Ulrich, Ruy Ennes (1906). *Legislação operária portuguesa: exposição e critica*. Coimbra: França Amado.
- Vandelli, Domingos (1994). *Aritmética política, economia e finanças*. Introd. e dir. de edição de José Vicente Serrão. Lisboa: Banco de Portugal, 1994.
- Vandelli, Domingos (2003). *Memórias de histórias natural*. Ed. de José Luís. Cardoso Porto: Porto Editora.
- Whalley, Muriel E. (1927). *Bibliography on wool*. Ottawa: National Research Council Canada.
- Viterbo, F. M. Sousa (1902). *Algumas Achegas para a História da Tinturaria em Portugal*. Lisboa: tip. da Academia Real das Sciencias.
- Viterbo, F. M. Sousa (1902). *Artes Industriais e Industrias Portuguesas: A Tapeçaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Viterbo, F. M. Sousa (1904). *Artes Industriais e Industrias Portuguesas: Industrias Têxteis e Congéneres*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Ubimuseum

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior

A Economia da Cultura: Vetor Estratégico de Desenvolvimento para Portugal

José R. Pires Manso

pmanso@ubi.pt

Universidade da Beira Interior

NECE – Unidade de Investigação financiada pela FCT

ABSTRACT

The economics of culture is being revealed as a greater and greater sector for the development of countries; this process began after the Second World War but it was implemented decisively in the nineties of the last century. We should not wonder, therefore, that this article examines precisely this theme. The economics of culture, as a branch of economics that is interested in the economic aspects of the creation, distribution and consumption of art, is a strategic vector for the development processes of countries. According to the World Bank the Economics of Culture corresponds to 7%, 7,7% and 8,2% of world's GDP, the U.S.A. and the UK, respectively (World Bank, 2006); in terms of employment it represents 4,0% of the total employment of the USA and 6,4% of England (World Bank, 2006). Also according to this international entity, cultural goods are, at present, the major U.S. export. The Economics of Culture is nowadays the more dynamic sector of the world economy, having registered during the first years of the last decade an average and yearly growth rate of 6,3%, comparable to 5,7% of the global economy growth.

KEYWORDS

Cultural Economics, Strategic Developing Vector, Economic Development, Culture, Economics

RESUMO

A Economia da Cultura está a revelar-se uma nova disciplina cada vez mais importante para o desenvolvimento dos países em processo que se iniciou depois da Segunda Grande Guerra e se afirmou, decididamente, nos anos noventa do século XX. Enquanto ramo da economia que se interessa pelos aspetos económicos da criação, da distribuição e do consumo de obras de arte, aquela é um vetor estratégico para o crescimento dos países. Segundo o Banco Mundial, a Economia da Cultura corresponde a 7,0% do PIB mundial, a 7,7% do PIB dos EUA e a 8,2% do PIB do Reino Unido. Em termos de emprego, representa 4,0% do emprego total nos EUA e 6,4% do emprego na Inglaterra (Banco Mundial, 2006). Ainda segundo esta entidade, neste momento, os bens culturais constituem a principal exportação dos EUA. Assim, a Economia da Cultura é hoje o setor de maior dinamismo da economia mundial, tendo registado nos primeiros anos da década passada uma taxa de crescimento de 6,3% ao ano, quando o conjunto da economia cresceu apenas à taxa de 5,7%.

PALAVRAS-CHAVE

Economia da Cultura, Vetor Estratégico, Desenvolvimento Económico, Cultura, Economia

INTRODUÇÃO

Economia da Cultura, Cultura e Economia, Economia Criativa ou Indústria Criativa são algumas das expressões que se usam habitualmente como sinónimas. Aquela designa o ramo da economia que integra a criação, a distribuição e o consumo de obras de arte. Inicialmente, esteve ligada sobretudo às Belas Artes, às artes decorativas, à edição, à música e aos espetáculos ao vivo. A partir dos anos oitenta do século XX, alargou-se a outras atividades culturais, o cinema, a edição de livros ou de música, e à economia das instituições culturais, os museus, as bibliotecas, os monumentos e sítios históricos.

A produção, a circulação e o consumo de bens e serviços culturais começaram a ser considerados um segmento importante na economia das nações depois da Segunda Guerra Mundial. No entanto, apenas na década de setenta, a Economia da Cultura passou a mobilizar muitos recursos humanos e materiais das universidades e outras instituições de Ensino Superior. Por acréscimo, nos anos noventa, ganhou o devido espaço nos organismos internacionais de cooperação e transformou-se em vetor estratégico de desenvolvimento. De facto, foi a partir desta altura que organismos internacionais como o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a OEA - Organização dos

Estados Americanos e a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, entre outros, passaram, progressivamente, a incluir questões relacionadas com a Economia da Cultura nos seus programas de ação.

Para se ter uma ideia rápida da importância da Economia da Cultura, fornecemos, de imediato, alguns números. A Economia da Cultura corresponde a 7,0% do PIB mundial. Nos EUA, atinge um pouco mais, 7,7% (2003) e representa também cerca de 4,0% do emprego total (2003). Segundo o Banco Mundial (2003), neste país da América do Norte, os bens culturais têm sido a principal exportação nos últimos anos. Por seu turno, na Inglaterra, a Economia da Cultura adquire ainda maior peso pois, em 2004, preencheu 8,2% do PIB, empregou 6,4% da força de trabalho e cresceu cerca de 8% ao ano de 1997 até 2004 (Banco Mundial, 2004).

Na União Europeia, em 2003, a cultura gerou receitas de mais de 654 biliões de euros e contribuiu com 2,6% do seu PIB. No período 1999-2003, o valor acrescentado subiu 19,7%, o que corresponde a um aumento de mais 12.3% do que o crescimento da economia global. Na mesma UE, em 2004, a cultura dava trabalho a 5,8 milhões de pessoas e representava 3,1% do emprego total. (The Economy of Culture in Europe, October 2006). Em termos de valor acrescentado, na UE, em 2006, a cultura significava 2,6% do PIB, acima dos 2.3% das indústrias químicas, borracha e plásticos, dos 2,1% do setor das atividades imobiliárias, e bem mais ainda do 1,9% da alimentação, bebidas e tabaco e do 0.5% da indústria têxtil, os maiores setores de atividade deste espaço (UE, 2006, The Economy of Culture in Europe).

Particularizando a um outro país, de um continente diferente, mas de língua portuguesa, no Brasil, em 2006, havia 320 mil empresas culturais, que significavam cerca de 5,7% do total das empresas daquela república e 1,6 milhões de empregos formais ou seja 4% dos postos de trabalho. O salário médio mensal, pago pelo setor da cultura, era 5,1 vezes superior ao salário mínimo daquela federação de estados, equivalente ao salário médio da indústria, e 47% superior ao salário médio nacional. Nesse mesmo ano (2006), havia entidades ligadas à cultura em 5.564 cidades brasileiras, apesar de o investimento público dos municípios, em cultura, ser em média de apenas 0,9% do orçamento total das autarquias/prefeituras, a mesma percentagem representada pelo Ministério da Cultura no orçamento do Brasil. Como curiosidade e para efeitos comparativos, refira-se que o valor recomendado pela Unesco é de 2% do Orçamento, valor que é atingido, por exemplo, no Recife. Para se ter uma ideia do dinamismo deste sector, aduzimos que, em termos de equipamentos e ações culturais, ainda neste país: o número de lojas de discos e DVDs prosperou 74% em 7 anos; o número de salas de cinema cresceu 20% apesar de estas se encontrarem em apenas 8,7% das cidades; havia clubes de vídeo em 82% das cidades brasileiras; a quantidade de salas de espetáculos aumentou 55%; o número de museus subiu 41% e o das bibliotecas, 17% (Paula Porta, 2008). É evidente que os critérios para chegar a estes valores no Brasil

não foram certamente os mesmos que foram usados para os EUA, a Inglaterra e a Europa.

A Economia da Cultura é, pois, o setor de maior dinamismo da economia mundial, tendo registado, nos primeiros anos da década passada, uma taxa de crescimento de 6,3% ao ano, quando o conjunto da economia aumentou apenas à taxa de 5,7%. Antes do deflagrar da atual crise, esperava-se que a Economia da Cultura crescesse cerca de 10% ao ano na década corrente, um potencial sustentável, pois o setor depende pouco de recursos não renováveis, já que o seu input básico é a criação artística ou intelectual e a inovação. A previsão não se deve ter confirmado, atendendo à crise que atingiu as principais economias da Europa e dos EUA.

Ao lado da Economia do Conhecimento ou da Informação, a Economia da Cultura integra o que se convencionou chamar *Nova Economia*, dado que o seu modo de produção e de circulação de bens e serviços é altamente influenciado pelas novas tecnologias. Aquele baseia-se na criação e não segue os paradigmas da economia industrial clássica. Com efeito, o modelo da Economia da Cultura tende a incorporar a inovação e a adaptação às mudanças como aspetos a considerar em primeiro plano. Nesses setores, a capacidade criativa tem mais peso do que o capital. As novas tecnologias, sobretudo a digital, criaram novos produtos e outras formas de produzir, divulgar, distribuir e consumir, e, por consequência, abriram oportunidades a novos modelos de negócio e novas formas de competição por mercados (PWC, 2004, “Global Entertainment and Media Outlook 2004-2008”).

PODERÁ A ECONOMIA DA CULTURA SER UM SETOR ESTRATÉGICO?

À pergunta, em título, a resposta só pode ser assertiva e demonstrativa. A Economia da Cultura é estratégica: pelo seu dinamismo; pela geração de produtos com alto valor acrescentado, cujo valor de venda é em grande medida decidido pelo seu autor ou criador; pela alta empregabilidade do setor; pela diversidade de empregos gerados, em todos os níveis, com remuneração acima da média dos demais; pelo baixo impacto ambiental; pelo seu impacto positivo sobre outros segmentos da economia como a produção e venda de equipamentos eletrónicos (tv, som, computadores, telemóveis, etc.); porque tem fortes externalidades sociais e políticas; porque os bens e serviços culturais contêm informação, universos simbólicos, modos de vida e identidades; porque o seu consumo tem um efeito que abrange entretenimento, informação, educação e comportamento; porque a exportação de bens e serviços culturais tem impacto na imagem do país e na sua inserção internacional; porque o seu desenvolvimento económico está fortemente ligado ao desenvolvimento social, seja pelo seu potencial, seja pelo desenvolvimento humano inerente à produção e à fruição de cultura; e ainda porque tem grande potencial para promover a inserção soberana e qualificada dos países no processo de globalização.

TIPOS DE ATIVIDADE CULTURAL

Entre outras realizações, a atividade cultural inclui o artesanato, a dança e as bandas musicais. Os festivais apresentam-se como a mais dinâmica forma de difusão cultural, com capacidade para congregar em espaços, cada vez mais apelativos, para o efeito, manifestações, vivências e novas experiências de cultura popular, música, dança, teatro, cinema e tantas outras artes. Uma tipologia mais elaborada de cultura divide esta em quatro grandes grupos (Eurostat). O primeiro abrange as ditas artes nucleares (*core arts field*) e inclui: as artes visuais com os subsectores do artesanato, da pintura, da escultura e da fotografia; as artes performativas, teatro, dança, circo e os festivais; e o património (heritage), representado em museus, bibliotecas e arquivos, para além dos sítios arqueológicos. O segundo inclui as indústrias culturais: o sector do filme e vídeo, da TV e rádio, dos vídeo-jogos, da música ao vivo, gravada, etc.; e os livros e a imprensa periódica. O terceiro concerne ao design da moda, gráfico, de interiores e de produto e à arquitetura e publicidade. Finalmente, o quarto abrange as indústrias relacionadas com a construção de computadores, MP3, telemóveis, tablets, ipods, ipads e outros, incluindo o subsector do turismo cultural.

QUAIS AS VANTAGENS COMPETITIVAS DE PORTUGAL NA ÁREA CULTURAL?

Portugal possui evidente vocação para tornar a Economia da Cultura em vetor de desenvolvimento estratégico, baseado na sua diversidade cultural e na sua alta capacidade criativa, nas suas importantes vantagens competitivas ligadas à cultura: facilidade de absorção de novas tecnologias; criatividade e vocação para a inovação; disponibilidade de profissionais de alto nível em praticamente todos os segmentos da produção cultural; alta qualidade e boa aceitação de seus produtos culturais em diferentes mercados; património paisagístico, histórico e arqueológico, espalhado por todo o país, algum já classificado como património da humanidade; gastronomia, artesanato genuíno; uma boa rede de museus disseminados por todo o país; diversos festivais internacionais e nacionais de música; potencial para a criação de inúmeras rotas capazes de atrair visitantes variados e com elevado poder de compra em apelativo turismo cultural.

CONTRIBUIÇÃO DO SETOR CULTURAL E CRIATIVO PARA A ATIVIDADE ECONÓMICA DA UE

As estatísticas mostram a prevalência cultural dos grandes países da UE já que a produção está concentrada nos maiores e mais desenvolvidos, especialmente no Reino Unido e na Alemanha, França, Itália e Espanha. De facto, estes cinco estados contribuem com 75% de toda a economia do setor cultural e criativo na União Europeia, valor que está em linha com o seu peso ao nível da situação geral da economia da

Europa, onde a soma dos produtos internos brutos destes cinco países atinge 74% do PIB total da UE25.

A situação desagregada pelos diferentes países da União mostra que o valor acrescentado do setor cultural e criativo é máximo em França, no Reino Unido, na Noruega, na Finlândia e na Dinamarca. O seu peso no PIB global é sempre superior a 3%. Na Bélgica, República Checa, Alemanha, Estónia, Espanha, Itália, nos Países Baixos, na Eslovénia, Eslováquia e Suécia está entre os 2% e os 3%. O peso do valor acrescentado do setor cultural e criativo no PIB é maior nos países do norte da Europa, os Países Escandinavos e Finlândia, do que nos países do sul. Em Portugal, o setor faturou 6.358 milhões de euros, correspondente a 1,4% do PIB (2003), valores que, apesar de elevados, são ainda relativamente diminutos; nesse sentido, pode dizer-se que, também aqui, o país tem ainda um elevado potencial de crescimento.

COMPARAÇÃO INTERSETORIAL DO SETOR CULTURAL E CRIATIVO COM OUTROS SETORES DA UE

Dos poucos setores com contributos superiores a 3% do PIB da UE, temos os casos: da alimentação e bebidas, na Irlanda, Letónia e Polónia; dos produtos químicos, na Bélgica, Islândia e Eslovénia; dos equipamentos elétricos e óticos, na Irlanda, Hungria e Finlândia; e das atividades imobiliárias, na Dinamarca e Suécia. Em França, Itália, Holanda, Noruega e Reino Unido, o setor cultural e criativo apresenta o maior contributo para o PIB nacional entre os setores investigados. Isto quer dizer que em muitos países europeus o setor cultural e criativo é líder no crescimento das riquezas nacionais. Em Portugal, apenas dois setores têm maior peso.

UM SETOR MUITO DINÂMICO

No geral, o setor cultural e criativo apresentou um comportamento impressionante durante o período 1999 a 2003 pois enquanto o crescimento nominal da economia europeia no período foi de 17,5%, o crescimento do setor cultural e criativo foi de 19,7%, logo, 2,2% superior àquele. Isto significa que o setor cultural e criativo cresceu mais rápido do que a economia geral e que tem sido chave ou vital para o desenvolvimento da Europa. Além disso, o setor cultural e criativo apresenta uma tendência positiva ao longo dos anos, o que quer dizer que a sua importância tem vindo a crescer na economia global da Europa e que a sua contribuição para a riqueza europeia se tem vindo a tornar cada vez mais significativa.

CRESCIMENTOS DA FATURAÇÃO E DO VALOR ACRESCENTADO DA CULTURA NA UE

O crescimento médio do volume de negócios é um indicador útil para medir o crescimento do setor em comparação com a economia em geral. O valor total é de 5,4% para a UE25 e 8,1% para a Europa dos 30. Na UE15, o crescimento do volume de negócios da cultura e do setor criativo era maior do que a média de Espanha e Portugal e em certa medida do que a Irlanda, Finlândia, Suécia, Reino Unido e França. O único resultado negativo foi o da Dinamarca, país onde houve uma quebra de 1,9% entre 1999 e 2003. As explicações para esse número negativo podem encontrar-se na análise de alguns setores da indústria que apresentaram resultados inferiores, caso das indústrias dinamarquesas de música, edição e publicidade. Na UE10, o volume de negócios médio cresceu mais do que na UE15. Os novos Estados-Membros estão a recuperar rapidamente o atraso em relação aos seus vizinhos europeus em termos de criação de riqueza. Nos mesmos, o setor cultural e criativo está a contribuir significativamente para o crescimento económico. Entre 1999 e 2003, o crescimento do valor acrescentado do setor cultural e criativo para o PIB foi de 6,6% para a UE25 e 12,3% para a Europa dos 30 e os maiores valores verificaram-se entre os novos estados aderentes.

EMPREGO DO SETOR CULTURAL E SUAS CARACTERÍSTICAS

Por emprego cultural, entendemos o total de trabalhadores ativos que têm profissões culturais ou trabalham em unidades económicas pertencentes ao setor cultural. Há três situações distintas: profissionais da cultura a trabalhar no setor cultural (e.g. um artista numa ópera); profissionais da cultura, mas a trabalhar fora do setor cultural (e.g. designers na indústria automóvel); e profissionais de outras áreas com uma profissão não cultural, mas a trabalhar no setor cultural (e.g. uma secretária numa empresa produtora de filmes). Entre as profissões culturais, também se incluem: arquivistas, empregados de biblioteca e documentalistas; artistas, criadores e atores/performers, autores, jornalistas; fotógrafos e técnicos de gravação e som; profissões intermédias na criação artística e na representação; arquitetos; designers e publicitários.

Noutra perspetiva, o emprego no setor cultural inclui: as atividades de edição de livros, revistas, jornais e gravações áudio; a filmografia, o vídeo, a rádio, e a televisão; as artes da representação; os museus e arquivos, as bibliotecas; a produção de bens culturais a grosso e a retalho; a arquitetura e o marketing. Em 2004, um mínimo de 4.714 milhões de pessoas trabalhavam unicamente no setor cultural e criativo, equivalente a 2,5% da população ativa da UE25, mais um adicional de 1.171 milhões que trabalhavam só no turismo cultural.

A distribuição por género/sexo e idade é equivalente no setor cultural e no emprego geral. A qualificação é maior no setor cultural: 46,8% dos trabalhadores do setor

cultural têm pelo menos um grau universitário em comparação com 25,7% no emprego total. O peso dos trabalhadores independentes no setor cultural é duas vezes maior do que se verifica na economia em geral. O setor cultural emprega 17,0% de trabalhadores temporários, mais do que os 13,3% do emprego global. O peso do emprego em part-time na cultura é superior ao verificado na economia em geral. O peso de trabalhadores com ocupações secundárias é maior do que no emprego total. Deixamos o alerta que são diferentes os métodos e critérios de colheita de dados entre os diversos países o que pode complicar algumas comparações.

A contribuição do emprego cultural, com e sem turismo cultural, ao longo dos 3 anos mencionados na UE-25 caracteriza-se pela sua estabilidade parecendo indicar uma tendência de subida. Considerando que o emprego total na UE-25 diminuiu ligeiramente entre 2002 e 2004, o emprego cultural, com e sem o turismo cultural, aumentou durante o mesmo período. Esta tendência sustenta a perspectiva de que o setor cultural constitui um motor para o emprego ao nível europeu. O setor cultural representa 2,5% do emprego total da UE-25. Se adicionarmos o emprego em turismo cultural ao emprego cultural, a participação sobe para 3,1% em 2004. Entre 2002 e 2004, o emprego cultural aumentou de 3,0% para 3,1%. Sem surpresa, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Espanha são os países cujos setores culturais geram mais emprego na Europa. Cerca de três quartos dos empregos no setor cultural são atribuídos aos cinco países europeus mais populosos. Os números de emprego total revelam a mesma situação. Nesses cinco países, o emprego no setor cultural, com o turismo cultural, representa cerca de 3,1% do emprego total, variando as percentagens entre os 2,5% em França e os 3,8% no Reino Unido. Sem o turismo cultural, a cultura é responsável por cerca de 2,6% do emprego total, 2% em França e 3,2% no Reino Unido. Na UE25, os valores oscilam significativamente, de 1,9% na Eslováquia, 1,3% sem o turismo cultural, para os 6,5% na Hungria, 5,1% sem o turismo cultural. Note-se que a participação do emprego cultural, com e sem turismo, no total, é maior no Norte do que no Sul da Europa.

EMPREGO CULTURAL POR GÉNERO OU SEXO

As distribuições por género no emprego cultural e no total diferem pouco. Em 2004, 45,6% dos empregos culturais na UE eram ocupados por mulheres, ligeiramente acima dos 44,6% verificados no emprego total. Nos países do Leste Europeu, especialmente na Letónia e na Lituânia, a quota de mulheres, respetivamente 70,8% e 76%, é maior do que nos outros países. A proporção de mulheres empregadas no setor cultural é globalmente inferior à média nos países do sul. Malta tem, de longe, a menor percentagem de mulheres empregadas no setor cultural, apenas 20,4%. Apesar do facto de o setor cultural, como um todo, empregar mais homens do que mulheres, a tendência varia em alguns subsectores. Por exemplo, a percentagem de mulheres

empregadas é maior no mercado da arte (52%) do que no setor cultural como um todo (45,6%).

EMPREGO CULTURAL POR IDADES

A distribuição por idade difere pouco entre o emprego cultural e o total. A grande maioria dos empregados e dos trabalhadores independentes pertencem ao escalão 25-49 anos de idade. Em média, para todos os países, a faixa etária dos 25-49 representa entre 60 a 75% dos ocupados no setor cultural, com muito poucas exceções. Os níveis de emprego mais baixos da faixa etária 25-49 encontram-se no Norte da Europa e em Malta. Cerca de 10% dos trabalhadores do setor cultural pertencem à faixa 15-24 anos de idade, contra 10,6% no emprego total. A quota-parte dos 15-24 anos do setor cultural mais elevada surge em Malta (26,2%), Holanda (19,5%) e Reino Unido (13,2%). Os trabalhadores com mais de 50 anos de idade representam 23% do setor cultural, contra 22,8% do emprego total. Estónia (34,9%), República Checa (30,6%) e Finlândia (29%) registam os valores mais elevados nestas idades.

EMPREGO CULTURAL POR NÍVEL EDUCACIONAL

De referir que 46,8% dos trabalhadores do setor cultural têm pelo menos um diploma universitário, em comparação com 25,7% ao nível do emprego total/economia em geral. A proporção de funcionários com formação graduada no setor cultural e criativo é significativa. De facto, 46,8% das pessoas que trabalham neste setor têm pelo menos um diploma universitário, em comparação com os 25,7% verificados ao nível do emprego total. Esta tendência é ainda mais impressionante em alguns subsectores. Por exemplo, no mercado de arte, 62% das pessoas que trabalhavam como negociantes de arte na Europa, em 2002, tinham um grau universitário. Esta tendência pode ser observada em todos os países europeus, sem exceção. Contudo, os níveis mais altos registaram-se num grupo heterogéneo de países, incluindo Chipre (65,3%), Espanha (60,4%), França, Dinamarca, Estónia, Hungria, Lituânia, Luxemburgo, Polónia e Bélgica (mais de 50%, cada). Os valores mais baixos encontram-se na Eslováquia (33,2%), em Portugal (31,9%) e em Malta (24,7%). A diferença entre o nível de educação no setor cultural e o nível de educação noutros setores da economia é particularmente notável em Portugal (31,9% em comparação com 15,1%) e em alguns dos novos Estados-Membros: República Checa (33,6% em comparação com 14,1%), Eslováquia (33,2% em comparação com 15,3%), Hungria (55,2% em comparação com 21,1%) e Eslovénia (47,4% contra 21%). Em termos de tendências, a participação dos empregados com pelo menos um diploma universitário cresceu no setor cultural de 44,8% em 2002 para 46,6% em 2003 e 46,8% em 2004. O elevado nível de educação e de competências dos trabalhadores culturais é um ativo dentro da estratégia de Lisboa. Em particular,

é comumente admitido que as economias dotadas de uma força de trabalho qualificada são mais capazes de criar e fazer uso eficaz das novas tecnologias, bem como de fomentar um ambiente aberto e globalizado. A afluência de uma força de trabalho altamente qualificada ao mercado de trabalho cultural mostra o grande entusiasmo das pessoas para trabalhar, nestes setores, muitas vezes, movidas pela paixão, prontas a assumirem os riscos inerentes a estas profissões e quase sempre a sua precariedade. Esta predisposição deve ser interpretada como um sinal positivo: a força de trabalho europeia está à procura de desafios onde a criatividade é uma força motriz central. Os sindicatos, por outro lado, realçam a crescente procura de jovens altamente qualificados que estão prontos para aceitar baixos salários e cargos menos qualificados. Contudo, o nível de ensino mais alto não é necessariamente equivalente a educação “apropriada”. Embora haja 200.000 estudantes que cursam anualmente os departamentos de artes das universidades e os conservatórios, dos 50.000 graduados nas respetivas áreas, estima-se que menos de 10% ganhem a vida como artistas de sucesso.

As deficiências apontadas incluem: a falta de conhecimento ao nível da economia e da empresa, por exemplo, a incapacidade de fazer julgamentos realistas sobre a sustentabilidade económica das atividades artísticas, quase sempre por falta de interação dos alunos com a indústria durante a fase de formação; a falta de eficácia na compreensão das necessidades do mercado, das metas em termos de audiência, da importância da promoção e do marketing; deficiências na capacidade de compreender e mobilizar oportunidades de financiamento junto dos bancos e das instituições financeiras, dos patrocínios e das doações, das fundações, etc.; e falta de domínio das novas tecnologias da informação e do conhecimento.

CONCLUSÃO

Em termos muito sintéticos, confirmamos a Economia da Cultura como um setor cada vez mais estratégico para o desenvolvimento dos países, que atrai ao seu núcleo principal as artes, o património e as indústrias afetas, particularmente as mais recentes em suporte digital e ela mesma promove o turismo cultural. São elevadas as habilitações dos trabalhadores com uma profissão cultural e em geral jovens, sem predominância de género. Sem dúvida, a Economia da Cultura assume-se como o sector de maior dinamismo e o mais moderno da economia mundial. As taxas de crescimento, mesmo em período de crise, confirmam-no e uma reflexão mais séria também.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alan Peacock (2006), The Arts and Economic Policy (ch 32) in *Handbook of the Economics of Art and Culture, Volume 1, 2006, Pages 1123-1140*,
- Craufurd Goodwin (2006), Art and Culture in the History of Economic Thought (Ch 2) in *Handbook of the Economics of Art and Culture, Volume 1, 2006, Pages 25-68*
- D. Paul Schafer (1994). Cultures and economies: Irresistible forces encounter immovable objects Original Research Article: *Futures, Volume 26, Issue 8, October 1994, Pages 830-845*
- David Throsby (2001). *Economics and Culture*. Cambridge University Press, 2001. xv + 208 pp., H. Peter Gray, Rutgers—the State University of New Jersey, Newark, New Jersey 07102 *Journal of Comparative Economics* 30, 218–219 (2002), doi: 10.1006/jcec.2001.1748, available online at <http://www.idealibrary.com on>, BOOK REVIEWS
- European Commission (2006). The economy of culture in Europe, Study on the Economy of Culture in Europe, KEA European Affairs with the Turku School of Economics and the MKW Wirtschaftsforschung GmbH: The Economy of Culture in Europe. October 2006.
- Eurostat (2011). “Cultural statistics pocketbook”, eurostat
- Jean Tardif, Joëlle Farchy (2011). Les enjeux de la mondialisation culturelle, Éditions du Bord de l'eau, Collection Mondialisation, culture et communication, juin 2011
- Léonce Bekemans (1994). Economy and culture in European society— Methodological considerations, in *History of European Ideas, Volume 19, Issues 1-3, July 1994, Pages 261-268*
- Marcus Berliant, Masahisa Fujita (2012). Culture and diversity in knowledge creation, *Regional Science and Urban Economics, Volume 42, Issue 4, July 2012, Pages 648-662*,
- Marie Connolly, Alan B. Krueger (2006) Chapter 20 Rockonomics: The Economics of Popular Music (Ch. 20), in *Handbook of the Economics of Art and Culture, Volume 1, 2006, Pages 667-719*, Alan B. Krueger
- P Cannon-Brookes (2000). Museums and Cultural Economics, in *Museum Management and Curatorship, Volume 18, Issue 4, December 2000, Pages 327-333*
- Paul Streeten (2006). Culture and Economic Development (Ch 13) in *Handbook of the Economics of Art and Culture, Volume 1, 2006, Pages 399-412*
- Paula Porta (2008). Economia da Cultura, Um Setor Estratégico Para O País (Brasil), <http://www.cultura.gov.br/site/2008/04/01/economia-da-cultura-um-setor-estrategico-para-o-pais/>. Acedido em Agosto/ 2012
- PWC (2004). “Global Entertainment and Media Outlook 2004-2008”. Price Waterhouse Coopers, 2004
- Stanley N. Katz (2006). Philanthropy (ch 37) in *Handbook of the Economics of Art and Culture, Volume 1, 2006, Pages 1299-1321*,
- Stephan Meier (2006) The Economics of Museums (ch 29) in *Handbook of the Economics of Art and Culture, Volume 1, 2006, Pages 1017-1047*, Bruno S. Frey
- www.wikipedia.com, acedido em Agosto de 2012

Ubimuseum

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior

Achegas da Arqueologia à História da Covilhã: o património urbano e a cintura das muralhas

Michael Heinrich Josef Mathias

mmathias@ubi.pt

Universidade da Beira interior

ABSTRACT

This article aims to present some archeological observations as well as comments on the medieval occupation of the ‘village of Covilhã’, which the author has had the opportunity to visit in recent years and, at the same time, to try and give an account of the acquired experiences within the framework of the Centro de Estudos e Proteção do Património of the University of Beira Interior (Heritage Study and Protection Centre of the University of Beira Interior). The archeological follow up of the reconstruction works of buildings in historical areas is still of the utmost importance since it provides new pieces of a puzzle which will further allow the completion of the urban center’s image.

KEY-WORDS

Covilhã, Archeology, Heritage, Walls

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar algumas observações arqueológicas e comentários, sobre a ocupação medieval da “vila da Covilhã”, que o autor teve oportunidade de fazer nos últimos anos e relatar as experiências adquiridas no âmbito dos serviços prestados pelo Centro de Estudo e Proteção do Património da Universidade da Beira Interior. O acompanhamento arqueológico de obras de reconstrução de

edifícios em zonas históricas continua a ser importante, porque fornece peças novas de um “puzzle” que permitem completar cada vez mais a imagem do passado dos centros urbanos.

PALAVRAS-CHAVE

Covilhã, Arqueologia, Património, Muralhas

SIGLAS E ABREVIATURAS

DR – Diário da República

FAUP – Faculdade de Arquitectura Universidade do Porto

ML – Museu de Lanifícios

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

IPI – Inventário do Património Industrial

UAL – Universidade do Algarve

INTRODUÇÃO

Com raras exceções, a arqueologia urbana é caracterizada por intervenções pontuais de emergência, no âmbito de obras de melhoramento das infra-estruturas como o saneamento ou de recuperação, quando o objeto em causa está classificado ou se encontra na zona de proteção de um monumento classificado. Essas intervenções arqueológicas, escavações ou levantamentos arqueológicos, revelaram, desde as primeiras ações ao nível europeu nas décadas após a primeira Guerra Mundial até a atualidade, factos históricos que, como peças de um puzzle, podem dar uma imagem nova do local, ainda desconhecida do passado, apesar da existência de ricas fontes documentais. As fontes arqueológicas urbanas são de uma qualidade própria, insubstituível, constituem documentos da vida diária, que outros tipos de fontes históricas omitem. Com efeito, não são caracterizadas pela vontade de o homem as quererem transmitir ao futuro, antes representam as coisas que aquele queria deitar fora, que não achava serem dignas de conservação ou, simplesmente, perdeu.

O presente artigo tem como objectivo apresentar algumas observações arqueológicas e comentários, sobre a ocupação medieval da “vila da Covilhã”, que o autor teve oportunidade de fazer nos últimos anos e relatar as experiências adquiridas no âmbito dos serviços prestados pelo Centro de Estudo e Proteção do Património da Universidade da Beira Interior. O Arquivo Municipal da Covilhã revela-se também uma fonte rica, que pode dar informações ainda não aproveitadas, sobretudo no diz

respeito à transformação da estrutura urbana nos finais do século XIX até a meados do séc. XX, que afetou o padrão medieval ainda à data existente e permitiria reconstruir o desaparecido através da análise das propostas de melhoramento.

PATRIMÓNIO COVILHANENSE

Foram já publicadas várias monografias e contributos relacionados com a história da cidade da Covilhã de que citamos apenas algumas, sem intenção de menosprezar todos os outros omitidos. Datam de 1899 os *Subsídios para a Monografia da Covilhan* de um natural desta cidade, Arthur de Moura Quintella, interessante obra reeditada em fac-símile pela Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural da Covilhã em 1990. A partir de 1958, Luís Fernando Carvalho Dias publicou a sua *História dos Lanifícios (1750-1834): Documentos*, em cinco volumes. No âmbito das comemorações do Centenário da Cidade da Covilhã, em 1970, José Aires da Silva lançou nova *História da Covilhã* e fez uma síntese das informações a que teve acesso. Há quatro anos, o IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), do então Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicou, na revista *Monumentos: Cidades/Património/Reabilitação*, número: 29, Julho 2009, o dossiê “Covilhã, a cidade-fábrica”. Os autores dos primeiros dois artigos José Miguel Rodrigues (FAUP) e Daniela Pereira (UAL) apresentam a evolução e estrutura urbanística da Covilhã. No fim do dossiê encontra-se o Inventário do Património Arquitectónico do IHRU.

A cidade da Covilhã situa-se na encosta nascente da Serra da Estrela a uma altitude de 550 a 750 metros. O seu centro histórico é delimitado a noroeste pela ribeira da Carpinteira e a sudeste pela ribeira da Degoldra, que descem da serra, envolvem a cidade e se juntam, a cerca de três quilómetros do centro, tomando o nome de ribeira do Corges, que desagua no rio Zêzere na Cova da Beira. As origens da cidade são desconhecidas. Ainda não se obtiveram achados arqueológicos, dentro da cidade, que comprovem ter havido uma ocupação romana ou anterior. As incursões muçulmanas também não deixaram claros vestígios. Assim a fundação da cidade é atribuída nas lendas e narrativas ao fictício Conde Julião, e o nome da cidade, à sua mal-afamada filha Florinda, Júlia ou Júlia da Cava. O relevo do espaço urbano fora e dentro das muralhas não é homogéneo ou uma simples área inclinada. A muralha circunda quatro colinas, das quais a mais alta é a do castelo com cerca de 730m de altura. Para nascente, na Rua da Ramalha fica outra colina com 709m, a sul desta, situa-se outra com 700m e uma última no Largo do Rosário com 706m. A atual Câmara Municipal fica a 676m. As últimas três formam núcleos habitacionais ogivais, bem visíveis na planta da cidade. Fora do recinto amuralhado, confirmam-se vários núcleos à volta de igrejas e capelas, entre elas, o núcleo da capela de São Martinho, ainda em 1758, “situada fora da vila e freguesia solitária mas perto da povoação” que contava sessenta e oito fogos (Silva, 1970:81), e ainda outro, junto do mosteiro da Ordem de S.

Francisco. Em 1320, a vila da Covilhã tinha 14 igrejas (Silva, 1970:81): Santa Maria do Castelo, S. Salvador, S. Pedro, S. Bartolomeu, Santa Maria Madalena, S. Domingos, S. Estêvão, S. Martinho, S. Miguel, S. Silvestre, S. Tiago, S. Lourenço, S. João Martir in Collo e S. Vicente. Só uma única, a igreja da “Santa Maria do Castelo” se situava dentro das muralhas. Tinha três naves e sete altares e estava localizada no sítio da atual igreja de “Santa Maria Maior”, que foi edificada pelos anos de 1872 a 1886 (Quintella, 1899:128). Somente uns alicerces foram aproveitados da antiga igreja. Muitas outras igrejas e capelas desapareceram no final do séc. XIX e início do séc. XX e deram espaço para a construção de novas casas particulares ou instalações fabris. O “Plano de Melhoramentos” de 1883 ainda mostra a localização de muitas delas. Deste património da Arquitetura Religiosa, foram classificadas como imóveis de interesse público a capela de S. Martinho (Dec. 45327, GD 251 de 25-10-1963), a igreja de Nossa Senhora da Conceição (Dec. 1/86, DR 2 de 3-01-1986), a igreja da Misericórdia (Dec. 67/97, DR 301 de 31-12-1997), e a capela do Calvário (Dec. 42692, DR 301 de 31-12-1997). A capela de S. Martinho, o templo mais antigo da Covilhã, data provavelmente do séc. XIII. A construção da Estrada Real Nº 55, atual Rua Marquês d’Ávila e Bolama, no séc. XIX, modificou a topografia profundamente, a capela fica, hoje em dia, vários metros acima do nível da Rua Marquês de Ávila e Bolama, separada da zona envolvente. A Igreja da Nª Sª da Conceição é o que ficou do antigo convento da Ordem de S. Francisco, ali existente desde o séc. XIII. Em 1834, o industrial Mendes Veiga adquiriu o convento onde instalou uma fábrica. A igreja tornou-se igreja matriz da paróquia. O seu aspeto atual é resultado de inúmeras intervenções ao longo dos séculos. A Igreja da Misericórdia situa-se no centro da cidade no Largo do Município, antigo Largo do Pelourinho, a sua construção iniciou-se no séc. XVII, as últimas intervenções datam dos anos 40 do séc. XX. As consecutivas obras da remodelação do largo, a partir dos anos 50 do séc. XX, a demolição da “Câmara Filipina” do início do séc. XVII, ameaçaram também a existência desta igreja. A Capela da Santa Cruz, ou Capela do Calvário, construída ou recuperada por D. Luís, filho de El-Rei D. Manuel I e senhor da Covilhã fica no sopé da Serra perto dos poucos vestígios do castelo da Covilhã e, como todos os outros monumentos aqui mencionados, fora do perímetro das muralhas da cidade.

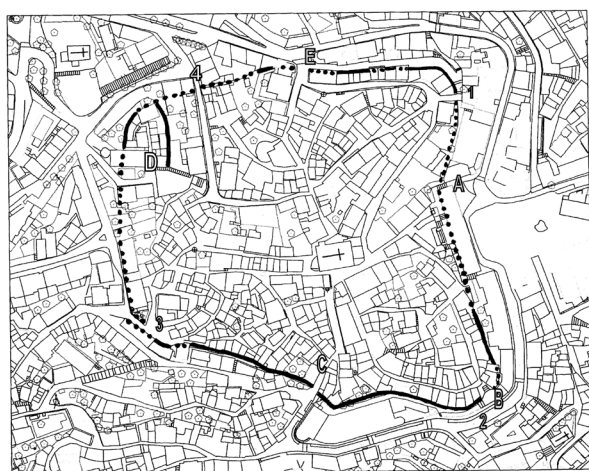
Do património industrial, até à data, só o “Conjunto de Fornalhas e Poços Cilíndricos da antiga Tinturaria da Real Fábrica de Panos da Covilhã” foi classificado como imóvel de interesse público (Dec. 28/82, DR 47 de 26-02-1982), situado na margem esquerda da Ribeira da Degoldra e musealizado como Pólo I do Museu de Lanifícios da UBI, na Rua Marques d’Ávila e Bolama. Em vias de classificação, com despacho de abertura, encontra-se “O Conjunto Industrial da Fonte do Lameiro”, na Ribeira da Carpinteira, onde se notam os vestígios da “Fábrica Velha” que o Conde de Ericeira implantou como a primeira manufatura no séc. XVII.

O património da Arquitectura Civil classificado ou em vias de o ser ou em estudo de classificação abrange uma série de monumentos datáveis do séc. XIV até aos meados do séc. XX. A mais antiga construção classificada como imóvel de interesse público (Dec. 28/82, DR 47 de 26-02-1982) é a Cisterna Medieval em edifício do séc. XVI na Rua 1º de Dezembro, nº 10, atrás da atual Câmara Municipal. É uma fonte de mergulho de abobada de berço de volta perfeita, a única fonte dentro do recinto das muralhas, provavelmente o "Poço d'el Rei", de que fala um documento de 1641. Perto da Igreja de "Santa Maria Maior", fica a "Casa das Morgadas", solar do séc. XVII, construído por um industrial de lanifícios, com salas de tetos pintados, classificada como imóvel de interesse municipal (Dec. 28/82, DR 47 de 26-02-1982). Em frente da mesma igreja, situa-se a "Casa dos Ministros", edifício do séc. XVIII de dois pisos, o primeiro de grandes arcadas e o segundo que deu alojamento aos juizes de fora e posteriormente ao chamados ministros territoriais, classificada como imóvel de interesse público (Dec. 5/2002, DR 1ª Série B,19-02-2002). Em vias de classificação, encontram-se o chamado "Palacete do Jardim", projeto do arquiteto Ernesto Korrodi dos anos 20 do último século, vivenda da família José Maria Bouhon, industrial de lanifícios de origem belga, com elementos arquitetónicos da Arte Nova. Testemunho da arquitectura do Estado Novo nos anos 50 é o conjunto composto dos edifícios do Cineteatro, da Câmara Municipal, inaugurada em 1958, da Telecom, antigos CTT, e da Caixa Geral de Depósitos no Largo do Município, antigo Largo do Pelourinho, em vias de classificação. Os vestígios do Pelourinho também foram classificados (IIP Dec. 23122, DG 231, 11-10-1933). O conjunto do Centro Histórico e a Judiaria da Covilhã encontram-se em vias ou em processo de estudo de classificação.

A arquitetura militar é constituída pelo maior monumento, em termos de expansão, os vestígios das muralhas e do castelo da "villa da Covilhã" outrora ali existentes. Tendo como base a descrição das muralhas na "História dos Lanifícios (1750-1834)", foi elaborado, em 1980, por Ana Maria Mosa Carvalho Dias e Jorge Manuel Pestana Forte de Oliveira, um relatório intitulado "Relatório sobre as muralhas da cidade da Covilhã" acompanhado por uma planta e documentação fotográfica. O relatório serviu de memória descritiva no processo de classificação das muralhas. Seis anos depois, as muralhas da Covilhã foram classificadas como "Imóvel de Interesse Público" (Diário da República, Série 2, 1/86 de 03-01-1986).

Como fonte cartográfica, é de mencionar o levantamento topográfico de 1882 e o «Plano de Melhoramentos da Covilhã» de 1883 a escala 1/2000 feito pelo Eng.º Antunes Navarra de Castelo Branco, que se encontra no Arquivo Municipal, e que representa um importante documento para a história urbanística da cidade, talvez o primeiro baseado na triangulação (Delgado, 2006: 192-193). A Planta Aerofotogramétrica da Covilhã da GATUR de 1970 a escala 1/1000 mostra nas folhas 5H e 5I alguns pormenores sobre tudo na zona do castelo, que já não constam na cartografia mais recente.

O início e a autoria da construção das muralhas tal como a origem da cidade ainda não foram suficientemente investigadas, como já foi referido. Certo é que D. Sancho I concedeu foral à Covilhã em 1186 e legou no seu testamento em 1188 ou 1189 “86035 soldos e pipiões” para os muros das vilas da Covilhã, de Coina e de Coruche. D. Dinis iniciou o alargamento das muralhas em 1303. Quintella relata que a antiga Covilhã estava situada na parte mais baixa da cidade actual (1899) junto aos pomares da ladeira Martir in Collo: “S. Martinho á Cruz da Ratta, ou Ponte Martyr-in-Collo e Corredoura. Foi ainda neste local que se realizou a reedificação ordenada por D. Sancho I”, onde se situa o Pólo I da Universidade da Beira Interior, a antiga Real Fábrica, a Capela de S. Martinho do séc. XIII e o Museu dos Lanifícios. Durante das obras da construção do Parque da Degoldra, no âmbito do Programa Polis, foram feitos achados arqueológicos, que causaram alguma polémica entre os representantes do IPA e os promotores do projeto, bem como o arco da antiga “Ponte do Rato”, que não foram integrados no projeto realizado, aguarda-se a publicação do registo arqueológico. A exposição do terreno para Sudeste oferece ao local boas condições habitacionais. Existem várias linhas de água para além da Ribeira de Degoldra, porém, más condições para a defesa. Quintella cita Alexandre Herculano, que era de opinião que a Covilhã já se tinha organizado municipalmente por si mesma antes de se lhe conceder foral. A mesma observação faz José Mattoso relativamente aos “foros” das vilas do Riba Côa.



Covilhã Centro Histórico

A CINTURA DAS MURALHAS: ILUSTRAÇÕES E DESCRIÇÃO

A cintura das muralhas forma, grosso modo, um trapézio com cantos arredondados como se observa na ilustração imediata.

Notamos as cinco Portas e os quatro postigos, nomeadamente as “Portas da Vila” –“A” e as “Portas do Sol” – “B” para nascente, as “Portas de S. Vicente” – “C” para sul, as “Portas do Castelo” – “D” para poente e as “Portas de Altravelho ou Caravelho”-“E” para norte, e quatro postigos, o “Postigo do Terreiro da D. Teresa” –“1”, o “Postigo da Barbacã”-“2”, o “Postigo do Rosário”-“3”, e o “Postigo da Pouza”-“4”, asseguravam a comunicação com os arrabaldes. Hoje em dia

resta pouco menos do que a metade da antiga cintura da muralha. No passado, as autoridades e os cidadãos só se lembravam das muralhas em tempos de perigo. D. Afonso V, em 24 de Junho de 1459, responde aos procuradores da então vila da Covilhã Afonso André e Fernão da Costa (Quintella, 1899: 32):

“Item, Senhor, os muros e barreiras d’esta Villa são mui danificadas e destruídas e tem mui grandes quebradas os muros e furtão d’elles muitos cantos e pedras e pode se acontecer mais azinho cousa de mester: pedimos-vos por mercê que os mandeis correger e reparar porque sentimos que será vosso serviço. A este respondemos que podem bem e nos apraz outhorgar requerrão a Fernão da Silveira e o Desembargo para elle”.

No primeiro ano das Guerras da Restauração, em 1641, as muralhas encontravam-se em estado lamentável. Os procuradores da Vila da Covilhã Francisco Botelho da Guerra e João de Sousa Falcão apresentam às Cortes em 1641 no Capitulo 14 (Pires, 1983: 9-11):

“...os muros e fortalezas que antigamente se fizeram para a sua defesa, em tempos da guerra, estão desbaratados em alguns partes... dos muros a dentro há somente uma fonte que é o poço que chamam del-Rei ... junto das fortalezas da parte fora, está a Fonte Nova que se pode meter das fortalezas para dentro. Pedem a V. Magde. mande acudir e reparar as ditas fortalezas e que a dita fonte se meta dos muros para dentro”.

A demolição sistemática inicia-se em 1769 por ordem real para aproveitar as pedras das muralhas para a construção da nova Real Fábrica como mostra a carta régia dirigida aos Juiz, Vereadores e officiaes da Câmara da Villa da Covilhã (Quintella, 1899: 102-103):

“Sou servido ordenar-vos que mandeis entregar a ordem do Superintendente e do Administrador da mesma Fabrica André Lombardy toda pedraria dos muros cahidos d’essa Villa para a construção do edifício da nova fabrica a que se deve proceder sem perda de tempo.

Esripto no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, a doze de Maio de 1769.

Rei. Para o Juiz, Vereadores e officiaes a Câmara da Villa de Covilhã.”

Como muitos outros monumentos patrimoniais em todo o país foram demolidos, em 1853, os “restos de uma torre e muralha” da antiga cerca da vila, como acusava uma revista de Lisboa (Rosas, 1995:420):

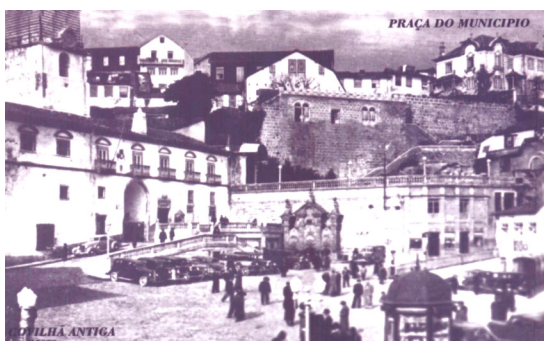
“ Outro facto vandalico se deu ultimamente na villa da Covilhã, e que pertence a história da câmara transacta; a qual por mero arbítrio se ordenou a demolição dos restos de uma torre e muralha da antiga cerca da villa, sendo certo, que este medida não tinha em vista utilidade ou comodidade pública, mas unicamente o interesse de alguns camaristas, que aproveitaram a pedra da demolição para edificações suas particulares”.

No séc. XX, as demolições continuaram. Com efeito, nos anos cinquenta do século passado, o Estado Novo permitiu grandes modificações urbanísticas no centro da cidade. Começou a construção dos edifícios da “Caixa Geral de Depósitos”, dos “CTT” e da



nova "Câmara Municipal", além de outros projectos como o "Hotel Sol Neve", o "Cine-Teatro" e o antigo "Café Montalto", que alteraram completamente o aspeto da Praça do Município, vulgarmente chamado de Pelourinho, que já tinha desaparecido no século XIX. Na ilustração imediata, observamos o edifício da Câmara, o antigo "Café Montalto" e a torre do "Cine-Teatro", após a última intervenção no âmbito do Programa Polis.

O novo edifício da Câmara Municipal, inaugurado em 1958, veio substituir o antigo paço e cadeia concelhios, de construção filipina, concluída em 1614 (Quintella, 1899: 84). Este edifício, como mostram as antigas fotografias imediatas, estava encostado à muralha no sítio das chamadas "Portas da Villa" (A). Essas portas tinham duas torres: uma, na parte do norte já tinha desaparecido, e a outra, do lado sul, ficou integrada na nova construção tal como a própria porta denominada "Arco da Cadeia". No centro das fotografias, vê-se a "Casa da Hera" que pertencia ao Infante D. Luís, filho de D. Manuel I e Senhor da Covilhã, e a "Fonte Nova" que foi desmontada e reconstruída no Jardim ao pé da Igreja da N^a Sr.^a da Conceição. As pedras no primeiro plano da Foto 3 restam do antigo mercado que ali existia.



Os vestígios da muralha ainda existente encontram-se nas traseiras dos edifícios da Rua António Augusto d'Aguiar e foram aproveitados para sobre eles se erigirem casas de habitação da Rua 6 de Setembro. Aqui, foi feito um estudo sobre o impacto de obras de reconstrução da casa com o n.º 30, na Rua 6 de Setembro, e da zona envolvente ou melhor da parcela de terreno em frente à muralha.



Trata-se de uma faixa estreita de terreno de cerca de 50 metros de extensão em frente à muralha, cheia de entulho e de vegetação brava, acima do edifício da Telecom (antigo edifício dos CTT). O pano exterior da muralha assenta directamente na rocha granítica. O aparelho é composto por fiadas irregulares de blocos retangulares ou quadrados. A primeira fiada é um pouco saliente e forma uma espécie de sapata. Uma característica deste aparelho, que se pode também observar em vários outros troços da muralha, é a quase ausência de pedra miúda. Na cave do edifício, existem as pedras do pano exterior que na altura da construção não foram cortadas, mas simplesmente endireitadas e rebocadas.



A “Rua António Augusto d’Aguiar” conduz a uma praça onde está o antigo edifício dos Correios, até há bem pouco tempo, posto da PSP. Nas traseiras deste edifício, sobe a “Rua da Barbacã” até a praça. Este topónimo faz referência a importante elemento de fortificação a fim de proteger uma porta, neste caso das “Portas do Sol”, que obrigava a passar por aqui antes de subir para as portas. Desconhece-se onde se situou o “Postigo da Barbacã”, a que se refere a descrição de 1758 (Dias, 1958: 35-36). Talvez desse acesso à capela de S. Silvestre aqui perto. Hoje, uma longa escada vence o desnível de cerca de 10 m de altura até as portas. Das “Portas do Sol”, nada resta, tinha também duas torres como as outras portas (Quintella 1899: 91). Para além da localização das “Portas do Castelo” (D) no alto, todas as outras ficam em baixo numa linha de água, como é o caso das “Portas da Vila”, que já vimos, as “Portas de S. Vicente” (C) que se seguem e as “Portas do Altravelho” orientadas para o norte.

As “Portas do Sol” dão acesso a um núcleo habitacional de forma mais ou menos ogival e compõem uma das quatro colinas, que a muralha circunda. Cabe aqui uma referência à judiaria da Covilhã. No entanto, a localização das Judiarias da

Covilhã, dentro e fora das muralhas, é um assunto que merece um estudo a parte. A antiga judiaria da Covilhã situava-se na actual “Rua das Portas do Sol” e a Casa dos Ministros, na esquina com a Rua 1º de Dezembro. A sua zona de protecção abrange a estreita Rua de Baptista Leitão, que conduz ao ponto mais alto com uma cota máxima de 700m. No âmbito da reconstrução do prédio sito no nº 17 dessa rua, foram feitas observações e conseqüente intervenção arqueológica, que deu como resultado um espólio de cerâmica datável da Idade Média até ao século XX sem contexto estratigráfico seguro. Porém um pequeno silo cilíndrico de 80 cm de diâmetro e 70 cm de profundidade e fundo arredondado, achado neste lote, forneceu uma série de peças de cerâmica de pasta cinzenta com quartzo, que pode ser considerada depositada ao mesmo tempo e por isso serve para a determinação da datação desta estrutura arqueológica. Ali se achou o fundo de um alguidar, com cerca de 29 cm de diâmetro e decorado com impressões digitais no exterior e uma fita destas impressões no interior. Têm-se encontrado achados idênticos na “Cerâmica Comum em Conímbriga”. Jorge de Alarcão, na estampa XXXVI, nº 739, mostra um alguidar de uma decoração muito similar, explicando, na página 113, que este tipo de decorações é comum a louças de várias épocas, citando nomeadamente o seu aparecimento em achados descobertos num castelo perto de Conímbriga, fundado por D Afonso Henriques no séc. XII. Este silo seria um primeiro indício de uma ocupação medieval deste sítio já no século XII. As sepulturas antropomórficas achadas uns anos atrás entre a Casa dos Ministros e da Igreja de Santa Maria na Rua 1º de Dezembro são mais difíceis para datar, mas não contrariam uma ocupação no séc. XII. Também parece que o traçado das ruas actuais não é meramente por acaso ou uma simples consequência da topografia, porém resultado de uma intervenção planeada: um núcleo habitacional amuralhado com a sua porta própria e uma “barbacã” que as outras portas não têm. Talvez fosse possível identificar este núcleo amuralhado como as muralhas de D. Sancho I e o recinto maior com a intervenção de D. Dinis em 1303. Uma “barbacã” em frente das “Portas do Sol” só podia cumprir a sua função defensiva sem a existência das “Portas da Vila” e das “Portas de S. Vicente”. O acesso à “barbacã” poderia ser feito pela “Rua António Augusto d’Aguiar”. Existe um desnível considerável de vários metros entre esta rua e a “Rua do Capitão Alves Roçadas” que corre paralelamente. Quem se aproximasse das “Portas do Sol” tinha à sua direita as muralhas, à sua esquerda o terreno inclinado e à sua frente a barbacã onde devia passar para entrar nas portas. Um guerreiro com o seu escudo na mão esquerda e a espada na mão direita apresenta-se desprotegido aos defensores acima da muralha, um esquema que se encontra muitas vezes nos acessos às portas de castelos. Entre as “Portas do Sol” (B na planta) e as “Portas de S. Vicente” (C na planta), as muralhas ficam bem visíveis já de longe e são o traço mais característico e pitoresco das mesmas como se observa na foto imediata

As pedras da muralha assentam diretamente em cima da rocha e servem de alicerces para as casas mais antigas da “Rua das Portas do Sol”. Aqui, também se verificam várias fases de reconstruções com aparelhos diferentes, a última datável do ano de 2005, após uma derrocada no ano anterior. Infelizmente, não foi possível fazer observações durante as obras de reconstrução, que teriam permitido obter mais pormenores sobre a construção. Por exemplo, fica a questão se a muralha na sua parte inferior, onde assenta em cima da rocha e fica encostada a ela, é composta somente de um pano e só quando ganha em altura é rematada com um pano interior. O edifício da Praça esconde uma parte da muralha até às “Portas de S. Vicente”. A “Igreja de S. Vicente” situava-se umas dezenas de metros à frente das portas. Alguns elementos arquitectónicos ainda estão conservados no edifício que foi construído no local.

Nas “Portas de S. Vicente”, desapareceram os cunhais visíveis e o que atualmente observamos resulta provavelmente do novo arranjo da rua, após a demolição das duas torres, que se encontravam inteiras ainda no século XVIII, mas em estado de degradação como consta: “A terceira he a porta chamada de S. Vicente para o Poente com duas torres, como as outras asima as quaes ambas estão inteiras e huma tem alguma abertura e barriga ainda que não muito grande; porém outra tem huma grande abertura e ameaça ruína” (Quintella 1899: 91). A cota do nível é de 675m.

A muralha mantém-se bem conservada nas traseiras das casas da “Rua D. Cristóvão de Castro”, que sobe até ao “Largo do Rosário” a 700m. Aqui levanta-se a mesma questão relativamente a técnica da sua construção.

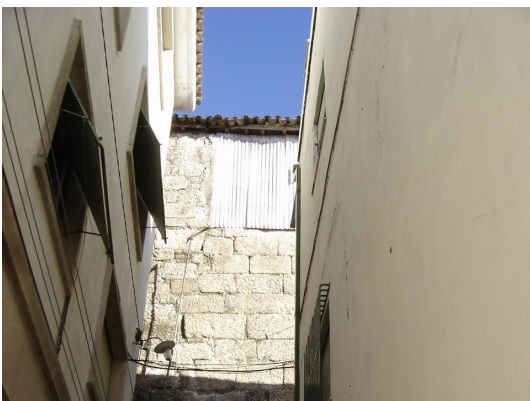




Na “Rua da Formosura”, antiga Rua das Lages”, existem duas casinhas velhas com os números 19 e 21 que parecem assentar diretamente na muralha. É curioso que estas casas modestas, de um piso só, possuam uma parede exterior composta de blocos de granito em fiada. Tudo leva a crer que os restos do pano interior da muralha foram aqui aproveitados como parede, todavia, observação que merece ser investigada. Quatro casas na Rua das Rosas em recuperação, em que estamos atualmente envolvidos, com os colegas do Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura, o arquiteto Fernando Dinis e o Professor Martin Höck, comprovam uma situação semelhante, como é visível na “Rua D. Cristóvão de Castro”.



Ali, as casas encostam-se ao pano interior das muralhas e aproveitam pequenos espaços, por exemplo, para quartos de banho, entre os panos e por cima das mesmas. O desnível, estimado à base das cotas na planta da cidade, é de quase 10m. Num estudo prévio sobre o impacto da reconstrução do edifício no Largo do Rosário, realizado pelo autor, foi possível comprovar que a parede dorsal da cave, do piso térreo e do 1º piso, é constituída pelo pano exterior das antigas muralhas da cidade da Covilhã. O seu estado de conservação é satisfatório. No processo da construção do actual edifício foram colocados cachorros de betão na muralha, que aliás causaram danos muito reduzidos.



É bem provável que a muralha também se tenha conservado nas duas casas que se seguem embora o seu percurso se perca um pouco nas proximidades do “Largo do Rosário”. O “Postigo do Rosário” localizava-se certamente aqui e é o único postigo que pode ser identificado com rigor. O nome refere-se a uma igreja “Senhora do Rosário” que existia nos finais do séc. XVI. Foram feitas do lado da Câmara da Covilhã e de pessoas particulares várias tentativas para instalar aqui um mosteiro que não resultaram. Quintella relata que a igreja foi

transformada em casa de habitação e oficina de serralharia (Quintella, 1899:125). No site <http://fotos.sapo.pt/pjesus/fotos>, o autor publica uma fotografia intitulada: “Capela N^a Sr.^a do Rosário e o 1^o Cortejo o 1^o de Maio na Covilhã em 1904” que ainda mostra a porta da capela de arco de volta perfeita.

Daqui, sobe a “Rua Capitão João de Almeida”, de cerca 700m de altitude até à “Rua do Castelo”, a 730m. Das antigas muralhas, restam vestígios num prédio de habitação, que o levantamento de 1883 já representava. Depois, segue a antiga fábrica de Francisco Ribeiro Aibéo (Covilhã, ML,IPI, Ficha: SMA.08 (R.C.64). O edifício foi inaugurado em 1937. Os muros das propriedades que se seguem, quintais com árvores, não continuam no alinhamento destes prédios, mas rumam alguns graus para a esquerda e mostram um aparelho completamente diferente em comparação com as muralhas, pedra grossas pouco talhadas assentes directamente na rocha granítica, aqui visível, a parte superior é composto de pedra miúda e rematada por lajes estreitas e compridas. Esta mudança do rumo é provavelmente um resultado das propostas do Plano de Melhoramentos de 1883, que mostra desenhado com lápis o estado actualmente existente. A fábrica do lado esquerdo também segue este novo alinhamento (Covilhã, ML, IPI, Ficha: SMT.30 (R.C.55).

Tudo isto leva a crer que a antiga muralha da cidade subiu no alinhamento da “Fábrica dos Aibéos” até ao alto do castelo. Desconhece-se a data do desmantelamento. Neste troço, o terreno não apresenta grandes desníveis ou encostas íngremes, que os mestres da fortificação podiam ter aproveitado, como nos troços já referidos. Parece-nos que aqui a muralha estava composta de dois panos desde os alicerces ao topo. O facto de as muralhas acompanharem a inclinação do terreno e não criarem um patamar impediu o seu posterior aproveitamento como alicerces ou





parede de casas e facilitou a sua ruína e posterior desmantelamento. Quem continua a subir a “Rua Capitão João de Almeida” até ao cimo, à “Rua do Castelo” (cota 726m), encontra à sua esquerda uma torre octogonal.

Trata-se de um depósito de água da antiga “Fábrica do Castelo”, que foi alimentado por um aqueduto, demolido nos anos trinta do último século e não da “Torre de Menagem” (Pereira, 2009: 18). Ainda existe uma antiga fotografia, que mostra uma passagem por baixo do aqueduto, o chamado “Arco da Coarca”, também designado como Portas do Castelo, que parece pouco provável, porque este troço corre W-E e não N-S para dar entrada ao castelo.

O castelo situa-se no ponto mais alto da antiga vila a cerca de 730m. Tal como a origem da cidade, também a fundação do castelo é desconhecida. As fontes medievais, até agora consultadas, informam sobre as muralhas, sem referência ao castelo. Em 1320, já existia a Igreja de Santa Maria do Castelo e, em 1384, a Covilhã é uma das praças do reino que obedecem a Castela. Nas fontes do séc. XVIII já citadas, existem duas descrições do próprio castelo e das “Portas do Castelo”. As “Portas do Castelo” eram protegidas por duas torres, uma retangular e outra de cinco quinas, que era simultaneamente a torre de menagem do castelo (Quintella, 1899: 84). Esta torre tinha 190 palmos de circunferência, o que dá um valor de cerca de 45m ou 9m de cada lado. A sua altura era de 100 palmos, portanto cerca de 25m. A porta no interior do castelo encontrava-se a “mais de quinze palmos acima dos alicerces”, cerca de 4m de altura. Já não dispunha de escada de acesso nem pisos interiores. Tinha só três pequenas aberturas, seteiras ou janelas e, em 1734, apresentava séria degradação. Em Março de 1758, caíram duas quinas até ao meio e as que ficaram em pé ameaçavam total ruína, como relata o inquérito paroquial. Segundo este documento, tinha o castelo uma porta situada na parte nascente, flanqueada por duas torres. Uma

delas caiu em consequência do terramoto: “há dois anos, ouço, mais ou menos, caiu um dos torreões da porta”. Quintella traz a informação que o castelo no século XVI foi provavelmente utilizado como prisão até a construção de uma nova prisão, integrada no paço concelhio por terem os presos saído da alçada do alcaide para a municipal. O castelo tem um formato ogival incompleto. A parte virada para o sul foi cortada pelas “Escadas do Castelo” e “Rua do Castelo”. Da cintura da muralha, restam apenas uns panos virados para nascente e poente. As “Portas do Castelo” provavelmente situaram-se nesta área. A colocação de mais uma porta flanqueada de duas torres e virada para nascente num espaço relativamente reduzido parece, no estado atual da investigação, difícil por outro lado, permite a conclusão da existência isolada do castelo numa fase inicial e a sua integração no sistema defensivo da cidade mais tarde.

No final do séc. XIX, encontram-se três fábricas implantadas no castelo. Para nascente, a fábrica de Januário da Costa Rato (Covilhã, ML, IPI, Ficha: SMA.11 (R.C.67)). O edifício foi completamente desmantelado. As portas viradas para as “Escadas do Castelo” foram tapadas com tijolos. O edifício encostou-se ao pano exterior da muralha. O contorno do telhado desaparecido ainda é visível nas construções, que assenta por cima da muralha.

A “Rua do Castelo” abre-se e forma uma pequena praça. O terreno inclina para nascente, onde se encontram as “Escadas do Castelo” e o antigo estendedouro da fábrica. A sua construção modificou a situação topográfica profundamente. Trata-se de uma área inclinada e pavimentada com blocos graníticos de tamanhos diferentes, alguns deles provavelmente das muralhas do castelo, que se destinava à secagem da lã lavada. A fábrica fechou em 1940.

O acesso ao castelo é feito unicamente pelas estreitas “Escadas do Castelo”. A parte superior do



castelo ocupa a antiga “Fábrica do Castelo” de Manuel Mendes da Cunha e Francisco Rodrigues Pintassilgo (Covilhã, ML, IPI, Ficha SMA.17 (R.C.65)). O “Beco do Castelo” conduz ao interior do mesmo. O conjunto é constituído por 2 edifícios fabris e casas de habitação do proprietário e operários. Na parede exterior, virada para poente identifica-se um troço da muralha com o seu aparelho característico. Após um incêndio, nos anos noventa do último século, a fábrica fechou. Na parte Sul da “Rua do Castelo” encontra-se a antiga fábrica de Peixeiro & Irmão agora adaptada a casa de habitação (Covilhã, ML, IPI, Ficha: SMA.19 (R.C.66)). Fica virada para o interior do castelo. É de um piso só e tem as pedras à vista, mas não se identifica aqui o aparelho característico da muralha, nem os seus blocos. As outras três frentes são rebocadas e pintadas de branco e não permitem uma leitura. O edifício aliás tem mais dois pisos em baixo o que pode significar que aqui a muralha do castelo ainda existia aquando a construção desta casa e do seu aproveitamento como parede dorsal destes pisos. Do cimo do castelo, desce a Calçada da Santa Cruz. Na encosta poente, dois muros formam patamares, aqui encontram-se também vestígios de edifícios provavelmente fabris. Os autores do “Relatório” interpretam estes como parte das muralhas do castelo. No início da década de noventa, ruiu uma parte do muro inferior em consequência de uma chuvada mais forte. O autor teve oportunidade de visitar o local imediatamente depois da ocorrência. O muro ali existente é de só um pano e tem um aparelho bem diferente em relação às muralhas em cima. Esta observação foi confirmada por três sondagens arqueológicas realizadas no mês de Janeiro do ano 2012 no âmbito de uma informação prévia para a construção de um acesso ao terreno. Trata-se aqui de um simples muro de suporte. Uma segunda muralha neste terreno mostra as mesmas características e não pertence nem às muralhas do castelo nem às da vila.

Da cintura da muralha do castelo, restam apenas uns panos virados para nascente e poente. A colocação de mais uma porta flanqueada de duas torres e virada para Nascente num espaço relativamente reduzido parece difícil. Nas visitas ao local realizadas em 2011 e 2012, não foram feitas quaisquer observações que possam comprovar esta informação. A conclusão da existência isolada do castelo numa primeira fase e a sua posterior integração no sistema defensivo da cidade parece provável, mas não há indícios de uma ligação da cintura da muralha do castelo em direção as “Portas de Altravelho”. Esta situação pode ser o resultado das demolições acima referidas nos séculos XVIII e XIX. A Foto imediata mostra um antigo edifício no início da Rua Pedro Alvares Cabral que provavelmente foi encostada à muralha. Aqui colocam os autores do “Relatório” citado acima o “Postigo da Pouza”

Um beco sem saída situa-se do outro lado da mesma rua e alinha com alguma probabilidade com o troço da muralha em grande parte desaparecida. O levantamento de 1970 da cidade mostra também o provável traçado na forma das parcelas das propriedades.

Das Portas do Altravelho ou Caravelho como se nota na foto anterior nada resta. O Padre Pina descreve em 1734 a situação da seguinte maneira referindo o “Arco da Cadeia” integrada na antiga “Câmara Filipina”, que fazia de “Portas da Villa”:

“A primeira chamada do Vale de Caravelho (4) Arco da cadeia para o norte com duas torres saídas para fora do muro, e pouco mais altas que elle quadradas e bem feitas, huma das quaes torres está inteira (5). É a que actualmente existe. E a outra está demolida athe o meio.”

Aqui, iniciaram-se também as demolições ordenadas pelo rei em 1768, como mostra a resposta dos membros do senado da Covilhã aos administradores da Real Fábrica:

“Em reposta da representação que no dia de hoje fizerão V. Mercês a este Senado se offerece dizer lhe que no dia dez do corrente pelas oito horas da manhan se effectuará a entrega da pedra dos muros d’esta Villa que Sua Magestade tem determinado se applique á construção do novo edificio da Real Fabrica e para este fim se acharemos ás portas do Altravelho no dia referido.

Jacinto Borges Leal – António Gomes de Carvalho – Luiz Macedo Castello Branco – Manuel Coelho de Almeida – João Leitão Namorado”.

A poucos metros dalém, na “Rua do Norte”, encontra-se um troço da muralha bem visível, tendo sido aproveitado como muro exterior e traseiro das casas da “Rua dos Bombeiros Voluntários”. A reconstrução





do edifício, nº 64 - 68, deu-nos a oportunidade de fazer algumas observações (Covilhã, ML, IPI, Ficha SMA.04 (R.C.73)). António Pereira Nina terá iniciado aqui a sua atividade, com urdideiras, na cave da sua residência, sita na Rua dos Bombeiros Voluntários ou Rua do Postiguinho. O troço da muralha, aí outrora existente, foi com grande probabilidade destruído até ao nível do chão da cave durante a construção, cuja data é desconhecida. Na documentação do processo de classificação das muralhas da Covilhã, acima referido, encontram-se fotografias do troço das muralhas, vista da Rua do Norte. Atualmente, encontra-se o troço das muralhas em condições de conservação semelhantes às de 27 anos. Havia duas casas pequenas assentes sobre a muralha que foram, entretanto, demolidas. A nossa fotografia mostra ainda os contornos de uma das casas na parede exterior do edifício nº 64-68 antes de ser pintado.

O pano exterior da muralha integrado naquelas casas ficou conservado até cerca de 2 m de altura acima do atual nível do chão. Os blocos graníticos foram talhados na sua face visível. Toda parte interior, ou seja as restantes 5 faces, é irregular. As fiadas da muralha assentam aqui diretamente na rocha granítica. Numa parede lateral do edifício demolido virada para o Arquivo Histórico, conservaram-se três blocos graníticos juntos com o mesmo aspecto dos blocos do pano exterior da muralha. Talvez se trate dos restos do pano interior da muralha, que tinha uma largura de cerca de 2,6 m. Uma sondagem de poucos metros quadrados de extensão poderia esclarecer a situação



Parece-me que este aproveitamento como alicerce salvou a muralha, situação que se repete na “Rua 6 de Setembro”, nas “Portas do Sol”, na “Rua Cristóvão de Castro”, na “Rua da Formosura” e na “Rua das Rosas”. Ao fundo da “Rua dos Bombeiros Voluntários”, a muralha inflete para sul e serve de alicerce do antigo quartel dos bombeiros voluntários,

atual Arquivo Municipal. Aqui, o topónimo “Rua do Postiguinho” dá uma indicação a um postigo da muralha. Os autores do relatório identificam este local com o “Postigo do Terreiro de D. Teresa”, o que é um pouco estranho porque o texto de 1758 conta que este postigo estava fechado havia mais de 30 anos. O único topónimo existente fará referência a um postigo desactivado no início do séc. XVIII? Seja como for, a memória da “Barbacã” outrora existente também se conservou no topónimo durante séculos.

Aquando a construção do “Cine-Teatro da Covilhã” e do edifício do “Café Montalto” foi destruído o troço das muralhas entre o postigo e as “Portas da Vila”. As fotografias 2 e 3 mostram o troço ainda existente. Desconhecemos se a muralha neste troço foi integrada nas subestruturas do “Cine-Teatro” o do “Café Montalto”. Os limites das parcelas ainda demonstram o antigo traçado.



CONCLUSÃO

As muralhas da Covilhã, no seu aspeto e tipo de construção, enquadram-se bem no conjunto das “vilas fortificadas” da antiga fronteira do Riba Côa. Portas flanqueadas de uma ou duas torres retangulares encontram-se ainda em Castelo Mendo, Castelo Bom ou Sortelha. O aparelho, fiadas irregulares de blocos talhados, também é comum e está provavelmente relacionado com o material de construção, os granitos da região.

O acompanhamento arqueológico de obras de reconstrução de edifícios em zonas históricas continua a ser importante, porque fornece peças

novas de um “puzzle” que permitem completar cada vez mais a imagem do passado dos centros urbanos.

APÊNDICES

DESCRIÇÃO DAS MURALHAS PELO PADRE MANUEL CABRAL DE PINA EM 1734.

Pelo facto de a monografia de Arthur de Moura Quintella se encontrar publicada em lugar de acesso difícil, optou-se por apresentar os extratos da crónica do padre Manuel Cabral de Pina que além consta nas páginas 90 e seguintes:

“Esta villa he murada. Os muros são de Cantaria tosca fechada e lavrada, e terão de Altura trinta palmos. No tempo presente tem os muros bastantes ruína, e muitas quebradas, das quaes humas chegam athe ao meio da parede, e outras athe ao chão. Erão estes muros bem celebres pela maquina de pedraria que parece immensa, e pela grandeza das pedras da parede, pois em partes tem tocas de comprimento de quinze palmos e outras de doze. Alem de tres postigos hum para Nascente chamado Postigo de D. Joana, outro para o Sul, e outro para o Poente chamado Postigo do Rosario por estar ao pé da Igreja da Snr.^a do Rosario. Tem quatro portas principais: A primeira chamada do Vale de Caravelho. Para o Norte com duas torres sahidas para fora do muro, e pouco mais altas que elle quadradas e bem feitas huma das quaes torres está inteira. E a outra está demolida athe o meio. A segunda he a porta chamada do Sol para o Nascente com duas torres semelhantes as assima relatadas huma das quaes está inteira e a outra está demolida athe ao chão. A terceira he a porta chamada de S. Vicente para o Poente com duas torres, como as outras asima as quaes ambas estão inteiras e huma tem alguma abertura e barriga ainda que não muito grande; porem outra tem huma grande abertura w ameaça ruína. A quarta he a porta chamada do Castello por estar no simo do mesmo Castello sita entre o Poente e Norte e tem duas torres huma das quaes he como as asima, a outra tem cinco quinas e terá de altura quase cem palmos e he a terra própria do Castello da dita Villa que alli está, como diremos. Esta torre da parte dentro do Castello tem huma porta pequena por onde se entrava para ella sita asima do alicerce mais de quinze palmos e para esta porta havia hum balcão com escadas que todo se demolio. A torre por dentro já não tem madeiramento algum. Tem tres aberturas pequenas em huma das quaes ameaça alguma ruína. N’este sitio está o Castello da Villa murado por todas as partes e para a banda da Serra lhe serve o muro de parede na qual está a dita torre grande. Tem o mesmo Castello para a banda do Nascente dous fortes por modo de torres sahidas fora da parede hum dos quaes em huma esquina está demolido athe ao meio. Dentro d’este Castello estão humas Casas que são do Visconde de Barbacena Alcaide Mór d’esta Villa. A antiguidade dos muros e torres chega

aos tempos de El-Rei D. Diniz porque há tradição que elle os fundou cuja tradição se confirma por quanto como asima dissemos ao n.º 13 no tempo de El-Rei D. Fernando, Bisneto do mesmo D. Diniz se achava ainda por povoar o terretorio sito dentro dos mesmos muros, donde se manifesta que a obra dos taes muros não excedia muito aos tempos do dito Rei D. Fernando; e da qui se convencem de menos verdadeiras duas cousas. A primeira he dizerem alguns que estes muros forão fundados por El-Rei D. Sancho 1.º por quanto o tal Rei como asima fica dito ao n.º 2.º e consta das Chronicas, fundou esta Villa junto aos pomares ao pé da Ribeira na Ladeira chamada de Martim Collo. E os muros que existem no sitio onde estão feitos distão mais de mil passos ou quasi dois mil do sitio da dita primeira fundação da Villa feita pelo dito Rei. E sendo os muros huma Coroa ou Cerco que se põem ao redor das terras para segurança dellas mal podia o dito Rei D. Sancho 1.º fundar os muros que existem em tanta distancia da Villa. Logo o dito Rei não fundou os muros que existem. A segunda cousa he dizerem outros que os taes muros forão fundados por El Rei D. Manoel por quanto consta das Provisoens da Câmara, como fica dito asima ao n.º 13 que já exestião os muros no tempo de El-Rei D. Fernando. Nem contra isto obsta o achar-se assim sobre a porta do Castello para a banda hum letreiro com hera 1580. Para o que se deve advirtir que já antes de El-Rei D. Manoel no tempo de El-Rei D. Affonso 5.º se achavam os muros com alguma ruína e com quebradas e mandou o mesmo Rei D. Affonso 5.º que fossem reformados, como tudo consta das Provisoens da Câmara e fica dito assima ao n.º 13. E por que semelhantes obras costumão muitas vezes demorar-se he muito provavel que como o Infante D. Luiz filho do dito Rei D. Manoel foi feito Senhor desta Villa e nella asestio como fica asima ao n.º 1.º fizesse executar esta sobre dita reforma dos muros quando veio a esta mesma Villa e lhe deu a memorável relíquia do Santo Lenho abaixo declarada ao n.º 18. E assim no final da tal reforma se poria a dita hera e letreiro, pois vai a dar nesses tempos”.

DESCRIÇÃO DAS MURALHAS EM 1758

Uma vez que também a obra de L.F. de Carvalho Dias, *História dos Lanifícios (1750-1834)*, é difícil de encontrar aqui se publica o texto ali inserto no Vol. I, pp. 35-36:

“Tem muros que se diz serem da fundação do Senhor Rei D. Dinis. Ainda que outros lhe dão maior antiguidade: por uma inscrição de uma conta de 1004, que se acha gravada em uma pedra nos mesmos que tem de âmbito e circunferência 4.670 palmos de nove polegadas e um quarto; e de largura dez; e tudo de pedra de cantaria lavrada. Neles se acha cinco portas grandes com os seus torreões; duas para nascente, chamadas da Vila e do Sol; a terceira para o Sul, denominada de S. Vicente; a quarta para Norte, com o nome de Altravelho, a quinta para Poente, chamada do Castelo, junto à qual, em sítio mais superior,

está uma eminente torre, chamada a de homenagem, com cinco quinas; tem de circunferência 190 palmos e dentro um reduto para o qual também se entra pela parte do Nascente por uma grande porta que tem dois torreões, cada um de seu lado e dentro edificada uma casa eu pertence ao Alcaide-Mor, Visconde de Barbacena. Nos mesmos muros existem ainda quatro postigos: o a Pouza, o do Rosário, o da Barbacã e o do Terreiro de D. Teresa, o qual se acha fechado haverá mais de 30 anos e a sua serventia. E sendo a obra destes muros tão grande, se bem hoje demolidos na maior parte, há dois anos pouco mais ou menos caiu um dos torreões da Porta do Reduto no mês de Março deste presente ano de 1758 caíram duas quinas da Torre, quase até ao meio, e as que ficaram em pé ameaçam total ruína”.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Almeida, Fortunato de (1971). *História da Igreja em Portugal*. Vol. IV, Nova Edição Damião Peres. Porto: Civilização-Editora.

Chaves, Germano (1853). *O Panorama*. Lisboa v.2, 3ª série, n.º 12, 19 de Março.

Covilhã, *Museu de Lanifícios* (ML).

Delgado, Rui (2006). *História Temática da Covilhã*. Vol. IV. Covilhã: Câmara Municipal.

Diário da República, Série 2, 1/86 de 03-01-1986: “Relatório sobre as muralhas da cidade da Covilhã” acompanhado por uma planta e documentação fotográfica.

Dias, Ana Maria Mosa Carvalho; e Oliveira, Jorge Manuel Pestana (1980). Relatório sobre as muralhas da cidade da Covilhã, como uma planta e documentação fotográfica.

Dias, Luís Fernando de Carvalho (1955). *A Relação das Fábricas de 1788*. Lisboa. (Manuscrito do Arquivo do Ministério das Obras Públicas, fundo da Junta do Comércio idêntico a BNL., Fundo Geral, Res. Cód. 1496, n. 41).

Monumentos: Cidades/Património/Reabilitação. Número: 29, Julho 2009, Lisboa.

Pereira, Daniela (2009). A estrutura urbanística da Covilhã entre a Idade Média e a Idade Moderna. *Monumentos: Cidades/Património/Reabilitação*. Número: 29, Julho 2009, Lisboa.

Rosas, Lúcia Maria Cardoso (1995). *Monumentos Pátrios – A Arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928) 2. Catalogo Analítico e Anexo Documental, Porto 1995. Dissertação de Doutoramento, História de Arte*. Porto: FLUP.

Pires, A. (1983). Estado actual das antigas Muralhas da Covilhã. *1.as Jornadas Regionais sobre Monumentos Militares do Distrito de Castelo Branco*. 11-13 de Março '83, Castelo Branco. pp. 9-11.

Quintella, Arthur de Moura (1899). *Subsídios para a Monografia da Covilhan*. reedição em fac-símile pela Associação de Estudo e Defesa do Património histórico-cultural da Covilhã em 1990.

Os mosteiros Cistercienses na região das Beiras

Ana Maria Tavares Martins

amtfm@ubi.pt

Universidade da Beira Interior

ABSTRACT

It was in the Beira's region that begun the cradle from which many of the Cistercian Order monasteries irradiated. This was a very difficult region and fully integrated into the Cistercian spirit that sought communion with nature, the isolation and remoteness of the bustle of the cities. There, we can find, notable architectural examples of this Religious Order which, although distinct, share the same remarkable expressivity everlasting associated to spirituality, to an ideal, and a language originally austere and almost minimal.

KEYWORDS

Cistercian Order, Monastery, Heritage, Beiras

RESUMO

Foi na região das Beiras que surgiu o berço do qual irradiaram muitos dos mosteiros da Ordem de Cister. A implantação foi muito difícil, mas totalmente integrada no espírito cisterciense que buscava a comunhão com a natureza, o isolamento e o afastamento do bulício das cidades. Aqui, encontram-se notáveis exemplares arquitetónicos desta Ordem que, apesar de distintos, comungam da mesma expressividade marcante associada eternamente a uma espiritualidade, a um ideal e a uma linguagem inicialmente austera, quase minimal.

PALAVRAS-CHAVE

Ordem de Cister, Mosteiro, Património, Beiras

INTRODUÇÃO

Este texto repõe a conferência com o mesmo título, proferida por convite, no âmbito das Jornadas Europeias do Património, que decorreram no dia 28 de Setembro de 2012, no Museu dos Lanifícios, na Covilhã. Efetivamente, o trabalho, agora apresentado, faz parte de uma publicação intitulada “Os Mosteiros Cistercienses na Região das Beiras: um percurso entre a Arquitectura e a História”, da autora e com desenhos de Mestre Jorge Braga da Costa, publicada pela Quartzo Editora em Março de 2012 e cujo lançamento teve lugar no Museu dos Lanifícios aquando as JEP 2012. A publicação possui ainda um texto introdutório de Eduardo Mosquera Adell e de María Teresa Pérez Cano, ambos docentes da Universidade de Sevilha, Espanha. Os mosteiros cistercienses das Beiras são referenciados não só através dos desenhos de mestre Jorge Braga da Costa, mas também através das respectivas plantas, fotografias aéreas e plantas de localização (Fig. 1). Com este contributo, pretende-se reflectir sobre o património monástico cisterciense das Beiras e a sua importância no panorama nacional.

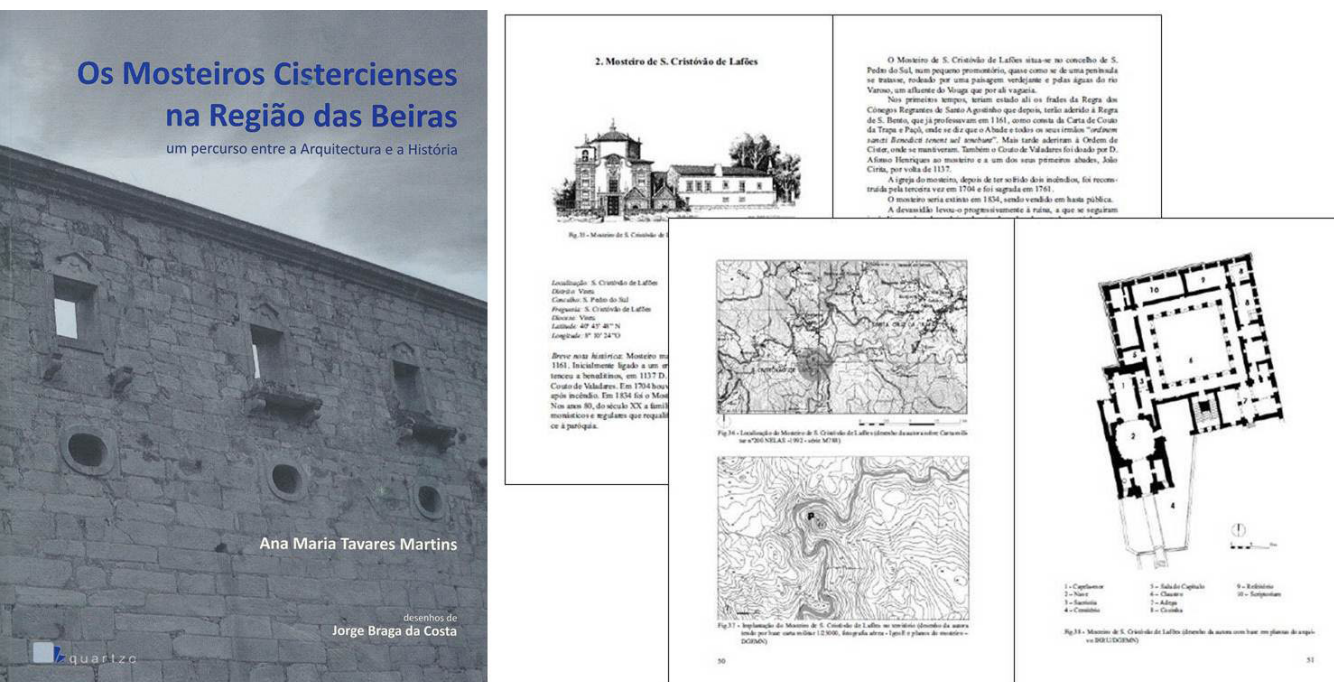


Fig. 1 Publicação “Os Mosteiros Cistercienses na Região das Beiras: um percurso entre a arquitectura e a história” com texto de Ana Maria Tavares Martins, desenhos de Jorge Braga da Costa e introdução de Eduardo Mosquera Adell e María Teresa Pérez Cano, editado pela Quartzo Editora – Capa e referência tipo por mosteiro.

O mesmo não seria possível, neste formato, sem a participação muito especial do Mestre Jorge Braga da Costa, artista plástico viseense, que cedeu as ilustrações que acompanham este texto, como já nos premiara com seus desenhos, que deixámos no livro “Os Mosteiros Cistercienses na Região das Beiras: um percurso entre a Arquitectura e a História”, que António José Coelho quis fazer sair dos prelos da Quartzo Editora com a maior dedicação e carinho que nos une no tema da arquitetura cisterciense portuguesa.

INÍCIO DA ORDEM CISTERCIENSE EM PORTUGAL: CONTRIBUTO PARA UMA GÉNESE BEIRÃ

A Ordem de Cister estabeleceu-se no território beirão e português em geral em tempos em que a própria instituição ainda se encontrava na primeira fase de expansão a partir de França, espalhando-se por todo o país acompanhando os movimentos da reconquista. Este facto permite compreender a vasta escala de ocupação do território português, a extensão dos domínios cistercienses e as suas áreas de influência. Não foi fácil a implantação, porém, totalmente integrada no espírito cisterciense que buscava a comunhão com a natureza, o isolamento e o afastamento do bulício das cidades (Fig. 2). De facto, na região das Beiras do séc. XII, os mosteiros até então beneditinos ou afectos a outras ordens religiosas foram imbuídos pela presença do novo espírito cisterciense adaptando-se a novos usos e costumes. Os novos mosteiros cistercienses que surgiram em Portugal reproduziram a imagem e o espírito do mosteiro de Claraval de cujo ramo provêm, definindo assim uma tipologia do lugar. Note-se que apenas no século XVI, em 1567, se dá a desvinculação dos Cistercienses portugueses da obediência a Claraval, com a criação da Congregação Autónoma de Alcobaca. É tradicionalmente apontado como primeiro



Fig. 2

a./c. S. Pedro das Águias (o velho), b. S. Pedro das Águias (o novo), d. S. Cristóvão de Lafões, e. Sta Maria de Aguiar, f. Torre e ponte da Ucanha g. N. Sra. da Assunção de Tabosa (desenhos J. Braga da Costa)

mosteiro cisterciense, no território português, o mosteiro de S. João de Tarouca (1143-1144), embora a sua primazia seja disputada actualmente com S. Cristóvão de Lafões, em S. Pedro do Sul, e o último, Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (1692), em Sernancelhe. Salientam-se ainda os mosteiros de Santa Maria de Salzedas, em Tarouca, e de São Pedro das Águias, em Tabuaço, não só pelas suas arquiteturas, mas também por serem exemplo de transferência de sítio. Devemos salientar ainda os mosteiros de Santa Maria de Maceira Dão, em Mangualde e Santa Maria de Aguiar, em Figueira de Castelo Rodrigo, já no distrito da Guarda.

No seio dos mosteiros cistercienses portugueses, destacam-se dois, não só pela sua importância, mas também pela sua magnificência: o Mosteiro de São João de Tarouca (Fig. 3) e o de Santa Maria de Alcobaça. Um e outro foram casas-mãe de grande número de outros

pelos que se podem considerar dois ciclos, temporais e geográficos, na afirmação e desenvolvimento de Cister em Portugal. Assim, reportamos o ciclo de São João de Tarouca, associado aos primeiros tempos e ao berço de Cister em Portugal, e posteriormente, o ciclo de Alcobaça, que engloba também as fundações da Congregação de Alcobaça, associado ao desenvolvimento e expansão de Cister no nosso país. Pela mesma razão, são de destacar os coutos de Alcobaça e os de São João de Tarouca, que integravam as respectivas granjas. Com a desvinculação portuguesa de Cister e o nascimento da Congregação Autónoma de Alcobaça (1567), surgem novas fundações das quais faz parte o mosteiro beirão de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa, em Sernancelhe.

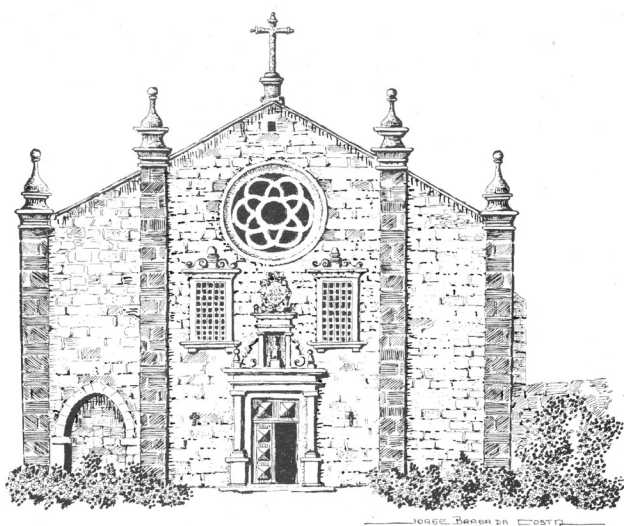


Fig. 3
Mosteiro de São João de Tarouca que encabeça o ciclo com o mesmo nome. (desenho de Mestre Braga da Costa)

PARA UMA COMPREENSÃO DA IMPLANTAÇÃO CISTERCIENSE BEIRÃ

Desde os primórdios da Idade Média, quando se buscava o Paraíso Celeste e a comunhão com Deus, aspirava-se não ao regresso ao Éden do Génesis, mas sim à grande cidade de Jerusalém Celeste, apresentada pelo Apocalipse de S. João, símbolo urbano da salvação e da vitória das forças do bem sobre o mal. Esse Paraíso Celeste encontrará várias aproximações terrestres que ganham forma nos mosteiros, diminutas réplicas da imensa Jerusalém Celeste, o Paraíso na Terra e a Cidade de

Deus. O espaço monástico é assim o reflexo de um ideal, de uma visão do mundo, de um sistema de valores que tudo organiza e modela.

O regresso às origens, à Regra de S. Bento, preconizado pelos cistercienses traduziu-se num esforço em atingir, através desta, o valor evangélico fundamental: a busca de Deus através da oração, da meditação e do trabalho. Deste modo, os cistercienses não pretendiam o primitivo ou o arcaico, mas sim a pureza e a autenticidade (Fornari, 1981: 2). A Regra caracteriza-se essencialmente: pela divisão do dia entre a oração e o trabalho em resposta positiva aos imperativos (*ora et labora*); pela obediência ao Abade (*obedientia*); pela estabilidade (*stabilitas*); pela vida de perfeição (*conversatio morum*); pela obrigatoriedade de permanência no mosteiro (*stabilitas loci*); pela elevação da virtude do silêncio (*de taciturnitate*); da humildade (*humilitas*); e da discrição (*discretio*) (Martins, 2011).

No entanto, a Regra de S. Bento nada refere sobre a utilização de um plano tipo. Apenas menciona os espaços indispensáveis à vida monástica de modo a encontrar no claustro todos os elementos necessários à vida. O monge que segue a regra de S. Bento é assim inseparável do seu mosteiro dado que a este se resume toda a sua existência constituindo de igual modo todo o seu horizonte. Assim, é compreensível que o mosteiro, sobretudo a sua arquitetura, exerça grande influência sobre o monge não sendo de conceber um sem o outro. Um mosteiro cisterciense deveria ser erigido o mais longe possível das zonas habitadas uma vez que o monge deveria viver em solidão. Foi esta razão que levou os cistercienses a fazer novas fundações apenas quando os lugares regulares estivessem construídos, sendo o grupo fundador composto por doze monges acompanhados do seu abade, de modo a que a vida regular e todos os exercícios comunitários a ela inerentes fossem possíveis de ser cumpridos. Para além de toda a sua carga simbólica, o mosteiro é um local funcional onde tudo tem a sua justificação e se insere no seu lugar pois o mosteiro é um local de habitação dos Homens mas também de Deus (Dias, 1997: 13-37). Aliás, “Cada mosteiro digno representa um corpo através do qual a vida segundo a Regra é em primeiro lugar possível, depois racionalizada e finalmente simbolizada. (...) Todo o bom mosteiro ambiciona ser uma representação da Civitas Dei” (Braunfels, 1993: introduction).

S. Bernardo alude à cidade ideal, a este Paraíso, na sua Epistola 64, ao referir-se à Abadia de Claraval desejando que esta fosse para os monges a possível Jerusalém Celeste na terra (Dias, 1997: 206-207). O claustro segundo Bernardo de Claraval era o *Paradisum Claustralis*, sendo a vida no claustro cisterciense não só um ideal de vida mas também uma imagem e uma antecipação do paraíso (Mumford, 1961: 271 e Simson, 2000: 64). Como refere também o Capitula IX: “Com o objectivo de perpetuar entre as abadias uma unidade indissolúvel, estabeleceu-se como norma suprema que a Regra de S. Bento será interpretada de uma única maneira e que ninguém se afaste daí, mesmo que seja um pequeno traço”.

Razões de ordem espiritual e material exercem um papel decisivo na escolha dos locais de edificação de cada mosteiro da Ordem de Cister. O mosteiro não é apenas um paraíso na terra, também os espaços escolhidos pelos cistercienses se tornaram paraísos terrestres pois estes foram capazes de transformar os mais desertos e inóspitos lugares em “paraísos”, criando no seu seio a cidade de Deus, utilizando para isso diversos recursos, dos quais se destaca, pela sua importância, a hidráulica cisterciense. Este facto encontra-se presente na legislação cisterciense primitiva, que era constituída pelos: *Exordium Parvum*, *Exordium Cistercii*, *Carta Caritatis Prior*, *Summa Cartae Caritatis*, *Capitula*, *Ecclesiastica Officia*, *Usus Conversorum*.

Pode-se comprovar a preferência cisterciense orográfica pelos vales, mormente aqueles que estavam próximos dos cursos de água. Os mesmos permitiam o acesso à água, o bem precioso para a subsistência, assim como o isolamento do bulício da vida urbana, mas também era ali que se encontravam as matérias-primas necessárias à construção e as terras para cultivo. Porém comprova-se que nem sempre a escolha foi esta, veja-se o caso de S. Cristóvão de Lafões. Este espaço conquistado à natureza, no qual o homem impõe uma ordem para aí viver em comunidade, orando e trabalhando, estabelecendo um vínculo com o Sagrado ou o sobrenatural, é ambiente natural ordenado segundo a vontade de Deus. A Regra de S. Bento dotou o Mosteiro de um programa que por sua vez gerou a planimetria da sua arquitectura. Um mosteiro cisterciense deveria ser encarado como uma cidade ideal na qual todas as necessidades da comunidade em geral, e as do monge em particular, deveriam ser atendidas e saciadas.

ARQUITETURA CISTERCIENSE E O SEU DESENVOLVIMENTO

A Arquitectura Cisterciense nasce como reacção à ostentação e riqueza das suas contemporâneas e sobretudo como resposta à opulência dos Cluniacenses. Nela, encontra-se presente um modelo de clareza, simplicidade e precisão. A simplicidade era a ideia e o ideal subjacente a todos e a tudo o que estivesse inserido na Ordem de Cister, estando patente não só na arquitectura e na arte, mas também no modo de vida, no trabalho, na alimentação, nas vestes e na liturgia. Do ponto de vista estilístico, aquela apresenta certas influências ora regionais, ora ecléticas, provenientes de diversos meios e aceites pelos monges quando ainda não existia nenhuma doutrina que versasse o tema. Num primeiro momento, o Românico e depois o Gótico, ajustados a esta austeridade apresentam-se como resposta às exigências dos Cistercienses, traduzindo perfeitamente a espiritualidade da Ordem. Deve-se salientar assim a importância da Ordem de Cister não só na proliferação do Românico, mas também na introdução do Gótico em Portugal através do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (Fig. 4) fundado em 1153.

Na Idade Média, sobretudo no decorrer do século XII, é importante ter em atenção a existência de duas correntes estéticas paralelas, mas inteiramente opostas no que respeita à espiritualidade da arte. Por um lado, encontra-se uma conceção da espiritualidade da arte defendida por Sugério de S. Dinis (1081-1151), na forma latina *Sugerus Sancti Dionysii*, assim como pelos cluniacenses em geral, segundo a qual se procura um equilíbrio entre o sensível, o belo e o sumptuoso *per visibilia ad invisibilia* (Viti, 1995: 29). Por outro lado, encontra-se uma outra conceção da espiritualidade da arte defendida em particular por S. Bernardo e pelos cistercienses, segundo a qual é rejeitada a analogia entre a beleza terrena e o esplendor celeste, constituindo a ascese, e por consequência a renúncia dos sentidos, um meio de alcançar Deus. Os cistercienses pretendiam a união mística com Deus, através da penitência e da ascese, em que o trabalho manual é fundamental em ambiente de isolamento e humilde (Viti, 1995: 14). Para S. Bernardo, o luxo é inútil e perigoso, estando não só em contradição com as exigências da vida espiritual como também em conflito com esta. A alma, segundo S. Bernardo, necessita de concentração interior para poder atingir o conhecimento.

No que respeita à arquitectura, esta oposição entre S. Bernardo e Sugério de S. Dinis, demonstra que a diferença que os distingue não pode ser considerada em termos meramente arquitetónicos, mas sim segundo termos teológicos e éticos. Este novo modo de encarar a arte tem início com a publicação de um dos primeiros tratados de S. Bernardo, a *Apologia para Guilherme, Abade* (1125) ou *Apologia ad Guillelmum abbatem*, que foi o resultado de uma querela, entre Cistercienses e Cluniacenses, sobre a interpretação da regra de S. Bento e traduziu-se na resposta de S. Bernardo, então já abade de Claraval, a Guilherme, abade de S. Teodorico. Como refere Dom Angelico Surchamp, duas interpretações da mesma regra, ambas abençoadas pela Providência, não podiam deixar de se confrontar mais tarde ou mais cedo (Surchamp, 1982: 16).

Na *Apologia para Guilherme, Abade*, S. Bernardo expõe o essencial do seu pensamento e os princípios que o movem. Crítica o luxo e os excessos de ornamentação (*superfluitas*), as deformações e distorções fantásticas da arte românica (*curiositas*), os excessos das proporções (*supervacuitas*) e abre caminho para uma estética da moderação (*moderatio*) ornamental onde a necessidade (*necessitas*) e a utilidade (*utilitas*) devem constituir os novos critérios estéticos (Martins, 2006: 92-93).

Nas primeiras décadas do séc. XII, a evolução da Ordem de Cister esteve relacionada com o desenvolvimento da arquitectura e da arte caracterizadas pela simplicidade e pela harmonia das proporções que se traduziram num estilo de grande perfeição. Nos territórios onde se implantava a Ordem de Cister, eram apresentadas soluções inovadoras, o que não significa que permanecessem como tal, fora destes territórios, pois os cistercienses sempre souberam utilizar as premissas singulares dos locais onde se encontravam. Estas construções sofreram influências de particularidades locais para além do carácter de homogeneidade. Esta seria resultado não só de uma organização centralizada como também do Capítulo Geral a partir do qual eram

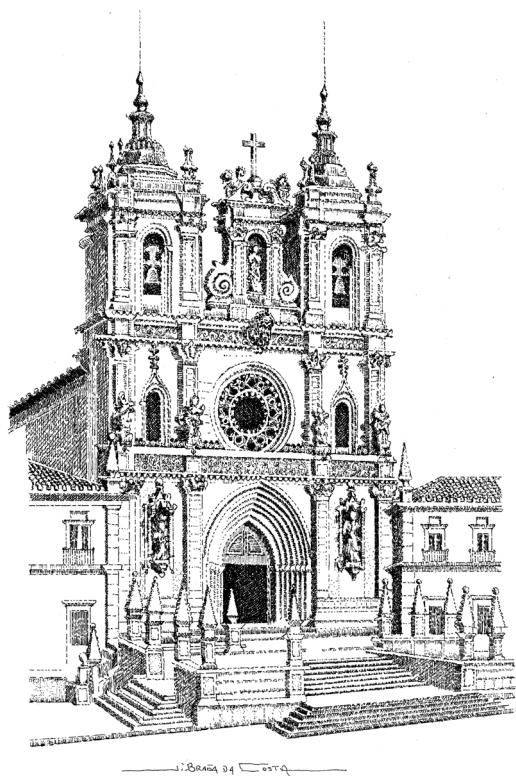


Fig. 4
Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça
(desenho de Mestre Braga da Costa)

tomadas todas as decisões destinadas a todos os mosteiros, assim como a visitas regulares dos mosteiros.

A difusão da Ordem de Cister na Europa originou a elaboração de plantas e alçados muito semelhantes denotando uma repetição de modelos e homogeneidade que apontavam para alguma “standardização”. O desenvolvimento da arquitectura cisterciense não correspondeu apenas ao tipo e estilo da sua construção mas também à disposição de todo o conjunto monástico ou seja igreja, edifícios regulares, construções agrícolas e industriais assim como todo o tipo de anexos (Fergusson, 1998: 40). A partir de 1150, começa-se a falar de uma construção e disposição dos diferentes espaços arquitetónicos “*de more nostro*”, isto é, “*do nosso modo*”.

A Ordem de Cister é assim dotada de uma linguagem arquitetónica própria onde se incluem elementos e diretivas que possuem um certo paralelismo com a atualidade tanto pelas plantas-tipo, como pelas linhas sóbrias, pela simplicidade, e pela luz. Assim, desde o plano das abadias à simplicidade dos materiais escolhidos tudo se conjuga para elevar a procura de Deus e busca da santidade. A economia de meios, o rigor, os jogos de volumes e da luminosidade traduzem-se através da perfeita unidade entre um ideal espiritual e as escolhas formais. Pode-se assinalar a importância da Ordem de Cister, não só no que respeita a arquitetura das Ordens Monásticas, em geral, mas também no que concerne a arquitetura contemporânea.

Deste modo as Abadias cistercienses caracterizavam-se sobretudo pela racionalidade na articulação dos espaços e no despojamento de elementos decorativos. No entanto, usaram-se soluções locais com materiais disponíveis *in loco* assimilando as tradições culturais existentes. Os cistercienses utilizaram a arte e os modos de construir característicos de cada região e do país onde se inseriam sem no entanto deixar de aplicar alguns dos princípios que norteavam a sua espiritualidade de caráter austero e simples. Para os Cistercienses, a busca de Deus era permitida através da ascese e do despojamento total, sem qualquer tipo de solicitações externas à alma, procurando também atingir o paraíso perdido. Fraternidade, pobreza, simplicidade, silêncio são as palavras-chave da espiritualidade cisterciense.

No mosteiro cisterciense, a igreja constitui-se como o mais importante elemento da sua implantação sendo o mosteiro desenvolvido a partir da Igreja e em torno

do claustro. O Claustro, a nível formal e arquitetónico, era o epicentro do espaço monástico, três lados correspondem às funções essenciais: *spiritus*, a Norte; *anima*, a Este; *corpus*, a Sul; o quarto lado do claustro, a Oeste, era aberto aos Conversos (Martins, 2012).

Os mosteiros cistercienses apresentam-se com uma divisão em dois setores distintos, de acordo com as estruturas sociais da Ordem, de modo a poder albergar dois grupos tão díspares, como eram os monges e os conversos. Aos monges estava destinada a parte oriental da igreja com o seu coro e capelas assim como uma ala na qual se inseria a nível do piso térreo, a sacristia, o *armarium* (biblioteca), o parlatório onde o Prior recebia os monges, a Sala Capitular (ou sala do capítulo), a sala dos monges destinada ao trabalho intelectual e a nível do piso superior o dormitório e as latrinas. Aos monges, ainda cabia a utilização dos claustros como espaços destinados à leitura. Aos conversos, estavam destinadas a parte ocidental da igreja, assim como uma ala na qual se inseria, a nível inferior, o refeitório, o parlatório, o celeiro e, a nível do piso superior, o dormitório e as latrinas. Deste modo, existiam dois corpos no conjunto edificado que se opunham não só planimetricamente, no que respeita à sua situação relativamente à igreja, que era o local de oração comum a ambos, ainda que ocupassem locais diferentes, mas também quanto à sua vivência. Na realidade, estas eram duas vivências que não se cruzavam fisicamente, mas que dependiam inteiramente uma da outra no sentido de cumprir e honrar a Regra que observavam em *stricto sensu*. Apenas a igreja e a cozinha, cuja utilização implicava diferentes horários quer se tratasse de monges ou de conversos, eram comuns. Porém toda a comunidade estava presente na igreja nos dias de festa durante os quais, depois da missa, se encontravam na sala do capítulo para ouvir o abade.

O que a arquitetura cisterciense traz de novo é uma simplicidade e uma coerência inéditas no seu tempo e por ter sido baseada no rigor e na razão do pensamento de S. Bernardo pelo que é muitas vezes apelidada de arquitectura bernardina. O doutor melífluu uniu a experiência estética e a religiosa permitindo criar ilações e conclusões acerca da construção e da disposição dos diferentes espaços arquitetónicos “de more nostro” tendo por base o chamado plano bernardino, apesar de nada ter escrito especificamente sobre este assunto. A planta de cruz latina, o profundo sentido de ortogonalidade e os alinhamentos baseados num módulo quadrangular sobressaem no caderno (1230) de Honnecourt onde este desenhou um plano tipo de igreja com o título “esta é uma igreja feita de quadrados para a Ordem Cisterciense” em que não representa a espessura das paredes apontando para a existência de um plano ideal (Ferguson, 1984: 78). Esta planta não mantém o seu princípio unificador no seu traçado, ou desenho, mas sim no método utilizado na sua obtenção. O método caracteriza-se pela obtenção do traçado através de dois módulos base, que possuem entre si uma relação de três para quatro. Este será o processo metodológico utilizado na elaboração

da referida planimetria e não só serve para regular a planta, mas também as elevações ou alçados e todo o corpo monástico.

Consequentemente, o referido plano Bernardino, não só regula o plano da igreja cisterciense e todo o edifício monástico, mas também a vida da comunidade monástica a cada instante como se pode observar pela rigorosa disposição dos edifícios que constituem o corpo monástico. A planta tipo respondia às exigências de funcionalidade, abolindo o supérfluo, permitindo economia de espaço e de movimento e possibilitando assim a coexistência de monges, conversos e noviços articulando as suas vidas e tarefas segundo o lema dito acima em dois imperativos “*ora et labora*”. A austeridade cisterciense refletia-se não só na rotina quotidiana dos monges, mas também na própria lógica, na racionalidade da articulação dos espaços arquitectónicos e no despojamento de elementos decorativos.

O plano arquitectónico cisterciense nunca foi estático pois foi-se adaptando consoante as suas necessidades e consoante as exigências da realidade do contexto em que se inseriam. Apesar da utilização de um plano tipo, dificilmente se encontram duas abadias cistercienses idênticas, pois deve-se ter em atenção, não só as devidas adaptações e alterações, como também as condicionantes de cada local. A tipologia das igrejas cistercienses seguia assim um plano tipo que durante muito tempo foi apelidado de Plano Cisterciense ou mesmo de Plano Bernardino. Um dos exemplos mais representativos deste plano é o da Abadia de Fontenay, em França e o da primitiva Abadia de Alcobaça em Portugal. De facto, é a influência do pensamento de S. Bernardo que vai proporcionar a utilização das linhas simples e direitas e que vai repercutir-se sobretudo nas igrejas dos mosteiros com filiação em Claraval como é o caso de mosteiros em solo português. As outras fundações e filiações também adoptaram este programa e esta linguagem. No entanto, a utilização de mão-de-obra local e as influências das arquitecturas regionais trouxeram elementos característicos do próprio local onde se inseriam.

ESCOLHA DOS LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO CISTERCIENSE

A escolha dos locais onde se iriam implantar os mosteiros cistercienses teve, em Portugal, sobretudo durante o período inicial, a mesma preocupação que esteve subjacente a tantas outras implantações cistercienses. Ou seja os locais deviam corresponder não só à interpretação e observância da Regra de S. Bento como também à procura isolamnet e dos seus atributos que em muito determinaram a escolha dos locais influenciando mesmo a concepção estrutural e morfológica do Mosteiro. Os cistercienses, em Portugal, procuraram os locais afastados dos grandes centros urbanos, de preferência em vales férteis e próximos de um curso de água para implantarem os seus mosteiros em conformidade com o ideal cisterciense. Muitas implantações cistercienses foram alvo de transferência de local, quer fosse por falta

de água ou dela em demasia que pudesse provocar risco de inundações, locais demasiado buliçosos, insalubridade climática.

Em Portugal foram alvo de transferências de sítio os Mosteiros de Santa Maria de Salzedas e de S. Pedro das Águias. O Mosteiro de Santa Maria de Salzedas foi transferido alguns quilómetros pois corria o risco de ser frequentemente inundado devido a cheias do Varosa dada a sua proximidade a esta linha de água substituindo assim a Abadia Velha de Salzedas (Fig. 5). S. Pedro das Águias, o Velho, foi substituído pelo Mosteiro de S. Pedro das Águias, o Novo, devido à aridez do local da primeira implantação.

Tanto a primeira implantação de Salzedas como a primeira implantação de S. Pedro das Águias não foram terminadas devido à transferência de sítio e de ambas restam os vestígios da igreja, incompleta no caso de Salzedas e completa no caso de S. Pedro das Águias. Deste modo, pode-se comprovar que o oratório seria sempre o primeiro edifício do conjunto monástico a ser erigido em pedra. Para que um mosteiro prosperasse e se desenvolvesse, era necessário criar um perfeito enraizamento para o qual era necessário uma inteligente adaptação ao meio. As transferências de sítio apontam para uma preocupação, por parte dos monges cistercienses, em relação aos seus territórios no que respeita ao seu desenvolvimento e prosperidade. No caso de uma primeira implantação se mostrar imprópria, os cistercienses não hesitavam em fazer uma transferência de sítio ou então regressar à Abadia-mãe (Cocheril, 1966: 365).

Na região das Beiras, é de assinalar também a existência de um elevado número de igrejas românicas cuja planimetria apresenta uma nave única e abside, contrastando com o românico cisterciense de maior envergadura que pode apresentar três naves, como é o caso de São João de Tarouca ou mesmo Salzedas, tanto o Mosteiro de Santa Maria de Salzedas como as ruínas da Abadia Velha, acrescidas de transepto e cabeceira composta por abside e absidíolos. De S. João de Tarouca (1143), subsiste a Igreja que continua em actividade e da qual se evidencia a sacristia, destacam-se também os monumentais dormitórios (séc. XVI e XVII) e os vestígios do elaborado sistema hidráulico. A igreja apresenta três naves, um largo transepto saliente e uma cabeceira composta por três capelas quadrangulares escalonadas. Escavações arqueológicas

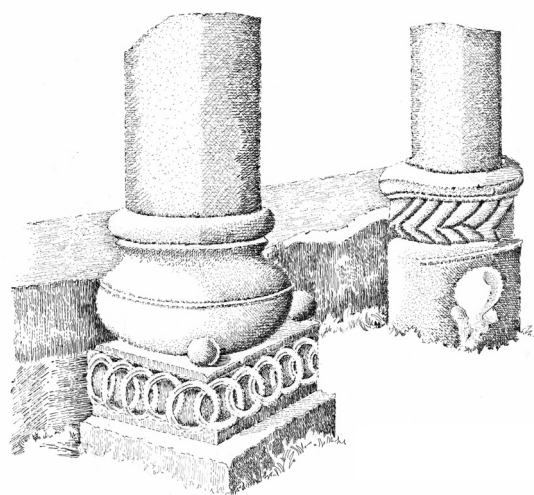


Fig. 5
Vestígios da Abadia Velha de Salzedas
(desenho de Mestre Braga da Costa)

colocaram a descoberto o claustro original do séc. XII assim como os vestígios da Sala do Capítulo, cozinha e latrinas. O Mosteiro de São João de Tarouca apresenta a sua estrutura medieval pouco alterada pelo que ainda se pode vislumbrar a primitiva planimetria, característica do românico tardio. Por outro lado, ao depender de Claraval como abadia-mãe, apresenta uma singular familiaridade, tão constante na arquitetura cisterciense, ao ser possível encontrar-se uma planimetria inserida no âmbito do plano bernardino, sendo esta uma extensão da planimetria apresentado por Claraval II.

De igual modo, inseridos na região das Beiras, se encontram os mosteiros de Santa Maria de Salzedas (1191) e S. Pedro das Águias (séc. XII, com nova implantação no séc. XVI), que em muito potenciaram a acção cisterciense no país. Ambos são exemplos de transferência de sítios, prática que como já foi referido sucedia por vezes com os mosteiros cistercienses. A Santa Maria de Salzedas corresponde uma primeira implantação a NE (Abadia Velha) da qual se encontram vestígios arqueológicos em terrenos de um particular (Quinta da Abadia Velha). Deste modo, é possível vislumbrar nas ruínas da Abadia Velha de Salzedas (1168) a marca de Cister numa igreja românica e de grande porte que apresenta indícios de três naves, transepto saliente, cabeceira composta salientando-se a abside e o absidiolo poligonais, algo raro nos mosteiros desta ordem que usualmente apresentavam uma cabeceira reta. Aquela que é atualmente a Igreja do antigo Mosteiro de Santa Maria de Salzedas permitiu revelar, após obras de conservação, a existência da primitiva igreja de características românicas trazendo à luz do dia capiteis, colunas e arcos ogivais que se encontravam “embutidos”, na atual igreja, fazendo parte integrante da sua estrutura, como se tratasse do esqueleto de um organismo vivo e atemporal que é o próprio edifício. Pode-se mesmo referenciar a existência de três igrejas no mosteiro de Santa Maria de Salzedas: as ruínas da Abadia Velha e a actual igreja, que se apresenta verdadeiramente como duas igrejas numa só, a primitiva e estrutural, por um lado, e a subsequente, que funciona quase como uma “pele” em relação à anterior. Assim, do período medieval remanesce a igreja do mosteiro que apresenta uma planta em cruz latina, três naves e transepto saliente sendo a cabeceira composta por cinco capelas absidais escalonadas, caso raro no panorama do românico português. Porém, deste período apenas subsistiu um absidiolo semicircular, no braço norte do transepto, com colunas adossadas no exterior.

Do Mosteiro de S. Pedro das Águias, o Velho, concelho de Tabuaço, subsiste a Igreja românica de planta simples dotada de nave única e capela-mor retangular. O destaque vai para a decoração escultórica, sobretudo para o tímpano da porta axial que apresenta uma cruz de características visigóticas e o belíssimo tímpano contendo a representação do *Agnus Dei* no portal norte.

CONCLUSÃO

As marcas do legado da Ordem de Cister em Portugal apresentam-se como um sistema, que assim permite a sua abordagem e estudo, constituindo-se em unidades não só arquitetónicas como artísticas e paisagísticas de elevado valor patrimonial que merecem ser preservadas. Apesar do Património Cisterciense, em Portugal, começar a ser inserido num plano abrangente e transeuropeu não deixa de prestar a sua contribuição na revitalização de planos, locais ou regionais, de desenvolvimento e identificação cultural.

Os mosteiros cistercienses portugueses tornaram-se dignos exemplares da arquitetura cisterciense europeia, apesar de ao longo dos tempos terem sido adaptados, ampliados e transformados segundo os gostos e os estilos da época. Muitos foram alvo de diversas recuperações e reabilitações, sobretudo no século passado, seguindo as teorias em voga e que fizeram reviver a sua arquitetura primitiva, como é o caso da pequena Igreja de S. Pedro das Águias ou permitiram descobrir a realidade escondida e esquecida, como foi o caso da intervenção que pôs a descoberto partes da primitiva estrutura medieval da Igreja de Santa Maria de Salzedas ou mesmo os notáveis trabalhos de escavação arqueológica conduzidos no Mosteiro de São João de Tarouca que puseram a descoberto vestígios da estrutura da primitiva abadia, permitindo perceber que os seus principais espaços, dos quais fazem parte o claustro, a sala do capítulo, a cozinha, as latrinas, se configuravam segundo o plano tantas vezes utilizado pelos cistercienses e que reflecte o pensamento de S. Bernardo moldado à arquitectura, ao ser um traçado de feição claravaliana.

Com o decorrer do tempo, também os ideais e a realidade se vão alterando. Os Mosteiros, após extinção das Ordens, por decreto de 28 de Maio de 1834, sofreram inúmeras transformações porém, na atualidade, são alvo de reabilitação segundo os moldes da contemporaneidade. Não deverão, no entanto, ser jamais esquecidas todas as conotações simbólicas, ideais e espirituais inerentes aos Mosteiros Cistercienses, nem as transformações operadas que permitiram a dialéctica entre a pequena e a grande escala, entre o ideal e a realidade, desde o início da nacionalidade até à contemporaneidade.

BIBLIOGRAFIA

CAPITULA in Nascimento, Aires (1999). *CISTER: os Documentos Primitivos. Tradução, Introduções e Comentários de Aires do Nascimento*. Lisboa: Edições Colibri.

COCHERIL, Dom Maur (1982). D. Afonso Henriques et les premiers cisterciens portugais. Sep. *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. V. Guimarães.

- COCHERIL, Dom Maur (1966). *Etudes sur le monachisme en Espagne et au Portugal. Collection Portugaise sous le patronage de l'Institut Français au Portugal*. Paris : societe d'editions "Les Belles Lettres", Lisbonne : Livraria Bertrand
- COCHERIL, Dom Maur (1978). *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*. col. Cultura Medieval e Moderna –X. Fundação Calouste Gulbenkian. Paris: Centro Cultural Português.
- BRAUNFELS, Wolfgang (1993). *Monasteries of Western Europe – The Architecture of the Orders*. London: Thames and Hudson
- DIAS, Geraldo Coelho (1997). Do Mosteiro Beneditino Ideal ao Mosteiro de S. Bento da Vitória. História, espaços e quotidiano dos monges. In *O Mosteiro de S. Bento da Vitória. 400 anos*. Porto: Edições Afrontamento
- DIAS, Geraldo Coelho (2001). Monaquismo, Arte e Arquitectura – o caso do Mosteiro de Alpendurada. In *Religião e Simbólica*. Porto: Granito Editores.
- DIMIER, Pe. Anselme (1999). *Stones laid before the Lord. CSS 152*. Michigan: Cistercian Publications.
- FERGUSON, Peter (1984). *Architecture of Solitude*. Princeton University Press
- FORNARI, Federico (1981). *L'architettura cistercense e l'abbazia di Casamari*. Edizioni Casamari.
- KINDER, Terry N. (1998). *L'Europe Cistercienne*. col. Les formes de la nuit. Ed. Zodiaque
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes (1998). *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Coleção Estudos, nº 24. Lisboa: Edições Colibri.
- MARTINS, Ana Maria Tavares (2011). *As Arquitecturas de Cister em Portugal. A actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Sevilha (Espanha). Sevilha: inédito, policopiado.
- MARTINS, Ana Maria Tavares (2006). Espaço Monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem. In *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias*, Vol. 1. Porto: Edição FLUP.
- MARTINS, Ana Maria Tavares (2012). Maceira de Covelliana: da Cidade Monástica à Cidade do Homem in *UBIMUSEUM*. nº 1. Covilhã: Universidade da Beira Interior, ISSN 2182-656 [por convite]; Disponível online em <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-martins-ana-maceira-de-covelliana-da-cidade-monastica-cidado-do-homem.pdf>
- MARTINS, Ana Maria Tavares (2007). *Uma Perspectiva da Ordem de Cister: o Legado Português*. Viseu: Ed. Autor
- MUMFORD, Lewis (1961). *A cidade na história - suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília
- PEREIRA, Paulo (1999). *2000 anos de arte em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates.
- PRESSOUYRE, León (1998). *Le Rêve Cistercien*. col. Découverts Gallimard, nº 95. Paris: Ed. Gallimard.
- REGRA DO PATRIARCA S. BENTO (1992). Traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga, 2ª edição. Singeverga: Edições "Ora & Labora"
- ROMANINI, Angiola Maria (1998). O projecto cisterciense. In *A Idade Média*, dir. Georges Duby e Michel Laclotte. col. História Artística da Europa. tomo II. Lisboa: Quetzal Editores.
- SIMSON, Otto von (2000). *La catedral gótica*. Madrid: Alianza Forma.
- SURCHAMP, Dom Angelico (1982). L'esprit de l'art cistercien. In *L'Art Cistercien – France*. Ed. Zodiaque.

Ana Maria Tavares Martins

Licenciada em Arquitectura (1997) pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FA-UTL). Doutora pela Universidade de Sevilha, Espanha (2011) com a tese “As Arquitecturas de Cister em Portugal. A actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território”. Professora Auxiliar no Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura da Universidade da Beira Interior onde lecciona disciplinas de História de Arquitectura, Teoria da Arquitectura e Desenho. Investigadora integrada CITAD (Centro de Investigação em Território, Arquitectura e Design – Fundação Minerva - Lisboa). Investigadora colaboradora do CIDEHUS (Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora). Membro de: SHA (Society of Architectural Historians), desde 2012, com o nº 23073; AHRA (Architectural Humanities Research Association) desde 2011; APOC (Associação Portuguesa de Cister) desde 2008; EAHN (European Architectural History Network) desde 2008; ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios) desde 2008; CICOP-Portugal (Centro Internacional para a Conservação do Património) desde 2004; Membro da OA (Ordem dos Arquitectos), desde 1997, com o nº 6983N. Principais linhas de investigação: Arquitectura Monástica, História da Arquitectura, Reabilitação do Património Arquitectónico e Urbano.

Ubimuseum

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior

A máquina do mundo: a engenharia e os lanifícios em uma região inteligente

António dos Santos Pereira

asp@ubi.pt

Universidade da Beira Interior

ABSTRACT

The understanding of the cosmos is object of the reflection by the intelligent man, from the beginnings. In this essay, we try to understand the cosmological perspectives of ancient thought, believing that before building mechanisms it was necessary to imagine them. The greatest minds of the human history are involved in the representation of the fabric of the space: Pythagoras, Aristotle, Ptolemy, Pedro Nunes, Copernicus, Galileo, Newton, Einstein and Stephen Hawking. This is only a large introduction to say with Richard Florida: regions, like Beira Interior, are becoming more important modes of economic and technological organization on a global scale. Here is, thus, the conference paper, delivered at the Wool Museum, on the 25th anniversary of the Delegation of the Castelo Branco Portuguese Order of Engineers at 2011.

KEY-WORDS

Cosmological perspectives, History of the Technology, Engineering, intelligent region.

RESUMO

O entendimento do cosmos e da sua constituição ocupa o pensamento do homem desde que este é capaz de refletir. Neste ensaio, tenta-se perceber as perspetivas cosmológicas antigas por se acreditar que antes de construir mecanismos foi necessário imaginá-los. Na representação da máquina do mundo, estão envolvidas as inteligências superiores da História Humana: Pitágoras, Aristóteles Ptolomeu, Pedro Nunes,

Copérnico, Galileu, Newton, Einstein e Stephen Hawking, entre outros. Esta é apenas uma extensa introdução para concluir com Richard Florida que se devem considerar as regiões, como a Beira Interior, cada vez mais em termos organizacionais, no âmbito económico e tecnológico, para o desenvolvimento à escala global. Aqui fica, assim, em artigo, a conferência, proferida no Museu de Lanifícios, no 25º aniversário da Delegação de Castelo Branco da Ordem dos Engenheiros.

PALAVRAS-CHAVE

Cosmologia, História da Técnica, Engenharia, Região Inteligente.

INTRODUÇÃO

“Assim como o tecelão ajunta o fiado de diversas mãos tecido, e de muitos fios urde e tece sua teia, assim eu ajuntarei a doutrina de diversos autores e de muitas autoridades farei uma teia desta pratica e se ela não sair boa não se deve pôr a culpa ao fiado, que é delgado e fino, mas a mim que o não saberei urdir nem tecer (Pinto 1572, DVA, III, fl. 296v).

Depois de ter assumido o risco de fazer uma conferência aos Senhores Engenheiros, quantos caminhos tracei para sair do labirinto em que de súbito me encontrei! Antes de mais, senti-me honrado em sumo grau pelo convite que, decerto, devo à muito boa imagem do Museu de Lanifícios e à mais excelente, da UBI. Depois, assaltou-me uma tremenda ansiedade por não saber se conseguiria dizer algo que os meus ilustres, sábios e pragmáticos, ouvintes não soubessem bem melhor do que eu. Para a vencer, usei recorrer à proteção dos homens verdadeiramente inteligentes, que houve à face da terra, desde Pitágoras e Aristóteles, por Ptolomeu e Pedro Nunes, a Einstein e Stephen Hawking. Avisado por frei Heitor Pinto, outro dos grandes sábios, sobre quem tenho escrito e continuarei a escrever, devia deixar de parte o saber curioso, vaidoso, interesseiro e, antes, optar pelo saber discreto, prudente e necessário (Pinto 1572, DDI, II, 239v). Por ser eu historiador e os destinatários, engenheiros, a História da Técnica ou da Civilização poderia unir-nos nesta magna questão em que o homem se quer compreender a si próprio, no enquadramento cósmico, representar-se e perceber e explicar o espaço envolvente a partir das evidências que nele descobre e de acordo aos fenómenos que dele consegue captar com mais ou menos apoio instrumental. Desde criança, percebi os engenheiros como os homens que estudam todos os maquinismos e são capazes de explicar tanto o movimento da grande máquina do mundo, como o dos mais pequenos engenhos e medir e equilibrar forças. A palavra dinamismo tem raiz no grego clássico e significa força e poder. Sendo assim, poderia contrapor as representações macro-cósmicas antigas, deixadas por Aristóteles, em *De Coelo et Mundo*, que fizeram despertar a um nível superior a capacidade de representação

humana e que foram duradouras, por dois milénios, porquanto vingavam ainda no século XVI, às novas implicações astrofísicas, depois de Copérnico (1473-1543), Galileu (1564-1642), Newton (1643-1727), e particularmente depois da lei da relatividade geral, que Einstein fez publicar em 1915.

A MÁQUINA DO UNIVERSO

“Vês aqui a grande machina do mundo,
Etérea e elemental, que fabricada
Assi foy do Saber, alto e profundo,
Que hé sem princípio e meta limitada,
(Camões 1572: 174).

Como é que o homem antigo se percebia no universo ou se enquadrava para cumprir a sentença délfica de se conhecer, antes de mais, a si mesmo? Atualmente, mesmo para lá do cientista, reconhecemos a existência de matéria em todo o Cosmos dito ainda em expansão, depois do Big Bang primordial. Antes do século XVI, considerava-se que a matéria apenas existia no mundo sublunar e não se podia imaginar a tal explosão inicial e a expansão permanente do Cosmos. Tudo era pacífico e ordenado depois que Deus pôs a mão no caos inicial ou o Primeiro Motor deu início ao movimento das esferas. Acima do mundo sublunar, sucediam-se, pois, as esferas do mundo etéreo, em sincronizado e eterno movimento circular, o único que era entendido como perfeito, por ter em si o princípio e o fim, compondo aquilo que frei Heitor Pinto chamara a “lustrosa máquina do universo” (Pinto 1572, DC, III, fl. 433v). Nesse mundo, para lá da esfera da lua, tudo estava concluído, por isso era perfeito, incorruptível, sem matéria, necessariamente entendida como degradação e inércia, mais do que elemento primeiro e explosivo. Finalmente, na última esfera, a que formava a cúpula celeste e era dita *primum mobile*, estavam fixas as estrelas. Não se entenda rolarem em espaços sem vida as ditas esferas do mundo etéreo. Na perspetiva de Pico della Mirândola, Deus Pai, o Sumo Arquitecto, povoara aquelas com inteligências e almas eternas. Na expressão latina da *Oratio de hominis dignitate* de 1486, diz assim: “Supercelestem regionem mentibus decorarat; ethereos globos aeternis animis vegetarat”. (http://www.brown.edu/Departments/Italian_Studies/pico/oratio.html).

Depois das ditas dez esferas cósmicas, o Infinito pertencia ao Primeiro Motor Aristotélico ou ao Deus-Pai, criador, Judaico-Cristão, que não é representável, mas tudo compreende no seu seio, na perspetiva que dele encontramos na Bíblia, daí, esta representação cósmica ser dita bíblico-aristotélica. Já desenvolvi a matéria em outra parte (Pereira 2005). No século XVI, Heitor Pinto, que devota e denodadamente tenho estudado, ainda assistiu, decerto, nas aulas de Pedro Nunes, a esta representação do

Universo com os aros de dez peneiras girando sobre o mesmo eixo. Na maior, onde o mundo etéreo mais etéreo era, já dissemos que estavam fixas as estrelas. Pode parecer graça, mas devo confirmar que, perante tal pedagógica representação, ao tempo, os alunos mais perspicazes, enformados na cultura evangélica, colocavam de imediato a magna questão da estrela que conduziu os reis magos a Belém: – que não podia ser colocada na esfera das estrelas fixas, por ser móvel como constava nas Escrituras! – Mistério! Respondia o mestre, que geralmente era um matemático e assim era obrigado a acreditar no milagre.

Nas aulas de Pedro Nunes, por uma vez se colocou a questão, que seria trazida à colação, se ousadamente aqui desenvolvesse as matérias da Engenharia. Digo, em português corrente, assumido piloto da nau das Letras, o que pode ser lido na linguagem do tempo no Tratado (...) em Defensam da Carta de Marear:

“Bem sei quão mal sofrem os pilotos que fale na Índia quem nunca foi nela e pratique no mar quem nele não entrou, mas justificam-se mal pois lhes nós sofremos a eles que com sua má linguagem e tão bárbaros nomes falem no Sol e na Lua, nas Estrelas, nos seus círculos, movimentos e declinações: como nascem e como se põem e a que parte do horizonte estão inclinados, nas alturas e nas lonjuras dos lugares do orbe, nos astrolábios, quadrantes, balestilhas e relógios, em anos comuns e bissextos, equinócios e solstícios, não sabendo nada nisso e posto que eles nos digam que o navegar é outra coisa, sabemos certo que se aproveitam muito nisso. E que se algum deles vem a ter presunção de saber na esfera, quer logo triunfar dos outros que a não sabem” (Nunes 1537).

Obviamente, nem os melhores alunos se atreviam a colocar a perigosa questão délfica pertinente ao microcosmos e reflexo do macrocosmos: o homem é ele também composto de uma parte material e de uma parte etérea, a alma, aprisionada ao corpo, que migrará para lá da última esfera, cumprido o seu ciclo terreno. Todos deviam acreditar nesta afirmação para viverem pacificamente, mais ainda depois de fundada a Inquisição. Historiadores ou não, não podemos deixar de considerar engenhosa toda esta representação que deixa bem menos mistérios do que as que hoje nos dão nas aulas de Cosmologia, com mais buracos negros do que desejaríamos e ainda sem resposta para esta questão magna da alma ou da vida eterna.

O génio de Camões levou-o além dos aros das peneiras de Pedro Nunes e de Heitor Pinto e, através da musa Tétis, premiou Vasco da Gama, no canto décimo dos Lusíadas, com a visão do cosmos no seu conjunto. Aquela musa interpela assim Vasco da Gama na estrofe 80 do último canto do nosso poema nacional (Camões 1572: 174):

“Vês aqui a grande machina do mundo,
Etérea e elemental, que fabricada
Assi foy do Saber, alto e profundo,
Que hé sem princípio e meta limitada,
Quem cerca em derredor este rotundo
Globo e sua superfície tão limada,
Hé Deus: mas o que é Deus ninguém o entende,
Que a tanto o engenho humano não se estende.

A REGIÃO INTELIGENTE

“Regions are becoming more important modes of economic and technological organization on a global scale.” (Florida 1995: 527)

Depois desta tentativa à procura da compreensão da máquina do Mundo na representação antiga, deveria retomar a feita por Alexander von Humboldt em Oitocentos e a mais moderna, a elaborada, a partir de Einstein, anunciado acima, e a da Mecânica Quântica e a da Teoria das Cordas, até Stephen Hawking ou então cruzar a Filosofia com a Engenharia, abordando o *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein, o mais célebre engenheiro/filósofo, que fixou a razão das coisas no sentido que nelas encontramos. Afinal, sempre competiu aos engenheiros tornar simples o que parece complicado, contrariamente aos filósofos, que sempre tornam difícil de entender o que aparentemente é simples ou elementar e, de facto, geralmente importante, para o nosso dia-a-dia.

Se eu tivesse mais arte do que ler pergaminhos e papéis velhos, e percebesse os pormenores técnicos, também podia ilustrar em excelente palestra interativa a forma como o perfeito movimento circular da roda de água, transformado em imperfeito vaivém pendular no pisão e na serra de água, na Idade Média, pelo eixo descentrado, inspirou toda a tecnologia ligada à máquina à vapor e ao que dela derivou para o comboio e o automóvel pela inversão do ponto de força inicial mesmo sem me interessar pela engenhosa mecânica que ela aportou à indústria dos lanifícios em todas as etapas do seu processo, afinal, há muito estabelecidas. A História das Técnicas no cruzamento com o desenvolvimento humano também já está feita e por quem sabe bem mais do que eu, como Lewis Mumford, Maurice Daumas e outros. A mim, importam-me sobretudo as suas conclusões. No tempo longo, os fatores técnicos colaboraram na progressiva libertação do homem, de escravo e servo para cidadão, igual, livre e responsável pelos seus atos, senhor de si e do que é seu, pelo menos tanto como os fatores ideológicos e doutrinários, antecipando-os em alguns casos. Tal, em

palavras simples, quer dizer que os engenheiros foram tão revolucionários, quanto os filósofos. A descoberta da farinhação mecânica pelo moinho de água libertou a mulher ocidental das tarefas monótonas do almofariz e do pilão e deu-lhe tempo para o afeto e a beleza, tornando-a o mais belo ser, regulador da criação de Deus.

Anuncio apenas estes caminhos, que não percorro por demasiado longos e cheios de escolhos. Vou ater-me, finalmente, aos elementos sublunares mais simples que anuncia o título da minha conferência e reiterar para a indústria dos lanifícios a importância de assentar em edifício de quatro pilares bem sólidos, sob o telhado da ciência, a mais sublime criação da inteligência humana: o 1.º – o da excelência das matérias-primas; o 2.º – o da arte na conceção do produto; o 3.º – o da tecnologia, que muito nos e mais vos importa; e o 4.º – o da economia ou das técnicas de organização do processo produtivo (Rolo 1976: 541-561). Controlando a economia, equilibradamente, todos os custos, e travejados os quatro pilares pela ciência, como disse, o sucesso no mundo dos Lanifícios fica garantido e assim a sua óbvia participação no desenvolvimento da região em que este subsector têxtil se encontra implantado. Parece demonstrado que um país apenas é desenvolvido quando é capaz de garantir adentro do seu território os melhores recursos tecnológicos indispensáveis à transformação das matérias-primas em produtos transacionáveis ou seja quando reúne as competências técnico-científicas para colaborar na conceção das mesmas máquinas que integram o capital fixo de uma unidade de produção. A Covilhã dispõe de todos os elementos tecnológicos necessários aos lanifícios para garantir o seu sucesso e para torná-los fator de desenvolvimento no eixo Castelo Branco/Covilhã/Guarda.

Não oferece dúvidas a impossibilidade de apropriações tecnológicas exclusivistas numa economia global como aquela em que vivemos por parte de qualquer país a não ser no que concerne à diabólica indústria militar quando esta não procura defender a vida, mas visa matar. Os saltos de desenvolvimento, na maioria dos países, deram-se quase sempre por importação de tecnologias, geralmente, de forma irregular, e muitas vezes, por também não haver normas para intervir na mesma. A superioridade inglesa na produção dos panos a partir do século XVI beneficiou muito dos progressos anteriormente adquiridos nos espaços mais desenvolvidos franceses, italianos, espanhóis. Havendo normas, as permutas de tecnologia, a sua aprendizagem e a incorporação nos sistemas produtivos hábeis às mesmas devem fazer-se, em grau cada vez mais elevado, a fim de os projetos de I&D, muito dispendiosos, não se debruçarem sobre matérias recorrentes, mas serem cumulativos. Em Portugal, estes beneficiaram sempre do empenho do Estado, e tiveram custos fiscais para os contribuintes em geral. Conhecemos o processo desde o tempo do Marquês de Pombal, grosso modo, meados do século XVIII. Ultimamente, foram desenvolvidos no INIC, na JNICT e na FCT com aparente sucesso.

Percebido, pois, que os conceitos de desenvolvimento e de disponibilidade de tecnologia coincidem, as questões a que urge responder são, no que ao tema concerne: como adquirir esta, como utilizá-la, quando vendê-la ou preservá-la como reserva estratégica ou para-estratégica ou como transferi-la. O assunto não é novo em nenhum setor industrial, mas é decisivo no caso dos lanifícios, dada a concorrência de países com vantagens adquiridas ao longo dos séculos na qualidade das matérias-primas, particularmente da lã: Argentina, Inglaterra, Austrália, França, Nova Zelândia etc. Pelas informações de que dispomos, as explorações de ovinos em Portugal têm descurado como fator de lucro a lã para se concentrarem na carne e no queijo, sendo a nossa indústria abastecida fundamentalmente por lã importada. Em países, como o nosso, com grande parte do tradicional espaço agrícola abandonado, parece que se deve investir de novo na seleção das pastagens e das melhores espécies laníferas, depois, apostar no melhor manuseio dos velos resultantes e, obviamente, mais ainda, investir em todas as outras etapas do processo produtivo antigo: na lavagem, na cardação, na fiação, na tecelagem, na tinturaria e nos acabamentos. Há sempre hipóteses de inúmeros melhoramentos nos processos de fabrico.

Não trazemos novidade quanto à importância da inclusão de inovação tecnológica no sector transformador português. Desde há muito se clama pelo esforço inovador urgente na indústria transformadora nacional e sobre a complementaridade necessária entre as duas vertentes fundamentais de um sistema de investigação científica que se queira implementar no país: aumento do conhecimento e perfeição no agir, plasmados nas antigas palavras gregas, teoria e praxis, percebido que uma não existe sem a outra, para além do que a propósito concluiu Habermas, que abordou a praxis apenas na esfera da política, e indo até às tecnologias porquanto estas colaboram na felicidade humana tanto como aquela, juntando, ao sumamente belo e ao sumamente bom, o sumamente útil, por aumentar a virtude humana e não por outra razão qualquer.

Segui para a minha lição de sapiência, dita na UBI em 2011, a revista *O Tempo e o Modo*, do humanista covilhanense Alçada Baptista e para esta que agora vos faço, percorri a mais resistente, mas contemporânea daquela, a *Análise Social* do pinhelense Avelãs Nunes, e noto quanto estiveram empenhadas as elites portuguesas na transformação do País desde 1963. Em 1964, ficava clara, em texto de L. Guieysse, naquela revista, a fórmula do sucesso: o crescimento económico é conseguido com I&D (Guieysse 1964: 5-16). Entretanto, a Guerra Colonial e a Revolução fizeram perder duas décadas ao País no arranque para desenvolvimento e há trinta anos ainda não era assim. Com efeito, ao fazer-se a classificação das empresas consoante os níveis de intensidade tecnológica, em 1982, verificava-se que o setor produtivo era então composto por mais de 90 % de empresas de média e baixa intensidade tecnológica. Eram mesmo as empresas de mais baixa intensidade e, entre elas, as dos lanifícios, que constituíam o segmento com mais alta cota nas exportações, preenchendo mais de 70% do total exportado

(Gonçalves e Caraça 1986: 929-939). Passada uma geração, os números são bem diferentes. O país evoluiu desde então e alterou a composição das suas exportações. Hoje, não há dúvida que Portugal cumpriu as principais etapas conducentes ao desenvolvimento, porquanto atingiu um prévio desenvolvimento das ditas Ciências Básicas e acompanha as trajetórias tecnológicas com desenvolvimento técnico cumulativo, agregador, autoalimentado, com investigação aplicada, e assumindo particular importância o pilar da economia e a pressão do mercado. Quanto às Ciências Básicas, só o Instituto Superior Técnico apresenta, na sua página, mais de uma dezena de centros de Investigação que tomam a Matemática, a Física e a Química como referências, treze ao todo. Cabe, de facto, o devido reconhecimento a Mariano Gago que durante um quarto de século acompanhou a modernização científica portuguesa, primeiro, como Presidente da JNICT, antepassada da FCT, e depois, como Ministro da Ciência de vários governos.

Entre 2003 e 2006, eram avaliadas trezentas e oitenta e três unidades de investigação de todos os domínios do conhecimento que contavam com mais de dez mil investigadores a que deviam somar-se os vinte e seis laboratórios associados, com cerca de três mil investigadores. Na entrada do terceiro milénio, Portugal competia, pois, seriamente, na rota da Ciência. As Ciências da Engenharia e as Tecnologias compunham bem aqueles números com sessenta e sete centros avaliados. Todavia, o país ficava ainda muito longe dos números em percentagem do PIB que os mais desenvolvidos dedicavam à ciência há cinquenta anos. Portugal continua a dedicar ao seu Ensino Superior 1,2 % do PIB e 1,5 % do mesmo à investigação científica, ao todo 2,7 por cento, o que há cinquenta anos os Estados Unidos dedicavam tão só à Ciência.

As empresas de baixa intensidade tecnológica representam agora pouco mais de 35% das exportações portuguesas, quer dizer que reduziram, de dois terços para cerca de um terço, a sua participação no total dos produtos exportados; as de média alta e alta intensidade tecnológica participam agora com 40%, cumprindo com as de média baixa os dois terços que anteriormente cabiam àquelas (Rosa 2011). Decerto, falta um longo caminho ainda a percorrer. Entretanto, os lanifícios ou os têxteis em geral ainda produzidos em empresas de média e baixa intensidade tecnológica têm sido estimulados a integrarem a dinâmica decorrente do conceito de meio inovador ou região inteligente. Cabe aqui uma referência muito particular aos trabalhos desenvolvidos pelos colegas Domingos Santos, Maria João Simões e outros sobre o conceito de meio inovador ou região inteligente e referentes ao eixo Belmonte/Covilhã/Fundão/Castelo Branco (Santos e Simões 2008).

CONCLUSÃO

O conceito de região inteligente decorre de trabalhos de investigação na viragem do segundo milénio que insistem naquilo que os historiadores já tinham notado no decurso da industrialização inglesa de há duzentos e cinquenta anos e de que a Covilhã fora também um exemplo precoce, porquanto não necessitou de um aparato tecnológico sustentado em investimento maciço na máquina a vapor para o seu arranque industrial, dada a sua vantagem comparativa por dispor de energia hidráulica natural e de uma certa proteção do seu mercado. Os defensores do conceito em causa defendem em síntese a implementação de políticas de fomento do potencial tecnológico em simultâneo ao organizacional e uma política marcada por uma cultura de relação e cooperação ativa entre todos os agentes da região. Não duvidamos do empenho destes. A UBI é o melhor exemplo. Ainda como Instituto Politécnico lançou, há quarenta anos, os cursos decisivos para o desenvolvimento da região: a Matemática, a Gestão e a Engenharia Têxtil. Como Instituto Universitário, desenvolveu as Ciências Básicas e as Engenharias, já como Universidade, de há 25 anos a esta parte, percebeu a importância das Ciências Sociais e Humanas, da Sociologia, da Comunicação e das Letras. A UBI tem hoje centros de investigação nas Ciências Básicas, designadamente na Matemática e também nas Tecnologias, registando algumas patentes. A sul, o Instituto Politécnico de Castelo Branco investe em áreas estratégicas, particularmente interessantes para a região como a Agronomia e a Produção Animal e, a norte, o Instituto Politécnico da Guarda acompanha os avanços nas Tecnologias e na Gestão. Algumas escolas Secundárias perceberam, há muito, o carácter decisivo da Formação, caso da Campos Melo e da mais recente Escola Profissional do Fundão. Novos centros de formação como o CITEVE e o CILAN preparam o futuro. Na região, há líderes autárquicos com expressão nacional e não falta a todos a vontade de participar num futuro mais próspero para a Região dos Lanifícios em que também acreditamos e nela colaboramos com esta casa: O Museu de Lanifícios, Centro de Documentação e Arquivo Histórico que vos acolhe com prazer.

BIBLIOGRAFIA

- Camões, Luís de (1572). *Os Lusíadas*. Lisboa: em casa de Antonio Gonçalvez.
- Daumas, Maurice (1996). *Histoire générale des techniques*. Introd. et pref. par Maurice Dumas. 5 volumes. Paris: P.U.F..
- Florida, Richard (1995). *Toward the Learning Region*. *Futures*, Vol. 27, No. 5: 527-536.
- Gonçalves, Fernando Gonçalves e CARAÇA, J. M. (1986). *A mutação tecnológica e o potencial inovador da indústria transformadora*. in *Análise Social*, vol. XXII, n. 5: 929-939.
- Guieysse, L. (1964). *Investigação Científica e Crescimento Económico*. *Análise Social*. vol. II, n. 5: 5-16.
- Humboldt, Alexander von (1849/1851). *Cosmos : essai d'une description physique du monde*. 3 vols. Paris: Gide et J. Baudry, 1848/51.

- Mumford, Lewis (1986). *Arte & técnica*. Lisboa: Edições 70.
- Nunes, Pedro (1537). *Tratado da sphaera com a Theorica do Sol e da Lua (...)* Item dous tratados que o mesmo Doutor fez sobre a carta de marear (...). Lisboa: Germão Galharde.
- Pereira, António dos Santos (2005). O conhecimento do oceano no século XV: entre a fantasia e a esquadria, o Bojador e o pego do Mar. in *Arquipélago. História*. 2ª série, vols. 9-10 (2005-2006): 43-67.
- Pereira, António dos Santos (2009). *Portugal Adentro do Douro ao Tejo. O Milénio Beirão*. Covilhã: UBI e FCT.
- Pinto, Heitor (1563). *Imagem da Vida Cristã*. Coimbra: João de Barreira.
- Pinto, Heitor (1572). *Imagem da Vida Cristã*. Lisboa: João d’Espanha, apud João de Barreira.
- Rolo, José Manuel (1976). Modalidades de tecnologia importada em Portugal. *Análise Social*, Vol. XII (3.º), n.º 47: 541-561.
- Rosa, Eugénio (2011). Exportações portuguesas: O peso dos produtos industriais de alta e média-alta intensidade tecnológica tem diminuído.
http://resistir.info/e_rosa/exportacoes_11jun11.html.
- Santos, Domingos Santos, *Dinâmicas Territoriais de Inovação: O Caso do Sector Têxtil-confecções no Arco Urbano do Centro Interior*.
<http://www.apdr.pt/siteRPER/numeros/RPER01/ART01.PDF>
- Santos, Domingos e SIMÕES, Maria João, *Dinâmica socioeconómica da fileira da madeira em Concelhos do Pinhal Interior: uma análise através do conceito de meio inovador*, Covilhã, UBI, 2008.
- Souza, Nali de Jesus de, *Teoria dos pólos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação*.
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/266/215>.

SÍTIO

http://www.brown.edu/Departments/Italian_Studies/pico/oratio.html

Superexploração: uma categoria explicativa do trabalho precário

Ana Elizabete Mota

bmota@elogica.com.br

Professora Titular da UFPE

Pós-doutoramento no SOCIUS/ISEG/UTL

Bolsista CAPES

ABSTRACT

This essay aims to help drawing the memory of the social conflicts and the workers' participation in the Unions by means of the available sources: the Press and the left-wing cabinets concentrated in the Portuguese Communist Party (PCP) during both the Military Dictatorship and the Estado Novo, clandestine as a rule. While so doing, it also aims to try and understand the moment they entered the preoccupations of the social scientists who, like us, are engaged in understanding the spatial references as well as those of the enterprises, particularly since the beginning of the 80's decade of last century. Meanwhile, managing solely with the mentioned Press, here is the mirror of those working struggles in the Ave valley region during that period.

KEY-WORDS

Social conflicts, unionism, Ave valley

RESUMO

O objeto da presente investigação é constituído pelas transformações no mundo laboral, particularmente as suas incidências sobre os processos e as relações de trabalho. A investigação baseia-se nas categorias da crítica da economia política e envereda numa reflexão sobre as determinações iminentes da dinâmica do capitalismo contemporâneo, no âmbito das relações de trabalho e dos mecanismos acionados pelo Estado e pelas classes dominantes no processo de reprodução social, aqui concebidas como meios de restauração da crise capitalista.

PALAVRAS-CHAVE

Relações de trabalho, economia política, dinâmica do capitalismo, Estado, reprodução social.

INTRODUÇÃO

A presente comunicação, intitulada “Superexploração: uma categoria explicativa do trabalho precário”, é resultado das pesquisas que venho realizando desde os anos 1990, cujo objeto são as transformações no mundo do trabalho, particularmente as suas incidências sobre os processos e as relações de trabalho. A investigação baseia-se nas categorias da crítica da economia política e envereda numa reflexão crítica sobre as determinações iminentes da dinâmica do capitalismo contemporâneo, no âmbito das relações de trabalho e dos mecanismos acionados pelo Estado e pelas classes dominantes no processo de reprodução social, aqui concebidas como meios de restauração da crise capitalista.

A hipótese que orienta esta investigação é a de que os mecanismos utilizados no processo de enfrentamento da crise capitalista têm incidência direta sobre o mundo do trabalho e dos trabalhadores, mediada pela intervenção do Estado, cujas dimensões objetivas e subjetivas determinam modos de ser e viver de homens e mulheres nessa quadra histórica. Dentre as diversas dimensões implicadas neste movimento, destaco a precarização do trabalho, problematizando-a e conceituando-a como expressão da superexploração dos trabalhadores. Sem afastar-me das categorias que explicam a lei geral da acumulação capitalista (Marx, 1999), dentre elas, a pauperização relativa, a superpopulação relativa e o exército industrial de reserva, utilizo o conceito de superexploração, na trilha do pensamento de Ruy Mauro Marini, exposto no ensaio intitulado *Dialética da Dependência* (Marini, 1973), como um aporte explicativo das tendências do capitalismo periférico, particularmente o latino-americano.

Ao abordar as particularidades do desenvolvimento capitalista nos países latino-americanos sob uma explícita orientação marxista, Marini, critica a teoria da dependência, de inspiração cepalina, contrapondo-se à visão etapista e ahistórica da relação entre centro e periferia. Destaca, dentre outros fatores, a superexploração do trabalho ou exploração redobrada, nos termos de Osório (2009) como fundamento do capitalismo dependente. Ressalto, ainda, a mediação da reforma do Estado, materializada na supressão de direitos sociais, expressos na desregulação do trabalho e da proteção social *vis-à-vis* dos processos de privatização e mercantilização dos serviços sociais públicos; e a formação de cultura e subjetividade políticas derivadas e reiterativas destes processos, cujos pilares são o empreendedorismo, a empregabilidade e a fratura dos ideários dos trabalhadores.

Início a discussão destacando alguns pressupostos teórico-metodológicos e históricos que a balizam. O primeiro deles, de inspiração marxiana, revela o meu modo de pensar a realidade: se a aparência e a essência dos fenômenos se confundissem, toda ciência seria desnecessária porque perderia a sua finalidade - que é conhecer a realidade e suas tendências desde uma perspectiva crítica. Esta realidade à qual me refiro é a sociedade capitalista que cria e recria, historicamente, mecanismos e engrenagens que assegurem a sua reprodução, sempre conflitiva e contraditória. Estes mecanismos, de natureza objetiva e subjetiva, envolvem relações que são constitutivos de sociabilidades, sendo seu marco o movimento de acumulação de riquezas *pari passu* ao da pauperização dos trabalhadores, seja esta relativa ou absoluta. Refiro-me também a outro processo inerente ao desenvolvimento desta sociedade: a existência de crises e, principalmente, aos mecanismos do seu enfrentamento, que segundo Ruy Braga (1996), são processos de restauração, porquanto não se resumem aos movimentos da economia *stricto sensu*, atingindo a esfera da política e os modos de ser da sociedade, de que são exemplos as ideologias neoliberal, pós-moderna e os valores do individualismo com seus conceitos, práticas e ideários. As crises não comportam necessariamente rupturas, e seus mecanismos de enfrentamento possibilitam ao capitalismo se reinventar, embora, na atual conjuntura, haja um nítido esgotamento do seu papel civilizatório, como evidenciam as demonstrações de barbarização da vida em todos os quadrantes do planeta.

Qualquer que seja a nomenclatura ou o conceito, a crise sistêmica iniciada nos anos 70 atinge, ainda que diferenciadamente, os países centrais e periféricos, e os meios para o seu enfrentamento mundializaram o capital financeiro, comercial e produtivo e a pobreza. Esta não é mais uma particularidade do que chamávamos de Terceiro Mundo. Melhor dizendo, a experiência da periferia, em certo sentido, se mundializou e seus traços se encontram por todo o mundo. Ulrich Beck (2000: 9), sociólogo alemão não marxista que discute o trabalho no mundo, afirma haver, por exemplo, uma brasilianização do Ocidente, ao tempo que qualifica os trabalhadores informais brasileiros de “nômades laborais”. Nas suas palavras, significa que “a multiplicidade, a insegurança do trabalho, assim como o modo de vida do Sul, em geral, está se estendendo aos centros nevrálgicos do mundo ocidental. A insegurança endêmica será o traço distintivo que caracteriza no futuro o modo de vida da maioria da humanidade [...]” (*Idem*, 2000: 9).

Os traços gerais desse movimento revelam o cenário da centralização/concentração do capital e descentralização da produção, e suas consequências são conhecidas: desemprego, trabalho precário e desprotegido, extensividade e intensividade das jornadas de trabalho, criação de empregos temporários. Também é marcado pela supressão de direitos e garantias sociais do trabalho, resultado das reformas operadas nas políticas sociais em prol da privatização e da mercantilização de bens e serviços sociais públicos, cujo acesso se daria através do mercado e à mercê de contrapartidas

financeiras. A destrutividade deste processo ironicamente nominado em Portugal de austeritarismo, misto de austeridade com autoritarismo, revela que “nos países onde vigora o austeritarismo, pôr em causa os direitos adquiridos poupa sempre uma grande fatia desses direitos (os dos credores, os de propriedade, os societários) e concentra-se no ataque aos direitos sociais dos trabalhadores. Erodindo o contato social que está na base da democracia, o caminho da regressão pode atingir o núcleo dos direitos civis. A crise do trabalho é indissociável da crise da democracia” (Rosas, 2012). Destaca-se, ainda, nesse contexto a tendência a considerar o desemprego como pobreza, afastando-o da referencialidade do trabalho e vinculando-o à pobreza como um fenômeno social afeto às políticas de assistência social, via subsídios e programas de inserção, os chamados mínimos sociais.

A PRECARIZAÇÃO E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Na revisão da literatura sobre o tema do trabalho na contemporaneidade, é recorrente a utilização da expressão precarização do trabalho ou trabalho precário para designar os estatutos jurídicos, as condições e as relações de trabalho que imperam no mundo do trabalho na atualidade. Seu uso, em geral, designa a emergência do que Vasapollo (2006) chama de “trabalho atípico”. Este se manifesta no trabalho temporário, contratos a termo, trabalho em tempo parcial, em domicílio, por peça - sejam eles considerados formais ou informais, e até clandestinos, adquirindo uma dimensão estrutural e permanente para os trabalhadores que são subordinados a modalidades de trabalho instável, flexível e desprotegido.

Em livro publicado em 2007, Giovanni Alves, pesquisador brasileiro, no ensaio *Precariedade e Precarização do Trabalho*, promove uma instigante discussão sobre a questão da precarização do trabalho, sendo dos poucos autores - no âmbito da sociologia e economia do trabalho - que se dedicam a fundamentar esses conceitos. Alves faz uma distinção entre precariedade e precarização e identifica em três determinações a sua existência - histórico-ontológica, socioinstitucional e histórico-genética -, qualificando-as como condição e processo inerentes ao trabalho sob o capital. Segundo o autor,

“Nas observações de Marx de 1847, encontramos elementos para considerar a precariedade e a precarização como sendo atributos ontológicos das individualidades sociais que se constituem na sociedade burguesa. [...] Deste modo, ao dizermos precariedade, tratamos de uma condição socioestrutural que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria, atingindo aqueles que são despossuídos do controle dos meios de produção das condições objetivas e subjetivas da vida social [...]. A precariedade do mundo do trabalho é uma condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria. Desde que a força de trabalho se constitui como mercadoria, o

trabalho vivo carrega o estigma da precariedade social. [...] Se a precariedade é uma condição, a precarização é um processo que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho” (Alves, 2007: 113-114).

Embora concorde com as afirmações de Alves, tanto no que tange às determinações apontadas como em relação às demais argumentações expostas ao longo do seu ensaio, dentre elas as mediações da existência da superpopulação relativa e do exército industrial de reserva, assim como sobre o peso da emergência e a crise do Estado Social, parece-me que o tratamento da precarização como processo relativo ao precário não elucida suficientemente a questão, ainda que não possua nenhuma inconsistência. Penso que na atual fase de subsunção formal e real do trabalho ao capital, a potenciação da exploração do trabalho, através da sua precarização, pode ser compreendida como um processo de desvalorização da força de trabalho, que se faz mediante:

- * a violação do valor do trabalho socialmente necessário, através da redução dos salários/remuneração do trabalhador, restringindo sua reprodução e a de sua família aos mínimos de sobrevivência, portanto, abaixo dos “padrões normais” socialmente vigentes em cada sociedade (materiais, culturais e morais);
- * a redução da qualidade e do tempo real de vida do trabalhador pelo desgaste psicofísico do trabalho;
- * o sitiamento de qualquer projeto de vida do trabalhador e sua família (ético-político, pessoal, social), empobrecendo suas objetivações e ideários, dada a centralidade da luta pela sobrevivência, a insegurança, as incertezas e os riscos do trabalho;
- * a fratura da organização e da solidariedade coletivas das classes trabalhadoras, determinada pelo esgarçamento da vivência coletiva do trabalho, pela concorrência entre os trabalhadores etc.

Seguindo essa formulação - o espaço desta comunicação não me permite discorrer detalhadamente sobre cada um dos aspectos elencados -, atendo-me à questão da violação do valor (equivalente) do trabalho necessário, embora todos os demais, como dito, sejam mediações da precarização. Assim, problematizo a usurpação do único meio que tem o trabalhador para reproduzir a própria vida - a usurpação do fundo de consumo do trabalhador - como expressão do processo de superexploração do trabalho, seguindo a chave analítica de Ruy Mauro Marini, sobre a qual faço algumas ponderações. Usurpação essa que, na atual dinâmica capitalista, se faz, predominantemente, pela mediação da ação do Estado através da subtração de direitos e da mercantilização do acesso aos bens, serviços e benefícios públicos (políticas sociais) que são (foram?) pressupostos da reprodução do trabalhador desde a emergência do capitalismo monopolista. Essa questão foi brilhantemente trabalhada

por Francisco de Oliveira no seu célebre ensaio “A Teoria do Antivalor”. Na citação a seguir, reproduzo um dos seus argumentos em que se baseia esta minha última afirmação:

“Nas últimas cinco décadas, acelerada e abrangentemente, o que se chama *Welfare State*, como conseqüência das políticas originalmente anticíclicas de teorização keynesiana, constituiu-se no padrão de financiamento público da economia capitalista. Este pode ser sintetizado na sistematização de uma esfera pública onde, a partir de regras, universais e pactuadas, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e, de outro, da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais.” (OLIVEIRA, 1988, p. 8).

Na dialética da dependência, Ruy Mauro Marini afirma que o capitalismo desenvolve duas formas de exploração: o aumento da força produtiva do trabalho e a exploração do trabalhador. No primeiro caso, do aumento da produtividade do trabalho, mais mercadorias são produzidas no mesmo tempo de trabalho devido à racionalização da produção e ao uso de tecnologias. No caso da exploração do trabalhador, estão implicados o aumento da jornada, a maior intensidade do trabalho e a redução de consumo mínimo para a reprodução do trabalhador, através da usurpação do fundo de consumo do trabalhador, submeter a uma remuneração abaixo do seu valor normal, cujo entendimento Marx explicitou nos dias 20 e 27 de junho de 1865, nas sessões do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores:

“[...] o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho, [...] a qual, por sua vez, é determinada pelo valor dos meios de subsistência necessários à sua manutenção e reprodução, valor esse regulado, em última análise, pela quantidade de trabalho necessária para produzi-los. [...] O valor da força de trabalho é formado por dois elementos, um dos quais puramente físico, o outro de caráter histórico e social. Seu limite mínimo é determinado pelo elemento físico, quer dizer, para poder manter-se e se reproduzir, para perpetuar a sua existência física, a classe operária precisa obter os artigos de primeira necessidade absolutamente indispensáveis à vida e à sua multiplicação. O valor desses meios de subsistência indispensáveis constitui, pois, o limite mínimo do valor do trabalho. Por outra parte, a extensão da jornada de trabalho também tem seus limites máximos, se bem que sejam muito elásticos. Seu limite máximo é dado pela força física do trabalhador. Se o esgotamento diário de suas energias vitais excede um certo grau, ele não poderá fornecê-las outra vez, todos os dias. [...] Além deste mero elemento físico, na determinação do valor do trabalho entra o padrão devida tradicional em cada país. Não se trata somente da vida física, mas também da satisfação

de certas necessidades que emanam das condições sociais em que vivem e se criam os homens. Este elemento histórico ou social, que entra no valor do trabalho, pode acentuar-se, ou debilitar-se e, até mesmo, extinguir-se de todo, de tal modo que só fique de pé o limite físico” (Marx, Salário, Preço e Lucro).

Esses três processos, associados, evidenciam o que Marini conceitua como superexploração:

“(...) nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos [aumento da jornada de trabalho e aumento da intensidade de trabalho], porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último [salário abaixo do valor da força de trabalho], porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal” (Marini, 1973^a: 156).

Jaime Osório (2009), pesquisador mexicano e estudioso do pensamento de Marini, afirma que esta tese não se restringe às economias periféricas, todavia nas economias dependentes essa modalidade se encontra no centro da acumulação. “Não é então nem conjuntural, nem tangencial à lógica como essas sociedades se organizam”. E isso ganha sentido quando se analisa o capitalismo como sistema mundial, que reclama transferências de valores das regiões periféricas para o centro; e quando as primeiras, como forma de compensar essas transferências, acabam transformando parte do “fundo necessário de consumo do trabalhador” em “fundo de acumulação de capital”, dando origem a uma forma particular de reprodução capitalista.

Não restam dúvidas de que a exploração do trabalho no capitalismo remete imediatamente à apropriação, por parte do capital, do trabalho excedente dos trabalhadores. Este resulta da diferença entre o valor da força de trabalho e o valor produzido acima do tempo de trabalho socialmente necessário (trabalho excedente). O aumento do excedente pode se dar:

- * pelo prolongamento da jornada, elevando a produtividade do trabalho e reduzindo o tempo de trabalho socialmente necessário;
- * intensificando o trabalho e apropriando-se de parte do tempo de trabalho necessário, para transformá-lo em fundo de acumulação, visto que o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de vida necessários para assegurar a subsistência do trabalhador e a de sua família, no qual interferem elementos culturais, geográficos, históricos e morais.

Em seu livro *O Brasil e o Capital Imperialista*, Virgínia Fontes (2010: 355) afirma que, “malgrado a crítica de que este não é um processo específico da periferia, o conceito de superexploração conserva importância diante da possibilidade efetiva de que as

classes dominantes, por razões políticas e econômicas, se apropriem de parcela do salário dos trabalhadores, de parte do seu trabalho necessário (portanto, dos recursos do fundo de reposição do trabalho) dos trabalhadores, para convertê-lo em capital”. Seguindo essa argumentação, as expropriações de direitos, paralelamente à oferta de serviços mercantis antes acessados como políticas públicas, poderiam ser consideradas mecanismos de superexploração do trabalho, porquanto uma parcela do salário/remuneração do trabalhador destina-se à compra de bens e serviços – como saúde, educação, creches, lazer, cultura etc. –, ou, como também afirmado por Graneman (2006, apud Fontes), “pela constituição de fundos para suportar tais despesas no futuro, como seguros de saúde e os fundos de pensões para as aposentadorias”. Fontes (2010: 355) destaca outra modalidade de superexploração: “o uso capitalista da força de trabalho sem contrato ou a expropriação do contrato de trabalho, de tal forma que se instaura uma jornada sem limites, cuja remuneração explicita uma imposição econômica, social e política de *patamares infra-históricos de subsistência dos trabalhadores*”. Fato este que obriga os trabalhadores a venderem sua força de trabalho abaixo do valor histórico, social, cultural e politicamente constituído, para manter suas condições de vida como é o caso dos chamados trabalhadores por conta própria. Em pesquisa empírica que realizamos no Nordeste do Brasil, em Pernambuco, numa área onde predomina a indústria de confecções, especificamente a do vestuário, pudemos observar, com clareza, a realização desta superexploração. Embora empregada e com renda do trabalho, a população vive em condições de pobreza, em decorrência das baixas remunerações e da inexistência de infraestrutura e serviços sociais públicos. Isso a obriga a adquiri-los no mercado, subtraindo do seu salário os recursos destinados a atender a suas necessidades básicas de subsistência. Para compensar, os trabalhadores na região têm jornadas de trabalho de 14 horas diárias, o seu trabalho é por peça e em domicílio. Não sendo beneficiários do sistema de previdência e não possuem serviço algum voltado para a sua saúde, a despeito das atividades insalubres e dos acidentes de trabalho e domésticos.

Nesse sentido, as supressões do acesso a bens e serviços sociais – que desde o capitalismo monopolista requeriam o financiamento de fundos públicos como partícipes da reprodução do trabalhador – se convertem atualmente em negócios privados e lucrativos, adquiridos pelos trabalhadores e suas famílias mediante compra com parte dos seus miseráveis salários. O resultado é um crescente aumento da superexploração dos trabalhadores pela combinação da extensão e intensificação do trabalho, com remunerações muito aquém do socialmente aceito e historicamente conquistado como sendo o necessário aos modos de vida e sobrevivência dos trabalhadores.

Assim, o trabalhador passa a ser o único responsável pela sua reprodução, sendo a sua superexploração mediada tanto pela compra dessas mercadorias, como pela

desresponsabilização dos que contratam ou subcontratam sua força de trabalho, numa explícita organicidade entre capital privado e Estado. Isso remonta ao período do capitalismo concorrencial, mas vem sendo tratado como uma condição do trabalhador sem patrão, por conta própria, e como expressão de uma vocação empreendedora nata dos trabalhadores. Vale a pena destacar uma observação feita por Teresa Sá (2010), referindo-se à realidade europeia e evidenciando a legitimação da precariedade:

“De facto, estamos confrontados com um contexto económico, político e legislativo que permite e valida um conjunto de novas formas precárias de emprego opostas ao modelo tradicional de contratação laboral – trabalho a tempo inteiro e indeterminado –, através do desenvolvimento de novas formas de trabalho, como os contratos a tempo parcial, os contratos a termo, os contratos temporários, o recurso a prestadores de serviços. A criação destas formas ‘mais flexíveis de trabalho’ tem sido defendida nos últimos anos pela União Europeia, com o objectivo de garantir a flexibilidade que permita o crescimento económico em mercados e economias globalizados. No seu Livro Verde, intitulado *Modernizar o direito do trabalho para enfrentar os desafios do século XXI* (COM (2006) 708 final), a Comissão Europeia salienta o modo como ‘as formas de trabalho atípicas fazem hoje parte integrante das características do mercado europeu, representando 25% da mão de obra’ (Riso, 2010)”.

Em suma, sob a privatização e a mercantilização de serviços, subjaz a determinação da superexploração da força de trabalho, numa trajetória que é o avesso do Estado de bem-estar. A tendência atual é de privatização e mercantilização dos serviços públicos nos setores de saúde, previdência, educação, além dos serviços básicos de infraestrutura urbana, entre outros. Por outro lado, para compensar a incidência da precarização do trabalho nos termos aqui referidos, o Estado recorre “paradoxalmente” às políticas de exceção (Oliveira, 1988), de que são evidências os programas de transferência de renda que grassam por todo o mundo. Desse modo, a precariedade da vida dos trabalhadores apresenta-se como indicador de pobreza e, portanto, os constitui em sujeitos da assistência social, através dos programas de renda mínima, instituindo a figura do pobre, e não do trabalhador precarizado. Esta iniciativa, uma tendência que se dá *pari passu* à mercantilização dos sistemas públicos de proteção social, é útil e indispensável à acumulação capitalista, seja na dinamização do mercado interno, seja na legitimidade social ou na administração dos conflitos sociais decorrentes da precarização do trabalho.

CONCLUINDO COM QUESTÕES

As questões expostas neste *paper* estão longe de esgotar as polêmicas ou mesmo a sustentabilidade dos meus argumentos, contudo me levaram a questões outras que deverão ser objeto de debates, ponderações e pesquisas posteriores:

* se a precarização se refere ao conjunto dos meios utilizados pelo capital e seu Estado na subtração de direitos trabalhistas e sociais, a superação da precarização se volta para a luta pela reversão das reformas em curso? Nesse caso, estaríamos nos referindo à reposição do contrato social, à existência do Estado Social como meio de enfrentar a precarização? Sob quais condições ideológicas esta direção pode ser defendida?

* Se a precarização se refere ao trabalho, às suas formas e métodos, numa realidade mundial marcada pela compressão de espaço e tempo, pela deslocalização e mobilidade geopolítica da produção associada ao uso da ciência e tecnologia, e à brutal redução do trabalho vivo (donde sua expressão social no desemprego e na expansão da superpopulação relativa e dos inúteis para o trabalho), qual é o objeto e a direção das lutas sociais para indicar a antítese e a superação da precarização?

A convocação de Marx ao dirigir-se Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1865 quicá contenha a resposta. Em vez do lema conservador “um salário justo por uma jornada de trabalho justa!”, deve-se inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: “Abolição do sistema de trabalho assalariado!”.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, G (2007). Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6.
- Amaral M. S. e Carcanholo, M. D (2009)). A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. Revista Katalysis. Florianópolis v. 12, n. 2, p. 216-225 jul./dez.
- Beck, U (2000). Um nuevo mundo feliz. La precariedad del trabajo en la era de la globalización. Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica S.A..
- Braga, R (1996). A Restauração do Capital. Um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã.
- Fontes, V (2010). O Brasil e o Capital-imperialismo. Rio de Janeiro, EPSJV/Editora UFRJ.
- Graneman, S (2006). Para uma interpretação marxista da previdência privada. Tese de Doutorado em Serviço Social, Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro.
- Marini, Ruy Mauro (2005). Dialética da dependência. 1973. In: Traspadin, Roberta; Stédile, João Pedro (Orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, Karl (1999). O capital: crítica da economia política. Livro I, volume I e II, Tradução: Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____Salário, Preço e Lucro. http://www.pstu.org.br/biblioteca/marx_salario.pdf Acesso em 30.1.2013.

Oliveira, Francisco (1988). O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, N° 22, outubro. pp. 8-28.

Osório, Jaime. Dependência e Superexploração. *In*: Martins, C. E. & Valencia, A. S (2009). *A América Latina e os Desafios da Globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*, Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo.

Rosas, J. C (2012). O Caminho da Regressão. *Le Monde Diplomatique*. Edição Portuguesa, Lisboa, II Série, N° 69, julho.

Sá, Teresa (2010). “Precariedade” e “trabalho precário”: consequências sociais da precarização laboral”, *Configurações* [Online], 7 | 2010, posto *online* no dia 18 de fevereiro de 2012, consultado em 31 de janeiro de 2013. URL: <http://configuracoes.revues.org/203>

Vasapollo, Luciano (2006). O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no programa pós-fordista. *In*: Antunes, R. (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. 538p. (Mundo do Trabalho). São Paulo, Boitempo.

Ubimuseum

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior

El Movimiento Social Como Forma Política: El Caso Portugués (1834-1910)

Diego Palacios Cerezales

dgplcs@yahoo.es

UCM e IHC

ABSTRACT

This exploratory text ruminates about the formal changes of collective protest in 19th Century Portugal using the notions of repertoire and social movement proposed by Charles Tilly. The text begins with a discussion of the formal aspects that define a Social Movement and then describes the steps by which this form of action became available in Portugal, roughly following the uneven process of nationalisation of the political arena.

KEY-WORDS

Repertoire, social movement, political arena.

RESUMEN

Este texto exploratorio reflexiona sobre los cambios en las formas de acción colectiva de protesta en el Portugal del siglo XIX, utilizando las nociones de repertorio y movimiento social propuestas por Charles Tilly. Primero discute la especificidad del movimiento social y después analiza cómo esta forma de acción fue siendo adoptada en Portugal, en correspondencia con la construcción, desacompañada, de un espacio político nacional.

PALABRAS CLAVE

Repertorio, movimiento social, espacio político nacional

RESUMO

Trata-se de uma reflexão inaugural sobre as mudanças nas formas coletivas de protesto em Portugal no século XIX, usando os conceitos de repertório e movimento social propostas por Charles Tilly. Discute-se primeiramente a especificidade do movimento social e depois analisa-se como esta forma de ação foi sendo adotada em paralelo com a construção, a ritmos heterogêneos, do espaço político nacional.

PALAVRAS-CHAVE

Repertório, movimento social, espaço político

INTRODUCCIÓN

El 8 de noviembre 1863, una concurrida “*assembleia popular*” se reunió en los Paços do Concelho de Oporto. Sus convocantes pretendían hacer visible un rechazo generalizado a la propuesta del gobierno de centralizar la enseñanza técnica superior en Lisboa, lo que en la ciudad norteña supondría el cierre de su Academia Politécnica. En la petición impresa que se envió al rey Luis I, los redactores pintaban esa reunión pública de la forma más propicia, para conferirle valor político:

[...] não é um desses concursos ruidosos de massas populares, que se amontoam atraídas pelo aparato das galas, pelo estrepito das salvas, pelo borbulhar frenético d'um entusiasmo, muitas vezes fictício, e sempre efêmero; não é uma festa: não é tampoco a aglomeração tumultuosa de turbas infrenes, que impelidas por um fanatismo qualquer, esquecidas de si mesmas, rompem furiosas os diques da legalidade, e como torrentes que se precipitam com impeto e fragor entre serros e alcantis, invadem as praças tornando-as lagos turbidos e agitados [...]; não é uma revolta.

Não, Senhor, nem festa nem revolta: bem longe de tudo isso. V.M. veria uma assembleia de cidadãos, uma assembleia modelo, plácida e moderada, mas firme, conscia da sua força, porque o está dos seus direitos, uma Assembleia digna de portuenses, digna até de ser presidida por V.M. [...] Não a convocou [...] nenhum desses sons que falam aos sentidos, mas a voz íntima que falla a alma, voz que só e dado ouvir aos povos que Deus reserva para altos destinos, a voz da consciencia, a voz da dignidade. [...]

Um rei constitucional [..] não pode ser insensível a este grandioso espectáculo. Não pode deixar de sentir-se exaltado vendo na sua augusta presença uma cidade representante das mais populosas províncias deste

reino, pedindo em seu nome e dessas províncias, não alívio de tributos, ou algum outro benefício puramente material, como costumam ser os motivos destas reuniões populares- mas que se lhe concedam todos os meios possíveis de instruir o povo [...]. (Representação [...] 1863)

Esta larga justificación, aquí extractada, avanza la interpretación con la que los convocantes de la asamblea pretendían que se entendiese el acto. La reunión de multitudes y su intervención en los asuntos públicos habían sido elementos problemáticos de la vida política de todo el siglo XIX, en Portugal como en el resto de Europa. Al tiempo, los principios de la soberanía popular, de la legitimidad de lo querido por la mayoría, formaban parte de los significados políticos compartidos por gran parte de los portugueses cultos, si bien desconfiaban de la capacidad cívica de la mayoría de sus compatriotas. Para esta intervención, de este episodio nos interesan sobre todo las formas: la forma que tomó y la forma como fue comunicado, pues las formas, por sí mismas, también albergan significados (Sapiro 1996). Partiendo de esa idea, este texto toma la noción técnica de ‘movimiento social’ conceptualizada por Charles Tilly (2011) y pone a prueba en qué medida esa aproximación formal nos permite plantear preguntas y ver cosas significativas que, de otro modo, habrían permanecido ocultas a nuestra observación (Dobry 1986).

LA ESPECIFICIDAD FORMAL DEL MOVIMIENTO SOCIAL

El trabajo de Charles Tilly a lo largo de cuatro décadas ha contribuido a un estudio sistemático de una historia de las formas de la confrontación política en el que se tenga en cuenta la participación popular. A mediados de la década de 1970 este autor introdujo la noción de ‘repertorio’, con el que ordenar el abanico de formas de acción colectiva popular conocidas y disponibles en diferentes contextos históricos y temporales. Dentro de ese marco, el trabajo sobre el concepto de repertorio le llevó a proponer que un movimiento social sería una forma históricamente determinada de hacer política que surgió a finales del siglo XVIII en Gran Bretaña, que a lo largo de los siglos XIX y XX se fue asentando en distintas partes del planeta y que en el siglo XXI se habría tornado una forma casi universalmente conocida. La acepción técnica de movimiento social que propone Tilly se aleja de otros usos frecuentes del término. Es distinta a la que se hace cuando se identifica un ‘movimiento social’ con una causa concreta vinculada a una serie de organizaciones unidas por un ‘tema’ (por ejemplo, la manera común de hablar que se refiere al ‘movimiento ecologista’, el ‘movimiento obrero’, el ‘movimiento anti-abortista’ o el ‘movimiento feminista’). El movimiento social, para Tilly, no sería un sujeto, por lo que tampoco tendrían sentido distinciones como la que la sociología introdujo en su día entre “nuevos” y “viejos” movimientos sociales (Calhoun 2012). Tilly propone reservar la denominación movimiento social para una forma política peculiar, que ha sido y es practicada por todo tipo de organizaciones y coaliciones sociales, pero cuya especificidad se encontraría en

los elementos formales de la movilización en sí misma. El movimiento social se caracterizaría por:

- * Desarrollarse en forma de campaña, en una serie de episodios coordinados.
- * Utilizar un repertorio de movilización indirecta, como mítines, manifestaciones y recogidas de firmas.
- * Hacer relevante la gran cantidad de gente que respalda lo reclamado, su valor social, su compromiso con la causa y su unidad de propósito.

Para Charles Tilly, las formas de acción del repertorio del movimiento social se distinguirían claramente de las cencerradas [*rough music*] y los motines típicos del antiguo régimen y la transición al liberalismo, que normalmente tenían un carácter local –incluso cuando se trataba de una oleada de motines– al tiempo que buscaban realizar sus objetivos mediante la acción directa. También se distinguiría de otras formas de acción cruciales del mundo contemporáneo, como las huelgas obreras, que basarían su fuerza su capacidad de presión económica sobre los empleadores.

En comparación con las muchas formas de acción directa que la gente ha empleado en la historia, los movimientos sociales rara vez conseguirían lo que persiguen –ya fuera un cambio legislativo, la dimisión de un gobernante o el acceso a nuevos derechos– en el lugar y en el momento, sino que apelarían a la opinión pública, a valores compartidos por la sociedad y a los principios de la representación política para obtener, a medio plazo, sus fines. Las diferentes acciones de la campaña, como los mítines o las recogidas de firmas, además de comunicar exigencias, mostrarían –y eso es una comunicación estratégica fundamental– que esa gente había creado conexiones entre ellos, que tenían apoyo, que controlaban una cierta cantidad de recursos y que tenían la capacidad para actuar colectivamente y continuar haciéndolo en el futuro.

Pongamos un ejemplo. En 1861, agricultores de varios municipios de Viseu y Aveiro culpaban a los humos sulfurosos de la fundición de las minas de Braçal, en Sever do Vouga, de los males que aquejaban a la agricultura local. Los humos eran ostensiblemente venenosos y no quedaban peces en el río “Mau” en el que la mina vertía escoria. Ante las actividades de una mina que amenazaba su salud y su riqueza, estos agricultores no organizaron recogidas de firmas y mítines públicos, sino que se reunieron, se conjuraron y eligieron un día propicio para repicar al unísono las campanas en distintas parroquias, reunir a los voluntarios y marchar armados sobre la mina para destruir los hornos de la fundición. En 1861 las precauciones militares evitaron los intentos de asalto, pero en agosto de 1862 los “iroqueses” de la región, así los calificaron en el parlamento, expulsaron a palos a los trabajadores de la mina causaron destrozos que paralizaron el trabajo en la mina por varios meses. En 1870 volvieron a la carga, aunque causando daños de menor importancia.

Si el elemento explicativo relevante a la hora de definir un movimiento social fuera el asunto de la movilización, estos episodios podrían considerarse como parte de la historia de un movimiento social, el ambientalista. En cambio, desde la perspectiva analítica de Charles Tilly, atenta a las formas de la acción, los participantes en los ataques contra las minas no habrían optado por el movimiento social, sino por la acción directa popular organizada – y con relativo éxito. ¿Cuál es la importancia de esta distinción analítica? Si lo que nos moviese fuera una lógica clasificatoria, la distinción sería meramente nominalista. Sin embargo, el trabajo de Tilly invita a poner en relación distintos componentes formales del enfrentamiento político y, a partir de ellos, dar sentido las pautas del cambio histórico en la forja del mundo contemporáneo. La acción directa muestra que los agricultores no confiaban en las instituciones, que buscaban resolver sus problemas sin la mediación del gobierno. Fuera de las capitales, la presencia del Estado era tenue, la experiencia de los habitantes con el mismo, negativa.

El movimiento social, en cambio, señala el reconocimiento de un espacio institucionalizado para canalizar las exigencias. Volvamos a 1863, a la movilización portuense contra el cierre de la Academia Politécnica. El carácter indirecto de la movilización contrasta con el carácter directo de la destrucción de las instalaciones de las minas de Braçal. La campaña fue breve, pero se basó en escenificar los cuatro atributos con los que los movimientos sociales buscan cimentar su legitimidad: el número, la unidad, la respetabilidad, y el compromiso. Comenzó la campaña con unos pocos artículos en la prensa y podemos imaginar que hubo reuniones informales en las que participaría gente directamente interesada en el caso, como profesores y estudiantes de la Academia Politécnica. Los primeros implicados movilizaron sus redes para interesar al municipio, o a las asociaciones industrial y comercial de la ciudad y en esas reuniones se daría forma a la comisión que organizó la asamblea popular y redactó el manifiesto. Finalmente, la campaña contó con sólo dos actos de movilización pública de multitudes, el mitin y la recogida de firmas, una vez que sus objetivos se cumplieron con facilidad y el gobierno de Lisboa aseguró que la Academia Politécnica de Oporto no desaparecería.

Para condensar los elementos comunes de las distintas formas de acción usadas en el Movimiento Social, Charles Tilly acuñó la noción de “escenificaciones de RUNC” (*displays of WUNC*), es decir, de respetabilidad [*worthiness*], unidad, número y compromiso (Cruz 2009). De hecho, algunos críticos de Tilly le propusieron que, en vez de intentar restringir el significado de un término de uso amplio y equívoco como ‘movimiento social’, abandonara ese término y se contentara con señalar la centralidad histórica en la modernidad de las “campañas de RUNC” como forma política específica (Wiklund 2005). El movimiento social, además, se distinguiría de otra familia de formas de acción colectiva con las que, no obstante, también está relacionado: la política revolucionaria. La irrupción de una multitud en una asamblea

legislativa, el uso de la coacción contra los poderes públicos, la insurrección, el golpe de Estado, el levantamiento de milicias, el atentado, la organización de chozas carbonarias y de partidas guerrilleras, son formas políticas que también tuvieron un papel muy importante en la vida política del siglo XIX. Marchar colectivamente por las calles gritando consignas y agitando símbolos políticos tanto puede formar parte de una manifestación ritual que acaba con la lectura de un texto, como ser parte de un episodio revolucionario en el que se asalta un edificio, se lincha a los oponentes políticos o alguien toma el poder.

Frente a otras formas de confrontación política colectiva, el movimiento social se caracterizaría por reconocer la legitimidad de los principales elementos del marco institucional y jugar con valores incorporados en ese marco constitucional. Una cronología y una geografía de la adopción de las formas del movimiento social podría así servir como medida del proceso de formación de un espacio político nacional. Al tiempo, un mínimo reconocimiento de los derechos de expresión, reunión y asociación por parte del gobierno es fundamental para que esta forma política pueda consolidarse. Una vez que se da un marco de tolerancia para las expresiones de RUNC, en la movilización se pueden tensar los límites de ese marco, buscando desplazarlos y ampliar sus márgenes. El manifiesto de 1863 que sirve de hilo conductor a este trabajo expresaba en manera inconfundible ese respeto por las instituciones:

[Em Portugal não há perigo de scenas anárquicas] porque a liberdade tem aqui no coração bases mais sólidas, mais firmes do que em parte alguma e é ao mesmo tempo a mais ampla, porque não tem outros limites senão os limites da lei, ou da expressa vontade do rei e do povo. Em virtude dessa liberdade legal o Porto exerce um direito incontestável, e em virtude dessa liberdade V.M. resolverá como entender, na certeza de que a resolução, seja qual for, será religiosamente acatada pelo Porto [...]

Si bien para Tilly la escenificación de RUNC es el elemento crucial del Movimiento Social, éste no se daría químicamente puro. La dinámica de los procesos políticos y la complejidad de las arenas sociales hacen que los modos de enfrentamiento institucionales y los transgresores pertenezcan al mismo juego relacional (McAdam, Doug, Tarrow, Sidney, and Charles Tilly 2001: 305). Al mismo tiempo, la movilización se podría combinar con otras formas de acción como boicots, cierres concertados de comercios, huelgas, etc. que combinarían la escenificación del compromiso con resistencia la acción o ejercicio de daños directos sobre quienes se oponen a los fines del movimiento. Tilly ejemplifica esto con las huelgas generales en Bélgica a favor del sufragio universal (Tilly 2004: 42-43); en Portugal la misma combinación se podría ver en el cierre concertado de comercios el 1 de enero de 1868, que formó parte de la misma campaña de movilización que durante 1867 había contemplado mítines, manifiestos y recogidas de firmas, al igual que lo harían en la década de 1920 las huelgas generales a favor del pan político (Cunha 2003 y Medeiros 1978).

En otros casos, la campaña podría conectar en su seno a sectores que, por convicción madurada o como resultado dinámico de interacciones locales, estuvieran menos interesados en mostrar respetabilidad que en, por ejemplo, hacer visible la firmeza de su compromiso, ridiculizar o castigar a los adversarios, en denunciar la falsedad de las libertades reconocidas por el marco legal o en conseguir la conquista directa de lo pretendido, de modo que en el paraguas de la campaña de movilización podrían cobijarse la acción directa y el enfrentamiento físico. La presencia de acción directa y enfrentamientos en las ramificaciones de una campaña de movimiento social no cambiaría su naturaleza; sí lo haría, en cambio, la centralidad de una organización armada, para la que las expresiones de RUNC se convertirían en cobertura plebiscitaria de una forma de acción política basada en la conquista por la fuerza.

Finalmente, el movimiento social se caracterizaría también por contar con dos niveles de participación vinculados. Por una parte estaría el conjunto de activistas y organizaciones empeñados de modo más regular, que intentan mantener con vida la campaña en el tiempo. En segundo lugar estaría la base social potencial del movimiento, compuesta por los individuos y las redes interpersonales que podrían ser movilizadas en unos u otros episodios de la campaña de movilización.

RUNC EN EL PORTUGAL DEL SIGLO XIX

Si bien para Tilly las expresiones de RUNC son la característica que unifica las diferentes formas de acción del repertorio del movimiento social, este autor no ha desarrollado de forma pormenorizada ni las características ni la historia de cada una de las cuatro dimensiones. Por ejemplo, una misma acción, como marchar al unísono, la interpreta como una expresión simultánea de unidad, de respetabilidad y de compromiso. En sus narraciones históricas Tilly suele hablar más de expresiones de RUNC, no de la expresión de uno de sus componentes. Para los propósitos de este texto, distinguir analíticamente los cuatro componentes puede servir para captar su especificidad y ver en qué medida cada uno de ellos nos permite observar facetas distintas de la forma política ‘movimiento social’.

EL NÚMERO

En la petición de Oporto en 1863 no sólo se reunió a una enorme multitud para que respaldara la petición, sino que se procedió a una recogida de firmas para que se hiciera patente que el volumen del respaldo. Las 7500 firmas con las que se cerró el proceso eran consideradas un “número simpático” por los organizadores. Un año antes, en el mitin contra las hermanas de la caridad celebrado en Lisboa, los organizadores habían hablado de que la reunión de las multitudes serviría como “inequívoco argumento del número” (*A Revolução de Setembro*, 7 de marzo de 1861, in Sardica 2001: 286). La masa

numérica, el ser muchos, había sido un argumento de peso en las disputas políticas desde los comienzos del constitucionalismo en Portugal. Los absolutistas también, siguiendo una estrategia que sería común en la movilización del mundo católico europeo, emprendieron en 1828 una recogida de firmas para hacer ver que el pueblo portugués pedía al regente don Miguel que se proclamara rey absoluto.

No conocemos las proporciones que alcanzó esa recogida de firmas, pero a partir de la década de 1850 los grandes números pasaron a formar parte de la vida política. La campaña contra los impuestos de 1855 se dijo que había llegado a reunir 50.000 firmas, y el gobierno reconoció más de 20.000. En las disputas en torno a las hermanas de la caridad hubo una competición por la cantidad de las firmas entre los partidarios y los detractores de las hermanas. En torno a la polémica del casamiento civil, si bien la más famosa recogida de firmas fue la exigua de 180 reunidas en el *Protesto das Senhoras*, una recogida más general llegó a reunir varios millares de firmas (Rodrigues 1987: 73-74 y Palacios Cerezales 2012). De nuevo, durante el año de intensa movilización que precedió a la *janeirinha*, la recogidas de firmas fueron protagonistas, en especial la de las casi 15.000 firmas de Oporto de marzo de 1867. Presentar grandes números se convirtió en algo habitual para todos los movilizados no fuera por una causa o por otra.

LA RESPETABILIDAD

Para los activistas de todos los movimientos, hacer visible la respetabilidad de la gente movilizada ha sido fundamental, intentando contrarrestar las imágenes negativas que identifican la participación colectiva con clases peligrosas y desorden. La escenificación de lo respetable puede variar mucho según cual sea el contexto histórico y político, y también en función del objeto de la movilización y la identidad del interlocutor. El comportamiento sobrio, la vestimenta correcta, la presencia de autoridades sociales o religiosas, o de mujeres con niños, han sido marcas recurrentes de respetabilidad. En el mitin de Oporto en 1863, como veíamos, el redactor de su manifiesto distinguía esa reunión de ciudadanos de todas las clases, de una *“aglomeração tumultuosa de turbas infrenes”*. Al tiempo, subrayaba el carácter interclasista de la asistencia, para contrarrestar cualquier acusación de egoísmo.

El valor social de los movilizados también estuvo en disputa entre el gobierno y la oposición. En la petición monstruo de 1855 contra los impuestos, la prensa gubernamental señalaba la presencia de gallegos, mujeres y niños entre los firmantes, mientras que la oposición resaltaba la firma de negociantes y abogados. En la campaña contra las reformas fiscales y administrativas de 1867, cuando la gente se reunía en la calle, vociferaba y se enfrentaba a la policía, el gobierno señalaba esos comportamientos violentos para deslegitimar a toda la oposición. Ésta, en cambio, se presentaba como la ciudadanía comprometida con el bien

público y el Portugal que producía, el de los industriales y comerciantes, señalando el protagonismo de grandes capitalistas, jurisconsultos y médicos que hablaban en los mítines y encabezaban las peticiones (Cunha 2003: 73). Los publicistas preocupados por la respetabilidad del movimiento se esforzaban diferenciar entre las protestas “*sem alarido*” que caracterizaban la mayor parte de las peticiones y mítines, de los “*motins de vagabundos*”, “*alimentados pela fúria grotesca do populacho*”, que en ocasiones se enfrentaba a las autoridades policiales. Para ellos, el movimiento ganaba fuerza con el comportamiento cívico de las multitudes que se reunían en las plazas públicas y “*à maneira das cidades antigas [...] expressavam a soberania popular*” (Queirós 1867). Los comportamientos violentos y los enfrentamientos, poco homologables con los de una ciudadanía virtuosa, los achacaban a la provocación de la policía (*O Nacional* año XXI, nº 90, 21 de abril de 1867).

En el juego de imágenes y contraimágenes sobre el significado de cada episodio de movilización colectiva, la presencia de mujeres tanto podía ser una señal de respetabilidad de una movilización que reclamase contra la carestía del pan, pues señalaría el carácter verdadero del hambre del pueblo, como un demérito cuando se trataba de asuntos políticos o administrativos en un mitin, pues siempre habría quien interpretase esa presencia como señal del carácter mundano de la reunión (Palacios Cerezas 2012).

LA UNIDAD

Para Tilly la unidad se representaría sobre todo mediante señales externas, como escarapelas, pancartas, marchas ordenadas en filas, y cánticos corales de la multitud. Quizá este aspecto, que aún está por estudiar, sea el más difícil de rastrear en el repertorio de acciones portuguesas del siglo XIX. No obstante, para los movimientos políticos hay trazos ya en el vintismo de vestimenta a la manera liberal, con el lazo nacional (Gorjão 1833: 73), y el republicanismo multiplicó desde comienzos de la década de 1900 los símbolos externos de adhesión, como retratan los informes policiales sobre los participantes en los mítines republicanos. Por ejemplo, según informaba el Administrador do concelho de Setúbal en 1908:

[...] ao comício assistiram perto de 4000 pessoas, ali foi arriada na praça uma bandeira verde e encarnada, pondo-se o povo de pé, descoberto, dando vivas à república. [...] Se tocou a marselhesa dentro da praça e muitos excursionistas traziam como vénera ao peito o retrato do regicida Buiça (AMR, L58 n274, AC de Setúbal, agosto de 1908).

EL COMPROMISO

El compromiso [*commitment*] con la causa también era un elemento que era importante escenificar, para dar valor a la participación y hacer pasar la idea de que en caso de que las exigencias no fueren escuchadas, la movilización continuaría. Como señalaba el manifiesto de Oporto en 1863, en ocasiones era fácil movilizar a una multitud en torno al espectáculo y la alegría de una fiesta política, sin que eso pudiera significar un especial empeño de los participantes. De hecho, en todo tipo de acontecimientos políticamente significativos era habitual señalar la presencia de meros curiosos, por lo que, para los organizadores de cualquier movimiento, poder demostrar el compromiso de los participantes en los acontecimientos colectivos era una baza estratégica fundamental. En la campaña de mítines contra gobierno de 1867, el compromiso se manifestaba en la prensa señalando la entereza de ánimo de los ciudadanos que, como sucedió en Braga en la campaña de 1867, se mantenían firmes en un mitin aunque los encharcase la lluvia (Cunha 2003). Otra forma de expresar compromiso era recoger fondos. Esto podría hacerse poniendo un precio de entrada a los mítines, por ejemplo, o pidiendo donaciones a los asistentes. Los fondos eran para financiar la campaña en curso, pero al publicitar el sacrificio que incurrieran los participantes, los organizadores comunicaban el alto compromiso de los mismos con la causa.

EL REPERTORIO

Según Tilly, los distintos elementos del RUNC y las formas de acción de su repertorio beberían históricamente de varios afluentes. Las cruzadas morales religiosas, las procesiones del corpus, o las humildes peticiones del Antiguo Régimen, habrían servido de molde para hacer imaginables otras formas de acción colectiva. En cada lugar, por medio de diversos procesos de ensayo y error, y de imitación de lo practicado en otros países, los mítines, las recogidas de firmas y las manifestaciones cristalizarían como formas habituales de expresar RUNC en la forma movimiento social durante los procesos de nacionalización de la política y la democratización entre finales del siglo XVIII y el siglo XX.

EL MITIN / MEETING / COMÍCIO.

La relación entre movimiento social y régimen representativo es directa. La competencia electoral ofrece un modelo para el apoyo público a programas rivales. Una vez que los gobiernos autorizan la discusión pública de asuntos importantes durante las campañas, se hace más difícil silenciar esa discusión fuera de esos tiempos. En segundo lugar, cuando se legaliza y se protege la realización de asambleas ciudadanos para las campañas y el voto, ciudadanos que se reúnen para apoyar a un candidato o a otro fácilmente se empeñan en otros asuntos que les incumben. En tercer lugar, las elecciones magnifican la importancia de los números; cuando

hay elecciones cualquier grupo que parece capaz de movilizar el apoyo disciplinado que un gran número de seguidores se convierte en un posible aliado, o adversario, en las votaciones. Para Tilly, la forma política movimiento social surgiría marcada por las condiciones permitidas por un régimen representativo con competición electoral, pero obtendría su distinción cuando consigue separar su funcionamiento de los ritmos y las alternativas específicas de esas luchas por acceder al poder (Tilly 2008).

En el caso portugués, la reunión electoral había claramente anticipado lo que sería el mitin del movimiento social. “El sistema inglés de hablar a los electores y al público”, recordaba Teixeira de Macedo, lo había introducido Manuel Passos, en vísperas de las elecciones de 1842 y, pese a la persecución a que entonces los cabralistas sometieron a los oradores, “había producido buenos resultados y lo adoptaron numerosos caballeros” (Macedo 1984 [1870]: 60). José Estevão, a su vez, fue quien promovió el primer meeting electoral en Lisboa, el 14 de noviembre de 1847, reuniendo a más de 5000 personas en “*uma especie de quintal que havia na rua do Thesouro Velho*” (Freitas Oliveira 1863: 262). En la década de 1850 se celebraban reuniones de obreros Lisboa para decidir si apoyaban a algún candidato concreto de las listas progresistas.

El *comício*, entonces llamado *meeting*, aunque albergase resonancias de prácticas anteriores, como la asamblea o las reuniones de propaganda política, se diferenciaba de éstas en algunos aspectos fundamentales. En la asamblea, la discusión y la decisión colectiva eran fundamentales, por lo que había un cierto margen de indeterminación sobre lo que la asamblea iría a decidir. En las reuniones de propaganda política, a su vez, se trataba de convencer a los asistentes, de comunicarles unas ideas o movilizarlos para el voto.

En cambio, el *meeting* escenificaba el respaldo popular a una propuesta mediante la reunión de una multitud. Por ello se celebraba en un espacio amplio, generalmente abierto (una plaza, un descampado), pues tan importante era que se acumulase mucha gente como que la reunión fuese visible al público. Había oradores, como en las reuniones de comunicación política, y se podían plebiscitar las propuestas, pero no se trataba de discutir o de tomar decisiones. Los convocantes redactaban con anterioridad la petición o el manifiesto del *meeting*, imprimiéndolo y distribuyéndolo con días de antelación. Los participantes debían dar cuerpo a una supuesta opinión pública difusa y expresar el volumen del apoyo popular a las propuestas.

A uno de los clubes radicales lisboetas –que intentaba legalizarse bajo el nombre de Asociación Patriótica–, le correspondió el honor de importar de Inglaterra el “*meeting*”. El primero tuvo lugar en la mañana del 2 de septiembre de 1860 en el Paseo Público de Lisboa y a él acudieron unas quinientas personas. Hubo discursos sobre el peligro para la libertad representado por las monjas francesas y, pese a los temores de las autoridades, todo sucedió ordenadamente y los organizadores se ufanaron del civismo demostrado. Este tipo de reuniones tuvieron problemas para realizarse durante la década de 1860, pues para ser legales debían ser previamente autorizadas

por los gobernadores civiles. A partir de 1870 la autorización se sustituyó por la comunicación previa (Palacios Cerezales 2010).

LA PETICIÓN CON RECOGIDA DE FIRMAS

El derecho de petición formaba parte de la matriz liberal como forma de participación de la ciudadanía en los asuntos públicos. La constitución de 1838 explicitaba que las peticiones podían versar sobre cualquier asunto “de interés público o particular” y esa interpretación se vio definitivamente consagrada por la práctica en la década de 1850 (Pinto 1838; Praça 1878 y Figueiredo 1884: 57-59). La firma colectiva de la petición, sumando las voces de una multitud de ciudadanos, daba cuerpo a una forma especial de legitimidad, la de la supuesta voluntad de la “opinión pública”. Como decía Ramón Salas, traducido al portugués en 1822:

[...] às vezes é difícil descobrir a verdadeira opinião do maior número; e mesmo o governo mais desejoso de marchar com o povo pode enganar-se de boa-fé. [...] As petições são a forma mais segura: porque quando muitos cidadãos assinarem manifestando uma mesma opinião, não pode duvidar-se do modo de pensar dos signatários e do que desejam; e pelo número de assinaturas é possível calcular a maioria (Salas 1822: 99-102 e Hespanha y Silva 2004).

Si bien esta transparencia métrica de la opinión pública por medio de la contabilidad de las firmas, soñada por Salas, nunca se correspondió con una eficacia política directa, la práctica política portuguesa normalizó la petición colectiva como derecho político y, durante la segunda mitad del siglo XIX, la petición fue el principal vehículo de expresión colectiva de RUNC.

LA MANIFESTACIÓN

Una manifestación es una forma muy peculiar de protesta. La gente se reúne en un punto, recorre las calles coreando consignas o portando símbolos identitarios o reivindicativos, llega a un punto final de destino y, o bien escucha allí alguna arenga o manifiesto por parte de alguno de los convocantes, o se demora allí en romería. De una manera u otra, en muchos países, en la transición entre el siglo XIX y el XX, la manifestación ha sustituido a los mítines como principal forma del repertorio del movimiento social, o se asocia con estos.

Hay muchas prácticas similares anteriores a la manifestación a partir de las cuales pudo surgir ésta. Las procesiones religiosas, en especial la del Corpus [*Corpo de Deus*], ya eran una ocupación de la calle que expresaba identidad. De hecho, en la Lisboa de las décadas de 1810 a 1840 las autoridades siempre temían el uso político del Corpus

Muestra de peticiones colectivas de interés general

Muestra de peticiones colectivas de interés general				
Año	Objeto	Identidad	Ámbito	Firmas (aprox)
1821	Al gobernador de Madeira para los que se una a la revolución	Ciudadanos	Madeira	120
1828	A D Miguel para restaurar el absolutismo	El pueblo	Lisboa/Cámaras	¿?
1839	Ampliación del derecho de voto	Ciudadanos	Lisboa	800
1850	Contra la lei das rolhas	Escritores y periodistas	Nacional	60
1856	Contra la política fiscal	Ciudadanos/contribuyentes	Nacional	30,000
1858	Contra las hermanas de la caridad	El pueblo liberal	Lisboa	7,400
1858	A favor de las hermanas de la caridad	Los portugueses	Nacional	30,226
1863	contra el cierre de la Academia Politécnica	Ciudadanos de Oporto	Oporto	7500
1865	Contra el matrimonio civil	Los portugueses	Nacional	Varios millares
1865	Contra el matrimonio civil	Las señoras	Nacional	180
1867	Contra la reforma fiscal y administrativa	Ciudadanos portugueses	Nacional	Varios millares
1867	En apoyo de la Cámara contra el gobierno	Ciudadanos de Oporto	Porto	14,600
1867	A favor del proteccionismo aduanero	Productores	Porto y Lisboa	???
1882	Contra los nuevos impuestos	Ciudadanos trabajadores	Nacional	3,922
1884	Restauración de las órdenes religiosas	Centros católicos y dioc	Nacional	17,400
1888	Contra las licencias fiscales	Trabajadores	Nacional	
1893	Restauración de las órdenes religiosas	Diocesanos	Nacional	30,000
1893	Libertad de conciencia en el código penal	Ciudadanos	Nacional	4,080
1895	Por el sufragio universal masculino	Ciudadanos	Nacional	4,000
1898	Contra la política fiscal del gobierno	Ciudadanos	Nacional (Lx)	27,779
1902	Contra la maquinaria industrial	Trabajadores	Nacional/Setúbal	8000
1904	A favor de proteccionismo aduanero	Trabajadores	Nacional	18.396* [4200]
1906	Contra un ministro 'extranjero' (Schroeter)	O povo	Lisboa	20,000
1906	Contra expulsión diputados republicanos	O povo	Lisboa	35,000

y de otras festividades religiosas. Los cortejos de carnaval, versión paródica de las procesiones, aún eran más proclives a ser usados libremente como espacio de crítica y reivindicación política. Fue memorable el uso del entierro de la sardina de 1828 para recorrer las calles gritando contra los liberales y enterrar paródicamente la constitución.

Por otro lado, el origen de las manifestaciones también está más íntimamente vinculado a las otras dos formas clásicas del movimiento social: el mitin y la petición. El refrendo de una petición en un mitin se veía fácilmente prolongado por la organización de una comisión que iría a entregarla a las autoridades, o a otro interlocutor. Si a la comisión que llevaba la petición en mano le acompañaba en cortejo una porción de los participantes en el mitin, ese grupo recorriendo las calles tomaba un carácter reivindicativo público, ya muy próximo a lo que es una manifestación. Eso sucedió, por ejemplo, tras el segundo meeting contra las hermanas de la caridad, en marzo de 1861, o en Oporto en enero de 1888 en las movilizaciones contra las licencias fiscales.

Otra forma política que adaptó la procesión del corpus para otros objetivos fueron los cortejos cívicos, con su apoteosis en la celebración del centenario de Camões en 1880, y del marqués de Pombal en 1882 (Catroga 2000 [1991]). Las organizaciones obreras adoptaron un modelo muy similar para las manifestaciones del 1 de Mayo, que rápidamente se ritualizaron (Fonseca 1990). La acumulación de experiencias permitió que la manifestación se asentara en el repertorio de acción colectiva. En 1901 y 1902, los comerciantes de la villa de Loulé, para protestar contra los excesos fiscales, en vez de asaltar las delegaciones de hacienda, como sus mayores habían hecho repetidamente, recorrieron las calles de la Villa dando voces reivindicativas, y se conformaron con aguardar a que su gesto fuese recogido por las autoridades (Anica 2005: 199).

LA CAMPAÑA

Los episodios que hemos venido citando incluyen distintos despliegues de respetabilidad, unidad, número y compromiso. Al tiempo, muchos de ellos tomaron la forma de campaña. En la mayoría de los casos, como en la campaña previa a la janeirinha, las campañas contra don Luis, contra el tratado de Lourenço Marques, contra el contrato del ferrocarril con el marqués de Salamanca, o incluso las campañas de exaltación cívica de Camoes y Pombal, las campañas estaban íntimamente vinculadas a la lucha electoral y partidaria. Aunque aún está por estudiar con más detalle, las campañas del mundo católico quizá tengan más autonomía, si bien su repertorio se reducía a intervenciones en la prensa, comunicación en los espacios propios de la Iglesia y el mundo asociativo católico, y recogidas de firmas.

La campaña de 1887-88 contra las licencias fiscales de trabajo es una de las que se aproximaron más claramente a la forma de un movimiento social autónomo. La organización de las protestas había comenzado en noviembre de 1887 con una serie de artículos en los periódicos socialistas, especialmente en el *Protesto Operário*. La Asociación de Trabajadores de Lisboa organizó reuniones preparatorias a las que asistieron varios centenares de obreros. Finalmente se designó una comisión de resistencia de 19 miembros, formada por una mayoría de socialistas y algunos republicanos. La comisión debía coordinar la protesta y la asamblea impuso que mantuviese las reivindicaciones “alejadas de la política”, centrándose en la derogación de las licencias. Esta comisión entró en correspondencia con asociaciones de otras ciudades y, bajo la vigilancia atenta pero pasiva de la fuerza armada, organizó mítines en varios barrios fabriles de Lisboa y Oporto, además de en Oeiras, Santiago de Cacém, Sines, Vila Franca de Xira, Peniche y Coimbra. En estas fechas las fuentes hablan más frecuentemente de *comícios* que de *meetings*, por lo que utilizaremos sistemáticamente la traducción castellana “mitin”. En los mítines se aprobaban peticiones contra las licencias en nombre de la “clase obrera” o el “pueblo trabajador”, para luego enviarlas a la prensa y el parlamento. Al tiempo, la comisión de resistencia recogía fondos para financiar la campaña (Fonseca, vol. IV: 188-193). Las licencias también afectaban a los vendedores al por menor. El uno de enero, se organizaron en Oporto protestas protagonizaron las vendedoras de leche, o al menos a la historia local pasó como “*a greve das leiteiras*”, que se coordinaron para bloquear en las cargas fiscales el acceso de productos frescos a la ciudad (Fonseca vol. IV).

Las asociaciones obreras socialistas se empeñaron en diferenciar sus medios pacíficos para luchar contra las licencias – los mítines, las peticiones, las recogidas de firmas (15.322 hasta el 8 de enero) – de la resistencia activa y las barricadas de las lecheras y demás vendedores ambulantes. Para el sindicalismo socialista estaba en juego su reconocimiento como interlocutor legítimo, aunque sus esfuerzos se viesén minados por los blanquistas y anarquistas que llamaban a la acción directa en los mítines y conseguían, sobre todo en Oporto, imponerse como portavoces de las movilizaciones y aislar a los socialistas (Fonseca, vol. IV: 123).

En Lisboa, en cambio, los inmensos mítines de enero de 1888, con hasta 10.000 obreros reunidos en una finca para mostrar su unidad y compromiso, mantuvieron el carácter ordenado que pretendían las asociaciones socialistas. Aunque los obreros encontraron apoyo en la prensa republicana, la Asociación de Trabajadores se enorgullecía del carácter “apolítico” de las protestas:

“nunca mesmo talvez, em o nosso país, se manifestó um movimento por esta forma, tão genéricamente popular, e sem ter a alimentá-lo especulações políticas ou influencias de qualquer natureza” (*O Protesto Operário* in Fonseca, vol. IV: 189).

Ante tanta agitación, el gobierno primero se lanzó a una novedosa campaña de comunicación. Hizo imprimir carteles para que se fijasen en lugares visibles y las poblaciones pudiesen informarse de la bondad de las licencias fiscales. Sin embargo, no aguantó la presión de la movilización y mandó suspender provisionalmente la ejecución de la medida. La retirada de las licencias supuso una victoria para las asociaciones de trabajadores (Fonseca, vol. IV: 192). La comisión de resistencia, en el informe final de su gestión, hablaba de que los vencedores habían sido “*o povo e a classe operária*”, que había que continuar con la organización y seguir el ejemplo de las asociaciones de clase en Gran Bretaña. También hablaba de la celebración del 1º de Mayo por las 8 horas de trabajo en Estados Unidos y de los congresos de los sindicatos franceses, animando al movimiento obrero portugués a sumarse al salto organizativo que estaban experimentando sus congéneres de otros países. Finalmente, en una asamblea abierta se decidía que los fondos recaudados durante la campaña contra las licencias fuesen empleados “en un movimiento futuro de interés general para la clase obrera” (Fonseca, vol. IV: 193).

De este breve relato trasluce que para la década de 1880, tras las muchas experiencias acumuladas, el movimiento social se había tornado una forma distintiva y disponible de hacer política. Portugueses y portuguesas en muchas zonas del país sabían montar asociaciones con un fin especial o coaliciones para realizar reclamaciones colectivas a las autoridades, comunicar su programa a los medios disponibles, y realizar distintas escenificaciones públicas de respetabilidad, unidad, número y compromiso, haciéndolo fuera de las campañas electorales o de las relaciones entre patronos y empleados. El movimiento social consolidaba en sus propios términos. La acción directa, la revuelta, o la movilización local pidiendo protección a los poderosos también sobreviviría, pero la disponibilidad del movimiento social da cuenta de que la construcción del espacio político nacional iba avanzando.

FUENTES

AMR (Arquivo do Ministério do Reino), L58 n274, AC de Setúbal, agosto de 1908

BIBLIOGRAFÍA CITADA

Anica, Aurízia (2005). *As Mulheres, a Violência e a Justiça no Algarve de Oitocentos*. Lisboa: Colibri.

Calhoun, Craig J. *The Roots of Radicalism : Tradition, the Public Sphere, and Early Nineteenth-Century Social Movements*. Chicago ; London: University of Chicago Press, 2012.

Catroga, Fernando (2000 [1991]). *O Republicanismo em Portugal, da Formação ao 5 de Outubro*. Lisboa: Notícias.

Cruz, Rafael (2009). “El Movimiento Social, Ese Oscuro Objeto del Deseo.” In *Jornadas Internacionais: Homenaje a Charles Tilly. Conflicto, poder y acción colectiva*. Madrid.

- Cunha, Carlos Guimarães da (2003). *A Janeirinha e o Partido Reformista*. Lisboa: Colibri.
- Dobry, Michel (1986). *Sociologie des Crises Politiques la Dynamique des Mobilisations Multisectorielles* [in fre]. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques. Texte imprimé.
- Figueiredo, António Cândido de (1884). *Rudimentos de Direito Publico Portuguez. Accomodados ao Programma Official para Uso dos Alumnos de Instrucção Secundária*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- Fonseca, Carlos da. *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal, Vol. IV, Greves e Agitações Operárias*. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.
- . *O 1º de Maio em Portugal* (1990). Lisboa: Antígona.
- Freitas Oliveira, Jacinto Augusto (1863). *José Estevão: Esboço Histórico*. Lisboa: Sociedade Typographica Franco-Portuguesa.
- Gorjão, João Dâmaso Roussado (1833). *Os Portugueses e os Factos, Exposição Histórico-Cronológica*. Londres.
- Hespanha, António, y Silva, Cristina Nogueira da (2004). *Fontes para a História Constitucional Portuguesa (Dvd-Rom)*. Lisboa: UNL.
- Macedo, António Teixeira de (1984 [1870]) *Traços de História Contemporânea*. Lisboa: Rolim.
- McAdam, Doug, Tarrow, Sidney, y Tilly, Charles (2001). *Dynamics of Contention*. Cambridge University Press.
- Medeiros, Fernando (1978). *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- O Nacional* año XXI, nº 90, 21 de abril de 1867.
- Palacios Cerezales, Diego (2012). “Assinem Assinem, Que a Alma Não Tem Sexo! Petição Colectiva e cidadania Feminina No Portugal Constitucional (1820-1910).” *Análise Social* XLVII, no. 205.
- . (2010). “«Extraños Cuerpos Políticos»: El Nacimiento Del Movimiento Social En El Portugal Del Siglo Xix.” *Revista de Estudios Políticos*, no. 147: 11-42.
- Pinto, Basílio Alberto Sousa (1838). *Direito Público Constitucional [Lectures 1838]*. Coimbra: <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1503.pdf>.
- Praça, Joaquim Lopes (1878). *Direito Constitucional Português. Estudos sobre a Carta Constitucional de 1826 e Acto Adicional de 1852*. 3 vols Coimbra.
- Queirós, Eça de (1867). *O Distrito de Évora.*, nº 18, 10 de marzo.
- Representação Dirigida a Sua Magestade Fidelissima pelos Cidadãos Portuenses Lida e Unanimemente Approvada na Assembleia Popular Celebrada nos Paços Municipaes e Praça de D Pedro no Dia 8 de Novembro de 1863*. Oporto: Typographia de António José da Silva Teixeira.
- Rodrigues, Samuel (1987). *A polémica Sobre o Casamento Civil*. Lisboa: INIC.
- Salas, Ramón (1822). *Lições de Direito Publico Constitucional para as Escolas de Hespanha. Traduzidas em Portuguez vom Varias Notas*. Lisboa: Typ. Rollandiana.
- Sapiro, Virginia (1996). “Toward a History of Political Action in the United States.” In *Social Science History Association* Nueva Orleans: [Conference Paper].
- Sardica, José Miguel (2001). *A Regeneração sob o Signo doo Consenso: a Política e os Partidos entre 1851 e 1861*. Lisboa: ICS.

Tarrow, Sidney G (2011). *Power in Movement : Social Movements and Contentious Politics*. Cambridge Studies in Comparative Politics. Rev. & updated 3rd ed. Cambridge ; New York: Cambridge University Press.

Tilly, Charles (2008). *Contentious Performances*. Cambridge: Cambridge University Press.

——— (2004). *Social Movements, 1768-2004*. Londres: Paradigm Publishers.

Wiklund, Jan (2005). "Some Second Thoughts About Charles Tilly's Later Books." <http://www.folkrorelser.org/inenglish/tilly.html>.

A organização política da classe operária do século XIX

Fernando de Araújo Bizerra

nando_epial@hotmail.com

Reivan Marinho de Souza

ABSTRACT

This work deals with the worker's organizations of the Nineteenth Century. These movements resulted from the intensification of the class struggle in the capitalism's competitive phase and they were founded, thereby, by historical contradiction between labor and capital that, henceforth, will determine the capitalist society development. The working class exposes his face in response to dynamic inflations of the greedy capitalists for profits. In this moment the proletariat agglutinated political forces, allowing the formation of a revolutionary consciousness and a transition from their status as "class in itself" to "class for itself". This culminated in the emergency of workers movements that scored the above century as the labor unionism, Chartism and Luddism, the 1848 revolutions and Paris Commune of 1848.

KEYWORDS

capitalist industrialization; the working class; organizational movements.

RESUMO

Este trabalho versa sobre os movimentos organizativos do operariado no Século XIX. Esses movimentos resultaram do acirramento da luta de classes na fase concorrencial do capitalismo, sendo fundados, desse modo, pela contradição histórica entre capital e trabalho que determinará dali por diante o desenvolvimento da sociedade capitalista. A classe operária expõe seu enfrentamento em reação às inflexões da dinâmica voraz dos capitalistas por lucros. Neste momento, o proletariado aglutinou forças políticas,

possibilitando a formação de uma consciência revolucionária e a transição da sua condição de “classe em si” ao estatuto de “classe para si”. Isso culminou com a eclosão de movimentos operários que marcaram o referido século, como o sindicalismo operário, o luddismo e o cartismo, as Revoluções de 1848 e a Comuna de Paris de 1871.

PALAVRAS-CHAVE

Industrialização capitalista; classe operária; movimentos organizativos.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda os movimentos do operariado do século XIX, na fase concorrencial do desenvolvimento capitalista em que se constitui a produção industrial moderna. É do trabalho cooperado na grande indústria que se consolida a divisão social do trabalho (trabalho manual e intelectual), o incremento do maquinário para aumentar a produtividade, a intensa exploração do trabalho (generalização da mais-valia relativa), a formação da classe operária, a configuração de precárias condições de reprodução social e o agravamento dos conflitos sociais.

Analisar os movimentos da classe operária, naquele século, é fundamental para apreender as formas de resistência, de enfrentamento das suas condições miseráveis de vida e de trabalho impostas pelo capital no período industrial. Desse modo, neste estudo, destacamos os movimentos de caráter revolucionário que expressam o surgimento de um projeto de classe distinto dos demais até então construídos historicamente pelos homens, projeto que se particulariza pela defesa de uma sociabilidade antagônica à sociedade capitalista. Explicitamos as reivindicações dos sindicatos de classe e as lutas encampadas pelos movimentos luddista e cartista que exigiram da burguesia uma resposta à questão social. Destacamos os eventos revolucionários da França, que demonstraram o acirramento dos antagonismos de classes, expressos nas Revoluções de fevereiro, junho e dezembro de 1848. E, por fim, abordamos a tomada do poder político pelo operariado francês em 1871, o estopim para o surgimento da Comuna de Paris.

Considerando o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, demonstrado em seus momentos de crise/estagnação e de prosperidade nos dois últimos séculos,

a relevância deste trabalho está em explicitar porque os movimentos supracitados expressaram a formação de uma consciência crítica do operariado em relação a sua condição material de existência. Acrescente-se ainda que esse processo torna explícita a relação indissolúvel que a esfera da política mantém com a economia, pois o operariado enfrentou politicamente as personificações do capital e revelou de forma organizada sua identidade de classe. São, portanto, nestes movimentos que, pela primeira vez, a dimensão libertária da emancipação humana, a busca pela ruptura com a sociabilidade do capital se traduz na luta organizada do operariado. É sobre esse conjunto de elementos que nos debruçamos a seguir.

OS MOVIMENTOS ORGANIZATIVOS DO OPERARIADO INDUSTRIAL NO SÉCULO XIX

Nos séculos XVIII e XIX ocorrem alterações significativas na base material da sociedade que demonstram o desenvolvimento das forças produtivas e a possibilidade histórica de superação das carências materiais e sociais. No entanto, é com o desenvolvimento da indústria moderna, no capitalismo, que se produz a generalização do trabalho assalariado, o controle privado da produção social e a ampliação dos processos de alienação.

Ocupando o lugar do trabalho artesanal, individual e parcial, característico das formas produtivas que a antecederam, essa nova organização expande e intensifica o trabalho de base cooperada no interior da fábrica que se espalha em diversos ramos setoriais da produção. Conforme explica Marx (1988), o trabalho cooperado, na organização capitalista, corresponde a ação coletiva e combinada de trabalhadores assalariados, desenvolvendo atividades repetitivas e fragmentadas sob a direção de um capitalista, que possibilita elevar exponencialmente a produtividade num dado processo de trabalho. Em suas palavras, “A atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou, se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando capitalista constitui, histórica e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista” (MARX, 1988, p. 375). Essa forma de organização do trabalho é implantada inicialmente na manufatura e diferencia-se das atividades realizadas pelas corporações de ofício, pelas comunidades primitivas e pelas formações escravista e feudal, ocorrendo, com

isso, a perda da autonomia do trabalhador na produção e sua subordinação integral às determinações do capitalista.

Tem-se a consolidação da divisão social e técnica do trabalho - separação entre trabalho manual e intelectual, a fragmentação do saber operário e, por conseguinte, a intensa produtividade e acumulação capitalista mediante a exploração da força de trabalho. (mais-valia relativa). A divisão social e técnica do trabalho, no capitalismo, diz respeito à separação clássica entre trabalho manual e intelectual, que se impõe de forma racional/ mecânica, hierárquica, disciplinada e despótica, na manufatura e na grande indústria moderna, conforme o fundamento do controle e da apropriação privada da riqueza socialmente/ coletivamente produzida com vistas a intensificar a extração de trabalho excedente. Esta divisão também acontece no campo e na cidade com a expansão dos processos de urbanização e entre as diferentes profissões que vão sendo socialmente demandadas consoantes as necessidades de reprodução do capital. O trabalho manual caracteriza-se pelas atividades práticas/ operativas realizadas no chão da fábrica que transformam a natureza; e o trabalho intelectual corresponde às atividades de criação, gestão e supervisão do trabalho. Essa divisão desigual do trabalho se consolida e se complexifica no desenvolvimento do capitalismo, impedindo o trabalhador de apreender e participar integralmente do processo de trabalho.

Apreende-se que as alterações introduzidas com o advento da grande indústria via utilização do maquinário, destroem as barreiras e empecilhos históricos, sociais, políticos, ideológicos e técnicos que impediam a generalização do capital, seu domínio sobre o trabalho e o desenvolvimento acelerado das forças produtivas. Com a destruição desses empecilhos, os capitalistas, instigados pela dinâmica voraz de lucros, concretizam seus objetivos mediante as formas intensas de extração do trabalho excedente (mais-valia relativa), fazendo com que os trabalhadores percam cada vez mais a sua autonomia no controle da produção. Neste sentido, a necessidade que o trabalhador tem de desenvolver sua função exclusivamente articulada à fiscalização e funcionamento da máquina reafirma a perda da autonomia e controle da produção, o que para Marx (1988) marca a subordinação real do trabalho e da vida do trabalhador às imposições capitalistas (Estamos aqui referenciados na categoria “*subsunção real*”, que Marx demonstra em várias passagens da sua obra “*O Capital*”).

Com a maquinaria potencializa-se a exploração do trabalhador pela diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário e pelo aumento da extração do trabalho excedente. Para Marx (1988, p. 30),

[...] a aplicação capitalista da maquinaria produz, por um lado, novos e poderosos motivos para o prolongamento desmedido da jornada de trabalho e revoluciona o próprio modo de trabalho, bem como o caráter do corpo social do trabalho, de tal maneira que quebra a oposição contra essa tendência, ela produz, por outro lado, em parte mediante a incorporação do capital de camadas da classe trabalhadora antes inacessíveis, em parte mediante a liberação dos trabalhadores deslocados pela máquina, uma população operária excedente compelida a aceitar a lei ditada pelo capital.

Como reflexo dessa realidade, tem-se a submissão à lei do capital daqueles que possuem apenas sua força de trabalho, tornando-se mercadoria para o capitalista, o que os faz submeterem-se, por intimidação, à degradação mais horrenda causada pela exaustão de suas mentes e corpos, tornando-se, assim, uma oferta singular para aqueles que comprem a sua força de trabalho.

É, portanto, no seio da grande indústria que se verifica a apropriação da produção pela máquina. E, em meio a esse processo, reconhece-se que do homem é roubada a função de intervir, auxiliado pela sua ferramenta, na transformação do objeto. Aos trabalhadores caberá a função de produzir mercadorias, supervisionar e corrigir os erros das máquinas. Sobre isto, Marx (1988, p.8) explica que:

A máquina, da qual parte a Revolução Industrial, substitui o trabalhador, que maneja uma única ferramenta, por um mecanismo, que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que é movimentada por uma única força motriz, qualquer que seja sua força.

Apesar disso, não se pode deixar de mencionar a importância da Revolução Industrial para o desenvolvimento das forças produtivas, ainda que tal processo não tenha representado para os trabalhadores a garantia do atendimento de suas necessidades materiais e sociais básicas. Entende-se que a “explosão” da Revolução Industrial significou que “a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços” (HOBSBAWM, 2001, p. 44).

É a partir da Revolução Industrial que o capitalismo passou a constituir uma formação social, ou melhor, um modo de produção capaz de desenvolver plenamente as forças produtivas e avançar a tal ponto que a capacidade de produzir riqueza permitia ultrapassar os limites necessários para satisfazer as necessidades de reprodução social dos homens. Esta foi a possibilidade concreta, na história da humanidade, de serem erradicados os males sociais, o pauperismo. Todavia, isso não aconteceu pela regência e dinâmica da produção/ reprodução do capital que se objetiva mediante sua lei geral de acumulação. O caráter ontológico dessa lei se expressa na medida em que gera riqueza em um polo e, concomitantemente, produz pauperismo massivo e generalizado em outro. Esses polos são faces de um mesmo processo: o processo contraditório de reprodução do capital.

Esta realidade contraditória, que é própria da natureza do capitalismo, tornou-se evidente na medida em que o capitalismo cria uma classe operária urbana que não tem suas necessidades sociais reais atendidas. Esses trabalhadores foram submetidos às mais miseráveis condições de vida e de trabalho. Referimo-nos aos bairros onde costumavam habitar em meio às circunstâncias hostis de dureza material, pois se encontravam aglomerados em ambientes imundos, inaptos ao convívio humano, desprovidos de quaisquer condições de higiene. A população vivia esfarrapada, suas vestimentas estavam em péssimo estado de conservação e incompatíveis com o clima abafado dos grandes centros industriais. As condições de alimentação também expressavam a polarização riqueza/pobreza, visto que dependiam dos salários que os trabalhadores recebiam, e como, em sua maioria, eram baixíssimos, não poderiam fazer muitos gastos com a alimentação. O que daí decorreu foi a ploriferação de inúmeras doenças entre os membros da classe operária, deixando inaptos ao trabalho ou, comprometendo, por vezes, a sua vida e a vida da sua família. Quanto às condições de trabalho, destaquemos o caráter monótono que essa atividade humana vital assumia, sendo cada vez mais forçado, alienante, tornando-se um verdadeiro suplício; baixos salários, que muitas vezes não davam nem para suprir o mínimo de suas necessidades de reprodução social; bem como ao contingente de força de trabalho que ficava desempregada, pondo os indivíduos diante de uma realidade ameaçadora. Frisemos ainda a inserção do trabalho feminino e infantil enquanto mecanismo de barateamento e precarização

da força de trabalho, e as más condições com que os trabalhadores se defrontavam nas fábricas em que realizavam seu trabalho.

Portanto, as condições de existência do operariado no período industrial, “ao contrário, longe de elevar-se com o desenvolvimento da indústria, afundam-se cada vez mais, indo abaixo das condições de sua própria classe” (MARX e ENGELS, 1998, p. 19). A burguesia industrial assegurou aos operários apenas as condições mínimas de reprodução social para oprimi-los. Porém, foi em meio a essas condições precárias de existência e de trabalho, consolidadas no regime de acumulação do capital, que o operariado industrial se constituiu enquanto classe e com o passar dos tempos adquiriu consciência da violência direcionada contra a natureza humana e das desumanidades instauradas pelo sistema capitalista. As transformações na base material condicionaram os elementos decisivos da luta de classes, pois a organização da produção industrial intensificou os antagonismos de classes, criando novas condições de opressão, bem como novas formas de luta entre opressores e oprimidos. A revolta do operariado reflete, assim, a demonstração efetiva do seu sentimento contra a situação desumana do trabalho fabril e de suas péssimas condições de vida aguçadas a partir do processo de industrialização capitalista.

No âmbito da organização política do operariado, a dinâmica histórica do capitalismo acaba por estabelecer as bases concretas para que, no século XIX, a sociedade capitalista fosse palco de processos revolucionários que demonstraram o acirramento da luta de classes. Diante das alterações decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas, os operários se organizaram politicamente em movimentos que trouxeram à tona o ineliminável antagonismo existente entre burguesia e proletariado. Os primeiros movimentos do operariado industrial destacaram-se pela reação às circunstâncias hostis de exploração a que foram submetidos durante o capitalismo concorrencial: o processo de “subsunção formal e real” (MARX, 1988); o que demonstrou seu espírito combativo e sua oposição à classe burguesa.

Os operários se organizaram e encamparam lutas demonstrando o confronto entre as classes e a necessidade de enfrentamento da “questão social”, ou seja, “[do] conjunto de problemas econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos que cerca a [sua] emergência [...] como sujeito sociopolítico no marco da sociedade burguesa” (NETTO, 1989, p. 90). As condições precárias de trabalho e de reprodução social em que se encontrava

subordinado o proletariado, contribuíram para que se despertasse a consciência de classe, para o sentido de pertencimento/ de identidade de classe contra a exploração/ a dominação burguesa. Isso revela o que Marx (2009, p. 190), na *Miséria da Filosofia*, denominou de consciência “em si”, quando afirma que “as condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa [...] em trabalhadores”. Historicamente, “a dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. [Esta massa é para o capitalista uma classe, mas] não o é para si mesma.” É somente, nesse momento histórico, que os trabalhadores refletem sobre suas condições de vida e de trabalho e percebem que ao se isolarem, eram fracos; porém, juntos e articulados, representavam uma força política. “Na luta [...], esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defendem se tornam interesses de classe” (MARX, 2009, p. 190). E ao se organizarem - tendo em suas lutas um conteúdo anticapitalista professado - explicitam historicamente os antagonismos de classes que se estabelecem entre proletariado e burguesia.

As lutas de classes elevam-se a outro patamar, a partir da consolidação do capitalismo em sua fase moderna, pois explicitam a contradição estrutural existente entre capital e trabalho. Neste sentido, não demorou muito para os trabalhadores se organizarem politicamente e iniciarem suas lutas, colocando em pauta os problemas que agravavam suas condições miseráveis e direcionando sua militância contra as inflexões do capitalismo. A própria dinâmica da realidade impõe ao proletariado a necessidade de organização enquanto classe. Desse modo, as primeiras lutas do operariado foram desencadeadas no interior da fábrica, demonstrando sua insatisfação com o aumento da jornada de trabalho. Sobre este aspecto, decisivo para nosso estudo, Marx (1988, p. 31) ressalta que o prolongamento da jornada de trabalho, “que a maquinaria produz na mão do capital, provoca, mais tarde, [...] uma reação por parte da sociedade, ameaçada em sua raiz vital, e com isso a instauração de uma jornada normal de trabalho legalmente limitada”. A classe trabalhadora, ante as imposições estabelecidas pelo prolongamento da jornada de trabalho reagiu expressivamente, exigindo que fossem determinados limites legais a essas imposições. Assim, as primeiras colisões entre a burguesia e o proletariado se cristalizavam. Tais reações se constituíam em formas organizadas de enfrentamento do trabalho contra a exploração capitalista, onde homens e mulheres lutam de diversas maneiras e em diferentes campos de batalha, buscando se contrapor

ao poder exercido pela burguesia e cessar a alienação capitalista, a exploração e a subsunção às quais estão submetidos pelo processo de trabalho capitalista.

A organização da classe trabalhadora possibilitou a conquista de melhores condições de trabalho e de vida para o operariado, tais como: aumento de salários e jornadas de trabalho menores. É preciso destacar que a organização em defesa dos seus interesses foi representada inicialmente pelos sindicatos, que constituem uma das primeiras conquistas por melhores condições de trabalho. Não se tratava de algo novo, foi uma evolução das “antigas associações de jornaleiros”. À medida que o capital na indústria toma proporções gigantescas, as associações de trabalhadores se modificaram, passando de corporação para sindicato, assim como hoje, que se constituem em um corpo de trabalhadores de um ramo específico organizado para defender seus interesses de classe. As funções básicas dos sindicatos eram: negociar os salários, fixar pisos mínimos, regular o salário em razão do lucro patronal, criar o piso salarial nacional para todas as categorias, dentre outras. Portanto, a criação dos sindicatos assinalava a formação de uma consciência política das condições de opressão e da existência do antagonismo entre operários e patrões.

Embora reconhecendo os limites das lutas economicistas dos trabalhadores, sobretudo no que diz respeito ao aumento dos salários e a redução da jornada de trabalho, Marx (2009) reconhece a importância dessas lutas, ao afirmar que:

A grande indústria aglomera num mesmo local uma multidão de pessoas que não se conhecem. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, este interesse comum que têm contra o seu patrão, os reúne num mesmo pensamento de resistência – *coalizão*. A coalizão, pois, tem sempre um duplo objetivo: fazer cessar entre elas a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção do salário, à medida que os capitalistas, por seu turno, se reúnem em um mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agrupam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se para elas mais importante que a manutenção do salário. [...] Nessa luta – verdadeira guerra civil –, reúnem-se e se desenvolvem todos os elementos necessários a uma batalha futura. Uma vez chegada a este ponto, a associação adquire um caráter político (MARX, 2009, p. 190).

Nesse momento de consolidação da sociabilidade burguesa são empreendidas lutas, movimentos organizados da classe trabalhadora pela redução da jornada de trabalho,

pelo descanso semanal, pelo direito a férias que trouxeram vitórias parciais importantes para o operariado. Contudo, para não perder o ritmo da produtividade os capitalistas e pela condição objetiva que o desenvolvimento da grande indústria permitiu identificaram na condensação do trabalho uma forma de intensificar a extração da taxa de mais-valia. Esse processo pressionou o trabalhador a desenvolver uma concentração de suas atividades em um nível que só seria possível num reduzido espaço de tempo. Para Marx (1988) produz-se um paradoxo para os trabalhadores. Tal “paradoxo” se evidencia na medida em que, embora os trabalhadores tenham lutado politicamente e conseguido reduzir a jornada de trabalho, contraditoriamente, essa redução do tempo de trabalho implicou a intensificação da exploração do trabalho, a generalização da mais-valia relativa através do uso intensivo da maquinaria. Isso representou um “avanço” nas relações de trabalho, porém foi oportunamente o meio encontrado pelos capitalistas para “mascarar” /camuflar o aumento da exploração da força de trabalho. Produz-se mais em menos tempo mediante o amparo legal de uma legislação trabalhista que contribuiu para refrear a luta dos trabalhadores pela transformação da ordem social capitalista. Embora represente uma conquista parcial da força de trabalho, motivo de muitas lutas sanguinárias, ainda assim, ao contrário de refletir a diminuição da subordinação do trabalho, intensifica-se sua exploração. O desenvolvimento das forças produtivas e dessas relações de trabalho na base material garante, desse modo, o triunfo da economia capitalista e impactam a luta de classes.

Neste sentido, o movimento operário organizado resultou da consciência dos trabalhadores da sua condição de subordinação ao controle do capital, ainda que tenha apresentado alguns limites. Inicialmente essas lutas expressaram um mero enfrentamento às hostilidades capitalistas. No entanto, aos poucos elas avançam e atingem um grau de politização que tornam os trabalhadores mais conscientes. Trata-se das lutas empreendidas pelos movimentos luddista e cartista. Esses movimentos, na Inglaterra, no século XIX, demonstraram os primeiros protestos organizativos do operariado em reação à brutal exploração capitalista.

O luddismo que, segundo Hobsbawm (2000, p. 19), “começa como um fenômeno sério em algum momento do século dezessete e continua até mais ou menos 1830”, consistia na reação do operariado industrial, expressando o ódio contra a máquina

que havia trazido desventuras à sua vida. A situação de extrema pobreza da classe operária a fez refletir sobre a causa de suas condições de existência, levando-a a culpabilizar a “máquina” e destruí-la. Assim, na medida em que surgia uma nova máquina, concomitantemente, eclodia um novo protesto, uma reação contra a redução da demanda de trabalho vivo que colocava os operários no desemprego. Esses protestos do operariado demonstraram sua insatisfação contra as condições de trabalho e para contê-las os burgueses criaram leis que brutalmente reprimiram a revolta dos operários. Essas leis visaram regular as relações de trabalho e constituíam um mecanismo para atenuar os efeitos perversos da desigualdade gerada na atividade produtiva.

Quanto ao movimento cartista este é reconhecido com a elaboração da Carta do Povo, que exigia o direito de votar e ser votado. Esse movimento direcionou a luta pelo direito ao sufrágio universal, despertando no proletariado o desejo de acabar com a sua impotência política. A extinção do movimento cartista se deu em 1848, quando aparentemente seus objetivos não tinham sido atingidos. No entanto, tal movimento deixou um legado de ideias e reformas conquistadas pelo proletariado. Aqui, mencionamos apenas algumas, como: a primeira lei de proteção ao trabalho das crianças (1833), a primeira lei relativa ao trabalho de mulheres e crianças nas fábricas (1842), e a lei que reduz a jornada de trabalho para 10 horas (1847). Todas essas conquistas alcançadas pelos trabalhadores destruíram o poder da aristocracia rural e abalaram, em alguma medida, o domínio do capital. Mesmo que esse movimento não tenha atingido seus objetivos principais contribuiu significativamente para a organização da classe trabalhadora. Concordamos com Beer (2006, p.455), quando afirma que “as lutas que o proletariado sustenta nunca são inúteis. Quando não atingem diretamente o fim visado, preparam o caminho para a vitória definitiva”.

Entende-se que a ação desses movimentos foi decisiva para a organização política da classe operária em função das determinações histórico-sociais do desenvolvimento capitalista. Porém, diante das precárias condições materiais e da incipiente consciência de classe, os trabalhadores limitaram suas ações no campo da emancipação política, não transcendendo a imediatividade das suas lutas. Momento em que a classe operária estabelece aliança com a burguesia e, através do Estado e do parlamento,

acredita na possibilidade de resolução da problemática social, não conseguindo ir além dos limites impostos pela burguesia.

Ademais, o século XIX é marcado também por processos revolucionários no território francês. Por meio desses acontecimentos revolucionários, a luta de classes explicita-se nas Revoluções de 1848 a 1851. Marx (1977, p. 207), ao fazer um resgate dessas revoluções, destacou três períodos principais:

O período de fevereiro; de 4 de maio de 1848 a 28 de maio de 1849, o período da Constituição da República, ou da Assembleia Nacional Constituinte; de 28 de maio de 1849 a 2 de dezembro de 1851, o período da República Constitucional ou da Assembleia Nacional Legislativa (MARX, 1977, p.207, grifos do autor).

Esses períodos que marcam o quadro de lutas de classes na França durante os processos revolucionários expressaram o antagonismo entre as classes burguesa e proletária. Nessas lutas que abalaram a Europa ocorreu o enfrentamento direto de dois protagonistas: a burguesia conservadora que, após eliminar os obstáculos da velha ordem feudal, mostrou qual o seu verdadeiro objetivo e como direciona sua ação no interior desta sociedade, demonstrando-se incapaz de propor alternativas emancipatórias, e o proletariado revolucionário, que historicamente se situa enquanto única classe que tem como função social a sua autodestruição, para que assim consiga eliminar as condições que o mantêm prisioneiro do fruto do seu próprio trabalho, do trabalho alienado no capitalismo.

O significado das revoluções de 1848 a 1851 se expressa na medida em que se tem a emergência de um projeto sociopolítico autônomo, próprio do proletariado, que propiciou a sua autorrepresentação classista, expressa, no plano teórico-político, no Manifesto do Partido Comunista, escrito por Marx e Engels em 1844, haja vista que “nele que se apresenta, pela primeira vez, um projeto sociopolítico explícita e organicamente integrado a uma *perspectiva de classe* e nela embasado.” (NETTO, 1998, p. XXVIII); e o reconhecimento de sua função histórica nesta sociedade. Esse contexto revolucionário foi importante para a formação da consciência de classe do proletariado ao explicitar, em nível histórico-universal, a ruptura do bloco histórico que derruiu a ordem feudal. Isto é, trouxe à consciência social o antagonismo estrutural entre capital e trabalho. As ondas revolucionárias expressaram ainda os limites sociais do projeto sociopolítico direcionado pela burguesia, da aspiração progressista revolucionária de *igualdade, liberdade e fraternidade* anunciada no

ideário da Revolução Francesa de 1789. No direcionamento desse projeto burguês, a *liberdade* restringe-se apenas, e unicamente, à liberdade de concorrência no mercado, entre os capitalistas; a *igualdade* demonstra seu esgotamento no campo da formalidade jurídica, reafirmando, no plano real, a desigualdade entre as classes, entre opressores e oprimidos, e a *fraternidade* volta-se para o “moralismo” e para a “retórica” ilimitada da burguesia, que tem como pano de fundo a abertura da guerra em sua expressão mais violenta.

A partir daí, completada a dominação burguesa, a filosofia desta classe elaborada pelos Luminares - buscando afirmar em todos os domínios a primazia da razão, opunham-se ao ideal autoritário e ascético da Igreja que tradicionalmente vigoravam no interior do *ancien régime*- até então caracterizada pelo seu anseio progressista, passa por um momento de profundo rompimento com as bases que a sustentou. Tem-se um corte com toda a tradição progressista que guiou a burguesia revolucionária de 1789, no sentido de fetichizar a realidade; mascarando e justificando as mazelas nela expressa. Do tom revolucionário, a burguesia decai para o desejo de conservação da ordem por ela erguida em conjunto com as massas populares francesas. A burguesia revelou-se durante os levantes de 1848 a 1851 como classe opositiva ao proletariado, buscando completar sua dominação e desenvolver uma posição defensiva contra este. Com isso, o proletariado investiu no estatuto de classe social autônoma, com objetivos de classe específicos. Nesse período, torna-se evidente que a contradição estrutural existente entre burguesia e proletariado é ineliminável nos marcos desta sociedade, dada a natureza antagônica entre as duas classes e a posição social que cada uma assume no processo produtivo – subordinação ou controle.

Apesar da inegável importância desses levantes revolucionários, houve limitação na medida em que o projeto emancipatório, tão vislumbrado pela classe proletária, foi abordado apenas no terreno da emancipação política. Mesmo apresentando limites ante a ofensiva do capital sobre o trabalho, a emancipação política foi um importante processo para a formação da consciência política dos trabalhadores no século XIX, onde o proletariado aglutinou forças em torno de um mesmo objetivo de classe e despertou para a formação de uma consciência revolucionária; possibilitando a transição da sua condição de “classe em si” ao estatuto de “classe para si”, conduzindo, assim, por via da luta organizada, ao amadurecimento de seus objetivos futuros.

Esse contexto revolucionário explicita os elementos históricos e políticos que determinaram o surgimento da Comuna de Paris de 1871. O golpe de Estado de Luís Napoleão, de 1851, findou em 1870, lançando as bases que impulsionaram o surgimento da primeira experiência revolucionária construída pelo proletariado, cujo projeto de classe objetivava, conforme assevera Marx (1971), conquistar e produzir uma sociabilidade emancipada do capital. Estamos falando da Comuna de Paris de 1871, movimento em que o proletariado instituiu sua forma de governo e se opõe ao poder coercitivo da burguesia, suprimindo solenemente o serviço militar obrigatório e o Exército permanente.

As transformações advindas da Comuna modificaram muitos elementos do governo burguês, explicitando um caráter essencialmente proletário que possibilitou maior liberdade de ação e de pensamento da classe operária. Neste sentido, para Marx *apud*, COGGIOLA, 2002, p. 12:

[...] o verdadeiro segredo da Comuna residiu em ser essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta de classes dos produtores contra a classe dos expropriadores, a forma política, por fim descoberta, pela qual se podia realizar a emancipação econômica do trabalho [...] [ela] foi uma revolução, foi o ressurgimento da autêntica vida social do povo, realizada pelo povo, foi uma revolta contra o Poder Executivo e as formas parlamentares.

A Comuna de Paris se constituiu em um movimento revolucionário que, mesmo diante das fragilidades, foi fundamental para a formação da consciência revolucionária do proletariado, expressando-se como a primeira experiência proletária de construção de uma nova sociedade que se baseasse na negação consciente do proletariado ao modo de produção capitalista e às bases que o mantêm na escravidão do fruto do seu próprio trabalho. A nova forma de luta travada pelos *communards* – a guerra civil – demonstrou seu espírito combativo, e o pouco tempo de governo explicitou a oposição ao inimigo burguês. Essa experiência deixou um legado importante para a construção da consciência revolucionária do proletariado, ao ilustrar a sua capacidade em assumir o papel histórico universal de principal sujeito revolucionário/transformador da ordem social burguesa, o que serviu de inspiração para outros processos revolucionários, a exemplo da Revolução Russa de 1917.

CONCLUSÃO

De um modo geral, identificamos que o movimento de resistência, de enfrentamento construído historicamente pelo operariado ante a exploração do capital, assumiu características e dinâmica diversas, pois apresenta processos de continuidades e descontinuidades. Tais lutas não conseguiram eliminar a contradição existente entre capital e trabalho, no entanto, foram de significativa importância na medida em que possibilitaram a construção histórica de uma consciência revolucionária do proletariado e do reconhecimento do seu papel histórico nos marcos do capitalismo.

A superação das problemáticas (exploração intensa/subordinação, condições precárias de reprodução social, desemprego, pauperismo) que envolve a classe trabalhadora só será possível com a instauração, mediante processo revolucionário, de outra forma de sociabilidade, livre, consciente e radicalmente emancipada dos grilhões capitalistas e dos complexos sociais que compõem historicamente o seu aparato regulador. Este é o solo ontológico que, por inúmeras vezes, foi desconsiderado no debate contemporâneo tanto por alguns movimentos sociais quanto por autores que afirmam compor a “esquerda”. Este solo precisa ser recuperado para romper com as proposições reformistas que mascaram as condições históricas atuais de dominação severa do capital sobre o trabalho e que, com isso, reafirmam a perenidade do sistema sociometabólico do capital e das classes fundamentais que o compõe.

Para concluir, reafirmamos, baseados em Marx, a centralidade do trabalho no mundo dos homens e do proletariado enquanto sujeito revolucionário por excelência e produtor do conteúdo material da riqueza social. E que a reorganização da classe operária e dos diversos movimentos sociais de classe, na atualidade, possa superar a dimensão fragmentada da luta política desconectada dos elementos basilares que determinam a produção material da riqueza e da reprodução social.

REFERÊNCIAS

- BEER, Max (2006). *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular.
- BIZERRA, Fernando de Araújo; SILVA, Equitácia Moraes da (2011). *INDUSTRIALIZAÇÃO CAPITALISTA E OS MOVIMENTOS DA CLASSE OPERÁRIA NO SÉCULO XIX*. (Trabalho de Conclusão de Curso/FSSO-UFAL) Maceió/AL.
- COGGIOLA, Osvaldo (2002). Introdução. In: *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã.

HOBBSBAWN, E. J (2000). *Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (2001). *A Era das revoluções*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1998). *Manifesto do Partido Comunista*. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez Editora.

MARX, Karl (1971). *A Guerra Civil na França*. Textos. Nosso Tempo.

_____ (1977). *O 18 Brumário. Textos III*. São Paulo: Edições Sociais.

_____ (1988). *O Capital*. Vol. I. Tomo II. Coleção Os economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura.

_____ (2009). *Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon*. São Paulo: Global.

NETTO, José Paulo (1998). *Prólogo ao Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez Editora.

_____ (1989). *O Serviço Social e a tradição marxista*. In: Serviço Social e Sociedade, nº 30, Ano X- abril de 1989, Editora Cortez.

Fernando de Araújo Bizerra

Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFAL e integrante do Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social (FSSO/UFAL).

Reivan Marinho de Souza

Mestre e Doutora em Serviço Social, Professora do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (Mestrado)/ FSSO na Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Integrante do Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social (FSSO/UFAL). Atualmente, Coordenadora Nacional de Pós-Graduação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS (Gestão 2013-2014). Orientadora de Fernando Bizerra.

Que agenda de investigação para as relações laborais no século XXI?

Hermes Augusto Costa

hermes@fe.uc.pt

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Centro de Estudos Sociais

ABSTRACT

“Labour relations” or “industrial relations” are terms that historically raised several reflections concerning the role of the trade union movement. Over time, those “relations” were almost always considered as asymmetrical, even during the “30 glorious”, when the welfare state and full employment were consecrated as redistributive mechanisms and when neocorporatism and social consensus among different social actors was the rule. The research agenda in industrial relations today is strongly marked by austerity policies that calls into question the traditional role of trade unions. It matters, therefore, to recover some of the theoretical traditions of industrial relations and to see to what extent they conform to the climate of social backlash experienced in the field of labor relations. On the other hand, with reference to the Portuguese case, we describe some emerging research topics in this field.

KEY-WORDS

Labour relations, industrial relations, trade union movement

RESUMO

O termo “relações laborais” ou “relações industriais” suscitou historicamente várias reflexões que permitiram situar o papel do movimento sindical. Ao longo do tempo, tais “relações” nunca deixaram se de configurar como assimétricas, mesmo no período dos “30 gloriosos” em que o Estado-Providência e o pleno emprego se consagraram como mecanismos redistributivos e de garante de consenso e o neocorporativismo como disposição institucional de relações consensuais entre o governo e os interesses

sociais organizados. A agenda de investigação em relações laborais é hoje fortemente marcada por políticas de austeridade que colocam em cheque o papel tradicional das organizações sindicais. Importará, por isso, recuperar algumas das tradições teóricas de relações laborais e ver em que medida elas se adequam ao clima de retrocesso social vivido no campo das relações laborais. Por outro lado, tendo por referência o caso português, enunciam-se alguns temas de investigação emergentes neste campo.

PALAVRAS-CHAVE

Relações laborais, relações industriais, movimento sindical

INTRODUÇÃO

As relações laborais e o sindicalismo encontram-se hoje na defensiva, fruto das transformações que perpassam o mercado de trabalho e das políticas de austeridade que a presença da Troika em Portugal ajudou a legitimar. Mas que configuração têm as relações laborais e em que tradições teóricas tais relações se inscrevem? Qual tem sido a agenda das relações laborais ao longo das últimas décadas? Que tradições teóricas cabem nessa agenda? Que implicações decorrem para o “parente pobre” das relações laborais (os sindicatos) no contexto atual?

O texto aqui apresentado é animado por algumas destas interrogações. Assim, num primeiro momento é abordado o significado conceptual das “relações laborais” para, em seguida, se recuperarem algumas das principais tradições teóricas de relações laborais. Por fim, discute-se a relevância atual dessas tradições (sobretudo num contexto político-ideológico marcado pela austeridade) e são identificados alguns dos temas investigação em relações laborais (em especial no contexto laboral português).

DIMENSÃO CONCEPTUAL DAS RELAÇÕES LABORAIS

A discussão em redor da relevância social e política do sindicalismo tem lugar no quadro de conjunto amplo de “relações” (Costa, 2005: 13 ss). Muitos cientistas sociais utilizam, por vezes de forma indiferenciada, as expressões “relações industriais”, “relações de trabalho”, “relações profissionais”, “relações coletivas de trabalho” ou “relações laborais”, entre outras. O uso daquelas expressões tem servido para estudar o mundo do trabalho sob ângulos diversos, tais como: transformações do mercado de trabalho; sindicalismo e concertação social; qualificações, competências, formação dos trabalhadores; novas formas de organização do trabalho; participação laboral e diálogo social nas empresas; metodologias de análise do mercado de trabalho; relações sociais de género; conflitos de trabalho; acidentes de trabalho; desigualdades

sociais, formas atípicas de emprego; emprego/desemprego, etc., etc.. O que se explica pela pluralidade dos temas em análise (Ferreira e Costa, 1998/99: 142).

Em todo o caso, o facto de a proveniência anglo-saxónica da expressão *industrial relations* ter acompanhado o movimento de industrialização que tomou forma nos países ocidentais a partir da segunda metade do século XVIII, levou a que a tradução à letra mais usual tivesse sido a de “relações industriais”. Em boa verdade, o aparecimento e desenvolvimento da indústria nas sociedades industriais permitiu que estas se dessem a conhecer enquanto sociedades dominadas por objetivos de desenvolvimento, nas quais a produção era largamente assegurada por um aparelho industrial e em que uma boa parte de população ativa se encontrava envolvida em atividades ligadas à indústria. Por outro lado, a expressão “relações” enfatiza o aspeto relacional e coletivo das situações geradas na indústria ou na atividade de trabalho e que podem englobar mecanismos de ajustamento entre oferta e procura de trabalho, fixação de salários ou determinação de condições de trabalho entre trabalhadores e empregadores (Molitor, 1990: 3-4).

A expressão “relações industriais” – cuja aparição ocorreu no Congresso Americano de 1912, tendo sido utilizada pela primeira vez de forma oficial na Grã-Bretanha em 1926, no *Survey of Industrial Relations* do Ministério do Comércio e da Indústria (Caire, 1991: 376; Sanz, 1993: 33; e Lallement, 1996: 3-4), – no entendimento de Guy Caire (1991: 380) está associada: ao estabelecimento de regras de trabalho (Dunlop); a mecanismos de regulação de emprego (*job regulation*), tal como foram defendidos por autores da “Escola de Oxford” (Flanders, Bain e Clegg); à democracia industrial (Derber); à fixação de termos e condições de trabalho (Craig); a uma relação de negociação (Laffer); ou a uma relação de troca (Somers). O próprio Guy Caire identificara, na década da 70, tipos ideais de “sistemas de relações industriais”, como que a reconhecer que as próprias diferenças entre países quanto ao modo de funcionamento dos referidos sistemas reforçavam também a ideia de instabilidade e de ambiguidade em detrimento da constituição de modelos comuns. Assim, trouxe à colação o sistema sueco (escandinavo), o latino e o intermediário, tendo-os classificado segundo o grau de estabilidade/solidez ou instabilidade/fragilidade das suas estruturas políticas e sociais e das suas ações profissionais (Caire, 1973: 84-87). De igual modo, Caire viria a reconhecer que existe uma apetência particular para fazer corresponder a certas disciplinas académicas o tratamento de certos tipos de “relações”. A economia e o direito fariam melhor eco das “relações contratuais”, a sociologia industrial traduziria melhor as “relações organizacionais” e a psicologia social expressaria melhor as “relações interprofissionais” (modelo de Margerison, *apud* Caire, 1991: 380-381).

Em Portugal, alguns cientistas sociais estudiosos do mundo do trabalho habituaram-se a utilizar, nas publicações editadas em língua portuguesa, a expressão “relações industriais”, reconhecendo assim também a influência anglo-saxónica do conceito. Porém, a utilização desta expressão fará hoje menos sentido, sobretudo se tivermos

em consideração que nas últimas décadas se vem assistindo a uma “acentuada perda de peso do trabalho industrial nas sociedades avançadas (em especial na Europa), o que contribui para a crescente heterogeneidade e des-standardização das formas tradicionais de trabalho” (Estanque e Ferreira, 2002: 151; Estanque e Costa, 2011; 2012). Será, pois, mais adequado falar-se em “relações laborais” (Ferreira e Costa, 1998/99; Costa, 2005; 2011).

Com efeito, por um lado, estamos perante relações de produção contratualmente estabelecidas entre trabalho e capital e que constituem a relação salarial; por outro lado, estamos diante de relações na produção, que regulam o trabalho concreto efetuado pelos trabalhadores durante o dia de trabalho e que incluem as relações entre trabalhadores, bem como as relações destes com supervisores ou gestores segundo normas ou regulamentos da empresa (Burawoy, 1985; Santos, 1995: 134; 2000: 258; Rosa, 1998; Estanque, 2000). Além disso, convirá reforçar que subjaz às relações laborais uma dimensão relacional que envolve atores individuais e coletivos numa atividade de trabalho com eles relacionada, segundo diferentes níveis de análise: local, sectorial, regional, nacional, transnacional ou global. Por outro lado ainda, se é verdade que as relações laborais têm na criação de consensos (acordos) entre as partes (sindicatos e patronato) um importante “valor de uso”, também não se pode deixar de referenciar a ênfase no conflito, nas suas fontes ou nas formas de poder que lhe estão associadas.

No quadro das relações laborais, ao sindicalismo ficou frequentemente reservado o papel de “parente pobre”, em função de uma relação desigual ou de impacto tendencialmente diferenciado entre capital e trabalho que foi geradora de um viés de classe (Offe, 1984; 1985; Hyman, 1994b: 127). Por isso se defendeu, não só à escala dos locais de trabalho e dos marcos de referência estritamente nacionais, a necessidade de pôr um travão a essa relação desigual. Nesse sentido, apelou-se a que as relações laborais impusessem formas de controlo social sobre as dinâmicas arbitrarias dos fluxos de capital global e sobre as “decisões perturbadoras dos gigantes transnacionais” (Hyman, 1994a: 13).

TRADIÇÕES TEÓRICAS

Ante a ausência de uma única teoria integradora e perante uma grande diversidade teórica e disciplinar, Walther Müller-Jentsch (1998) distingue 5 conjuntos de abordagens: sistémicas, marxistas, institucionalistas, da ação e de inspiração económica. No quadro das *abordagens sistémicas*, pontificou a definição avançada por John Dunlop (1958/1993), para quem as *industrial relations* constituem um sistema que, “a qualquer momento do seu desenvolvimento, é visto como sendo composto por certos atores, certos contextos, uma ideologia que faz do sistema um todo integrado e um corpo de regras criadas [pelos atores] com o objetivo de regular os próprios

atores no seu local e comunidade de trabalho” (Dunlop, 1993: 47). Obviamente percebe como atores: o capital (*hierarchy of managers*), o trabalho (*hierarchy of workers*) e as estruturas governamentais (*specialized governmental agencies*) (Dunlop, 1958: 7; 383). Nesse sistema “tendem a desenvolver uma série de ideias e de crenças conjuntamente defendidas pelos atores que ajudam a criar ligações e a integrar o sistema. Estes processos são dinâmicos: as mudanças no ambiente afetam as relações entre os atores e as regras; as mudanças nas instituições internas e as relações dos atores afetam os resultados” (Dunlop, 1993: 8). Dando seguimento a esta visão de estabilidade proposta por Dunlop, a “Escola de Oxford de Relações Industriais”, considerada como variante britânica da abordagem sistêmica, viria também a assumir um papel de relevo, nela se destacando as figuras de Allan Flanders ou Hugh Clegg. A perspectiva defendida por esta Escola veio, no entanto, a revelar-se mais pluralista (Clegg, 1990: 2) e menos integradora ou consensual. Embora o foco analítico preferencial desta Escola assentasse na negociação coletiva enquanto mecanismo capaz de influenciar e regular o relacionamento entre capital e trabalho, isso não significava que as partes não pudessem fundamentar as suas decisões com base em valores divergentes. Ou seja, o resultado de uma negociação não era necessariamente sinónimo de um compromisso aceite por todos.

As *abordagens marxistas*, por seu lado, são herdeiras dos escritos de Marx e Engels e da ênfase que estes autores conferiram ao combate operário contra a exploração, a alienação e a pauperização, ainda que tenham suprimido as ações em favor de uma regulação dos salários ou das condições de trabalho (Müller-Jentsch, 1998: 237). Assim sendo, Richard Hyman (1975) proporia uma “economia política das relações laborais”, em oposição à definição destas apenas em função de um conjunto de regras de regulação ou de elementos ordenados, partilhada por Dunlop e Flanders. Mas a esta leitura de Hyman, que coloca ênfase na desordem e no conflito, Müller-Jentsch acrescenta também o debate sobre o “processo de trabalho” e a teoria da regulação. Quanto às transformações do processo de trabalho capitalista, merece destaque a figura de Harry Braverman (1977). Para Braverman, a gestão moderna, ao inspirar-se nos princípios da organização científica do trabalho delineados por Taylor, servia sobretudo os interesses do capital. Em seu entender, a separação entre as funções de conceção e execução do trabalho, a fragmentação das tarefas e a expropriação do *know how* dos trabalhadores em benefício do capital desqualificavam os trabalhadores e depreciavam o seu valor no mercado de trabalho. A generalização do taylorismo enquanto fase mais madura do capitalismo e coincidindo com a revolução científica e tecnológica contribuiu, segundo o autor, para a alienação generalizada da classe trabalhadora (Braverman, 1977: 16). Esta visão seria contrariada por Michael Burawoy (1985: 39), para quem as vertentes, a política de “produção das relações sociais” e a ideológica de “produção de uma experiência dessas relações”, e não apenas a vertente económica de “produção de coisas”, deviam ser incorporadas na análise do processo de produção. Em sua opinião, a produção capitalista não se caracteriza por uma

separação entre concepção e execução do trabalho, pois é necessário conceder crédito às subjetividades e vivências dos trabalhadores no processo de trabalho. Ao propor o conceito de “relações na produção”, que distingue do conceito de “relações de produção” de Marx, Burawoy (1985: 32-33) considera que a produção dessas relações bem como das experiências dessas relações, “apesar de ocorrerem em sociedades capitalistas, transportam muitas vezes lógicas de ação e regulação não capitalistas” (Estanque, 2000: 69). Assim sendo, em vez da dependência pura e simples face ao capital defendida por Braverman, a leitura de Burawoy (1985) vai no sentido de considerar que o capitalismo não se caracteriza por uma sujeição ao capital da economia no seu todo. Por sinal, o próprio espaço da fábrica faz com que os operários sejam capazes, eles próprios, de fornecerem uma explicação para o consentimento que manifestam face à exploração (Burawoy, 1979).

Por outro lado, a teoria da regulação, tendo como principais referências Aglietta (1976), Boyer (1986) e Lipietz (1985), centrou-se na análise das condições de reprodução de uma formação social de tipo capitalista. Preocupados com os efeitos reguladores das instituições sociais e estatais, os autores desta teoria colocaram a “relação salarial” no centro das suas análises das relações sociais e dos confrontos entre atores sociais. Rompendo com a ortodoxia marxista, a teoria da regulação propõe uma periodização do desenvolvimento capitalista assente nas noções de “regime de acumulação” – que determina as condições de utilização da força de trabalho, os mecanismos de fixação de salários, a concorrência – e de “modo de regulação” – regras e procedimentos sociais interiorizados que incorporam o social nos comportamentos individuais, que servem de sustentação aos regimes de acumulação (Lipietz, 1985: 16). Assente num compromisso entre capital e trabalho, o fordismo foi o modo de regulação mais analisado por esta teoria. Todavia, a sua crise, no final dos anos 70, e o advento da flexibilidade remeteram progressivamente para a definição dos contornos de um novo modo de regulação, o pós-fordismo.

Em terceiro lugar, *as abordagens institucionalistas* das relações laborais colocam ênfase nas instituições enquanto construções sociais que incorporam programas de ação duráveis e estáveis (Müller-Jentsch, 1998: 243), ainda que a teoria da regulação já atribuísse às instituições um papel de mediação. Nestas abordagens, inclui-se, por um lado, uma perspetiva mais histórica, que analisa os processos de evolução das instituições em função das constelações de interesses e jogos de poder. A importância do papel regulador do Estado, no garante de estabilidade às instituições, a aquisição de uma “cidadania industrial”, como corolário da evolução das sociedades modernas, que atribuíram sucessivamente aos indivíduos direitos civis, políticos e sociais, fundamento para as relações entre trabalhadores e empregadores (Marshall, 1992: 8) e a constituição de instituições vocacionadas, para regular e institucionalizar os conflitos industriais (Dahrendorf, 1982), são três linhas de força que perpassam esta perspetiva. Mas, por outro lado, inclui-se ainda nestas abordagens institucionalistas

um conjunto de leituras que, em certo sentido, combinam o institucionalismo com elementos de regulação. Tais leituras procuram perceber em que medida se podem regular organizacional e institucionalmente os interesses divergentes presentes num sistema de relações laborais. Ao interrogarem-se sobre como é possível haver ordem social numa sociedade marcada por interesses plurais, W. Streek e P. Schmitter (1985) interessam-se pela forma como se agregam, negociam e intermediam os interesses. Estes autores propõem um quarto modelo de ordem social, para além dos modelos mais tradicionais da comunidade, do mercado e do Estado, que designam de *private interest government*. Este modelo corporativo/associativo confere às associações de interesses um estatuto quase-público de auto-regulação. As associações de interesses são dotadas de um *status* público porque adquirem, tanto direta como indiretamente, um recurso que nenhuma outra entidade pode fornecer a não ser o Estado: a capacidade para confiar numa coerção legitimada (Williamsom, 1989: 104). Este modelo corporativo/associativo permitiria, então, articular a sociedade civil, entendida pelos valores comunitários e pelas exigências do mercado, com a autoridade do Estado.

As *teorias da ação* são o quarto conjunto de abordagens a considerar. Ao contrário das anteriores, coloca-se aqui a ênfase nas relações entre atores, nas respostas individuais às situações de relações de trabalho, na atribuição de sentido aos contextos nos quais as pessoas trabalham e às formas pelas quais as pessoas percebem as ações umas das outras (Farnham e Pimlott, 1995: 58; Godard, 1993: 288). Müller-Jentsch (1998: 248-251) distingue quatro teorias da ação que fornecem contributos explicativos no âmbito desta abordagem: a “micropolítica”, centrada na empresa e no local de produção, sustenta que, nesses espaços, os indivíduos não são totalmente dominados pelas estruturas, dispondo, pelo contrário, de uma margem de liberdade e de negociação que é, no fundo, o seu micro-poder; a “política do trabalho”, interessada na reprodução e transformação das relações sociais na esfera do trabalho e da produção. Esta teoria não se limita aos níveis micro e de empresa (com a micropolítica), incorporando também as organizações sindicais e patronais, bem como as instâncias estatais enquanto componentes que exercem influência sobre a organização do trabalho; a teoria que valoriza as negociações entre os atores das relações laborais e que cria uma tipificação dessas negociações; e a teoria da “escolha estratégica”, que procura combinar o ponto de vista sistémico, herdado de Dunlop, com a teoria da ação. Esta teoria, que postula a autonomia de decisões quer de empresários, quer de sindicatos e Estado, identifica vários níveis de ação que envolvem os atores: o nível das decisões estratégicas da empresa; o nível da política das direções das empresas quanto ao pessoal; o nível da negociação coletiva; o nível do emprego e do trabalho dos indivíduos.

Por fim, as *abordagens de inspiração económica* encontram explicação no “cálculo racional” dos indivíduos com forma de estes maximizarem as suas ações. A “teoria da escolha racional” é uma das teorias que se enquadra neste tipo de abordagens. Segundo esta teoria, de entre um conjunto de ações que têm ao seu dispor, os

indivíduos escolhem as que correspondem às suas preferências e que, de acordo com um determinado custo, são as que melhor maximizam as suas ações. Embora se notem, aqui, os indivíduos, deve salientar-se, porém, que há uma preocupação em estudar o comportamento das organizações coletivas, empresários, sindicatos, consumidores, etc., segundo uma lógica de ação coletiva (Olson, 1998; Crouch, 1982; 1994; Offe e Wiesenhal, 1980). Outra das teorias que se articula com as abordagens de inspiração económica é, segundo Müller-Jentsch (1998: 252-254), a “teoria dos custos de transação”. Nos termos desta, e na linha de uma nova economia institucional (Williamson, 1981), analisam-se os possíveis custos decorrentes do relacionamento ou transação entre os atores numa organização. O contrato de trabalho ilustra bem os possíveis custos de uma transação, desde logo porque ele não regula todas as relações entre o empregador e o empregado, a menos que fosse possível prever todo o tipo de litígios e contenciosos que pudessem ocorrer entre capital e trabalho. Na verdade, há sempre fatores de contingência difíceis de adivinhar, do mesmo modo que é preciso levar em linha de conta quer a racionalidade limitada, quer o oportunismo dos intervenientes diretos no processo de troca.

A eclosão da crise do *subprime*, em 2008, terá colocado de novo em agenda a relevância social das abordagens de inspiração marxista, desde logo porque, como acima se disse, foram alguns dos contributos inscritos nessas abordagens que mais se aproximaram do quotidiano das relações laborais de hoje. Mesmo que existam pressões políticas, de cima para baixo, no sentido de legitimar acordos amplos entre parceiros sociais, o desfecho deles decorrentes já não parece condizer com o espírito, aparentemente mais genuíno, das abordagens institucionalistas que estiveram em destaque no contexto dos “30 gloriosos”. Não é, pois, por acaso que no contexto laboral português se tem assistido a estratégias mistas de consenso e conflito, de convergência e de luta (Campos Lima e Artiles, 2011).

TEMAS EM AGENDA

Nas duas últimas décadas do século XX, as análises sociológicas sobre as relações laborais realizadas sobre Portugal incidiram em cinco temas principais:

- * olhares temporais e contextuais sobre o movimento operário, no que se incluem: a) ação operária nas empresas; b) modelos de (auto)gestão/controlo operário; c) construções identitárias, participação e democratização;
- * dinâmicas organizacionais e mutações tecnológicas;
- * diferença sexual e relações na produção;
- * trabalho/(des)emprego;
- * institucionalização do diálogo social.

Para a classificação anterior, considerou-se o levantamento feito por Ferreira e Costa (1998/99), essencialmente baseado em revistas portuguesas de ciências sociais de referência: *Análise Social*; *Sociologia – Problemas e Práticas*; *Organizações e Trabalho* e *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Ainda assim, os autores estiveram igualmente atentos a outras publicações importantes como *Cadernos de Ciências Sociais*; *Economia e Sociologia*; *Fórum Sociológico*; *Sociedade e Trabalho*. Por outro lado, para a viragem de milénio anunciava-se alguns temas como sendo justificativos de uma maior atenção por parte dos cientistas sociais interessados no estudo das relações laborais: Estado e regulação de conflitos; Globalização e participação; Emprego e qualificação; flexibilidade e tempo(s) de trabalho (Ferreira e Costa, 1998/99: 155-162). Refira-se, de resto, que o léxico político da “era pós-fordista” foi sendo marcado por temas que têm condicionado a agenda das relações laborais em distintos contextos e não apenas no português. Globalização, descentralização, flexibilidade (Costa, 2008: 29-38) e, num período mais recente, flexigurança (Costa, 2009) marcaram as relações laborais do modo quase sempre perverso. Em última análise, adquirem cada vez mais pertinência as investigações e reflexões dos últimos anos a respeito da austeridade. É no quadro desta que desemprego, precariedade, o precariado, desigualdades, pobreza se inscrevem na agenda das relações laborais. Esta é, pois, se assim se pode dizer, uma agenda “forçada”, definida sobretudo pela negatividade subjacente a tais temas.

O sistema de emprego português, as relações laborais e os seus atores, sobretudo os sindicatos, têm sentido fortemente o impacto das medidas de austeridade. Recorde-se, aliás, que o sistema de emprego tem sido caracterizado por baixa produtividade, baixos salários, uma conexão entre emprego e mão-de-obra intensiva, baixo nível de instrução, de habilitações e de qualificações, défices de qualidade do emprego e peso elevado de diferentes modalidades de emprego “atípico”: recibos verdes, contratos a prazo, trabalho temporário, trabalho a tempo parcial, trabalho na economia informal (Estanque e Costa, 2012).

Por sua vez, o carácter heterogéneo e por vezes contraditório das normas laborais, a deficiente institucionalização das formas de resolução dos conflitos de trabalho, o modelo pluralista e competitivo de relacionamento intra e inter organizações de interesses do trabalho e do capital, a forte politização dos processos de negociação das condições de trabalho, a ligação das organizações sindicais e patronais ao sistema partidário, a centralidade do Estado na relação capital-trabalho, apesar do quadro jurídico e institucional assentar no princípio de autonomia das partes e na sua capacidade de autorregulação, ou o bloqueamento progressivo da negociação coletivas são algumas das características associadas ao sistema relações laborais em Portugal (Ferreira e Costa, 1998/99; Dornelas, 2009; Ferreira, 2012).

Num sistema de emprego e de relações laborais com estas características, a adoção de medidas de austeridade tem tido como principal consequência o aumento das formas de emprego precário, assim como do desemprego, que em dezembro de 2012 se situava

em 16,5% (Eurostat, 2013). O emprego precário representa cerca de 30% do emprego total, com incidência particular entre o grupo etário dos 15 aos 34 anos, onde atinge valores próximos dos 50% (Estanque e Costa, 2012). Foi, pois, sem surpresas que se geraram reações distintas por parte dos atores do capital e do trabalho. Claramente, os empregadores apresentaram-se mais predispostos a aceitar a austeridade porque vêem nela uma oportunidade para rentabilizarem as suas posições. Porém, a agenda sindical parece colocada num espartilho, estando os sindicatos desafiados a:

- * combater as tendências de individualização das relações laborais que a crise tem vindo a acentuar;
- * resistir à pretensão de enfraquecimento do seu poder na contratação coletiva que subjaz ao Memorando de Entendimento com a Troika e ao Acordo de Concertação Social (janeiro 2012);
- * salvaguardar direitos e deveres regulados pela negociação coletiva.

CONCLUSÃO

São, pois, várias as implicações para as relações laborais decorrentes de uma agenda de austeridade reforçada. Para além do aumento das formas de trabalho precário e do desemprego, a austeridade “convertida na lei”, com a revisão do código laboral, produz outras implicações para as relações laborais (Fernandes, 2012; Rebelo, 2012; Gomes, 2012; Costa, 2012): a perda de autonomia dos parceiros sociais, sobretudo dos sindicatos, que veem a sua posição ainda mais subalternizada; uma maior tensão nas relações entre os próprios atores das relações laborais, inclusive dentro do campo sindical; um reforço das assimetrias no mercado de trabalho, designadamente entre classes de rendimentos elevados e classes de rendimentos baixos, ou na relação entre setor público e setor privado; uma forte diminuição do poder de compra das famílias, bem espelhado no facto de, até março de 2012, os portugueses terem perdido 765 milhões de euros em salários, ou seja, uma quebra de 3,9% nas remunerações pagas na economia, a maior de sempre desde que há registos no Instituto Nacional de Estatísticas; maior empobrecimento do setor produtivo; criação de condições para maior contestação social; não redução do défice de competitividade das empresas; menor controlo por parte da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), uma vez que as empresas deixam de ser obrigadas a enviar a esta o mapa do horário de trabalho ou o acordo de isenção de horário, entre outros.

A agenda das relações laborais para o século XXI carece, assim, de outros conteúdos e de ser mais autónoma e dignificadora para o mundo do trabalho. Só desse modo os trabalhadores e sindicatos se poderão rever nela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aglietta, Michel (1976), *Régulation et crises du capitalisme: l'expérience des Etats-Unis*. Paris: Calmann-Lévy.
- Boyer, Robert (1986), *La théorie de la régulation: une analyse critique*. Paris: La Découverte.
- Braverman, Harry (1977), *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Burawoy, Michael (1979), *Manufacturing consent: changes in the labor process under monopoly capitalism*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Burawoy, Michael (1985), *The politics of production: factory regimes under capitalism and socialism*. Londres: Verso.
- Caire, Guy (1991), "Des relations industrielles comme objet théorique", *Sociologie du Travail*, 3, 375-401.
- Campos Lima, Maria da Paz; Artilles, Antonio Martin (2011), "Crisis and trade union challenges in Portugal and Spain: between general strikes and social pacts", *Transfer* 17(3), 387-402.
- Costa, Hermes Augusto (2005), *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Os discursos e as práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. (Tese de Doutoramento em Sociologia). Coimbra: Faculdade de Economia, 854 pp.
- Costa, Hermes Augusto (2008), *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Porto: Afrontamento.
- Costa, Hermes Augusto (2009), "A flexigurança em Portugal: desafios e dilemas da sua aplicação", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 86, 123-144.
- Costa, Hermes Augusto (2011), "Do enquadramento teórico do sindicalismo às respostas pragmáticas", in E. Estanque e H. A. Costa (orgs.), *O sindicalismo português e a nova questão social: crise ou renovação?* Coimbra: Almedina, 13-48.
- Costa, Hermes Augusto (2012), "From Europe as a model to Europe as austerity: the impact of the crisis on Portuguese trade unions", *Transfer – European Review of Labour and Research*, 18 (4), 397-410.
- Crouch, Colin (1982), *Trade unions: the logic of collective action*. Londres: Fontana.
- Dahrendorf, Ralf (1982) [1959], *As classes sociais e os seus conflitos na sociedade industrial*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Dornelas, António (2009) Perante a crise: problemas e perspectivas do emprego, do trabalho e da equidade social em Portugal. *Finisterra* 65/66: 101-133
- Dunlop, John. T. (1993) [1958], *Industrial relations systems*. Boston: Harvard University Press.
- Estanque, Elísio (2000), *Entre a fábrica e a comunidade: subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*. Porto: Afrontamento.
- Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto (2011), *O sindicalismo português e a nova questão social – crise ou renovação?* Coimbra: Almedina.
- Estanque, Elísio; Ferreira, António Casimiro (2002), "Transformações no mundo laboral e novos desafios do sindicalismo português", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 151-159.

- Estanque, Elíseo; Costa, Hermes Augusto (2012), "Labour relations and social movements", in Denis Erasga (Ed.), *Sociological Landscapes: Theories, Realities and Trends*. Rijeka/Croacia: INTECH/ Open Access Publishing, 257-282
- Eurostat (2013), *Newsrelease. Euroindicators*. [disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_PUBLIC/3-01022013-BP/EN/3-01022013-BP-EN.PDF]
- Farnham, David; Pimlott, John (1995), *Understanding industrial relations*. Londres: Cassel.
- Fernandes, António Monteiro (2012), "Uma estranha decisão", *Público*, 20 de junho.
- Ferreira, António Casimiro (2012) *Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção*. Lisboa: Vida Económica.
- Ferreira, António Casimiro; Costa, Hermes Augusto (1998/99), "Para uma sociologia das relações laborais em Portugal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 141-171.
- Godard, John (1993), "Theory and method in industrial relations: modernist and postmodernist alternatives", in R. J. Adams e N. M. Meltz (orgs.), *Industrial relations theory: its nature, scope, and pedagogy*. Londres: IMLR Press/Rutgers University e The Scarecrow Press, Inc., 283-306.
- Gomes, Pedro Botelho (2012), "Uma bomba atómica social?", *Público*, 24 de junho.
- Hyman, Richard (1975), *Industrial relations. A marxist introduction*. Londres: MacMillan.
- Hyman, Richard (1994a) "Introduction: economic restructuring market liberalism and the future of national industrial relations systems", in R. Hyman e A. Ferner (orgs.), *New frontiers in European industrial relations*. Oxford: Blackwell, 1-14.
- Hyman, Richard (1994b), "Changing trade union identities and strategies", in R. Hyman e A. Ferner (orgs.), *New frontiers in European industrial relations*. Oxford: Blackwell, 108-139.
- Lallement, Michel (1996), *Sociologie des relations professionnelles*. Paris: La Découverte.
- Lipietz, Alain (1985), *Mirages et miracles: problèmes de l'industrialisation dans le tiers monde*. Paris: La Découverte.
- Molitor, M. (1990), *Relations industrielles*. Faculté des sciences économiques, sociales et politiques de Louvain: Diffusion Universitaire Ciaco.
- Müller-Jentsch, Walther (1998), "Les théories des relations industrielles: une mise en perspective", *Sociologie du Travail*, 2/98, 233-262.
- Offe, Claus (1984), *Contradictions of the Welfare State*. Cambridge: Mit Press.
- Offe, Claus (1985), *Disorganized capitalism*. Cambridge: Polity Press.
- Offe, Claus; Wiesenenthal, H. (1980), "Two logics of collective action", *Political Power and Social Theory*, 1, 67-115.
- Olson, Mancur (1998) [1965], *A lógica da acção colectiva: bens públicos e teoria dos grupos*. Oeiras: Celta.
- Rebelo, Glória (2012), "Tempo e condições de trabalho", *Público*, 6 de abril.
- Rosa, Maria Teresa Serôdio (1998), *Relações sociais de trabalho e sindicalismo operário em Setúbal*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1995), "Teses para renovação do sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo", *Vértice*, 68, 132-139.

Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.

Sanz, Luis Sarries (1993), *Sociologia de las relaciones industriales en la sociedad postmoderna*. Saragoça: Mira Editores.

Streeck, Wolfgang; Schmitter, Philippe (1985), "Community, market, state – and associations?", in W. Streeck e P. Schmitter (orgs.), *Private interest government: beyond market and state*. Londres: Sage, 1-29.

Williamson, Peter (1989), *Corporatism in perspective*. Londres: Sage.

Ubimuseum

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior

Experiências Coletivas, Solidariedades e Identidades: o caso do movimento operário da Covilhã

João Mineiro

joao.mineiro.6@gmail.com

ISCTE-IUL

ABSTRACT

Both the oral history and the memory of the working class movement are fundamental parts in order for us to comprehend the meanings of the collective experiences, the solidarities and the construction of collective identities. In this article we will explore the importance of these three processes within the working class movement in Covilhã. With a sociological perspective at its core but with multidisciplinary openness, we will discuss in which ways both the cultural and self-organization characteristics of the working class movement are intrinsic to the working class movement itself, reflecting its expression and diversity. Henceforth, through the discourse of social actors who lived and built the working class cultures in Covilhã, we shall discuss the cultural and daily resistance of the working class in the second half of the 20th century.

KEY-WORDS

Social classes, workers cultures, identities, solidarity, collective experiences

RESUMO

A história e a memória vivida e contada do movimento operário e dos movimentos sociais são peças fundamentais para compreender os significados e as representações dos indivíduos e dos grupos sobre as experiências coletivas, as solidariedades e a construção das identidades coletivas. Neste artigo, pretendo explorar a importância desses três processos no movimento operário da Covilhã. A maioria dos trabalhos

em torno da história do movimento operário centra-se sobretudo nos aspetos da luta política sindical do movimento, de que são exemplos as greves ou a criação das associações de classe. Contudo, com base numa perspetiva, em simultâneo, sociológica, histórica e antropológica, pretendo discutir em que medida estes aspetos particulares da cultura e da vivência operária são também, em si mesmos, parte intrínseca do movimento operário, da sua expressão, diversidade e possibilidade emancipatória. Assim, a partir do discurso direto de quem viveu e construiu as culturas operárias na Covilhã, aprofundarei a sua base cultural e o seu quotidiano de resistência na segunda metade do século XX.

PALAVRAS-CHAVE

Classes sociais, culturas operárias, identidades, solidariedades, experiências coletivas

INTRODUÇÃO

O crescimento da indústria de lanifícios e a formação da classe operária constituíram dois processos que marcaram de forma absolutamente determinante a história do concelho da Covilhã desde finais do século XIX. Assim, se a industrialização foi um processo que marcou o tempo da vida e se revelou como um fenómeno que abalou muitas das antigas convenções, associadas à centralidade de outras formas de trabalho não-assalariado, ela fez emergir também factos relevantes para a discussão sociológica como o aparecimento de organizações operárias de tipo sindical ou mutualista, o desenvolvimento de novas formas e redes de sociabilidades, experiências de auto-organização, modos de vida, solidariedades, dinâmicas coletivas, rituais, rotinas e espaços e práticas culturais e artísticas a que poderíamos chamar de cultura operária.

A maioria dos trabalhos em torno do movimento operário centra a sua análise nos processos de luta política e sindical. Nesta perspetiva, as greves, as ações de protesto, boicote ao trabalho ou a criação de estruturas sindicais e de associações de classe são objetos privilegiados. Contudo, não descurando a importância dessas opções, na análise do movimento operário da Covilhã, a partir da história oral e de uma pesquisa de terreno, parece-nos relevante tratar a questão da cultura operária como parte intrínseca do movimento operário, porque nela se expressam de forma muito clara processos de resistência, de luta e de mobilização coletiva para superar dificuldades. Assim, analisaremos algumas das experiências coletivas de antigos operários da Covilhã residentes no bairro da Santo António, onde se expressam muito claramente formas de solidariedade fundamentais na estruturação das identidades e nas quais se sustentaram muitos dos processos de luta e de movimentação social e política dos operários.

INDUSTRIALIZAÇÃO E CULTURA OPERÁRIA: DEBATES INTERDISCIPLINARES

A industrialização constituiu um fenómeno complexo e multidimensional que transformou todas as relações sociais, económicas e políticas. A emergência do capitalismo industrial foi acompanhada, em larga medida, por um debate fundador entre os clássicos da sociologia, em que várias formulações teóricas se propõem explicá-la como um processo que inaugurou um novo tempo histórico (Marx, 1848, 1885, 1979; Weber, 1983; Durkheim, 1973). Se a revolução industrial despoletou, segundo o historiador Eric Hobsbawm (1962), colossais transformações na agricultura, utilíssimas inovações técnicas na esfera produtiva, profundas alterações demográficas e pela constituição das sociedades urbanas, também ficou marcada, por outro lado, pela emergência de um novo tipo de organização social, polarizada, diria Marx (1848), entre a burguesia e o proletariado e em torno de uma articulação de diversas formas de poder, diria Weber (1972), a partir de três tipos de estratificação, as classes, os grupos de *status* e os partidos políticos.

Trataremos de desenvolver uma análise dos principais aspetos da vivência cultural do operariado industrial, enquanto classe particularmente relevante no processo de industrialização e na composição das classes subalternas, para usar a expressão gramsciana (2002), que configuram o proletariado. Propomos, pois, uma análise que mobilize um enquadramento multidisciplinar de pesquisa e que parta dos muitos debates que se cruzam no campo da história, da sociologia, da teoria social e da antropologia. O campo da história é particularmente rico. Se uma ênfase dada às relações de produção e a elementos de estruturação da coesão política dos operários fez com que muitos enfoques recaíssem numa certa visão homogénea e indiferenciada das classes trabalhadoras, outras pesquisas têm procurado explorar a diversidade, o conflito e as diferenças internas naquelas. Essa dupla abordagem é, a título de exemplo, no primeiro caso, marcada pelas perspectivas de Hobsbawm (1987) e, no segundo caso, pelas de Thompson (1987, 1998).

Cláudia Batalha, Fernando Silva e Alexandre Fortes (2004) abrem a introdução da coletânea que organizaram sobre as *Culturas de Classe*, com uma pergunta simples: “Têm cultura os operários?”. E continuam: “Já vai longe o tempo em que o senso comum conservador, associando a cultura a escolaridade e erudição, responderia sem pestanejar com uma negativa a essa questão” (Batalha *et al*, 2004: 12). Importa aqui a retoma da dita “*insurreição dos saberes dominados*” de sentido Foucaultiano (1979), no nosso caso dos saberes desqualificados, colocando os discursos dos protagonistas no centro da análise, para uma análise científica rigorosa neste campo. Nos seus estudos sobre as prisões, os hospitais, a sexualidade ou os saberes-poder Michel Foucault refere que a sua preocupação epistemológica fundamental é a “*insurreição dos saberes dominados*”(Foucault,1979). Neles incluiu dois tipos de saber: um tipo de saber sepultado pela história, ocultado por diversas estratégias de poder, e um tipo de saber desqualificado, ou seja, um tipo de saberes, que por serem detidos por

determinados indivíduos e grupos, são desqualificados, não-legítimos e ocultados por diversas estratégias de poder.

O campo da antropologia inclui um saber disciplinar acumulado de estudo etnográfico sobre os aspetos mais detalhados de contextos sociais específicos, como um bairro, uma vila ou um grupo social. Cruzando a preocupação antropológica de uma compreensão multifacetada do território, com o estudo da cultura operária em trabalhos na sociologia, percebemos que existe um campo de ligação estreita entre várias disciplinas. O sociólogo Richard Hoggart (1973), num estudo clássico sobre as “*Utilizações da Cultura*”, a partir de um trabalho de campo em bairros operários de Leeds, percebeu as principais características da cultura operária. Assim, explora a questão da tradição oral, as maneiras de falar, a utilização de determinados dialetos urbanos, sotaques e entoações. Por outro lado, discute duas das dimensões centrais da vivência operária: a casa e o bairro. Richard Hoggart analisa com imenso detalhe as fronteiras de identificação do “Nós”, enquanto mecanismo fundamental de coesão e homogeneidade, e de um “Eles”, sejam eles indivíduos, grupos, práticas ou realidades distantes das vividas pelos membros das classes proletárias.

O CASO DO MOVIMENTO OPERÁRIO DA COVILHÃ

Na Covilhã, a industrialização foi um processo lento que acelerou no século XIX, ainda que as potencialidades industriais da cidade tivessem sido já aproveitadas pelo Marquês de Pombal, que instalou a Real Fábrica dos Panos junto à Ribeira da Degoldra no século XVIII. Numa área geográfica situada em plena encosta da Serra da Estrela, o século XIX foi o século do começo da transição de uma economia centrada na pastorícia e no uso e trabalho manual da lã, para uma economia baseada na indústria de lanifícios. Entre 1822 e 1890, ano que marca simbolicamente o estudo sobre o movimento operário na Covilhã, a população aumentou de 21.539 para 47.881 habitantes e a população urbana de 6.957 para 17.542 habitantes (Delgado in Assunção, I parte). O estudo sobre o movimento e a cultura operária na Covilhã carece ainda de uma investigação sistematizada. Contudo, alguns investigadores têm dado contributos importantes, como é o caso de António Rodrigues Assunção. Nos seus até agora dois volumes sobre o movimento operário da Covilhã, demonstra não só a génese da formação do operariado na cidade, a sua condição, mas também uma análise minuciosa do movimento associativo, das lutas operárias e das greves entre 1890 e 1907 e a relação entre o movimento operário local e os acontecimentos políticos que marcam o período de 1907 e 1929. No primeiro volume da sua obra, o autor sistematiza como aspetos da cultura operária a imprensa operária, o ambiente de festa e luta do 1º de Maio, as sociabilidades próprias dos operários, a relação com a escola e a instrução, a *cultura de ofício*, as relações de identidade entre o “nós” e o “eles”, o quotidiano marcado pela rotina e o risco, a relação com a doença e as tabernas.

Trabalhei a construção social da cultura operária na Covilhã a partir da história oral de vários operários que viveram a totalidade ou grande parte da sua vida no bairro de Santo António na Covilhã. Muitos nasceram e viveram lá durante toda a vida, outros vieram de vilas e aldeias periféricas e viram no bairro de Santo António um local de habitação barata e mais próximo da maioria das fábricas de lanifícios da cidade. O bairro de Santo António é um bairro na encosta da serra que espelha a história particular do operariado da Covilhã, uma vez que viveu de muito perto a transição do meio rural e pastoril para o desenvolvimento do operariado urbano.

Em alguns meses de pesquisa de terreno frequentei o bairro com alguma regularidade, conversei com muita gente que trabalhou a vida inteira nos lanifícios e participei em algumas rotinas e atividades locais. Dessa pesquisa retiro para esta análise, com maior acuidade, as histórias de vida de quatro pessoas centrais no bairro. João tem 96 anos, vive no bairro há cerca de 70 anos e trabalhou cerca de cinquenta anos na indústria de lanifícios. Nuno foi um dos fundadores da coletividade local ainda nos anos 60 e viveu sempre no bairro. António tem 72 anos de idade e de bairro e foi operário até perto dos 60 anos de idade. Vítor é dirigente da coletividade local há quase 20 anos e acompanha as atividades do bairro desde que se lembra, nos 67 anos de idade e de vida no bairro.

EXPERIÊNCIAS COLETIVAS

O conteúdo das dezasseis entrevistas realizadas, de algumas dezenas de apontamentos de conversas informais, fotografias e análise de conteúdo de documentos históricos, daria para uma abordagem do fenómeno das culturas operárias a vários níveis e dimensões. Para esta análise, centrei-me nas conversas e discussões em torno de algumas das experiências coletivas de que me foram falando várias pessoas do bairro. Interessou-me sobretudo perceber o que dizem e como representam os operários as suas experiências políticas, sociais e culturais coletivas. O que une estas experiências é o facto de os operários falarem delas enquanto experiências que só fizeram sentido porque foram feitas “pela malta toda aqui do bairro” (João), pelo “povo trabalhador que se juntou para combater as dificuldades” (Nuno). É essa dimensão coletiva dos acontecimentos do bairro que me interessou explorar. Não apenas pela forma como são uma constante nas narrativas sobre a de vida dos indivíduos, mas também porque eles demonstram algumas das bases culturais em que assenta a construção das identidades coletivas e das solidariedades como resposta à dureza do quotidiano.

ESTRADAS, MUROS E A ESCOLA

Sempre que falava da história do bairro e das dificuldades da vida havia dois processos sobre os quais quase todos me falavam: o tempo em que o povo construiu as estradas

e os muros que melhoraram as acessibilidades do bairro, onde viviam, à cidade, onde trabalhavam, e a construção da primeira escola primária do bairro:

– “Antigamente não se podia vir aqui de carro.... Eramos muito isolados. O pessoal é que meteu mãos à obra, andaram para ai a ajudar, a acrescentar essas coisas todas que agora vê” (Nuno);

– “As estradas e os muros foi o povo que as fez. Foi tudo o povo, com muito esforço” (António);

Às dificuldades económicas e materiais, associada aos baixos salários e às dificuldades da vida, aos problemas de habitação, de que eram exemplo a ausência de saneamento público e de água potável, passando também pela falta de infraestruturas de apoio, escolas, bibliotecas, correios, bancos ou supermercados, por exemplo, somava-se ao facto de os operários viverem num bairro isolado e com poucas acessibilidades. Apesar de muitos operários se terem fixado no bairro vindos do Casal da Serra, das Cortes do Meio, da Bouça ou de outros locais, a verdade é que tinham que percorrer diariamente cerca 5 a 6 km a pé, praticamente em corta-mato, para chegarem às fábricas em que entravam perto das oito horas da manhã. A construção das estradas e dos respetivos muros de sustento, nos fins-de-semanas, pelas pessoas do bairro, revelou-se um processo coletivo importantíssimo. O povo juntou-se, quotizou-se para comprar materiais, alguns deram o que tinham e durante vários meses dedicaram-se à construção das estradas e dos suportes de apoio. Foi este processo que permitiu mais tarde a circulação do primeiro autocarro que ficava a menos tempo da zona em que a maioria vivia. Este processo é lembrado pelos operários como símbolo de “um tempo de união, em que a malta sentia que se ninguém fazia nada, tinha de ser o povo a organizar-se”(António). Mas não chegava a criar acessibilidades. O desenvolvimento da indústria obrigava as famílias a fixarem-se nos locais e a estruturarem planos de vida e de família. No bairro de Santo António, as pessoas começaram a construir expectativas e a perceber que era necessário antecipar o futuro para que os filhos não tivessem a mesma vida que os pais. Foi assim que surgiu a primeira escola primária:

– “Quem construiu a escola foi o povo, que se juntou todo. Uns deram uma coisa, outros deram outra. Foi muito antes do 25 de Abril. Muito antes. Foi nos anos 50” (António);

– “Estava lá uma escola primária que também foi o povo que pediu dinheiro e construiu na totalidade. Foi onde eu andei. (...) Tínhamos que acartar a água para as casas de banho” (Vitor);

– “Não havia aqui nada. Eramos muito isolados. Olhe, lá teve o povo de se juntar, se não nunca mais tínhamos escola” (João);

Num tempo marcado por um défice geral de investimento do Estado em educação ou cultura, progressos só criados e desenvolvidos nas décadas subsequentes ao 25

de Abril, as experiências coletivas de auto-organização dos operários revelavam-se, muitas vezes, imprescindíveis. Foi também assim no bairro de Santo António, em que os operários se juntaram para construir a escola primária, permitindo os estudos e a fixação de uma nova geração no bairro e, em alguns casos, propiciando ruturas com a reprodução social e trajetórias de ascensão social.

O GRUPO

O grupo recreativo, coletividade local do bairro, tem uma enorme relevância no discurso dos indivíduos sobre a sua vida como conferimos:

– “Eram tempos muito maus por um lado e muito bons por outro. Era realmente muita a pobreza. Mas também era muita a alegria, muito convívio e muita amizade entre as pessoas” (Vítor).

As pessoas do bairro, através do grupo recreativo, organizavam, para usar a expressão de Vítor, os “escapes à vida dura do trabalho”. Organizavam torneios, competições de atletismo, jogos e atividades culturais, bailes, festividades e angariavam fundos. Com o dinheiro das festas e da quotização, a coletividade criava mecanismos de solidariedade e mutualismo. Ajudavam financeiramente os sócios em situação de doença ou dificuldade e no grupo, até há poucos anos, tomavam banho e faziam as suas higiènes pessoais no grupo recreativo:

– [no grupo] “Bebíamos uns copos e jogávamos às cartas, às vezes vinha lá um gajo pôr o cinema e íamos todos aos filmes (...) Havia atletismo. O jogo da malha e do rolho. Dominós. Íamos jogar à bola para a carreira de tiro” (João);

– “Além dos bailes do grupo que eram todas as semanas, também havia teatro, a malta nova organizava-se e lá se faziam peças para o pessoal todo ver” (Vítor);

– “Na altura não tínhamos nada, o pessoal lá tinha umas atividades e desanuviava do trabalho (...) a malta gostava mesmo daquilo, ele [o seu filho] para fechar o grupo e tirar as pessoas de lá, tinha sempre de pagar uma rodada a toda a gente, senão, não conseguia ir embora” (Nuno).

Num contexto de isolamento em que, de facto, não existiam serviços locais, culturais ou desportivos do Estado, estas e outras atividades assumiam uma centralidade na vida coletiva dos jovens e das famílias. Se as tabernas constituem um espaço fundamental de consumo e sociabilidades (Andrade, 1991; Magalhães, 1996), o grupo recreativo acrescentava à “dimensão masculinizada da taberna” (Villa-Lobos, 2012), o pretexto para o encontro das famílias e dos jovens em várias atividades geradoras de sociabilidades fundamentais para a coesão social e cultural do bairro.

A IGREJA

Não é óbvio o equacionar da igreja e da religião como aspeto da cultura da classe trabalhadora, mas a verdade é que no contacto com os operários do bairro de Santo António, a igreja ganha uma importância central, não apenas pela questão meramente religiosa, mas sobretudo pelas sociabilidades que se organizam em torno dela. Assim como o grupo, também a igreja foi pensada e construída pelos moradores do bairro. Construída no centro do bairro, no largo, a igreja é um local de enorme importância no bairro:

– “A igreja, foi feita de novo, (...) andáramos lá todos (...) quem pagou foi a malta toda aqui do bairro, o povo juntou o dinheiro, cada um juntou aquilo que pôde, nós íamos para lá, no sábado e no domingo” (João);

– “Ali a capela, foi uma comissão de moradores que se organizou, sou capaz de nomeá-los quase a todos” (Nuno);

– “A igreja também foi nos mesmos moldes. Fez-se um peditório. As pessoas deram o que puderam. A partir daí, a dona do terreno ofereceu o terreno e a partir daí começou a construir-se” (Vítor).

Não pretendo abordar as questões da religiosidade do operariado ou do papel da Liga Operária Católica de que me falaram vários operários. O que me pareceu fundamental foi sistematizar esta ideia: as pessoas do bairro abordam a igreja e a religião nos seus discursos apenas na medida das sociabilidades que se constroem coletivamente em torno delas. A igreja é importante não só porque, como o João afirma, o povo juntou dinheiro para a construir, mas porque à volta dela giram muitas redes e sociabilidades importantíssimas. A igreja é, de facto, um pretexto para muitas sociabilidades que se constroem em torno e para além dela. Talvez por isso possa sustentar a tese de que a igreja é relevante não apenas pela componente religiosa, mas sobretudo porque ela é um bom pretexto para as pessoas se juntarem, conversarem, partilharem intrigas, problemas e angústias e para, em torno dela, organizarem várias festividades que, ainda hoje, constituem mecanismos fundamentais de escape e vivência cultural fora da dureza do trabalho.

AS LUTAS POLÍTICAS

A análise das lutas políticas e sindicais pode também ter como ângulo de abordagem aquilo que elas representaram em termos de experiências coletivas para os seus atores. Com efeito, todas as pessoas, as que entrevistei ou com quem fui conversando informalmente, são perentórias em afirmar que era muito reduzida a participação dos operários de forma organizada nos processos de luta. Contudo, quando conversava sobre os momentos concretos de participação política ou sindical, todos me afirmavam algum tipo de envolvimento, mesmo que não fosse muito organizado.

– “O pessoal falava do 1º de Maio, mas tudo caladinho. O pessoal sabia o que era. Um dizia que era assim e era assado. E eu explicava aos outros, e os outros aos outros” (António);

– “No 25 de Abril, a malta toda saiu pra rua. Tudo com bandeiras e contente”. (João);

– “Parecia que ninguém sabia e ninguém se importava. Mas uma porra é que era. O pessoal lá ia explicando uns aos outros, às escondidas, e quando o 25 de Abril aconteceu foi uma festa. Depois já se podia falar e começaram a haver mais coisas nas fábricas” (João).

Quando perguntava se a maioria dos operários participava nas lutas sindicais e políticas, todos me respondiam que eram muitos poucos. Mas quando levantava, por exemplo, o tema o 1º de Maio ou do 25 de Abril, todos reconheciam que o pessoal não podia falar, mas toda a gente passava a mensagem em segredo, e quando se dá o 25 de Abril as pessoas foram todas celebrar. A verdade é que a partilha de informação e a consciência dos problemas da classe trabalhadora existiam e isso materializou-se logo a seguir ao 25 de Abril:

– “Depois do 25 de Abril começou tudo a acontecer. Fizemos lá uma greve por causa do 13º mês, do subsídio de Natal. O gajo queria-nos tirar (...). Depois tivemos outra luta quando a fábrica fechou. Começou a faltar o dinheiro. E a malta apanhou lá o patrão dentro do escritório e “fechámos-o. Depois teve que lá ir a polícia. O gajo, ao outro dia, pagou. (...)” (António)”.

As pessoas do bairro participavam em reuniões nas fábricas. Em alguns momentos, organizaram lutas sindicais importantes e sobretudo identificavam-se em grande medida enquanto classe:

– “Nós eramos todos iguais. Sentíamos que eramos da classe, quando dizíamos o povo trabalhador era para afirmar uma classe diferente doutras (António)”.

SOLIDARIEDADES

Num contexto de estudo como o que é aqui realizado, faz sentido a relação das solidariedades ser associada à ideia de comunidade. A operacionalização do conceito de comunidade é diversificada e compreende discussões que vão desde a ideia de ameaça às tradições históricas e culturais de determinados grupos sociais, no quadro tradicional, à perspetiva da comunidade como experiência social e cultural de partilha de algo comum, fundamental à formação da classe operária, no contexto da industrialização e ainda a discussões relacionadas com o sentido do conceito em termos de ação coletiva e de orientação emancipatória. Dizia Max Weber que

“denominar-se-á «constituição da comunidade» (Vergemeinschaftunh) uma relação social quando e na medida em que a atitude na ação social – no caso particular, ou na média ou no tipo puro – se funda na solidariedade sentida (afetiva ou tradicional dos participantes)” (Weber, 2009: 66). Também poderíamos partir do conceito de comunidade como envolvendo laços sanguíneos, sentido de pertença e memória (Tönnies, 1963), da comunidade como o lugar cálido na era da insegurança (Bauman, 2003), da comunidade como redes de relações entre indivíduos organizados numa determinada unidade residencial (Elias e Scotson, 1994) ou da diferenciação proposta por Morris (1996) entre *comunidades de descendência* e *comunidade de ascendência*. A análise que aqui desenvolvemos pretende, assim, discutir a relação entre a base cultural dos operários e a sua relação com a forma como a *comunidade* preenche espaços privilegiados nas relações sociais dos operários. Como referem alguns dos entrevistados:

– “Naquele tempo a pobreza era tanta que às vezes as pessoas não tinham nem para comer nem para beber” (António);

– “Eram tempos muito maus por um lado e muito bons por outro. Era realmente muita a pobreza. Mas também era muita a alegria, muito convívio e muita amizade e solidariedade entre as pessoas” (Vitor).

Tempos difíceis, reconhecem. Mas tempos de convívio e solidariedade. Não um tipo de convívio e alegria a que muito senso comum associa imediatamente a “alienação” e subalternização. Pelo contrário, o convívio e a partilha eram vividos como momentos de superação da dureza da vida. Assim, o grupo recreativo, por exemplo, não se limitava a festividades e jogos mas também a formas de superação das dificuldades dos operários do bairro:

– “O grupo, quando um sócio estava doente, ajudava esse sócio (...) com o pouco que conseguia ter da quotização e das atividades, partilhava-se por quem tinha mais dificuldades e a quem o estado não acudia” (Vitor);

– “Até ainda há pouco tempo muitos associados faziam a higiene pessoal no grupo. Não haviam casas de banho” (Vitor);

– “Faz-se lá uma festa e o dinheiro ia sempre para o grupo. As pessoas ofereciam, vendiam ali, o pessoal passava o dia na festa (João).

O sentido da comunidade, aqui expresso de muitas formas pelas solidariedades, seja em torno da dimensão do bairro ou da dimensão do trabalho, revela-se fundamental quando o grupo recreativo com o seu dinheiro ajudava os operários na doença e em outras dificuldades, na ausência de instalações nas casas para higiene pessoal criando banheiros públicos, ou quando o povo se juntou e deu materiais e mão-de-obra para a construção de coisas importantes para o bairro como as estradas, os muros, a escola ou a igreja.

IDENTIDADES COLETIVAS

Não é possível traçar aqui um mapeamento teórico que ilustrasse o debate que nas ciências sociais se tem traçado em torno da noção de identidade. No entanto, parece-nos útil a mobilização de alguns recursos teóricos destes debates para a discussão sobre a cultura operária. Para Charles Tilly (1996), o conceito de identidade é estrutural porque não é um fenómeno individual e privado, mas público e relacional. Se para Giddens (1991) as identidades podem manter-se estáveis em sociedades modernas marcadas pela reflexividade, autores como Balibar (1995) ou Santos (1995) enfatizam as ambiguidades e as características fluidas, múltiplas e incompletas das identidades e dos processos de identificação. Em todo o caso, parece-me importante ter em atenção as questões levantadas por Estanque (2000) em que apesar da noção de identidade estar cada vez mais associada aos processos de procura de identificação, as abordagens construcionistas, simbólicas e interativas da realidade e das subjetividades não nos devem impedir de pensar o poder das identidades coletivas na promoção de movimento, ação e contestação. A relação entre a situação no trabalho, as dificuldades da vida e a consciência coletiva sobre a situação de classe dos operários aparece, também aqui, profundamente ligada à construção das identidades coletivas. Como referem alguns dos entrevistados:

– “Aqui, o pessoal sentia mesmo que era o povo trabalhador aqui do bairro. Só o povo trabalhador é que participava no grupo e nas atividades. Os outros eram de outra classe” (António);

– “Nós éramos todos iguais. Sentíamos que éramos da classe. Quando dizíamos o povo e os trabalhadores do bairro era para afirmar uma classe diferente doutras, como os mestres e os encarregados e os patrões” (João);

– “Éramos mesmo uns pobretanas. Mas sabíamos porquê e sabíamos quem não pertencia à nossa classe” (João).

As experiências de auto-organização, as solidariedades, a vivência da comunidade, enquanto expressão da solidariedade entre os operários do bairro, as lutas políticas e sindicais, as atividades culturais e recreativas e a forma como as pessoas falam do trabalho e das condições de vida ilustra bem como as identidades coletivas se estruturam, entre outras coisas, em torno das condições materiais de vida e das experiências quotidianas de superação ou escape da dureza da vida.

CONCLUSÃO

Em primeiro lugar, parece-me importante referir que esta pesquisa sustenta o primado proposto nesta introdução: as culturas operárias e de auto-organização dos operários constituem, com efeito, parte intrínseca do movimento operário. As experiências

coletivas que nela se expressam constituem mecanismos de superação da dureza da vida, de resistência e de estruturação das solidariedades e das identidades coletivas.

Em segundo lugar, o processo de industrialização e da formação da cultura operária não pode estar circunscrito ao relato meramente historiográfico dos principais momentos de luta política e sindical. Experiências coletivas como a edificação popular dos bairros, de que são exemplos a construção das estradas, dos muros, da escola primária ou até da igreja, constituem elementos extremamente ricos para a discussão sobre a forma como o movimento operário também se sustenta, em grande medida, na auto-organização quotidiana do operariado.

Em terceiro lugar, os aspetos particulares da cultura operária que se articulam na atividade do grupo recreativo e nas formas de partilha de informação que deram origem a lutas políticas e sindicais são elementos centrais para compreender o movimento operário. Ambos preenchem um espaço vedado pelo Estado e onde se materializavam muitos dos processos coletivos de superação da dureza da vida e da criação das redes de solidariedade.

Em quarto e último lugar, nesta pesquisa exploratória, revela-se de forma clara essa triangulação interdependente entre as experiências coletivas, as solidariedades e a estruturação das identidades coletivas. Nos processos coletivos quotidianos, marcados quer pela auto-organização na construção do bairro e da coletividade, quer nas lutas políticas e sindicais, quer também nos espaços de cultura e lazer, é na constituição das solidariedades entre as pessoas, apoiadas numa noção de comunidade, que se estruturam as identidades coletivas. As pessoas reafirmam a sua pertença ao coletivo – ao *povo*, ao *povo trabalhador*, à *classe*, à *malta do bairro* –, quando falam, precisamente, das solidariedades desenvolvidas nas experiências coletivas e quotidianas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, Pedro de (1991). *A taberna mediática, lugar reticular de negociações sociais e sociológicas*. Coimbra. in: Revista Crítica de Ciências Sociais, 33.
- Assunção, António Rodrigues [ano não especificado nas obras]. *O movimento operário da Covilhã – Volume 1 e 2*. Covilhã: Edição de autor.
- Balibar, Etienne (1995). “Culture and Identity (working notes)”. In: John Rajchaman (ed.). *The Politics of Identity*. Londres: Routledge.
- Batalha, Cláudia et al (2004). *Culturas de Classe*. Campinas: Unicamp.
- Bauman, Zygmund (2003). *Comunidade: a busca da segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor
- Elias Norbert e John e John L. Scotson (1994). *The Stablished and the Outsiders*, Londres: Sage

- Estanque, Elísio (2000). *Entre a Fábrica e a Comunidade. Subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*. Porto: Edições Afrontamento.
- Durkheim, Émile (1973). *De la division du travail social*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Foucault, Michel (1979). *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal.
- Giddens, Anthony (1991). *Modernity and Self-Identity*. Cambridge: University Press.
- Gramsci, Antonio (2002). *Cadernos do cárcere v.5*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Hobsbawn, Eric (1962). *A era das revoluções*. Lisboa: Ed. Presença.
- Hobsbawn, Eric (1987). “A formação da cultura da classe operária britânica e O fazer-se da classe operária, 1870-1914”. in Eric Hobsbawn (1987), *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 97-251.
- Hoggart, Richard (1973). *As utilizações da cultura I – aspectos da vida cultural da classe trabalhador*. Lisboa: Presença.
- Marx, Karl e Friedrich Engels (1979). “A Ideologia Alemã”, in: Manuel Braga da Cruz [org] (2004). *Teorias Sociológicas. Os fundadores e os clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1969. pp. 15-19 e 27-30
- Marx, Karl (1885). *O Capital*. Lisboa: Edições Avante.
- Marx, Karl e Frederich Engels (1848). *Manifesto do Partido Comunista*. Porto: Edições Sementes, 1.
- Magalhães, Dulce (1996). A taberna: usos do espaço e do tempo. in: *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras do Porto*. 6.
- Morris, Paul (1996). “Community Behind Tradition”. In: Paul Heelas et al [eds.] (1996). *The Traditionalization*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Santos, Boaventura Sousa (1995). *Toward a New Common Sense*. Londres: Routledge
- Thompson, E.P (1987). *Formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Thompson, E.P (1988). *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras
- Tilly, Charles (1996). *Citizenship, Identity and Social History*. *Internacional Review of Social History* – Suplemente 3. Cambridge: University Press.
- Tönnies, Ferdinand (1963). *Community and Society*. Nova York: Harper, Torchbooks.
- Villa-Lobos, Maria José (2012). Sociabilidades masculinas na taberna-café. *Actas do VII Congresso Português de Sociologia* in:
http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0276_ed.pdf
- Weber, Max (1972). Classes, Status e Partidos. in Manuel Braga da Cruz [org] (2004). *Teorias Sociológicas – Os fundadores e os clássicos*. Lisboa: Edições Gulbenkian. pp. 737-752.
- Weber, Max (1983). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa. Presença
- Weber, Max (2009). *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. Lisboa. Edições 70

Ubimuseum

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior

As lutas dos operários têxteis da Bacia do Ave, 1956-1974, e algumas questões da história do movimento operário

José Manuel Lopes Cordeiro

jmlopes.cordeiro@gmail.com

Universidade do Minho

CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

ABSTRACT

This essay aims to help drawing the memory of the social conflicts and the workers' participation in the Unions by means of the available sources: the Press and the left-wing cabinets concentrated in the Portuguese Communist Party (PCP) during both the Military Dictatorship and the Estado Novo, clandestine as a rule. While so doing, it also aims to try and understand the moment they entered the preoccupations of the social scientists who, like us, are engaged in understanding the spatial references as well as those of the enterprises, particularly since the beginning of the 80's decade of last century. Meanwhile, managing solely with the mentioned Press, here is the mirror of those working struggles in the Ave valley region during that period.

KEY-WORDS

Social conflicts, unionism, Ave valley

RESUMO

Este ensaio quer contribuir para o delineamento da memória dos conflitos sociais e da participação operária nos sindicatos, através das fontes possíveis: a imprensa e os gabinetes da esquerda portuguesa concentrada no PCP durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, geralmente em situação clandestina. Em simultâneo, nele se pretende perceber o momento em que os mesmos entraram nas preocupações dos cientistas

sociais que como nós se preocupam com as referências espaciais e de empresa, particularmente desde os primórdios da década de oitenta do século passado. Entretanto, sem outras fontes do que aquela imprensa, aqui fica o espelho das lutas operárias no vale do Ave naquele período.

PALAVRAS-CHAVE

Conflitos sociais, sindicalismo, vale do Ave

INTRODUÇÃO

Uma das tarefas, que incumbem aos historiadores, particularmente os que investigam a História Contemporânea, consiste na necessidade de recuperar a memória do vasto universo de conflitos sociais que marcaram os períodos da Ditadura Militar e do Estado Novo assim como, em geral, da história do movimento operário. Aqueles conheceram então uma assinalável irrupção não obstante a repressão e o silenciamento com que a Censura os procurou ocultar.

Esta tarefa de recuperação da memória deveria ter-se iniciado logo a seguir ao 25 de Abril, como sucedeu com outras temáticas históricas que até então não tinham reunido as condições necessárias para a sua implementação. É necessário, contudo, salientar que a investigação histórica sobre o movimento operário não constituía, durante o período do Estado Novo, um campo inteiramente abandonado. Apesar das conhecidas dificuldades, foram então publicados alguns trabalhos e testemunhos históricos por alguns dos protagonistas daquele movimento, como Alexandre Vieira (1950, 1959, 1970) e César Nogueira (1964), mas será durante o consulado de Marcelo Caetano, por iniciativa de alguns investigadores, José Pacheco Pereira que edita duas obras em 1971, logo apreendidas, César Oliveira (1973), Ana Maria Alves (1971), e ainda que noutra perspetiva, Vasco Pulido Valente (1972), em Portugal, e de Carlos da Fonseca (1973) e João Granjo Pires Quintela (1973), no exílio, que surgirão os primeiros estudos académicos sobre a história do movimento operário. Foram então também publicadas algumas fontes, por José Silva (1971), César Oliveira (1971, 1972, 1973), Firmino Frutuoso (1971), Campos Lima (1972), Manuel Joaquim de Sousa (1972), embora na sua quase totalidade estas abordassem períodos anteriores à implantação do Estado Novo, e foram apreendidos e colocadas “fora do mercado”. Para além destes, foi também publicado o livro de um publicista afeto ao regime, Costa Júnior (1964). Mas tais iniciativas, sem dúvida meritórias, não só não prosseguiram no imediato pós 25 de Abril, com algumas exceções, entre as quais as de César Oliveira, como não se inseriram, por inexistência de condições, num programa de investigação estruturado, que lhes garantisse uma maior solidez e, acima de tudo, continuidade.

No início da década de 1980, parecia estar em curso a constituição de um campo de estudos sobre o movimento operário, na esteira da publicação de vários artigos na *Análise Social* (1981) e do início da edição do *Boletim de Estudos Operários* de periodicidade bi-anual, que foi dirigido por Maria Filomena Mónica e editado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Foram publicados nove números, entre Maio de 1982 e 1987, vindo o décimo a transformar-se no n.º 99 da revista *Análise Social*. No entanto, passados poucos anos, o entusiasmo que tais iniciativas suscitaram dissipou-se por completo. Mas, apesar da sua efemeridade, as iniciativas então realizadas – um seminário e uma exposição, na Biblioteca Nacional, sobre o “Movimento Operário em Portugal” (1981) e a organização, também na Biblioteca Nacional, de um seminário consagrado às “Fontes e arquivos sobre o Movimento Operário” (1984) – não só contribuíram para a afirmação de um campo de investigação que até então não tinha tido condições para se desenvolver como já afirmámos (Cordeiro 1984: 211-212), mas também para a consolidação de dois projetos fundamentais para a salvaguarda e conservação dos acervos documentais com interesse para a história do movimento operário e sindical: o Arquivo Histórico das Classes Trabalhadoras e o Arquivo Histórico-Social. O primeiro, atualmente denominado Arquivo de História Social – em virtude de, entretanto, se ter afastado da sua vocação inicial, incorporando fundos documentais de outra natureza, o que exigiu a adoção de uma denominação mais ampla – foi criado em 1979, por iniciativa de Maria Filomena Mónica e Fátima Patriarca, no então Gabinete de Investigações Sociais, hoje em dia Instituto de Ciências Sociais. É a ele a quem se deve a realização dos dois seminários atrás referidos, o segundo organizado conjuntamente com o Arquivo Histórico-Social, assim como a publicação do *Boletim de Estudos Operários*. O Arquivo Histórico-Social, reunindo espólios de antigos militantes anarquistas e sindicalistas, foi constituído no âmbito das atividades do Centro de Estudos Libertários e está depositado na Biblioteca Nacional onde, desde Julho de 1985, integra o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea. O Inventário dos seus fundos, assim como o respetivo Catálogo, em dois volumes, pode ser consultado em rede.

Mais recentemente, foi criado o Centro de Documentação e Informação sobre o Movimento Operário e Popular do Porto, por iniciativa da Universidade Popular do Porto, que contou com o apoio da Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura. O Centro resultou do desenvolvimento de dois projetos de pesquisa, “Memórias do trabalho - testemunhos do Porto laboral no século XX” e “Para preservar e divulgar a memória do Porto - os Arquivos das Organizações de Trabalhadores”, tendo por objetivos, entre outros, contribuir para a preservação da memória e da história oral e social do Porto e identificar, organizar e preservar o património arquivístico de sindicatos e de outras organizações de trabalhadores daquela cidade. Foram recenseados 176 Fundos de Arquivo, disponibilizando os resultados dessa atividade ao público interessado, também em rede, nomeadamente, através de uma página na Internet.

Serve esta breve incursão no passado recente das iniciativas desenvolvidas para a preservação dos fundos documentais com interesse para a história do movimento operário para salientar as dificuldades que se nos colocaram à investigação das lutas dos operários têxteis da Bacia do Ave nas duas últimas décadas do fascismo. Na impossibilidade de consultarmos fontes primárias, com escassas exceções, fomos obrigados a recorrer essencialmente à imprensa clandestina, em especial a coleção do jornal *O Têxtil*, mas também do *Avante!* e de *O Militante*.

AS LUTAS DOS OPERÁRIOS TÊXTEIS DA BACIA DO AVE, 1956-1974

A publicação de *O Têxtil* iniciou-se em Janeiro de 1956, num momento de viragem da orientação política do PCP, que viria a ser consagrada no seu V Congresso, realizado em Setembro do ano seguinte, no Estoril, o qual iniciou um período que ficou conhecido como “desvio de direita”. O jornal publicou-se com regularidade até ao 25 de Abril, com exceção de um intervalo de cerca de quatro anos, entre o nº 60, de Novembro 1967 e o nº 61, de Maio 1971, dando início, incorretamente, a uma 2ª Série, uma vez que se manteve a numeração sequencial. Entre 1971, quando voltou a ser de novo publicado, e 1973, *O Têxtil* foi impresso numa das últimas tipografias clandestinas que a Direção da Organização Regional do Norte do PCP tinha instalada em Rio Tinto, na Rua Eça de Queiroz, nº 112, sob a direção de Joaquim Rafael e sua companheira Catarina Machado. No entanto, apesar daquela interrupção, *O Têxtil* constitui uma importante e indispensável fonte para o estudo do operariado têxtil e da orientação que o PCP imprimiu às suas lutas, pelo que será fundamentalmente com base na sua análise que apresentaremos, de seguida, as principais ações de protesto e as greves que os operários têxteis da Bacia do Ave realizaram entre 1956 e 1974.

Quadro I - Ações de protesto dos operários têxteis da Bacia do Ave, 1956-1974

Fonte: Elaboração própria com base nas notícias publicadas em *O Têxtil*.

Data	Fábrica/Local	Local	Tipo de ação	Causa	Participantes
1956 Janeiro 13	Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe	Fafe	Concentração junto da gerência da Fábrica	Protesto contra os despedimentos e exigindo trabalho	1.500 operários têxteis
1956 Janeiro 14	Fábrica de Fiação e Tecidos do Bugio	Fafe	Concentração no Sindicato	Protesto contra os despedimentos e exigindo trabalho	Os operários da Fábrica

Quadro I - Ações de protesto dos operários têxteis da Bacia do Ave, 1956-1974 (CONTINUAÇÃO)

1956 Fevereiro	Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe	Fafe	Marcha em direção ao Sindicato, com uma bandeira negra desfraldada	Reclamação de trabalho e pão	300 tecedeiras
1956 Agosto	Empresa Têxtil “Valfar”	Vila do Conde	Contestação	Contra a fixação de um novo horário de trabalho, sem aviso prévio	Os operários conseguem a constituição de dois turnos
1959 Maio 10	Guimarães	Guimarães	Concentração	Reclamar um novo contrato coletivo de trabalho	400 operários têxteis, cutileiros e curtidores
1959 Setembro	Fábrica de Tecidos de Algodão Alberto Pimenta Machado & Filhos	Guimarães	Concentração junto da gerência da Fábrica	Protesto contra as multas que a gerência pretendia impor	Os operários da Fábrica
1960 Maio 1	Guimarães	Guimarães	Concentração no Sindicato	Reclamando aumentos de salários	300 operários têxteis
1960 Outubro	Guimarães	Guimarães	Concentração no Sindicato	Exposição com mais de 1.000 assinaturas, reclamando aumentos de salários ao Ministro das Corporações	500 operários têxteis
1961 Janeiro	Fábrica de Fiação de Poldrões – M. A. Silva, Filho	Negrelos, Santo Tirso	Concentração em frente ao escritório da Fábrica	Exigindo melhores condições de trabalho.	Os operários da Fábrica
1967 Novembro	Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso	Santo Tirso	Concentração em frente à porta da Fábrica	Exigindo o pagamento dos salários em atraso	Os operários da Fábrica
1967 Novembro	Fábrica “Abel Alves de Figueiredo”	Santo Tirso	Concentração em frente à porta da Fábrica	Exigindo o pagamento dos salários em atraso	Os operários da Fábrica
1968 Dezembro	Fábrica de Fiação ATMA	Caldas da Saúde, Avidos, V. Nova de Fomalicão	Concentração no Sindicato	Exigindo o pagamento das indemnizações a que tinham direito	Cerca de 500 operários têxteis desempregados da Fábrica de Fiação ATMA
1969 Janeiro	Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela	Negrelos, Santo Tirso	Concentração em frente à Câmara Municipal	Pão ou trabalho, em virtude do encerramento por falência	Centenas de operários e operárias

Quadro I - Ações de protesto dos operários têxteis da Bacia do Ave, 1956-1974 (CONCLUSÃO)

1969 Outubro	Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe	Fafe	Concentração junto da gerência da Fábrica	Reclamando aumentos de salários	Os operários da Fábrica
1972 Maio 30	Companhia Rio Ave	Vila do Conde	Concentração	Protestando contra o encerramento da Fábrica	
1974 Janeiro 21	Têxtil António Lopes Correia	Pevidém, Guimarães	Concentração	Exigindo o pagamento quinzenal.	Operários dos três turnos

Quadro II - Greves dos operários têxteis da Bacia do Ave, 1956-1974

Fonte: Elaboração própria com base nas notícias publicadas em *O Têxtil* e nos dados disponibilizados pelo Gabinete de Estudos Sociais do PCP.

Data	Fábrica	Local	Causa	Nº de grevistas	Resultado	Duração	Referência
1958	Empresa Têxtil Valfar	Vila do Conde	Aumentos de 50% nos salários	Operárias do turno da manhã	Intervenção da PSP faz prisões	14 de Julho, das 6H50 às 7H10	Avante!, VI Série, nº 261
1960 Junho 22 a 24	Barbosa & Melo	Ronfe, Guimarães	Trabalho com 4 teares, em vez de 2	300 operários	Vitoriosa	De 22 a 24 de Junho	O Têxtil, Ano V, n.º 26
1960 Novembro 5	M. A. Silva & Filho	Poldrães, Santo Tirso	Contra o pagamento de multas	Todos os operários do turno	Vitoriosa	Parte da tarde	O Têxtil, Ano V, n.º 29
1970 Abril	Fábrica de Fiação e Tecidos "Oliveira, Ferreira"	Riba d'Ave, . N. Famalicão	Greve de braços caídos por aumentos de salários	Mais de 100 operários			Avante!, VI Série, nº 417
1970 Abril	Uma fábrica	Riba d'Ave, V. N. Famalicão	Aumentos de salários	Todos os operários		1 dia	Avante!, VI Série, nº 417
1970 Abril	Filor	Landim, V. N. Famalicão		350 operários			Avante!, VI Série, nº 417,
1970 Abril ou Maio	Manuel Gonçalves	S. Cosme, V. N. Famalicão	Greve de braços caídos por aumentos de salários	Mais de 300 operários	Vitoriosa	Paralisação de dois turnos	Avante!, VI Série, nº 417
1970 Janeiro	Fiação e Tecidos de Fafe. Fábrica do Ferro	Fafe	Aumentos de salários	1.200 operários	Vitoriosa. Despedidos 15 operários (13 homens e 2 mulheres)	1 dia	O Têxtil, Ano XVI, n.º 61

Quadro II - Greves dos operários têxteis da Bacia do Ave, 1956-1974 (CONCLUSÃO)

1971 Abril	Filor	Landim, V. N. Famalicão		350 operários da secção de tecelagem			GESPCP
1972 Junho 31	Têxtil António Lopes Correia	Pevidém, Guimarães	Pagamento de parte do salário e do subsídio de férias				GESPCP.
1972 Outubro 11	Têxtil António Lopes Correia	Pevidém, Guimarães	Contra a falta de limpeza dos sanitários	Todos os operários dos três turnos	Vitoriosa		O Grito do Povo, nº 7
1973 Setembro 19	Indústrias Têxteis Somelos	Ronfe, Guimarães	Por não terem sido aumentados, conforme o acordado	Operários do turno da noite da secção de fiação		1 dia	GESPCP
1973 Setembro 20	Indústrias Têxteis Somelos	Ronfe, Guimarães	Aumentos de salários	Operários do 3º turno de todas as secções		1 dia	GESPCP
1974 Janeiro 21	Fábrica do Saganhal	Pevidém, Guimarães	Falta de pagamento dos salários	Operários do 3º turno		1 dia	GESPCP

Quadro III - Ações de luta desenvolvidas pelo operariado têxtil da Bacia do Ave (1956-1974)

Fonte: Elaboração própria com base nas notícias publicadas em *O Têxtil*.

	1956-59		1960-64		1965-69		1970-74	
	Conc.	Greve	Conc.	Greve	Conc.	Greve	Conc.	Greve
Fafe	3							1
Guimarães	2		2	1			1	5
V. N. Famalicão					1			5
Santo Tirso			1	1	3			
Vila do Conde	1	1			1		1	
Total	6	1	3	2	5	-	2	11

Fazendo um balanço destas lutas operárias, não se pode dizer que o resultado tenha sido muito significativo: trinta ações de luta, incluindo greves, em dezoito anos. Seguramente que existiram mais manifestações dos operários têxteis da Bacia do Ave durante este período, de iniciativa espontânea, mas não foi ainda possível encontrar quaisquer registos das mesmas. É certo – e é necessário sublinhá-lo – que não era nada fácil, nas condições da feroz repressão então existente, desencadear estas lutas e, por

isso mesmo, merecem-nos o maior respeito todos aqueles que tiveram a coragem e a ousadia de as organizar. Estas manifestações e greves são também a prova da disposição dos trabalhadores, mesmo nas duras condições impostas pelo fascismo, de lutarem pelos seus interesses e satisfação das suas reivindicações. A questão que nos interessa analisar é outra: qual a orientação que presidiu à organização e condução destas ações de luta e se a mesma era garantia de um resultado vitorioso.

No contexto destas lutas e manifestações, as tentativas então desencadeadas para a conquista dos Sindicatos Nacionais assumem um particular significado. Esta constituiu, precisamente, a orientação que o PCP definiu pouco depois a imposição do Estatuto do Trabalho Nacional. Após um pequeno período, entre 1933 e 1935, durante o qual a orientação dos comunistas foi a da criação de um movimento sindical clandestino, após o VII Congresso da Internacional Comunista (IC), realizado em Moscovo, de 25 de Julho a 20 de Agosto de 1935, registou-se uma radical alteração dessa orientação, passando o PCP a definir como objetivo principal a conquista dos Sindicatos Nacionais.

Na realidade, já durante o período 1933-35 o PCP encarava a atuação no seio dos Sindicatos Nacionais, embora numa perspetiva diferente daquela que veio a ser posteriormente adotada, como nos relata *O Proletário*, órgão da Comissão Inter-Sindical: “certamente, algo temos a fazer nos ‘sindicatos nacionais’. Mas esse algo não é organizá-los; é, quando apesar da nossa campanha contra eles, eles se organizam e conseguem arrastar algumas massas operárias, penetrar neles, apoiados na nossa organização revolucionária e sob a sua direção, para os desagregar, por as massas em conflito com os chefes e arrastá-las, em ampla frente única, à luta contra o inimigo comum” (Ano 1, n.º 9, Dezembro de 1934: p. 2). A Comissão Inter-Sindical, fundada em Setembro de 1931 por iniciativa do PCP, integrava os sindicatos clandestinos criados após promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional. Era nesta perspetiva, e não naquela que veio a ser definitivamente adotada após o VII Congresso da IC, que o PCP encarava então o trabalho nos Sindicatos Nacionais. No entanto, esta não era uma questão pacífica no seio do Secretariado do PCP, sendo essencialmente defendida por José de Sousa, membro daquele órgão e responsável pela Comissão Inter-Sindical, e por essa razão não é de estranhar que a posição do PCP, assumida ainda antes do VII Congresso da IC, apresente uma certa ambiguidade, embora mantendo sempre a orientação de que o trabalho a desenvolver naqueles sindicatos serviria essencialmente para a mobilização das massas. É o próprio *Avante!*, de Abril de 1935, que nos dá uma ideia dessa ambiguidade, ao publicar uma Resolução do Secretariado sobre a preparação do VII Congresso da IC, onde também cita a SVI, Socorro Vermelho Internacional, organizado pela Internacional Comunista, em 1922, para apoiar os presos comunistas e outros antifascistas, que foi dirigido por Clara Zetkin, Stasova Elena e Tina Modotti, tendo sido dissolvido em 1942:

“Os Sindicatos Nacionais e as Casas do Povo que organizam as massas, podem e devem utilizar-se como meios da nossa atuação. Até aqui, a nossa palavra de ordem tem consistido em levar as massas a fazer boicote a tais organismos. Esta palavra de ordem era e é, justa. Porém, é preciso atualizá-la e alargá-la, tendo em conta os resultados já atingidos pela reorganização do movimento sindical revolucionário e a tarefa que se nos coloca de levarmos adiante o rompimento dos quadros da legalidade fascista e de arremessarmos o proletariado e os camponeses à conquista parcial das suas reivindicações. Estes organismos, na medida em que organizam massas, ou que a luta em redor deles pode reagrupar as massas e despertá-las para as ações reivindicativas, podem servir-nos de meios de legalização do próprio trabalho dos sindicatos e das oposições revolucionárias. Tudo consiste em criar as formas de penetração e de contágio, e em lutar em tais quadros, não à base de uma luta meramente negativista, mas no sentido de obter um triunfo às reivindicações concretas das massas, já levando as massas a formularem, cada vez com mais persistência, as suas reivindicações nesses quadros, já lutando porque as massas, para uma melhor defesa dos seus interesses, imponham os seus próprios representantes para os lugares de direção. (...) Na medida da nossa persistência e do nosso entusiasmo bolchevique, a base dos Sindicatos Vermelhos, do S.V.I., da frente anti-fascista, etc., deve ser mobilizada igualmente para este trabalho legal e semi-legal de movimentação de massas” (*Avante!*, II Série, nº 6, Abril 1935, pp. 2 e 5)

No Relatório que apresentou ao VII Congresso da IC, Bento Gonçalves referiu que “no terreno do trabalho sindical temos também grandes debilidades. É certo que organizamos sindicatos ilegais em alguns dos principais ramos da indústria e que alguns desses sindicatos têm mais aderentes que os sindicatos fascistas do mesmo ramo. Porém, do ponto de vista prático, vemos que os sindicatos ilegais não fazem nenhum trabalho sério de massas. A atividade de alguns sindicatos ilegais limita-se à publicação do seu órgão” (Relatório, in AA. VV. 1976: 116). Esse extrato do Relatório foi a partir de então sistematicamente apresentado pelo PCP como uma das suas justificações para abandonar a criação de sindicatos clandestinos e atuar no seio dos Sindicatos Nacionais. Os poucos estudos que têm abordado este assunto, assim como os testemunhos de militantes da época, não permitiram ainda identificar com rigor o momento a partir do qual a linha sindical do PCP foi alterada. A única certeza que até agora existe é-nos dada por Álvaro Cunhal, segundo o qual o Relatório que Bento Gonçalves apresentou ao VII Congresso da IC fora escrito em Moscovo “em conformidade com as Teses apresentadas no Congresso pelo Executivo da Internacional” (Cunhal 1985: 75 in Pereira 1999: 116), e no seguimento de conversações então efetuadas, em Setembro-Outubro de 1935, entre o Comité Executivo da IC e uma delegação do PCP, composta por Bento Gonçalves, Francisco Paula de Oliveira e o próprio Álvaro Cunhal.

Foi essa, aliás, a última vez que a orientação do PCP foi debatida e acordada com a Internacional.

Embora ainda hoje não se conheça com rigor qual a orientação que Bento Gonçalves defendia em 1934-1935, tudo indica que o Secretário-Geral do PCP aceitava a linha de boicote aos Sindicatos Nacionais e defendia a criação de um movimento sindical clandestino (Rodrigues 2009). Era essa a orientação que constaria inicialmente no Relatório que o PCP tencionava apresentar no VII Congresso da IC, mas, como vimos, o texto veio a ser alterado, ou reescrito, quando Bento Gonçalves já se encontrava em Moscovo. Fernando de Sousa refere que fora elaborado “um documento sobre a ação sindical do PCP, sob a orientação de José de Sousa, que deveria ser incorporado num relatório mais geral”, apresentando, por conseguinte, a linha de criação de sindicatos clandestinos (Pereira 1999: 117). Fernando de Sousa (Macedo), militante do PCP desde 1931, foi preso em 1933 e enviado para o Tarrafal, entre 1937 e 1946, vindo a aderir ao PCP (m-l) dirigido por Heduíno Gomes (Vilar) após o 25 de Abril. De facto, analisando com alguma atenção aquele Relatório, detetam-se algumas incongruências, eventualmente resultantes da incorporação no texto de partes que inicialmente não constavam no mesmo. Bento Gonçalves refere que o PCP não só tinha conseguido organizar “sindicatos ilegais em alguns dos principais ramos da indústria e que alguns desses sindicatos têm mais aderentes que os sindicatos fascistas do mesmo ramo”, mas que estes não faziam “nenhum trabalho sério de massas”. Perante esta situação, em que o mais difícil tinha sido conseguido, o que se justificava não era abandonar a orientação que vinha sendo seguida, mas sim dar continuidade ao trabalho de criação de sindicatos clandestinos – que tão bons frutos estava a dar –, corrigindo os erros detetados, para que aqueles passassem a realizar um sério trabalho de massas. A não ser que existissem orientações contrárias, precisamente as que tinham sido adotadas pela Internacional Comunista, como veio a suceder. Testemunhando o êxito que até então tinha representado a linha de criação de sindicatos clandestinos, Bento Gonçalves afirmava no Relatório que “a própria ditadura viu-se obrigada a reconhecer o desenvolvimento da influência que goza entre as massas o Partido Comunista, e tratou de aproveitar-se da nossa influência para desarmar os operários durante algumas ações concretas; por exemplo, este ano os fascistas publicaram um desses manifestos em que, sob uma falsa linguagem comunista, convidavam os operários a aderir aos sindicatos fascistas” (AA. VV. 1976: 115). Na realidade, embora o PCP encarasse a possibilidade de trabalhar nos Sindicatos Nacionais, não colocava de parte – antes pelo contrário – a orientação seguida até então, de manter e ampliar o movimento sindical clandestino, tanto mais que este, como refere no Relatório, gozava de grande prestígio, ao contrário dos Sindicatos Nacionais, cujas iniciativas eram por vezes boicotadas. Caso contrário, não se compreende que, poucos meses antes, a Comissão Inter-Sindical tivesse editado e distribuído o folheto “Como se Organiza e Como Funciona Um Sindicato

ilegal”, com conjunto de diretivas para o movimento sindical ilegal (*O Proletário*, Ano 1, n.º 7, Outubro de 1934, p. 5).

No extrato acima apresentado, o Secretário-Geral do PCP referia-se a uma tentativa do regime fascista de aproveitar essa influência sobre o operariado publicando, em Dezembro de 1934, um manifesto falso, em nome do Comité Executivo da Secção Portuguesa da Internacional Sindical Vermelha, apelando e dando a entender que esta defendia a filiação do operariado, incluindo os ativistas do movimento sindical clandestino, nos Sindicatos Nacionais. Esta manobra foi de imediato denunciada pela Comissão Inter-Sindical, no seu órgão central: “A podridão fascista. Incapaz de arrastar os operários aos sindicatos nacionais, em seu nome, a União Nacional edita um manifesto, com esse fim, em nome da Secção Portuguesa da Internacional Sindical Vermelha!” (*O Proletário*, Ano 1, n.º 9, Dezembro de 1934, p. 2). A Comissão Inter-Sindical interpretava esta ação pelo facto de a organização dos Sindicatos Nacionais estar a constituir “um tremendo fiasco. Os ‘sindicatos nacionais’ já organizados, por mais que o Teotónio se esforce, não passam, na quase totalidade, de pequenas patrulhas da Polícia de Informações e da União Nacional. As massas operárias, na sua esmagadora maioria, fazem um enorme manguito aos seus novos ‘salvadores’. E, pelo contrário, o movimento sindical revolucionário que se orienta pelos princípios da Internacional Sindical Vermelha, desenvolve-se e consolida-se, mesmo nas condições de ilegalidade. A imprensa ilegal nunca teve tão grande desenvolvimento. Dá-se até o caso curioso de organizações que não conseguiam, nas condições de legalidade, publicar regularmente um jornal, o estão fazendo agora na ilegalidade” (*O Proletário*, Ano 1, n.º 9, Dezembro de 1934, p. 2). O Teotónio mencionado era Pedro Teotónio Pereira, Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social (1933-36), que foi um dos construtores da organização corporativa do Estado Novo. Voltando à manobra provocadora do falso “manifesto” este aconselhava que:

“todo o proletariado e em especial os seus militantes mais ativos desde já aceitem sem reservas as organizações das classes segundo os moldes do Decreto-Lei 23.050 (de 23 de Setembro de 1933, Estatuto do Trabalho Nacional) devendo até mesmo, estes, impulsionar a sua organização”, e que “os que estejam em condições de o poder levar a efeito deverão assumir os lugares secundários de comando (secretários, tesoureiros ou vogais das Direções ou Comissões Executivas das Secções Sindicais)”, apelando por fim que “em todas as localidades onde existam núcleos de operários de fábricas, empregados no comércio e trabalhadores da terra, se deve começar por organizar e reorganizar todas as classes e propagandear as vantagens da atual organização e as facilidades dadas pelo Estado Corporativo a todas as classes trabalhadoras, só aproveitáveis para a nossa revolução”.

No período de 1934-35, os sindicatos vermelhos dirigidos pelos comunistas – Sindicato Unitário da Indústria Ferroviária, Sindicato Unitário da Indústria do Transporte

Automóvel, Sindicato Marítimo Unitário, Sindicato Unitário da Indústria de Panificação e Moagem, Sindicato Unitário da Indústria Gráfica, Sindicato Unitário do Pessoal do Arsenal da Marinha Sindicato Unitário da Indústria de Transportes Elétricos, Sindicato Unitário da Indústria Metalúrgica, e o Sindicato Unitário da Indústria do Vestuário – dispunham de uma efetiva influência no operariado, e em Lisboa publicavam, pelo menos, oito jornais ilegais, entre os quais, *O Metalúrgico*, *Órgão Sindical Unitário das Indústrias Metalúrgicas*, *O Eléctrico Vermelho*, *Boletim do secretariado da célula da Carris*, *O Profissional do Volante*, *Unidade*, *O Marítimo*, e *O Eco do Arsenal*. Perante os êxitos alcançados pelos sindicatos clandestinos, e o facto de Bento Gonçalves referir no Relatório que o número de trabalhadores a eles ligados “aumentava sem cessar”, alcançando 25.000 filiados, só se compreende que o PCP tenha abandonado aquela orientação por imposição da Internacional Comunista. No entanto, é conhecido que essa viragem no sentido do PCP vir a trabalhar nos Sindicatos Nacionais, enfrentou incompreensões e resistências, as quais se viram agravadas com a prisão de Bento Gonçalves, em Novembro de 1935, pouco depois de regressar do VII Congresso da IC. A resistência dos membros do PCP ao trabalho nos Sindicatos Nacionais – classificada como “sectária” pelo Comité Central – manifestava-se “das mais variadas maneiras, desde a ‘discordância’ da ‘nova linha’ até ao desinteresse e resistência passiva” (*O Militante*, III Série, n.º 18, Abril de 1943, p. 4). Efetivamente, a nova orientação só veio a concretizar-se após a reorganização dos anos 1940-41. A partir de então, o trabalho do PCP em relação aos Sindicatos Nacionais deveria desenvolver-se de acordo com a seguinte orientação:

- * fazer pressão sobre as direcções dos Sindicatos Nacionais para que defendessem as reivindicações dos trabalhadores;
- * entrar em massa para os Sindicatos Nacionais;
- * eleger direcções de trabalhadores honestos que gozassem a confiança da classe (*Ibid.*).

Esta orientação era acompanhada, sistematicamente, por uma citação da obra de Lênine, *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*, todavia, longa:

“A absurda ‘teoria’ da não participação dos comunistas nos sindicatos reacionários, mostra, com toda a evidência, com que leviandade os comunistas ‘de esquerda’ encaram a questão da influência sobre as ‘massas’, e que abuso fazem da palavra ‘massas’ na sua gritaria. Para saber ajudar as ‘massas’ e conquistar a sua simpatia, a sua adesão e o seu apoio, é preciso não temer as dificuldades, os enredos, as armadilhas, os ultrajes, as perseguições por parte dos ‘chefes’ (os quais, oportunistas e sociais-chauvinistas, estão, na maioria dos casos, ligados – direta ou indiretamente – à burguesia e à polícia) e trabalhar obrigatoriamente onde estão as massas. É preciso saber fazer todos os sacrifícios, ultrapassar os maiores obstáculos, para fazer um

trabalho de propaganda e de agitação metódico, perseverante, tenaz e paciente, precisamente nas instituições, associações e sindicatos – por mais reacionários que sejam –, por toda a parte onde haja massas proletárias ou semi-proletárias. (...) É preciso saber enfrentar tudo isto, estar disposto a todos os sacrifícios e, inclusive, empregar – em caso de necessidade – todos os estratagemas, ardis e processos ilegais, silenciar e ocultar a verdade, com o objetivo de penetrar nos sindicatos, permanecer neles e aí realizar, custe o que custar, um trabalho comunista” (Lénine s/d [1920]: 55-57).

Num dos seus trabalhos mais importantes, mas também dos mais ignorados e esquecidos, “Isolar e aniquilar os sindicatos fascistas: uma tarefa revolucionária dos trabalhadores”, Francisco Martins Rodrigues analisou a experiência histórica de trinta anos de tentativas por parte do PCP para conquistar os Sindicatos Nacionais (Rodrigues 1965: 14-25). Publicado em Dezembro de 1965, e fazendo parte do arsenal teórico que então municiou a versão lusitana da polémica suscitada pelo conflito sino-soviético, Martins Rodrigues esclareceu qual o contexto exato em que Lénine defendeu que os comunistas deviam trabalhar nos sindicatos reacionários, e se em Portugal existia então uma situação equivalente que justificasse a adoção daquela tática.

A primeira questão que se colocava era a de saber se, efetivamente, os Sindicatos Nacionais eram organizações de massas, representativas da classe, e se, conseqüentemente, os trabalhadores os frequentavam. A melhor resposta a esta questão é dada pela própria imprensa do PCP na qual, sistematicamente, se apelava a que os trabalhadores frequentassem os Sindicatos Nacionais: “para que se desenvolva um amplo trabalho de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores têxteis na base do nosso sindicato e de nossas reivindicações imediatas, é necessário que frequentemos regularmente o nosso sindicato fazendo dele ponto de reunião” (*O Têxtil*, nº 2, Fevereiro de 1956). Na realidade, pelo seu instinto de classe, os trabalhadores não confiavam nos Sindicatos Nacionais para a defesa dos seus interesses e, conseqüentemente, não os frequentavam, como o próprio PCP reconhecia ao admitir “o desinteresse e hostilidade de muitos trabalhadores em relação aos sindicatos nacionais” (*O Têxtil*, nº 12, Julho de 1958, p. 2) não se coibindo, inclusivamente, de os censurar: “a vossa ausência à Assembleia recentemente realizada no Sindicato para discussão do Relatório e Contas da Direção, na qual o número de operários presentes não ultrapassou a dúzia, é incompreensível” (*O Têxtil*, nº 43, Julho-Agosto de 1962, p. 2). Como refere José Barreto, “durante várias décadas a direção do PCP apelou à inscrição dos trabalhadores em geral nos sindicatos nacionais. (...) Esta diretiva foi, em geral, mediocrementemente correspondida pelos trabalhadores, cuja grande maioria – inscritos ou não nos sindicatos – se mostravam indiferentes ou céticos em relação à atividade sindical” (Barreto 1994: 293). Deste modo, é fácil concluir que os Sindicatos Nacionais não eram organizações de massas, mas tão só organismos do Estado fascista destinados a exercer a vigilância policial e a repressão sobre os trabalhadores, que

estes não frequentavam e onde não se concentravam, tanto mais que nos mesmos não existia qualquer tipo de vida associativa, registando-se inclusivamente casos em que “a entrada e a frequência nas sedes dos sindicatos nacionais eram mesmo vedadas aos trabalhadores sindicalizados” (*O Militante*, III Série, n.º 179, Abril de 1973, p. 5). Por essa razão é que, com exceção de momentos especiais – como na conjuntura do imediato pós II Guerra Mundial ou, mais tarde, numa ou noutra ocasião –, era praticamente impossível conquistar as direções daqueles Sindicatos, não só por falta de uma indispensável base de apoio, mas também porque esse processo se encontrava sistematicamente eivado de ilegalidades de todo o tipo, das quais o regime não tinha qualquer pejo em se socorrer. Era uma luta inglória, de grande desgaste e frustração para os quadros comunistas, com resultados fraquíssimos ou nulos, com a agravante de se estar a iludir os trabalhadores ao procurar enquadrá-los nas organizações que o regime fascista tinha criado precisamente para controlar e neutralizar a atividade sindical. É, por conseguinte, pertinente a interrogação de Martins Rodrigues: “mas então perguntamos: se não há massas de qualquer espécie, nem atrasadas nem adiantadas, dentro dos Sindicatos Nacionais, o que vêm aqui fazer as sábias citações de Lênine e as sapientíssimas condenações ao ‘sectarismo’ dos militantes que se recusam ir a uma repartição onde se reúnem de vez em quando dois ou três patifes a soldo do ministério e a polícia?” (Rodrigues 1965: 17).

A segunda questão prendia-se com a possibilidade de os Sindicatos Nacionais poderem ser transformados em instrumentos dos trabalhadores, através de direções que integrassem elementos da sua confiança, e também, se era possível exercer pressões sobre as direções fascistas no sentido de as obrigar a aplicar uma orientação de defesa dos interesses daqueles. Esta questão, que se prende com a anterior, era também encarada pelo PCP como algo possível de alcançar, como a sua imprensa referia sistematicamente: “se os Sindicatos Nacionais forem administrados por direções escolhidas pelos trabalhadores, os seus interesses e reivindicações serão apoiados e defendidos junto do patronato e do fascismo, com a firmeza e energia que merecem” (*O Têxtil*, n.º 46, Novembro-Dezembro de 1962, p. 1), ou “se à sua frente estiverem direções honestas, os interesses da classe serão por si defendidos, as nossas reivindicações apoiadas e as aspirações dos têxteis, recebidas com carinho” (*O Têxtil*, n.º 43, Julho-Agosto de 1962, p. 1). Na realidade, até ao período da descompressão sindical ensaiada no consulado marcelista, só em momentos muito especiais foi possível eleger direções sindicais da confiança dos trabalhadores. Foi o que sucedeu no imediato pós II Guerra Mundial, em 1946-48, na qual o PCP aproveitou a conjuntura favorável da época e o recuo tático do regime. “É claro que isto não levava a mudar a natureza dos Sindicatos Nacionais nem fazia deles sindicatos verdadeiros, mas tinha grande importância porque os neutralizava, desarticulando parcialmente a máquina de vigilância fascista e tornando possíveis novos avanços no movimento operário” (Rodrigues 1965: 18). Mas o regime rapidamente se recompôs, passando à contraofensiva, “impondo novas regras e novas limitações, impedindo de concorrer

listas de oposição, não homologando direções eleitas, etc.” (Barreto 1994: 294). E também aprendeu com o ocorrido, pois a partir de então foi esta a realidade que cada vez mais acompanhou as tentativas de conquista dos Sindicatos Nacionais ou nos raros casos em que uma lista da oposição era eleita. As eleições eram suspensas ou adiadas indefinidamente, os sindicatos ficavam nas mãos de comissões administrativas nomeadas pelo Governo, que se prolongavam eterna e ilegalmente à sua frente, ultrapassando o prazo máximo legal em que podiam vigorar, que era de seis meses, os dirigentes eleitos não eram homologados, as direções sindicais demitidas, as eleições eram convocadas sem dar tempo à apresentação de uma lista da oposição, os resultados eleitorais eram manipulados, e a intimidação e repressão constituíam práticas correntes. Existiram casos em que uma comissão administrativa – da Secção de Tortosendo do Sindicato Têxtil – permaneceu ilegalmente no poder durante mais de dezasseis anos (1946-1962).

Quanto à possibilidade de se exercerem pressões sobre as direções fascistas no sentido de as obrigar a aplicar uma orientação de defesa dos trabalhadores, os exemplos são também bastante esclarecedores: “os dirigentes do Sindicato [de Guimarães] (...) sabendo que a classe se encontrava ali, nesse dia [2 de Outubro de 1960], para discutir o premente problema de aumento de salários, resolveram fugir. Porque fugiram eles? Porque não estão ali para defender os interesses dos trabalhadores, mas dos patrões” (*O Têxtil*, nº 28, Novembro de 1960, p. 1) ou “... a atual direção [do Sindicato Têxtil do Porto] está de tal modo desprestigiada, que o seu apoio na classe é nulo, pois revelou um servilismo abjeto frente ao patronato na negociação do CCT, para além de, traíndo a classe, tudo ser tratado sem o conhecimento desta” (*O Têxtil*, nº 55, Fevereiro de 1965, p. 4). Os exemplos podiam-se multiplicar. A maior parte das direções sindicais integravam elementos afetos ao regime, sobre as quais a possibilidade de se exercer qualquer tipo de pressão a favor dos trabalhadores era muito reduzida ou nula. Existiram, inclusivamente, muitos casos em que as mesmas integravam informadores da PIDE, ou indivíduos completamente desclassificados, que não hesitavam em apropriar-se dos bens do sindicato. Ficou célebre um caso ocorrido nos últimos anos do fascismo, no Sindicato Têxtil do Porto, em que se chegou ao cúmulo do ladrão ser absolvido pelo tribunal ao serviço do regime: “o caso Fonseca acaba de ter o seu epílogo com a sua absolvição em tribunal. (...) Não era um ladrão vulgar. Era ao mesmo tempo o bufo, o conhecido lacaio do patronato que no Sindicato denunciava os trabalhadores que aí se dirigiam para protestar contra as arbitrariedades do patrão. (...) Para cúmulo da farsa, o Fonseca não contente com os 200 contos que roubou, reclama agora a sua readmissão no Sindicato e um pagamento de salários e indemnizações no montante de 450 contos!!!” (*O Têxtil*, nº 71, Março de 1974, p. 4).

A experiência de dezenas de anos de tentativas de conquistar os Sindicatos Nacionais ou de pressionar as suas direções para que defendessem os trabalhadores, é concludente. Mas era evidente que o PCP não alteraria a sua tática. Curiosamente, foi de dentro

das suas próprias fileiras, e expressa nas páginas de *O Têxtil*, que a orientação que vinha sendo seguida foi criticada, provavelmente refletindo o grande movimento grevista de 1961-62, num Editorial sugestivamente intitulado “Temos que mudar de tática”: “sempre que nós, mesmo na base das leis fascistas, pretendemos meter homens honestos na direção do Sindicato a que pertencemos, os ministros fascistas não sancionam a direção por nós escolhida, nomeiam comissões administrativas da sua confiança ou mantêm a direção contra a qual a classe votou” (*O Têxtil*, nº 53, Setembro de 1964, p. 1). “Mudar de tática” – era de facto essa a conclusão lógica que seria imperioso retirar das sucessivas e fracassadas tentativas de conquistar os Sindicatos Nacionais.

Esta obstinação do PCP em lutar por uma causa perdida introduz-nos a terceira e última questão suscitada por Martins Rodrigues: “como unir, nas condições do fascismo, a classe e as massas, ‘em um todo homogéneo e indissolúvel’ como exigia Lênine?”. Não era, na realidade, um caso de mera obstinação. A linha sindical do PCP enquadrava-se na orientação geral por ele definida para a luta contra o regime fascista. A adoção de uma linha de criação de um movimento sindical clandestino, que promovesse a ofensiva do operariado e salvaguardasse a sua autonomia, não se enquadrava com a linha do PCP de criação de uma grande frente unitária anti-salazarista, que no campo sindical se traduzia na atuação legal para a conquista dos Sindicatos Nacionais. Na prática, por muito que custe reconhecê-lo, esta orientação não deixava de constituir uma postura de colaboração com o regime, legitimando as estruturas que este tinha criado em 1933 para controlar o movimento sindical.

Importa, contudo, sublinhar que o texto de Martins Rodrigues foi redigido em 1965, e que a partir de então a situação económica e social do país se alterou consideravelmente. Também, com o advento da denominada “primavera” marcelista, se registaram algumas medidas de descompressão no sector sindical, nomeadamente no que dizia respeito à autonomia sindical (Decreto-Lei nº 49 058, de 14 de Junho de 1969), e à contratação (Decreto-Lei nº 49 212, de 28 de Agosto de 1969), permitindo o recurso à conciliação e arbitragem. Deixou então de ser exigida a homologação das direções sindicais eleitas, o que permitiu eleger algumas listas da confiança dos trabalhadores. No entanto, a prometida abertura sindical foi de curta duração. Um ano após a publicação dos diplomas que consubstanciavam a referida abertura, o Governo de Marcelo Caetano iniciou uma ofensiva legislativa de carácter restritivo, visando atingir os sindicatos que tinham conseguido eleger listas de oposição. Mas, na realidade, tinha sido aberta uma “caixa de Pandora” – que o regime não conseguia fechar –, não obstante, como bem observou José Barreto, “o movimento de animação sindical de 1969-70 localizou-se predominantemente em Lisboa e no Porto” (Barreto 1990: 18). Nos restantes centros e regiões industriais do país não se registaram mudanças significativas, continuando a vigorar as mesmas

situações de arbitrariedade e ilegalidade que até então vinham caracterizando a atuação do regime no campo sindical.

As condições tinham-se efetivamente alterado. O que mudara? Não a política do regime que, após a “primavera marcelista” regressara, praticamente, “ao mesmo”, mas essencialmente a disposição para a luta, a mobilização, consequência das mudanças então registadas na sociedade e na economia do país. O que implicava a adoção de uma tática mais flexível, mais ousada, de forma a aproveitar o ambiente favorável e o estado de espírito combativo então existente. A “liberalização” tinha acabado, mas as condições tinham-se alterado, permitindo alguma intervenção sindical. O período de 1968 a 25 Abril 1974 é o único, durante o fascismo, em que há um movimento de massas contínuo e duradouro, registando-se uma situação de fluxo, que englobava quase todos os grupos sociais.

Deste modo, no período 1968-1974, mesmo após o fim da “primavera”, as condições para a conquista dos sindicatos tinham-se modificado. É certo que existiram ainda inúmeros exemplos de situações de fraude, idênticas às que ocorreram anteriormente. Mas a situação social do país tinha-se alterado irreversivelmente, com novas gerações dispostas a lutar pelos seus direitos e beneficiando de um ambiente geral mais favorável. A atitude mais adequada para explorar esta situação no interesse dos trabalhadores teria sido a adoção de uma tática que conjugasse o trabalho legal – principalmente em Lisboa e no Porto, e nos sindicatos onde existissem condições para tal –, com o trabalho de organização sindical clandestina nas restantes regiões do país, onde ainda vigorava, e continuaria a vigorar, a arbitrariedade imposta pelo regime. O sucedido com a Secção de V. N. Famalicão do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria Têxtil do Distrito de Braga, com sede em Delães, por nós desenvolvido em outra parte (Cordeiro 2011) e que seguidamente descreveremos, de forma resumida, é um bom exemplo desta realidade.

Pela primeira vez desde a sua existência, as eleições para o Sindicato Têxtil de Delães, que se realizariam no início de 1971, foram preparadas com extremo cuidado, organizando-se uma Lista B, de oposição, para as disputar. Com mais de um ano de antecedência, em 2 de Fevereiro de 1970, os elementos da Lista solicitaram ao Presidente da Câmara de Famalicão certidões de eleitor comprovativas da inscrição no recenseamento dos eleitores da Assembleia Nacional, uma exigência para poderem candidatar-se nas eleições para o Sindicato. Quanto foi aberto o período eleitoral e a Lista B foi apresentada, esta causou, de imediato, um grande sobressalto nos apoiantes do regime: “a chamada Lista B está fortemente apoiada por elementos políticos claramente opostos à política social do Governo, que tem desenvolvido uma campanha intensíssima junto dos trabalhadores, pois, desde o mês de Setembro [de 1970], os operários movimentaram-se em toda a sua região e iniciada a campanha surgem panfletos e postais apelando ao voto” (AMITBA: “Correspondência).

Refeito do susto inicial, o regime resolveu o problema recorrendo aos métodos habituais. A Comissão de Verificação entendeu aceitar a sufrágio apenas a Lista A, afeta ao regime, alegando que os elementos da Lista B não possuíam como habilitação literária mínima a aprovação no exame da 4ª classe, o que contrariava “o disposto no artº 23º do Decreto-Lei nº 40 964, de 31/12/1956”. Só que a lei invocada para a invalidação da Lista B já não era aplicável, pois tinha sido revogada pelo Decreto-Lei nº 49.058, de 14/06/1969, o primeiro da “abertura” marcelista. Só as incapacidades que privavam da qualidade de cidadão eleitor inibiam de ilegitimidade. Os candidatos da Lista B apresentaram, de imediato, no Tribunal de Trabalho, uma ação de impugnação do ato eleitoral, que se iria realizar em 28 de Fevereiro de 1971. Esperavam que o Tribunal decretasse a suspensão dessa Assembleia Geral, não se realizando assim as eleições, e reconhecesse a legalidade da sua Lista B. Prevendo que o Tribunal não se pronunciasse em tempo oportuno, ordenando a suspensão do ato eleitoral, os elementos da Lista B apelaram à abstenção. No entanto, o ato eleitoral veio a ser, efectivamente, suspenso pelo Tribunal. Mas só em 4 de Maio de 1971 foi julgada a ação de impugnação, dando razão à Lista B. Inconformado com a derrota, o delegado de Braga do INTP solicitou ao Secretário de Estado do Trabalho e Previdência que submetesse a apreciação do processo ao Supremo Tribunal Administrativo. Passados largos meses, o Supremo encontrou um pretexto formal para anular a sentença que favorecia a Lista B. E tudo ficou na mesma, permanecendo o Sindicato, ilegalmente, nas mãos dos serventuários do regime.

CONCLUSÃO

Este caso – ao qual se poderiam somar muitos outros – indica-nos que, efetivamente, nos anos finais do regime fascista, a tática sindical poderia ter sido mais flexível, aproveitando as possibilidades legais quando fosse possível e desenvolvendo uma ação de organização clandestina onde tal se justificasse. No entanto, o PCP manteve a tática exclusiva de penetração nos Sindicatos Nacionais, apesar de reconhecer, já nas vésperas do 25 de Abril, que “as direções [dos Sindicatos] são na sua grande maioria constituídas por indivíduos que não foram eleitos pelos trabalhadores, muitas delas completamente vendidas ao patronato e que, de costas voltadas para a classe, se prestam a negociar e a assinar acordos de trabalho que são autênticas trapaças” (*Avante!*, VI Série, nº 451, Março de 1973, p. 4).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

AA. VV. (1976). *Os Comunistas* – Bento Gonçalves. Porto: A Opinião, p. 116: Relatório apresentado ao VII Congresso da Internacional Comunista (1935).

Alves, Ana Maria (1971). *Portugal e a Comuna de Paris*. Lisboa: Editorial Estampa.

Costa Júnior (1964). *História Breve do Movimento Operário Português*. Lisboa: Verbo.

AMITBA (Arquivo do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave): “Correspondência entre o Ministério das Corporações e Previdência Social e o Secretário de Estado do Trabalho e Previdência”.

Análise Social, Lisboa, Volume XVII (3.º-4.-5.º), 1981 (n.º 67-68-69). Número temático sobre “O Movimento Operário em Portugal”.

Avante!, II Série, n.º 6, Abril 1935, pp. 2 e 5: “Sobre a preparação do VII Congresso da Internacional Comunista”, Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português (S.P.I.C.).

Avante!, VI Série, n.º 261, 1ª Quinzena de Agosto de 1958.

Avante!, VI Série, n.º 417, Junho de 1970

Avante!, VI Série, n.º 451, Março de 1973, p. 4: “Luta sindical. Frente às medidas repressivas, Reforçar a acção de massas.

Barreto, José (1990). Os primórdios da Intersindical sob Marcelo Caetano. *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXV (105-106): 57-117.

Barreto, José (1994). Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar. *Análise Social*. Lisboa, Vol. XXIX (125-126): 287-317.

Boletim de Estudos Operários (1982-1987).

Cordeiro, José Manuel Lopes (1984). Writing History in Portugal today, *History Workshop Journal*, Oxford, 18: 211-212.

Cordeiro, José Manuel Lopes (2011). As eleições sindicais nos últimos anos do fascismo (1969-1974): o caso dos têxteis. Comunicação ao colóquio Norte Industrial – Áreas industriais e comunidades operárias no Norte de Portugal, realizado na Faculdade de Letras do Porto, em 16-17 de Novembro de 2011.

Cunhal, Álvaro (1985). *O Partido com Paredes de Vidro*. Lisboa: Edições Avante!.

Firmino, Frutuoso (1971). *Da Casa Sindical ao Forte de Sacavém: notas de um sindicalista preso no último movimento operário*. Porto: Afrontamento.

Fonseca, Carlos da (1973). *Introduction a l’Histoire du Mouvement Libertaire au Portugal*. Lausanne: Centre International de Recherches sur l’Anarchisme.

Fonseca, Carlos da (1973). *A Origem da 1ª Internacional em Lisboa: o centenário da Federação Portuguesa*. Lisboa: Estampa.

GESPCP (Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português).

O Grito do Povo, n.º 7, Out.-Nov. 1972, pp. 8-9.

Lénine, V. I. (s/d [1920]). *O “Esquerdismo”, Doença Infantil do Comunismo*. Lisboa: Edições Maria da Fonte.

Lima, Campos (1972). *O Movimento Operário em Portugal*. Porto: Afrontamento.

O Militante, III Série, n.º 18, Abril de 1943, p. 4: “As tarefas dos comunistas nos Sindicatos Nacionais”.

O Militante, III Série, n.º 179, Abril de 1973, p. 5: “Sindicatos Nacionais, Comissões de Unidade e Comissões Internas de Empresa”.

Nogueira, César (1961). *Notas para a História do Socialismo em Portugal*. Lisboa: Portugália.

Oliveira, César (Org.) (1971). *A Comuna de Paris e os Socialistas Portugueses*. Porto: Brasília Editora,

- Oliveira, César (Org.) (1971). *O Congresso Sindicalista de 1911*. Porto: Afrontamento.
- Oliveira, César (Org.) (1972). *O Operariado e a República Democrática (1910-1914)*. Porto: Afrontamento.
- Oliveira, César (1973). *O Socialismo em Portugal: 1850-1900: contribuição para o estudo da filosofia do socialismo em Portugal na segunda metade do século XIX*. Porto: Afrontamento.
- Oliveira, César (1973). Imprensa operária no Portugal Oitocentista: de 1825 a 1905. *Análise Social*, Lisboa, Vol. X (39): 552-577.
- Oliveira, César (1973). Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português perante a guerra de 1914-1918. *Análise Social*, Lisboa, Vol. X (40): 679-702.
- Oliveira, César (1973). A Revolução Russa na imprensa portuguesa da época. *Análise Social*, Lisboa, Vol. X (40): 790-811.
- Oliveira, César (Org.) (1973). *A Criação da União Operária Nacional*. Porto: Afrontamento.
- Pereira, José Pacheco (1971). *As Lutas Operárias contra a Carestia de Vida em Portugal: a greve de Novembro de 1918*. [Porto]: Portucalense Editora.
- Pereira, José Pacheco (1971). *Questões sobre o Movimento Operário Português e a Revolução Russa de 1917*. V. N. Famalicão: Livraria Júlio Brandão.
- Pereira, José Pacheco (1999). *Álvaro Cunhal: uma biografia política*. Lisboa: Temas e Debates, 1º Volume: *Daniel, o jovem revolucionário: (1913-1941)*.
- O Proletário*, órgão da Comissão Inter-Sindical, 1934.
- Quintela, João Granjo Pires (1973). *Le Rapport Dialectique Avant-Garde/Masses dans la Constitution de la Gauche Ouvrière au Portugal de 1910 à 1920: De la conscience de classe à la Conscience politique*. Mémoire de maîtrise en Sociologie.
- Rodrigues, Francisco Martins (1965). Isolar e aniquilar os sindicatos fascistas: uma tarefa revolucionária dos trabalhadores. *Revolução Popular*, 6: 14-25.
- Rodrigues, Francisco Martins (2009). Duas correntes no PCP. Suplemento de *Política Operária*, Lisboa, 121: 2S-3S.
- Silva, José (1971). *Memórias de um Operário*. V. N. Famalicão: Livraria Júlio Brandão.
- Sousa, Manuel Joaquim de (1972). *O Sindicalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- O Têxtil*, nº 2, Fevereiro de 1956, p. 4: “Os sindicatos são nossos”.
- O Têxtil*, nº 12, Julho de 1958, p. 2: “Utilizemos os sindicatos na defesa dos nossos”.
- O Têxtil*, nº 26, Agosto de 1960, p. 1 e 2.
- O Têxtil*, nº 28, Novembro de 1960, p. 1: Concentração de 500 operários no sindicato de Guimarães”.
- O Têxtil*, nº 29, Dezembro de 1960, p. 1.
- O Têxtil*, nº 43, Julho-Agosto de 1962, p. 1: “Ponhamos à frente dos sindicatos direcções honestas”.
- “*O Têxtil*, nº 43, Julho-Agosto de 1962, p. 2: Atenção têxteis da Covilhã”.
- O Têxtil*, nº 46, Novembro-Dezembro de 1962, p. 1: “Aproximam-se as eleições sindicais. Todos os trabalhadores e trabalhadoras têxteis devem participar nas eleições do seu sindicato”.
- O Têxtil*, nº 53, Setembro de 1964, p. 1: “Temos que mudar de tática”.

O Têxtil, nº 55, Fevereiro de 1965, p. 4: “As próximas eleições sindicais”.

O Têxtil, nº 71, Março de 1974, p. 4: “O Roubo de 200 contos no Sindicato Têxtil do Porto”.

Valente, Vasco Pulido (1972). *A República e as classes trabalhadoras (Outubro de 1910 – Agosto de 1911)*. *Análise Social*, Lisboa, Vol. IX (34): 293-316.

Vieira, Alexandre (1950). *Em Volta da Minha Profissão: subsídios para a história do movimento operário no Portugal Continental*. Lisboa: A. Vieira.

Vieira, Alexandre (1959). *Figuras Gradadas do Movimento Social Português*. Lisboa: A. Vieira.

Vieira, Alexandre (1970). *Para a História do Sindicalismo em Portugal*. Lisboa: Seara Nova.

SÍTIOS E SERVIDORES

URL: mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_content&view=article&id=28&Itemid=43.

URL: cdi.upp.pt.

Ubimuseum

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior

A Militância no Feminino nos Primórdios do Sindicalismo em Portugal

Paulo Marques Alves

paulomarquesalves@sapo.pt

ISCTE – INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA, DINÂMIA'CET-IUL, LISBOA, PORTUGAL

Olinda Gama

marcodecorreio@gmail.com

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal

ABSTRACT

Given the androcentric nature with which it was born, union movement became associated with a cultural pattern and a male-dominated character that still exists on a large scale. In spite of the mixed associations created in the beginning, discrimination events against women led them to form their own unions, which were maintained active in the United Kingdom even after the 1st World War. Exclusively feminine organizations were likewise created in France, both in CGT, albeit of short duration, and in CFTC, where these lasted until the Nazi occupation. Other experiences remained active until very recently, as is the case of the Danish KAD, founded in 1901. “*Women militancy*”, traditionally much less intense, as a result of social, economic and cultural obstacles was shrouded in silence for a very long time, and it was necessary to wait for the last thirty years in order to perceive the substantial increase in scientific research that is being developed in this domain. This silence also occurs in Portugal. Women are completely absent from the works that analyse trade union and the trade union activists at the dawn of the 20th century. This paper, based on documental analysis, comprises a first step into bringing out of the shadows the union militancy of Portuguese women throughout that historical period.

KEY-WORDS

Union movement, feminine organizations, women militancy, Portuguese women.

RESUMO

O sindicalismo nasceu andro-centrado, o que permitiu enraizar no movimento sindical uma cultura e uma dominação masculinas que ainda hoje subsistem em grande medida. Se bem que nos seus primórdios tivessem sido criadas algumas organizações mistas, atos de discriminação contra as mulheres acabaram por levá-las a formar sindicatos próprios, que permaneceram ativos até depois da I Guerra Mundial no Reino Unido. Organizações exclusivamente femininas foram igualmente constituídas em França, quer na CGT, ainda que de curta duração, quer na CFTC, tendo estas perdurado até à ocupação nazi. Outras experiências mantiveram-se até muito recentemente, como sucedeu com o KAD dinamarquês, fundado em 1901. A “*militância no feminino*”, tradicionalmente menos intensa, ao ser travada por fatores de ordem social, económica e cultural, foi durante muito tempo envolta no silêncio, tendo sido necessário esperar pelos últimos trinta anos para se verificar um considerável incremento na investigação científica neste domínio. O mesmo silêncio regista-se igualmente em Portugal. As mulheres encontram-se completamente ausentes das obras que analisam o movimento sindical e os militantes no dealbar do século XX. Esta comunicação, baseada em análise documental, é um primeiro contributo para tirar da sombra a militância sindical das mulheres portuguesas durante esse período histórico.

PALAVRAS-CHAVE

Sindicalismo, organizações femininas, militância no feminino, mulheres portuguesas.

INTRODUÇÃO

Em 1929, Virginia Woolf, num conhecido ensaio, enfatizava a necessidade de se reescrever a História para que às mulheres fosse dado o destaque a que tinham direito. Praticamente seis décadas após esta proclamação, Scott (1983) referia que o apelo de Woolf havia sido satisfeito, sublinhando que, sobretudo a partir da década de 70, as prateleiras das livrarias e das bibliotecas tinham passado a estar relativamente bem guarnecidas com obras realçando o papel da mulher no processo histórico.

A “*militância no feminino*” foi também ela silenciada durante muito tempo, tendo sido necessário esperar pelos últimos trinta anos para que as ciências sociais comesçassem a interessar-se por este objecto, tendo-se assistido a partir daí a um considerável incremento na investigação, abrangendo um conjunto diversificado de temáticas. Este silêncio tem sido ainda mais profundo em Portugal, com as mulheres militantes sindicais a encontrarem-se praticamente ausentes das obras dedicadas ou ao movimento sindical e seus militantes ou às mulheres, sejam elas produzidas

pela academia ou por militantes. Esta é uma constatação verdadeira quer focalizemos o nosso olhar no dealbar do século XX quer o façamos na actualidade e acontece num quadro mais vasto de um grande défice de estudos sobre o movimento sindical português. Para o período temporal que nos ocupa, duas obras são paradigmáticas do que acabamos de referir. A primeira, de Alexandre Vieira, traça o perfil de 29 “*Figuras gradas do movimento social português*” (Vieira, 1959), todos homens. A segunda, mais recente, destina-se a biografar doze “*operárias e burguesas*”, mais estas do que aquelas (Samara, 2007). Nenhuma das biografadas fora militante sindical. É certo que em Portugal, como por toda a parte, o sindicalismo nasceu andro-centrado e que as estratégias sindicais visando a exclusão ou a segregação das mulheres no mercado de trabalho e nos sindicatos foram uma realidade. Mas será que as mulheres se mantiveram à margem do movimento sindical português na viragem da centúria?

Esta comunicação é um contributo para tirar da sombra a participação das mulheres no movimento sindical no lapso temporal que transcorre entre 1891, ano da publicação da lei que legalizou as associações de classe, e 1933, ano da publicação do Estatuto do Trabalho Nacional. Baseia-se numa análise documental que incidiu sobre os processos relativos a 778 associações de classe, o que corresponde a 69,3% do total de associações que recenseámos para este período.

SINDICATOS E MULHERES: UMA RELAÇÃO PROBLEMÁTICA

A relação das mulheres com os sindicatos tem-se revelado bastante problemática desde os primórdios do movimento operário. No Reino Unido, no início da industrialização e da organização dos trabalhadores com as *Friendly Societies*, chegaram a ser constituídas associações mistas, de que a mais conhecida é a *Worsted Small-ware Weaver’s Association*, fundada em 1747 (Pasture, 1997: 221). Contudo, rapidamente emergiu no seio do movimento sindical uma atitude sexista relativa ao papel da mulher na sociedade e, em particular, à sua inserção no mercado de trabalho e nos sindicatos, a qual, segundo Pasture, derivou de uma contaminação do movimento operário pela cultura burguesa e sua representação da sociedade e dos papéis que nela deveriam ser desempenhados por homens e mulheres: a estas a esfera privada cuidando da família e da educação dos filhos; àqueles a esfera pública, garantindo o sustento da família

Esta atitude em breve se tornou dominante, ao ser transversal a correntes sindicais tão díspares quanto as influenciadas por Proudhon, pelo catolicismo ou pelo reformismo, acabando por orientar durante muito tempo as estratégias sindicais face às mulheres. A ela só escapou a corrente de filiação marxista que, com base nos princípios da igualdade e da emancipação, sempre defendeu o direito das mulheres ao trabalho assalariado, ao mesmo tempo que sustentava que elas não constituíam um grupo homogéneo, existindo no seu seio interesses diferenciados, podendo inclusivamente

as diferenças que entre elas se manifestavam serem mais relevantes do que as que derivavam do género. A fractura não ocorre entre homens e mulheres, mas sim entre proletários e capitalistas, entre oprimidos e opressores.

Com base nesta atitude sexista dominante construiu-se toda uma estratégia sindical que visou excluir ou segregar as mulheres no mercado de trabalho. Quanto muito aceitava-se o trabalho feminino como transitório ou então tentava-se confiná-lo a determinados ramos de actividade de salários mais baixos. Isto sucedeu desde logo com o movimento sindical britânico que, ao negar a filiação sindical das mulheres no quadro da utilização da prática do *closed shop*, conseguiu vedar o seu acesso a muitos segmentos do mercado de trabalho.

Para além da exclusão, outras práticas discriminatórias fizeram o seu curso, como o impedir as mulheres de usar da palavra nas reuniões de trabalhadores, o coarctar-lhes a possibilidade de ascenderem a cargos de decisão nos sindicatos a que conseguiam aceder, etc.. A discriminação passou também por uma actuação que acabava por reforçar as desigualdades salariais em vez de as eliminar. Esta atitude sexista recorreu fundamentalmente a dois argumentos. Um, eivado de paternalismo, sublinhava que o não acesso das mulheres ao mercado de trabalho as libertava das condições desumanas do trabalho industrial. Outro, o mais relevante, enfatizava que as mulheres deviam ser excluídas do mercado de trabalho porque, por natureza, eram incapazes de adquirir as qualificações necessárias, trabalhavam de forma mais imperfeita do que os homens e concorriam com estes, assim provocando o abaixamento dos salários.

Em resultado das atitudes de rejeição e de discriminação, as mulheres começaram a criar sindicatos próprios. É o que Briskin (1998) designa por “*separatismo*”. Significa uma recusa em trabalhar com os homens e a consequente constituição de organizações alternativas. A primeira a surgir terá sido a Sisterhood of Leicestershire Wool Spinners, fundada em 1780. Ainda no Reino Unido, as mais importantes organizações compostas só por mulheres foram a Women’s Protective and Provident League, criada em 1874 e que a partir de 1888 se passou a designar por Woman’s Trade Union League, e a National Federation of Women Workers, uma organização singular que não foi um sindicato no sentido estrito do termo, pois procurava promover simultaneamente a causa do sindicalismo feminino e a causa feminista, pelo que agrupava mulheres trabalhadoras e feministas, num cruzamento historicamente raro. Muitos dos sindicatos femininos do Reino Unido permaneceram activos até à Iª Guerra Mundial ou mesmo até depois do conflito.

O mesmo sucedeu na Europa continental. Em França foram constituídos sindicatos exclusivamente femininos quer na CGT sindicalista-revolucionária, ainda que de curta duração, quer na católica CFTC, tendo estes permanecido até à ocupação nazi. Na Bélgica, Holanda ou Alemanha, os sindicatos femininos foram sendo gradualmente transformados em associações de carácter cultural que passaram a funcionar no

seio de sindicatos mistos. Estruturas sindicais específicas para o trabalho sindical com as mulheres só começaram a surgir após a IIª Guerra Mundial.

No entanto, houve um sindicato exclusivamente feminino que perdurou até muito recentemente, o KAD dinamarquês, fundado em 1901 a partir da fusão de vários sindicatos femininos que tinham sido criados devido à recusa do direito à filiação sindical das mulheres por parte do SID, um sindicato geral que organizava trabalhadores não qualificados, constituído em 1897. Por uma ironia da história, ambos os sindicatos acabaram por se fundir em 2004.

A opção pela formação de sindicatos únicos com um carácter misto foi o resultado de uma evolução gradual da atitude sexista para uma outra obedecendo a uma “*lógica de organização*” (Pasture, 1997: 220). Embora não abdicando da consideração de que o lar seria o local ideal para a mulher e apesar da continuação das desconfianças, hesitações e resistências em relação a estas, uma vez perante a sua crescente inserção no mercado de trabalho, muito graças à estratégia patronal de assim conseguir um abaixamento dos salários, não restou aos diversos movimentos sindicais, nomeadamente os maioritários de inspiração reformista, outra alternativa que não fosse a adopção de uma atitude pragmática a partir do início do século XX. Esta nova atitude passou, por um lado, por tentar garantir condições de trabalho, em particular em termos salariais, iguais para homens e mulheres e, por outro, por não as ostracizar dado terem-se tornado num contingente importante que não devia ser negligenciado em termos de recrutamento.

A MILITÂNCIA SINDICAL NO FEMININO NOS PRIMÓRDIOS DO SINDICALISMO PORTUGUÊS

Na viragem de oitocentos e nas duas primeiras décadas de novecentos, algumas centenas de milhares de mulheres integravam a população activa portuguesa (Quadro 1). Todavia, os dados devem ser analisados com uma dupla precaução. Em termos sincrónicos, devido às deficiências do aparelho estatístico em cada um dos momentos censitários. Em termos diacrónicos, porque a comparação é impossível dadas as profundas alterações ocorridas na definição do conceito de população activa de censo para censo.

Quadro 1

Evolução da população activa em Portugal (N.º), entre 1890 e 1930. Fonte: Recenseamentos Gerais da População (1890-1930)

Recenseamento	População activa feminina
1890	933 453
1900	689 851
1911	672 282
1920	Não apurada
1930	1 908 086

A atitude sexista dominante no sindicalismo europeu fez igualmente o seu curso em Portugal. O movimento sindical português reagirá também muito negativamente à inserção da mulher no mercado de trabalho. Disso é exemplo um artigo de *O Corticeiro*. A propósito da introdução de máquinas e do aumento do número de mulheres nesta indústria recorre-se ao grande argumento anteriormente referido, afirmando-se:

“(...) Infelizmente essas máquinas estão entregues a mulheres, e para nosso mal parece que a entrada das mulheres nas fábricas em vez de diminuir tem assustadoras tendências a alastrar-se e não só para as máquinas como também para outros serviços, o que nos tem prejudicado e continuará prejudicando gravemente. (...) Muito embora o rendimento de trabalho da mulher na fábrica seja muito inferior ao do homem, e muito menos consciencioso, vêm os senhores industriais, nas mulheres, a forma de poderem conseguir mais lucros pelo barateamento da mão-de-obra, e o que acontece? Acontece que o trabalho escasseia para os homens. (...) Que devemos então fazer? Evitar a entrada das mulheres nas fábricas.” (*O Corticeiro*, de 3 de Outubro de 1929, *apud* Seixas, s.d.: 35-36).

De estratégias visando a segregação das mulheres dá-nos conta Patriarca (1990) para um período posterior ao que aqui nos ocupa, quando evidencia práticas sindicais que levavam “*a restringir o acesso das mulheres, impedindo-as de exercer a profissão ou arredando-as de certos trabalhos e funções*” (Patriarca, 1990: 607). E em relação ao movimento sindical? Terão as mulheres dele sido excluídas, quer enquanto sócias quer como militantes, permanecendo à sua margem?

Analisando a composição do pessoal dirigente, primeiro da CECS – Comissão Executiva do Congresso Sindicalista (1909-1914), depois da UON – União Operária Nacional (1914-1919) e, por fim, da CGT – Confederação Geral do Trabalho, somos levados a pensar que as mulheres terão ficado completamente à margem do movimento sindical português durante este período. Os cerca de 50 dirigentes da cúpula sindical entre 1919 e 1925 eram todos homens. À mesma conclusão chegamos se lermos as obras que anteriormente referimos de Vieira (1959) e de Samara (2007) ou se analisarmos a relação de sócios de alguns sindicatos com maior ou menor dimensão, onde não se descortina uma última mulher. Disso são exemplo a AC dos Operários Confeiteiros, Pasteleiros e Artes Correlativas em Lisboa (96 sócios em 1909); a AC União dos Empregados no Comércio de Lisboa (165 sócios em data não estipulada); a AC dos Empregados de Bancos e Câmbios de Lisboa (262 sócios em 1917) ou a AC dos Empregados dos Cafés, Restaurantes e Hotéis do Porto (mais de 700 sócios em 1933). Outros exemplos poderiam ser citados.

E se lermos os estatutos de algumas AC, vemos que eles vedavam expressamente a filiação às mulheres. Um exemplo da consagração estatutária desse fechamento

transparece dos estatutos da AC dos Empregados no Comércio e Indústria em Caldas da Rainha, datados de 1899 e publicados em 1901:

Art.º 1.º - É fundada em Caldas da Rainha uma associação de empregados no Comércio e Indústria, denominada "Associação dos Empregados no Comércio e Indústria em Caldas da Rainha", e compor-se-ha de indetermi-^{na}do numero de individuos do sexo masculino, de idade superior a 15 annos, pertencentes exclusivamente ás classes de empregados no Comércio e Indústria, seja qual for a sua categoria, con-^{ta}nto que satisfaçam ás condições do Artigo 3.º.

No entanto, se analisarmos a relação de sócios de outras AC, começamos a verificar que as mulheres se integraram de facto no movimento sindical, desde logo de forma passiva, como simples sócias, podendo o seu número assumir um carácter marginal ou constituir-se como uma imensa minoria no seio de uma dada associação. É possível

detectar uma presença feminina completamente marginal em organizações como a AC dos Trabalhadores Rurais do Campo Grande (3,7% dos 190 sócios em 1916); a AC dos Empregados no Regimen dos Tabacos (1,8% entre 122 sócios em 1920); a AC dos Empregados no Comércio de Faro (2,2% entre 93 sócios em 1931) ou a Associação Portuense dos Empregados de Escritório (0,6% dos 697 sócios em 1920), entre outras.

Noutras associações, as mulheres possuíam um peso superior, mas continuavam minoritárias. É o caso da AC União dos Operários Tecelões Mecânicos de Ambos os Sexos do Porto (29,6% dos 196 sócios em 1907); da AC dos Operários Encadernadores e Anexos de Lisboa (16,5% dos 133 sócios em 1915) ou da AC do Pessoal Assalariado do Depósito Central de Fardamento (10,3% dos 78 sócios em data indeterminada). Também o facto de algumas AC terem na respectiva designação “de ambos os sexos” evidencia a abertura dos sindicatos às mulheres, embora isso não signifique necessariamente que essas organizações alguma vez tivessem contado com mulheres como associadas. Por vezes, os estatutos também continham disposições que faziam depender a admissão das mulheres casadas de uma autorização do marido. Era o que sucedia com os estatutos da AC da Imprensa Portuguesa de 1898:

Artigo 6.º - É condição indispensável para ser admitido como socio, ser de maior idade, e sendo as senhoras casadas apresentar autorização escripta de seus maridos.

E não terão as mulheres participado no movimento de forma mais activa?

Uma ponta do véu é levantada no dicionário de militantes e grupos libertários e sindicais agora disponível na Internet (Freire, 2012). De entre 2 929 militantes recenseados, o autor refere 61 mulheres, o que corresponde a 2,1% do total. Todavia, é de referir que dezoito dessas mulheres são apresentadas como “*simpatizantes libertárias*”, o que significa que não terão acedido à condição militante; uma, Mariana do Carmo Torres, era operária conserveira e foi assassinada pela GNR aquando da greve dos trabalhadores das conservas de Setúbal em 1911 juntamente com António Mendes, desconhecendo-se se seria ou não militante; duas outras são apresentadas como tendo sido presas na sequência de uma “*tentativa de greve de criados*”, desconhecendo-se igualmente se teriam militado sindicalmente. Todas as restantes 40 militaram ou em organizações anarquistas, incluindo as Juventudes Libertárias (dezasseis), nas Juventudes Sindicalistas (treze) ou em sindicatos (onze). São fundamentalmente referidas duas organizações, a AC das Costureiras e Ajuntadeiras de Calçado de Lisboa e a AC das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixe de Setúbal. E um nome sobressai, o da socialista Margarida Marques, que exerceu cargos de direcção na AC das Costureiras e Ajuntadeiras de Calçado de Lisboa

e foi nomeada para um grupo com o objectivo de rever a legislação operária relativa ao trabalho das mulheres e dos menores no Congresso Nacional Operário do Sul de 1909,

Por seu lado, Seixas (s.d.) aduz alguns elementos relevantes, evidenciando nomeadamente acções de protesto protagonizadas por mulheres, como sejam a manifestação das trabalhadoras têxteis em 1911 ou as greves com motivações diversas que iam desde a luta contra o assédio (corticeira Robinson, em Portalegre em 1911) e os despedimentos e o assédio (Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense em Agosto de 1913) até às greves que visavam aumentos salariais (tecelões do Porto em 1903 ou conservas de Setúbal em 1911) ou aumentos de salários e diminuição do horário de trabalho (operárias chacineiras no Montijo em 1911). Como esta autora revela, o protesto das mulheres também incidiu sobre quem as representava nos locais de trabalho. É o que acontece na carta que uma operária têxtil exigiu que fosse publicada em *O Sindicalista*, onde se condena o facto do representante sindical na sua empresa não ter agido quando o patrão substituiu uma mulher por um homem num tear. Diz a operária que ele “não teve uma única palavra de reprovação contra tal irregularidade, [e] só porque eu chamara a sua atenção para uma injustiça, insultou-me com palavras injuriosas, chegando a chamar-me prostituta.” E depois de referir os “gestos indecorosos” que esse militante fazia habitualmente às suas colegas, esta operária apelava para que o sindicato “o repreendesse” e caso isso não sucedesse, ameaçava que “pode suceder que um grande número de sócios abandonem a Associação, visto que nesse propósito se encontram caso ele continue na mesma atitude.” (E.L., in *O Sindicalista* de 20 de Agosto de 1911, *apud* Seixas, s.d.: 29-30).

Outro exemplo de atritos aparentemente com base no género, mas que certamente terão outras motivações, ocorreu aquando de uma conferência dada por Adelaide Costa dedicado a consciencializar as operárias têxteis para a sindicalização, a qual foi interrompida “em alta gritaria (...) por um grupo de desorientados que se dizem anarquistas, capitaneados por Bartolomeu Constantino (...) [com o objectivo de tentarem] desorganizar uma associação que eles não vêem de bom grado” (*O Socialista* de 30 de Janeiro de 1913, *apud* Seixas, s.d.: 28).

Seixas contribui igualmente para retirar do esquecimento um conjunto de 21 nomes de mulheres que assumiram uma participação activa como militantes sindicais durante este período. Onze eram operárias têxteis que ou integraram a comissão promotora de um dos congressos dos sindicatos deste ramo de actividade, ou participaram numa Comissão de Reclamação constituída em Lisboa, ou então militaram na Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, em Alcântara. As restantes eram parteiras (cinco), operárias corticeiras (quatro), com participação activa durante a greve de 1910, a que acresce uma operária tabaqueira e outra ajuntadeira, tendo esta última secretariado uma sessão do Congresso Nacional Operário do Sul, em 1909.

Terá a militância feminina sido assim tão marginal, quase inexistente? Para além das associações das ajuntadeiras de Lisboa, das operárias conserveiras de Setúbal e

das parteiras, não se terá verificado uma maior “*intromissão feminina*” para utilizar uma expressão de Pasture (1997) neste mundo essencialmente masculino?

A análise documental a que procedemos incidiu não só sobre os estatutos das AC, mas também sobre a composição das respectivas comissões promotoras. Em 741 dos 778 casos analisados (95,2%), as comissões foram constituídas exclusivamente por homens. Deste modo, as mulheres participaram na fundação de apenas 37 AC, o que corresponde a 4,8% do total, tendo sido únicas promotoras em dezanove casos: sete, na indústria têxtil e calçado; seis, na indústria alimentar; duas, na saúde e nos serviços colectivos e pessoais; e uma, no comércio e escritórios e na hotelaria. Foram ainda maioritárias noutros dois (uma AC, na educação – 95,2% – e outra, na indústria têxtil e do calçado – 57,1%) e tiveram uma forte presença entre os fundadores de uma outra AC na educação (44,6%).

Apresentando uma taxa de feminização das comissões promotoras entre os 16 e os 30%, encontramos mais seis AC: duas, no têxtil e calçado; e uma, na indústria da madeira e cortiça, construção civil, comércio e escritórios e actividades recreativas. Com uma presença mais reduzida, inferior a 5%, encontramos três AC na saúde, uma na educação e outra na hotelaria. Apenas quatro ramos da actividade económica concentram 68,6% das AC em cuja fundação se registou participação feminina: indústrias têxtil e alimentar, saúde e educação. Especialmente, verifica-se igualmente uma elevada concentração, cabendo a Lisboa 56,8% (21 AC). Seguem-se o Porto (sete), Setúbal (três), Faro (duas) e Braga, Castelo Branco (mais concretamente a Covilhã, onde uma AC na indústria têxtil foi fundada exclusivamente por mulheres), Coimbra e Madeira (uma em cada um dos distritos).

No total, recenseámos um conjunto de 564 mulheres integrantes de comissões promotoras. Uma vez que não estão disponíveis para análise os processos referentes a mais de 300 organizações, estimamos que este número possa ascender às seis centenas ou ultrapassar mesmo este limiar. Algumas das associações criadas pretendiam representar trabalhadoras de profissões marcadamente femininas (parteiras, lavadeiras ou empregadas de engomadoria), mas outras foram constituídas porque em Portugal as mulheres também se viram forçadas a adoptar a estratégia de separatismo atendendo à exclusão de que eram alvo, a qual conduziu à formação de organizações alternativas. Isso foi evidente na indústria do calçado, onde a par dos sindicatos de ofício masculinos dos fabricantes de calçado, surgiram organizações de costureiras e ajuntadeiras, e na indústria conserveira. Quando formavam as suas organizações próprias, as mulheres, num efeito mimético, impediam o acesso aos homens. Essa exclusão tinha igualmente consagração estatutária, do que é exemplo os estatutos da AC das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixe de Olhão de 1904:

Estabelecimento da Associação de Classe das Operarias das Fabricas de
Conservas de Peixe.

Capitulo I
Organização, denominação e fins

artigo 1.º É organizada em Olhão, onde terá a sua sede, uma associação nos
termos do decreto de 9 de maio de 1891, que se denominará Associação de Classe
de das Operarias das Fabricas de Conservas de Peixe, - á qual se poderão pertenc
er as mulheres empregadas n'este ramo de trabalho e que residam n'os
Lda Villa e seus arredores.

O surgimento destes sindicatos femininos nas conservas ocorreu em simultâneo com os sindicatos masculinos (Olhão e Lagos) ou foi-lhe muito posterior (Setúbal). Noutros centros conserveiros, como Peniche, Matosinhos, Portimão, Vila Real de Santo António e Cascais, onde também se formaram sindicatos, não existe evidência desta estratégia separatista.

A tensão entre os operários de ofício e as mulheres foi particularmente expressiva aquando da greve na indústria conserveira de Setúbal em 1911 protagonizada pelas mulheres, a quem na divisão sexual do trabalho cabia, juntamente com os “moços”, executar os trabalhos desqualificados, como descrito por Arranja (2009). A esta greve, desencadeada pela recusa patronal de aumentar os salários das trabalhadoras, não aderiram os soldadores, um grupo profissional altamente qualificado cuja tarefa era soldar à mão as latas de conservas. Este ofício encontrava-se nessa altura em declínio e perdera já grande parte da sua centralidade no processo de trabalho devido à introdução de máquinas cravadeiras operadas por mulheres, facto contra o qual os soldadores se haviam oposto violentamente. A não adesão dos soldadores levou a estrutura de sindicatos local a emitir um comunicado a condenar esta atitude, ao mesmo tempo que lhes recordava que todos “eram vítimas da exploração burguesa” (Arranja, 2009: 51). A greve durará cerca de dois meses, terminando a 10 de Abril sem que as reivindicações tivessem sido atendidas. Enquanto decorreu foi decretada uma greve geral em Setúbal de solidariedade, que começou a 25 de Fevereiro e durou dois dias, e uma greve geral em Lisboa a 20 de Março, em protesto contra o assassinato de Mariana Torres e de António Mendes ocorrido sete dias antes. Entretanto, na viragem da segunda década do século passado começarão a ser criados sindicatos únicos de indústria, de composição mista, como sucedeu em Olhão com a fusão em 1918 dos dois sindicatos até então existentes.

CONCLUSÃO

O sindicalismo nasceu andro-centrado, tendo adoptado desde o seu início uma atitude sexista de exclusão das mulheres do mercado de trabalho e dos sindicatos. Estas responderam recorrendo ao separatismo, fundando as suas organizações próprias. A “*militância no feminino*”, desde logo a sindical, que é tradicionalmente menos intensa, ao ser travada por factores de ordem social, económica e cultural, esteve durante muito tempo envolta no silêncio. Só muito recentemente as ciências sociais se começaram a interessar por este objeto. O silêncio é ainda mais ensurdecedor em Portugal. As mulheres encontram-se ausentes de praticamente todas as obras sobre o movimento sindical na viragem de oitocentos, com as honrosas excepções citadas ao longo do texto. Através delas acedemos aos nomes de algumas poucas dezenas de participantes activas no movimento sindical ou na acção colectiva operária, em particular após a implantação da República. Mas essa participação, ainda que diminuta, foi mais intensa do que se supunha até agora.

Com base na análise documental dos processos relativos à constituição das AC, apurámos que mais de cinco centenas de mulheres participaram na fundação de organizações sindicais em Portugal entre os finais de oitocentos e o início da terceira década de novecentos. Este número será certamente superior, não só porque não analisámos os processos de algumas centenas organizações, mas também porque muitas outras mulheres se terão empenhado activamente ao longo do período em análise, quer nos órgãos dirigentes das associações quer como “*comissionadas*” nos seus locais de trabalho. Muito há ainda a fazer para resgatar do olvido os nomes e a acção de mulheres como Margarida Marques, da AC das costureiras e ajuntadeiras; Flávia de Matos e Liberdade da Pátria Gomes Ramos, militantes sindicais da indústria têxtil; ou Maria Luísa, que foi presidente da AC das operárias conserveiras de Setúbal, entre muitas outras. É esse trabalho que pretendemos prosseguir.

BIBLIOGRAFIA

- Arranja, Álvaro (2009). *Anarco-sindicalistas e Republicanos. Setúbal na I República*, Setúbal: CEB.
- Briskin, Linda (1998). “Autonomy, diversity and integration: union women’s separate organizing in North America and Western Europe in the context of restructuring and globalization”, Montreal: Comunicação ao XIV Congresso Mundial de Sociologia.
- Freire, João (2012). *Dicionário Histórico de Militantes Sociais, Grupos Libertários e Sindicatos Operários*, Disponível em <http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto> (Acedido em 30 de Janeiro de 2013).
- Pasture, Patrick (1997). “Feminine intrusion in a culture of masculinity”. In Patrick Pasture, Johan Verberckmoes, Hans de Witte (ed.), *The Lost Perspective*, Avebury: Aldershot.
- Patriarca, Fátima (1990). *Processo de Implantação, Lógica e Dinâmica de Funcionamento do Corporativismo em Portugal*, Lisboa: ICS (Tese de Doutoramento).

Samara, Maria Alice (2007). *Operárias e Burguesas. As Mulheres no Tempo da República*, Lisboa: A Esfera dos Livros.

Scott, Joan Wallach (1983). "Women's in history: the modern period", *Past and Present*, 101 (1): 141-157.

Seixas, Maria Augusta (s.d.). *As Operárias de Alcântara e as suas Lutas Antes e Durante a I República*, Lisboa: UMAR.

Vieira, Alexandre (1959). *Figuras Gradadas do Movimento Social Português*, Lisboa: Edição do Autor.

Woolf, Virginia (1929). *A room of one's own*, Disponível em <http://pdftitles.com/book/14183/a-room-of-ones-own> (Acedido em 25 de Janeiro de 2013).

Ubimuseum

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior

Lobbying industrial e (des) regulamentação da atividade mineira – notas a partir de um conflito sócio-ambiental no final da I República

Pedro Gabriel Silva

pgpsilva@utad.pt

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento

HISTAGRA/Universidade de Santiago de Compostela

ABSTRACT

Throughout the twentieth century, the agro Portuguese was used to conflicting situations between the extracting mining activity and the interests linked to the agrarian exploration within the framework of a contesting action frequently participated by the local communities. Works by Francisco Vitorino (2000), Paulo Guimarães (2001), Pereira Lage (2002), Inês Fonseca (2007), Leal Silva (2011), amongst others, provided invaluable contributions to the study of social conflicts born out of the interference of the mining sector in the agrarian production cadres. These are fundamental references for a reading of the social tensions and for the understanding of the dynamics of collective mobilization against the agency of the industrial consortia, while revealing political alignments, which legitimize the hegemonic entrepreneurial acts before and throughout the Estado Novo. Having these works as a basis this article deals with a socio-environmental conflict that broke out in the Guarda district, in 1923. This protest, which can be traced in the regional press and in the Archives of the Guarda Governo Civil, continued until 1926, when documental testimony ceased to be available. Starting with the case of the tin extraction carried out in the neighboring Gaia valley, and of the subsequent environmental damages, a

movement animated by eminent personalities of the Guarda Republican Party led a resistance action to the dredging of the tin deposits of the Mondego alluvial valleys and the surroundings of the Pega borough. The conflict allows sets out the relation between the popular dissatisfaction and the perception of the resources loss threat together with the local party initiative within the framework of the political struggles of the I Republic. Following this conflict, MPs elected by the Guarda constituency were to take legislative propositions to the Parliament aiming the protection of the agricultural soils, whose effects would greatly limit the open-air mining. Thus, the conflict fuels the debate around the agrarian developing policies of that epoch as well as the protection of the land resources.

To the parliamentary initiative corresponded a series of moves of the foreign mining consortia aiming at constraining possible decisions proved contrary to their own interests. Diverse entrepreneurial documentation makes clear the political action both of the local chiefs and intellectual elites vis-à-vis the instances of national legislative decision, such as the international entrepreneurial lobbying exercises, this time vis-à-vis the Portuguese politicians with decision power.

KEY-WORDS

Mining, environment, conflicts, lobbies, social movements

RESUMO

Ao longo do século XX, o agro português foi pródigo em situações de conflitualidade entre a atividade extrativa mineira e os interesses ligados à exploração agrícola, num quadro de ação contestatária amiúde participada pelas comunidades locais. Trabalhos de Francisco Vitorino (2000), Paulo Guimarães (2001), Pereira Lage (2002), Inês Fonseca (2007), Leal da Silva (2011), entre outros, forneceram contributos inestimáveis para o estudo da conflitualidade social decorrente da penetração do sector mineiro nos quadros de produção agrária. Trata-se de referências fundamentais para a leitura das tensões sociais e para a compreensão das dinâmicas de mobilização coletiva face ao agenciamento dos consórcios industriais, ao mesmo tempo que revelam os alinhamentos políticos, que legitimaram as atuações empresariais hegemónicas antes e durante o Estado Novo. Na esteira destes trabalhos, o presente artigo

toma por objeto um conflito socio-ambiental desencadeado em 1923 no concelho da Guarda. O protesto, cujo rasto pode ser seguido na imprensa regional e no arquivo do Governo Civil egitaniense, estendeu-se até 1926, altura em que findam os testemunhos documentais. Partindo do caso da exploração de estanho desenvolvida no vizinho vale da Gaia e dos respetivos danos ambientais, um movimento animado por figuras eminentes do Partido Republicano da Guarda encabeçou uma ação de resistência à dragagem das jazidas de estanho dos vales aluviais do Mondego e das imediações da freguesia de Pega. O conflito permite equacionar a relação entre o descontentamento popular, a perceção da ameaça de perda de recursos e a iniciativa partidária local no quadro das lutas políticas da I República. Na sequência deste conflito, foram levadas à discussão parlamentar pela mão de deputados eleitos pelo círculo da Guarda propostas legislativas de proteção dos solos agrícolas cujos efeitos limitavam enormemente a atividade mineira a céu-aberto. Assim, o conflito cruza o campo das discussões em torno das políticas de desenvolvimento agrário da época e a questão da proteção dos recursos fundiários. À iniciativa legislativa dos parlamentares, correspondeu uma série movimentações por parte de consórcios mineiros estrangeiros com vista a condicionar eventuais decisões contrárias aos seus interesses. Documentação empresarial diversa põe em evidência a ação política, tanto de caciques e elites intelectuais locais junto das esferas de decisão legislativa nacional, como os exercícios de *lobbying* empresarial internacional junto dos decisores políticos portugueses.

PALAVRAS-CHAVE

Minação, ambiente, conflito, lóbis, movimentos sociais.

INTRODUÇÃO

O ano de 1923 aproximava-se do fim quando, as aldeias banhadas pelo Mondego, no concelho da Guarda, acordaram com o alarme da ameaça mineira. Foram quatro anos de sobressalto que levaram as populações destas e de outras freguesias a rebelarem-se contra a iminente dragagem do estanho escondido nas suas férteis baixas, num movimento amparado e amplificado pelos sectores republicanos do distrito. Abaixo-assinados, declarações de protesto, manifestações frente ao Governo Civil, exposição

mediática na imprensa e agressões a prospectores mineiros estrangeiros projetaram o descontentamento popular na região, enquanto em Lisboa, deputados republicanos do círculo da Guarda, submetiam propostas de alteração da legislação mineira. No estrangeiro, os acionistas das companhias mineiras reagiam com sobressaltado à perspectiva de interrupção das suas explorações. Nas aldeias visadas pelas “dragas malditas”, os sinos tocaram a rebate, com as autoridades concelhias e distritais tementes pela desagregação da ordem pública nos campos (*Actualidade*, 11-11-1926). Este texto traça as origens e evolução do conflito socio-ambiental que agitou as aldeias e os meios políticos da Guarda entre 1923 e 1926, enquadrando-o no plano da ação política das elites republicanas locais. Nele, explora-se um conjunto de episódios de protesto e resistência anti-mineira em contexto rural que haviam sido residualmente trabalhadas na tese de doutoramento *No Rasto da Draga – Exploração mineira, depredação ambiental e protesto popular numa aldeia da Beira Baixa* (Silva 2011), tendo esta dirigido a atenção para a conflitualidade socio-ambiental ocorrida no período pós-revolucionário de 1974.

Pretende-se, assim, oferecer mais um contributo para o estudo da conflitualidade e das formas de protesto e resistência populares em contexto rural, particularmente no que respeita aos conflitos entre os sectores agrário e mineiro. Ao longo do texto, analisam-se as relações de poder entre os diferentes agentes e atores socioeconómicos que disputavam o controlo dos recursos ambientais, prestando atenção às estratégias que uns e outros puseram em marcha para proteger os seus interesses. Os processos de mobilização e de protesto locais, assim como os seus repertórios e o modo como souberam articular diversos níveis de ação, mediática, política, manifestações abertas, e de coação violenta, serão escrutinados, ao mesmo tempo que se observarão os instrumentos de acesso e condicionamento do poder político e executivo empregues pelas corporações mineiras.

INDÚSTRIA MINEIRA E ACTIVIDADE AGRÍCOLA – UMA HISTÓRIA DE CONTINUIDADE, CONFLITO E RESISTÊNCIA

Na análise das relações entre a indústria mineira e o sector agrícola a questão do conflito tem ocupado a atenção dos investigadores e originado uma série de debates. Por exemplo, Taussig (1980; 2004), a partir de uma leitura marxista, interpretou a

atuação hegemónica capitalista sobre as relações das populações indígenas com os recursos minerais na América Latina, concluindo que a agência e dominação mercantis foram responsáveis pela erosão do equilíbrio pré-colonial entre a produção agrícola e extração mineira. Para Taussig, esse processo de penetração capitalista explicava a conflitualidade e permitia compreender as ações de resistência e mobilização social, tanto de pequenos agricultores como de mineiros em países como a Bolívia ou o Peru. Noutro sentido, partindo de uma etnografia sobre os Jukamani da Bolívia, Ricardo Godoy (1990), defendia que a atividade mineira industrial e a agricultura se entrelaçavam numa trama de relações complexas de interdependência no quadro da qual, mineiros e camponeses surgiam como categorias híbridas cuja plasticidade dependia de um equilíbrio entre as necessidades dos empresários e os projetos e ciclos familiares dessa população indígena. Numa linha semelhante, a partir do caso peruano, De Wind (1987) deu conta da fluidez e interconexão entre a mineração e o sector agrícola, salientando o papel da indústria mineira no aumento da produtividade agrária e na absorção da produção agrícola dos produtores locais, sobretudo durante o período de estabelecimento e crescimento inicial das empresas mineiras. A complexidade e mutabilidade destas relações são enunciadas por De Wind, que explica como os processos de hegemonização empresarial acabam por conduzir ao aniquilamento do pequeno campesinato e subsequente substituição do tecido agrário local pelas próprias empresas mineiras – a mobilização massiva de capital por estas permite adquirir propriedades agrícolas em volta das minas, tornando-se as próprias empresas fornecedoras dos géneros alimentícios das *mining towns*, anulando o campesinato e substituindo os produtores agrícolas autóctones.

Mais do que território pejado de conflitos laborais e de classe no quadro da organização das relações de produção da atividade extrativa, os contextos mineiros foram e são palco habitual de confronto entre empresas e outros atores locais, particularmente quando o acesso aos recursos ecológicos que sustentam práticas produtivas e estruturas sociais locais é posto em causa pela indústria mineira (Gedicks 1993; Watts 2001; Evans *et al.* 2002). A história é pródiga em casos de conflito opondo interesses mineiros e agrários, sejam os contendores oriundos das franjas mais humildes do campesinato (MacMillan 1995; Vilar 1998; Perez 1997; Vitorino 2000; Silva 2011), sejam das elites agrárias (De Wind 1987; Guimarães 2001; Nunes 2002). Na base desta conflitualidade, está a apropriação e, por vezes, a destruição pela indústria mineira, frequentemente

cotejada por um quadro legal favorável, de recursos fundiários, hídricos ou florestais em prejuízo do interesse do sector agrícola.

No caso português, o conflito, mas também as interdependências entre a iniciativa industrial mineira e os interesses ligados ao sector agrário e ao campesinato não escaparam a Guimarães (2001; 2011), que estudou em detalhe as condições formais e informais que acompanharam as mobilizações sociais aquando do estabelecimento da mineração industrial no Alentejo. Uma conflitualidade que emerge, tanto da questão da regulação salarial e das relações de trabalho, como da apropriação mineira dos recursos ambientais. De salientar, também, o trabalho de Inês Fonseca (2007), igualmente no Alentejo, em volta da construção das identidades e da memória social da resistência.

Desde o primeiro momento, a partir da segunda metade do século XIX, que a instalação da indústria mineira em Portugal se fez acompanhar de episódios de conflitualidade entre os sectores agrários locais e os consórcios mineiros (Guimarães 2001; 2011). Na origem de ações de protesto popular, muitas vezes marcadas por explosões de violência e ludismo, encontravam-se os efeitos de depredação ambiental e da destruição de recursos que eram a base da economia e do sustento das populações em torno das minas. Assim, o protesto e a resistência podem ser entendidos no quadro da reação do campesinato, dos proprietários e mesmo de empresários agrícolas (idem) a uma desvalorização dos interesses agrários relativamente aos das empresas mineiras. O pensamento liberal que alicerçou as políticas de desenvolvimento desde os meados do século XIX esteve na base de uma legislação que garantiu poder acrescido aos promotores da atividade extrativa. A conflitualidade entre projetos mineiros e a agricultura espelhava, desta feita, o paradoxo entre a fé positivista e liberal no progresso industrial e os desígnios de desenvolvimento da atividade agrícola.

Os protestos ocorridos na Guarda mostram a inscrição da conflitualidade local no âmbito dos debates nacionais em torno das opções políticas de desenvolvimento industrial e agrário. Entre 1922 e 1923, esta discussão foi particularmente evidente, tendo-se assistido a um interessante debate público em vários órgãos da imprensa regional sobre as estratégias e prioridades de investimento económico, sobressaindo as acusações de abandono do pequeno produtor agrícola aos constrangimentos da legislação mineira. O apontar das baterias à legislação mineira, sobretudo às

disposições da lei nº 677 de 13 de Abril de 1917, vinha marcando o tom das críticas daqueles que reclamavam por mais atenção do poder central ao sector agrário (*O Combate*, 20-1-1924), como se vira, por exemplo, no Congresso Agrícola de Viseu, em 1923 (Vitorino 2000).

Os protestos ocorridos na Guarda durante a década de 1920 contra os projetos de dragagem no concelho surgem, deste modo, no âmbito de uma conflitualidade intermodal (Fernández *et al.* 2007), tal como se percebe da argumentação empregue nos abaixo-assinados subscritos por habitantes das freguesias vizinhas do vale do Mondego e da Pega e no teor dos artigos de opinião publicados na imprensa regional e do Porto. Mas, o recurso ao protesto e à resistência deve ser inserido, igualmente, no plano do quase esvaziamento na capacidade negocial dos proprietários rurais por força dos já mencionados constrangimentos da legislação mineira. Para os proprietários rurais, a mobilização do descontentamento popular e a organização de manifestações públicas de protesto junto das autoridades civis locais e regionais e frente às empresas mineiras constituem expedientes de afirmação de uma voz que o ordenamento legal vigente vinha abafando. E não era para mais, tendo em conta que os proprietários rurais tinham pela frente o poderoso lobby mineiro (Vitorino 2000). Convém ter presente que a mobilização das massas populares rurais contra as empresas mineiras assume uma diversidade de formas, assim como a organização dos protestos. Tanto pode decorrer da iniciativa espontânea de pequenos proprietários, como parece ter acontecido no caso dos atos violentos ocorridas na freguesia de Pega, caso que apresentarei adiante, como poder resultar da ação de elites proprietárias rurais, como Guimarães (2001) e Vitorino (2000) mostraram.

Por outro lado, apesar da clara circunscrição territorial destas mobilizações coletivas em diferentes partes do país, percebe-se que estes conflitos não operam de forma estanque. Antes pelo contrário, é possível detetar linhas de comunicação entre os eventos em que o conhecimento das ocorrências noutras partes da região e do país alimenta a ação e os repertórios de novos protestos. As ações de protesto violentas ocorridas em Águeda e Sever do Vouga não são ignoradas pelos apoiantes do protesto dos proprietários rurais do concelho da Guarda, assim como não se esqueceram dos confrontos que, desde 1914, marcaram a introdução da exploração mineira a céu-aberto no vale da Gaia, em Belmonte (*O Combate*, 13-7-1924). De igual modo, os

protestos desencadeados em 1926 na freguesia de Pega não podem ser desligados do movimento contra a dragagem do vale do Mondego iniciado três anos antes.

Face ao poderoso lobby mineiro, o recurso ao protesto e à resistência por parte dos proprietários rurais é mais compreensível ainda se contextualizado no quadro da instabilidade política do início da década de 1920 (Vitorino 2000), da qual a organização dos serviços de tutela da atividade agrícola é um bom exemplo (Silva 2011). Os protestos anti-mineiros, sobretudo no caso da luta contra a dragagem do vale do Mondego, entre 1923 e 1926, não podem ser desligados dos combates políticos da época, como se pode ver pelo envolvimento de forças partidárias como o Partido Republicano Português (PRP). Se os interesses da indústria mineira estavam acautelados por um quadro legal favorável, as empresas gozavam, todavia, de ampla capacidade de influência política decorrente do poder social e económico dos consórcios. A participação de forças políticas ao lado dos movimentos de oposição à extração mineira acaba por interferir nessa equação de poder, esbatendo a hegemonia industrial e compensando o peso do lobby mineiro. A iniciativa política desempenha uma ação legitimadora dos protestos e, ao fazê-lo, constitui-se com impulsionadora da mobilização, sem esquecer o seu papel na difusão mediática das causas anti-mineiras e na correspondente elaboração de propostas legislativas.

A DRAGAGEM NA REGIÃO

“Caminhamos para a Guarda e num pequeno montículo da ondulação, Belmonte espreita o vale que lhe fica a norte; Vale do Zêzere ou Vale da Gaia, sulcado pelo rio que conduz as águas da Estrela ao Tejo, é a riqueza de uma região. A batata, o centeio, o feijão e o milho verdejam no comprimento do vale, onde uma draga arranca, há anos, às entranhas da terra as riquezas dos seus metais, ao mesmo tempo que torna estéreis e areal maninho as margens agricultáveis do rio que a rega” (*Actualidade*, 29-7-1926).

A exploração mineira a céu-aberto através do sistema de dragagem foi introduzida no vale da Gaia em 1914 pela mão de uma empresa de capital norte-americano, a *The Portuguese-American Tin Company* (HHPL, PATC, 16-2-1914). Aí e até 1949, os aluviões ricos em estanho foram lavrados dia e noite por uma única draga. Aquela empresa manteve os serviços administrativos e oficinas no concelho de Belmonte, onde, durante a década de 1950, continuou os trabalhos de dragagem na ribeira de

Maçainhas, a cerca de seis quilómetros do vale da Gaia. A PATC encerrou a atividade em 1963 (Silva 2011). Fruto de uma estratégia agressiva de controlo dos direitos de propriedade, ao consórcio norte-americano bastaram 10 anos para afastar os concorrentes e tornar-se a empresa dominante no Couto Mineiro da Gaia. O principal mobilizador do capital da PATC foi Wendell P. Hammon, um empresário californiano com interesses na exploração mineira de ouro nos Estados Unidos da América e um impulsionador do método de dragagem (Byington 1931; Spence 1996). A exploração dos depósitos de cassiterite do vale da Gaia terá sido sugerida a Hammon por outro norte-americano, E. J. De Sabla, uma figura reconhecida no universo do capitalismo mineiro dos Estados Unidos como um descobridor de oportunidades de investimento (*New York Times*, 18-2-1912). Em torno do consórcio criado para explorar o vale da Gaia, reuniram-se, sobretudo, investidores norte-americanos com ligações às indústrias, mineira e petrolífera, californianas (Silva 2011).

Com o Couto Mineiro da Gaia repartido entre os limites dos concelhos de Belmonte e da Guarda, os efeitos ambientais da dragagem e as reações de protesto popular cedo se fizeram conhecer nesta cidade. Até porque algumas das minas em exploração pela PATC, no vale da Gaia, abarcavam freguesias do concelho da Guarda, como era o caso de Gonçalo e da Vela, cuja distância ao Mondego não ultrapassava os 20 quilómetros. O método de dragagem empregue no vale da Gaia implicava a remoção da camada de solo arável, que acabava misturada com os estéreis remanescentes da primeira lavagem realizada dentro da própria draga. Esta, flutuando numa lagoa artificial alimentada com água de poços ou da ribeira, através de uma linha de baldes apanhava o solo e, no seu interior, um mecanismo de lavagem e separação extraía os primeiros concentrados de cassiterite, depositando à ré e à medida que avançava no terreno, os inertes, deixando um rasto de rochas e areias estéreis. Frequentemente, o curso da ribeira da Gaia era desviado para conduzir a água à área de flutuação da draga. A manutenção de apenas uma draga durante o meio século de laboração da PATC garantiu uma quantidade relativamente estável de mão-de-obra. Os quadros diretivos e técnicos foram, inicialmente, contratados nos Estados Unidos e no Reino Unido, tendo captado no universo laboral local, em particular nas aldeias da Gaia, Gonçalo e Vela, a maior parte do efetivo responsável pelas tarefas que exigiam menos qualificação (Silva 2011).

Apesar da influência da PATC no quadro das relações sociais locais, a população afetada pela depredação ambiental não se quedou em silêncio ante a destruição de recursos agrários, tendo saído à rua em protesto logo após os primeiros meses de dragagem. E, quando não o fizeram no espaço público, as ações de resistência ocorriam dissimuladamente no quadro das práticas quotidianas, com a exploração e venda clandestinas de minério a assumirem destaque enquanto manifestações de resistência contra a hegemonia económica e social da companhia norte-americana (Iglesia 2006; Silva 2011).

A RESISTÊNCIA E PROTESTOS CONTRA A DRAGAGEM NO VALE DA GAIA

Como referi, o processo de extração mineira através de dragagem deixou um rasto de destruição que conduziu à perda de capacidade agrícola dos solos. A alteração da paisagem implicou, também, a eliminação de poços de irrigação, de represas, de muros e cômodos de separação de propriedades, a alteração do curso da ribeira e a supressão das galerias ripícolas. Segundo relatos de residentes da Gaia (Silva 2011), só a partir da década de 1940 é que a PATC procedeu à recuperação dos solos. Antes, essa tarefa cabia aos proprietários após reaver os terrenos, já que a empresa norte-americana não estava interessada na aquisição definitiva dos direitos de propriedade. Aliás, em relatórios internos da década de 1920, os técnicos da PATC admitiam total despreocupação com essa questão. Uma atitude em linha com a desconsideração com que se referiam à população local, em especial aos assalariados contratados na região: “the local labor employed while I was there was the scum of the country”, afirmava um técnico da PATC (CSU, March 6, 1923). Desprezo ainda hoje recordado por alguns gaienses e sentido pelas populações vizinhas da Pega quando confrontadas com a ameaça de dragagem nos seus campos e com a possibilidade de repetição da experiência do vale da Gaia. Numa exposição dirigida ao Ministro do Comércio e Comunicações, em 1926, o “Povo de Pêga” declarava que não se venha (...) dizer que as Companhias exploradores refazem o húmus agricultável. Não, que jamais entre nós considerados desprezíveis pelos súbditos estrangeiros eles o fizeram, ou eles o farão (*Actualidade*, 11-11-1926). No vale da Gaia, não foi preciso esperar muito tempo para observar uma “certa indisposição contra esses estrangeiros” (*O Combate*, 25-9-1914). Logo em Julho de 1914, três meses após o início dos trabalhos de dragagem,

levantou-se um movimento de protesto contra a atuação da PATC (*Ibid.*). Um grupo de proprietários de Gonçalo, representados pela Junta de Paróquia e descontentes com os efeitos da lavra mineira deram largas aos protestos depois de um violento temporal se ter abatido sobre a região e provocar o rebentamento da presa erigida pela PATC para conter e desviar as águas da ribeira para a draga. Segundo o jornal da Guarda, *O Combate*, a contestação esteve à beira de degenerar em violência e só a intervenção do Governador Civil e da Câmara Municipal da Guarda lograram atenuar os ânimos.

O recurso à expropriação, prerrogativa e arma maior das empresas mineiras, constituiu, sobretudo nos primeiros quinze anos de laboração da PATC, um fator de atrito e agravante do descontentamento popular. Logo em 1917, foi aberto um processo de expropriação de quarenta e oito parcelas pela PATC, abarcando mais de 125.000 m² e contemplando trinta e nove proprietários (Portaria n.º 978, *Diário do Governo*, 1-6-1917). No mesmo ano, pelo menos mais seis parcelas de cinco proprietários da Gaia e de Gonçalo foram levadas à justiça para decidir a sua expropriação. A espiral expropriadora da PATC não se ficou por aqui, com a década de 1920 a continuar a brindar os prioritários do vale da Gaia com mais expropriações (*A Guarda*, 12-1-1924 e AHIGM, Processo de Minas n.º 859). Apesar deste histórico, um sócio da empresa confidenciava a outro que “we have never taken advantage of this [expropriação] (...). In some cases, however, where the owners have been stubborn we have had to expropriate” (HL. Carta de E. J. De Sabla a Ralph Arnold, 21-2-1924). O pedido de expropriação, mais do que uma medida limite, foi usado pela PATC como recurso de primeira instância para refrear ímpetus especulativos dos proprietários rurais. Ao mesmo tempo, as expropriações surgem como sinal de poder da empresa mineira e da incapacidade dos proprietários em afirmar o seu controlo e autonomia sobre os usos do solo, no que Guimarães (2011) classifica como uma inversão de posições que garantia aos consórcios mineiros impor prerrogativas especiais e desiguais no que respeita à compra ou arrendamento da propriedade. Isto, sem esquecer o enquadramento legal particularmente favorável às empresas mineiras no que se refere à atribuição de indemnizações aos proprietários lesados pela atividade extrativa.

EM LUTA CONTRA AS “DRAGAS INFERNASIS” - O CONFLITO NO VALE DO MONDEGO

Em 1924, uma década depois de iniciar as operações no vale da Gaia e na altura em que se discutia a possibilidade de colocar mais duas dragas, o alarme soou na PATC (CSU, Report Rumbold & Co (April, 1921). Na base do sobressalto estavam notícias de uma proposta de lei que, a ser aprovada, impediria a continuação dos trabalhos da companhia. Sabedores das movimentações que estavam a ser efetuadas nos corredores do Parlamento e demais comissões parlamentares especializadas, os responsáveis da PATC na Gaia cedo comunicaram aos principais acionistas, nos Estados Unidos, os riscos que pendiam caso a legislação de proteção de solos agrícolas avançasse (*Ibid.*). A razão das preocupações dos acionistas da PATC teve origem fora Belmonte, nas baixas do vale do Mondego no concelho da Guarda, entre Vila Soeiro e o Porto da Carne. As primeiras reações públicas às notícias que circulavam acerca dos planos de dragagem do Mondego por empresas estrangeiras ocuparam as primeiras páginas dos jornais egitanienses, *Actualidade* e *O Combate*. Este último, na edição de 20 de Janeiro de 1924, destacava a ameaça de destruição que pendia sobre os vales do Mondego e da Corujeira caso a dragas fossem autorizadas a aí laborar. Num tom dramático, o jornal prenunciava uma catástrofe e advertia para os riscos de quebra da paz social nos campos da Guarda:

“Pela vida da Guarda! Pela vida das Povoações do Mondego! Pela vida da Pátria, - que não pode deixar de sofrer com o aniquilamento da riqueza duma região! Antes a morte na ponta duma baioneta do que na angustia da miséria e da fome! Mas nós cremos que os soldados de Portugal, filhos do povo, não apontarão as baionetas ao peito do povo quando defende a sua propriedade e a sua vida! O Vale do Mondego é a vida de muitas povoações é a vida da cidade da Guarda, sendo ainda o mais lindo de Portugal (...) destruí-lo seria um atentado monstruoso e infame (...). Pois premedita-se o atentado (...) e com um sarcasmo pungente, a resguardo da lei!” (*O Combate*, 20-01-1924).

A denúncia da ameaça mineira fazia-se acompanhar de apelos à adesão massiva da população a uma causa apresentada como a defesa de um bem comum. Além de recolhidas assinaturas para uma exposição a endereçar ao Parlamento nas aldeias visadas, a população citadina da Guarda foi convidada a participar no protesto, juntando o seu nome ao abaixo-assinado (*Ibid.*) e, para sublinhar a gravidade da ameaça, o texto de *O Combate* carregava na emoção:

“Ante a perspectiva de termos de semear as nossas lágrimas sobre o areal inculto, (...) nós não duvidamos (...) opor à força do ouro da Sociedade mineira inglesa a força invencível dos nossos peitos (...). Ante a morte lenta, abandono imperioso do torrão que nos é berço e tumulto (...) nós preferimos (...) expor os peitos em defeza do que nos é tão querido. Morrer assim, era-nos caro e até perdoado pelos nossos filhos” (*Ibid.*).

Eivada de patriotismo e regionalismo, a notícia apontava as baterias aos “ingleses”, personificação difusa do capital “estrangeiro” ávido em explorar as riquezas minerais do subsolo. Quem foram, efetivamente, as empresas apostadas na dragagem do vale do Mondego, não é possível determinar com precisão. Nenhum documento consultado nem a imprensa identificam os consórcios, ficando, contudo, a ideia de que se tratava de investimentos britânicos ou norte-americanos. Na década de 1920, sabe-se da constituição, no Reino Unido, de uma empresa denominada *The Mondego Tin Dredging Company* (Silva 2011) e os relatórios policiais relativos a descatos ocorridos entre populares e técnicos em 1926 apontam para cidadãos ingleses ao serviço de empresas britânicas. Também a documentação empresarial da PATC não fornece qualquer pista que permita identificar as firmas interessadas na dragagem do Mondego. A indicação mais consistente acerca dos “homens da Draga” (*Actualidade*, 11-11-1926) surge na mesma edição de *O Combate*, com a identificação de Erbert Youd como o “empregado da firma mineira (...) que tenta a exploração destruidora” e que havia ameaçado boicotar um estabelecimento comercial da Guarda (*O Combate* 20-1-1924). À luz deste detalhe, ganha forma a hipótese de que, pelo menos uma das empresas interessadas na dragagem do Mondego fosse a PATC, já que o mesmo Youd surge, em 1926, numa ata da Câmara Municipal da Guarda como diretor das minas da Portuguese American Tin Company (ACMG, *Livro de Actas 1923-1927*), tendo o seu nome constado de transacções de registos mineiros na Gaia na década de 1920 (AHIGM, Processo 859).

Se as bases populares do protesto permaneceram na sombra e os nomes da resistência anti-mineira no vale do Mondego não chegaram aos documentos, já os agentes que deram voz à disputa na imprensa são identificáveis na galeria das elites políticas da Guarda. A julgar pela exposição dada pelo *O Combate*, “Órgão do Partido Republicano Portuguez no distrito da Guarda” (*sic*), é notório o envolvimento da ala republicana egitaniense na promoção da causa anti-mineira. O seu director, José Augusto de

Castro, republicano, maçom, secretário da Câmara Municipal da Guarda (Garcia 2011), assume-se como um dos mais veementes críticos dos planos de dragagem e um loquaz incitador da acção política e cívica contra os interesses mineiros. Enquanto director e colunista de *O Combate* e colaborador do, igualmente republicano, *A Montanha* (jornal editado no Porto), José Augusto de Castro teve um papel de destaque na mediatização do conflito para lá dos limites do distrito, divulgando as iniciativas de protesto e colocando pressão sobre os organismos políticos e sobre os poderes com capacidade de intervenção. Envolvimento este do PRP da Guarda que, desde logo e ao longo de todo o conflito, fora assumido pelos seus órgãos e militantes. Além da intervenção do deputado eleito pelo círculo da Guarda, Vasco Borges, também se destaca a iniciativa de Felizardo Saraiva, Pres. Comissão Administrativa do Concelho da Guarda em 1925 e deputado em 1926. Uma participação político-partidária assumida sem pruridos nos órgãos de imprensa regional afetos ao PRP (*O Combate*, 10-2-1924; 27-10-1925). Sem poupar nos adjectivos, a eferescência da prédica de José Augusto de Castro amplificou as razões da revolta popular, socorrendo-se da experiência do vale da Gaia para substantivar as preocupações dos proprietários Mondego:

A Draga infernal que já destruiu o vale de Gonçalo, que fez prados verdejantes e granjas fecundas abastecedoras de povoados, uma região morta, campos de areia e pedregulho que infundem tristeza e desolação, não hade fazer o mesmo dos prados e granjas do Mondego (*O Combate*, 20-1-1924).

A evocação dos efeitos da dragagem já tinha sustentado a argumentação do abaixo-assinado, de habitantes de Sobral da Serra, Amoreiras, Vila Cortez do Mondego, Porto da Carne, Cavadoude, Porco, Faia, Pêro Soares, Vila Soeiro, Mizarela e Guarda ao Presidente da Câmara dos Deputados, onde se manifestava receio que se repetisse uma “morte lenta, como vae sucedendo aos povos da Gaia”:

“O exemplo que aqui aos nossos olhos nos oferece a draga montada (...) que vae persistente e continuamente semeando atraz de si a miseria nos povos que circundam este vale, é o argumento mais vivo que (...) pode apresentar-se, para produzir em nós a revolta para a qual não há receios sufocadores”(*O Combate*, 20-1-1924).

O caso da Gaia serve para ilustrar aquele que é apresentado com o principal risco da dragagem, a destruição das culturas e da capacidade produtiva dos solos das baixas do Mondego. Na voz dos contestatários, a dragagem põe a nu a incompatibilidade entre a exploração mineira a céu-aberto, a atividade agrícola e a manutenção da paisagem

rural. No limite, as consequências da dragagem, conjeturam os seus opositores, afetarão tanto as gentes do campo como as da cidade, salientando o papel daqueles produtores agrícolas, não só para a economia regional, como para o abastecimento da Guarda. De um lado, a “propriedade e a vida” (*O Combate*, 9-4-1926) de muitas “povoações e (...) da cidade da Guarda” (*O Combate*, 20-1-1924), do outro, “a força do ouro” (*O Combate*, 20-1-1924) estrangeiro que traz a “morte” e a “desolação” (*Ibid.*). Desafiando as conceções de desenvolvimento assentes no progresso tecnológico, às quais a atividade mineira devia muitas das suas prerrogativas, José Augusto de Castro saudava, dois anos depois de aberto o conflito, os esforços encetados por parlamentares republicanos no sentido de alterar a legislação “que permite destruir a propriedade, em vez de a fazer... construir” (*O Combate*, 9-4-1926). “Sabemos haver lá por Lisboa quem seja de opinião que se deve colher o minério desde que a sua riqueza é superior ao valor da terra”, afirmava o diretor de *O Combate*, ao mesmo tempo que se questionava sobre como era possível alguém duvidar que “o minério arrancado valesse a riqueza produzida pela propriedade durante 50, 100, 200 anos” (*Ibid.*).

Na origem do projeto legislativo de Vasco Borges, esteve a já mencionada “representação” popular enviada ao Presidente da Câmara dos Deputados, na qual os subscritores requeriam providências urgentes no sentido de mudar a lei “na parte em que permite a exploração dos jazigos minero-metalíferos de massas e aluviões, por meio de dragas, ou aparelhos similares, que prejudiquem a fertilidade do solo” (*O Combate*, 20-1-1924). Em reação aos primeiros protestos dos proprietários do vale do Mondego e na sequência desta exposição, o PRP, através de Vasco Borges, deputado eleito pelo círculo da Guarda, tomou a iniciativa de propor alterações ao quadro legislativo que ordenava a exploração mineira no sentido de acautelar o interesse do sector agrário. Vasco Borges que, antes de ser deputado pelo círculo da Guarda, assumiu várias pastas em governos de António Maria da Silva, Maia Pinto e Domingos Pereira Leite. Fora Ministro do Trabalho (1922), Ministro da Instrução (1920), Ministro do Comércio e Comunicações, Ministro do Trabalho (1922) e Ministro dos Negócios Estrangeiros (1925-1926) (*Distrito da Guarda*, 12-2-1922; 10-12-1922). O envolvimento de Vasco Borges na causa dos proprietários do vale do Mondego foi motivo de largos elogios na imprensa local, sobretudo nos títulos próximos das alas republicanas (*O*

Combate, 27-10-1925). Tornar-se-á um apoiante da ditadura e colaborador de Salazar com passagem pela Assembleia Nacional.

O projeto-lei, submetido na sessão de 23 de Janeiro de 1924, constituía uma ameaça direta, não só à PATC, como a todas as empresas que explorassem ou quisessem desenvolver explorações mineiras a céu-aberto em terrenos agrícolas. A natureza da proposta e alcance do seu articulado legal faziam deste projeto-lei um avanço revolucionário no que respeita à gestão dos recursos e do território, reequilibrando as relações de poder entre os sectores mineiro e agrário. Tamaña intervenção no plano da proteção dos recursos agrários e na limitação da exploração mineira só encontrou paralelo na legislação de proteção de solos aprovada em 1975 pelo executivo progressista de Vasco Gonçalves (Decretos-Lei n. 356/75 e 357/76 e Silva 2011). Em consonância com a petição popular, a proposta do deputado do PRP decretava, logo no primeiro artigo, o impedimento da “exploração de aluviões mineralizados por dragagem em terrenos cultivados, arborizados, de regadio, de pastagem, ajardinados e de hortas” (*O Combate*, 10-2-1924). O projeto permitia que as concessões atribuídas à data de aprovação da nova lei se mantivessem, facto que poderia interessar à PATC, contudo, a empresa norte-americana, em 1924, ainda não tinha assegurado o controlo dos direitos de dragagem de todas as parcelas do vale da Gaia e, como vimos, não é de descartar que fosse uma das interessadas na exploração do vale do Mondego. Além de condicionar a lavra mineira à avaliação da qualidade e potencial agrícolas dos solos, este projeto-lei desenhava um quadro indemnizatório para os proprietários lesados pela exploração mineira que contemplava a possibilidade de agravamento das penas em caso de reincidência.

O conflito surgiu num período de intenso debate político nacional em torno da organização do sector agrário. Uma discussão acentuada durante as décadas de 1924 e 1925, quando Ezequiel de Campos ocupou a pasta da Agricultura e promoveu um conjunto de reformas que passavam, entre outras rubricas, pela reorganização dos baldios e hidráulica agrícola (Nunes 2011). As propostas de Ezequiel de Campos não acolheram a simpatia dos republicanos da Guarda, a julgar pelas críticas plasmadas nas páginas de *O Combate*. Nelas, assoma a ideia de que a legislação sobre os baldios não tem pertinência enquanto se mantiver um quadro legal que secundariza a atividade agrícola face à exploração mineira e que retira poder aos agentes produtivos

agrários. No âmbito dessa denúncia, o caso da ameaça mineira ao vale do Mondego surge como exemplo vivo da imparidade entre os sectores agrário e extrativo.

A mesma relação de desigualdade que o deputado Vasco Borges pretendeu contrariar com a apresentação, em Janeiro de 1924, do projeto-lei limitador da atividade mineira em solos de elevado interesse agrícola. Uma iniciativa que, como já referi, colocou os interesses mineiros em sentido, como se pode depreender da reação dos acionistas norte-americanos da PATC. Logo no início de Fevereiro de 1924, W. P. Hammon, o sócio maioritário da empresa, dava conta a E. J. De Sabla de que o diretor da PATC em Portugal se havia encontrado com o embaixador Fred Morris Dearing, a quem expôs o caso e solicitou que interviesse junto dos poderes portugueses. Paralelamente, o mesmo diretor instou os acionistas da PATC a exercerem “whatever influence we had in Washington” (HL Carta de E. J. De Sabla a Ralph Arnold, 21-2-1924). Na capital estado-unidense estava, precisamente, um antigo acionista da empresa, Herbert Hoover, como Secretário do Comércio do Presidente Calvin Coolidge. Hoover estudara engenharia de minas em Stanford com outro acionista da PATC, Ralph Arnold, também ele republicano, envolvido na atividade política no Estado da Califórnia. O mesmo Hoover viria a suceder a Coolidge na presidência dos E.U.A (Silva 2011)).

Para De Sabla, a proposta de Vasco Borges enquadrava-se na vaga de radicalismo que afetava alguns países europeus e era para levar a sério. “This will be a very disastrous thing for us”, exaltava este acionista da PATC, confidenciando que “I cannot see how any sane Government would allow such a foolish law to pass” (*Ibid.*). Sem fazer qualquer referência direta à reação dos proprietários do vale do Mondego e sem referir a autoria da proposta legislativa, De Sabla não deixava de a associar à resistência manifestada por alguns proprietários no vale da Gaia. Entre os 40 a 50 proprietários fundiários do vale da Gaia, dizia De Sabla, encontravam-se alguns “beggars” que se recusavam a negociar os direitos de propriedade. Propriedade cujo valor agrícola é imediatamente relativizado tendo em conta o peso da extração de estanho nas contas do país e os proventos fiscais que assegura. Não obstante acreditar que o bom senso político acabaria por ditar a anulação da dita legislação, De Sabla informava o seu correspondente, coacionista da PATC, Ralph Arnold, que havia desencadeado contactos junto de um antigo quadro da empresa, agora colocado em Londres, “to do what he could with the English Government in the matter”. A investida de De

Sabla não ficou por aqui. Como o próprio admite, escreveu ao responsável pela tutela do sector mineiro (Chief Minister of Mines, segundo De Sabla), em Lisboa, a quem apresenta como “a great friend of mine”. Diga-se que, em 1924, a tutela do sector extractiva encontrava-se debaixo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, chefiado por Lima Duque (Nunes 2001). Deste governante, De Sabla diz aguardar por novidades sobre o evoluir da situação, dele esperando que faça “all that he could in the matter” (*Ibid.*). A pressão em Washington fez-se através do gabinete do já referido Herbert Hoover e de um dos seus mais diretos colaboradores, Edgar Rickard, tendo De Sabla conversado com ambos. Da parte de Hoover, foi pedido à PATC que enviasse com urgência um ofício à sua Secretaria do Comércio, disponibilizando-se para desencadear as acções possíveis.

Apesar dos contactos que De Sabla diz terem sido feitos junto de influentes em Londres e em Lisboa, a reacção da PATC centrou-se, efetivamente, na mobilização da influência de Hoover. Aliás, um dos principais motivos que levaram De Sabla a escrever a Ralph Arnold foi insistir junto deste para que pusesse ao serviço da causa da empresa as suas relações de amizade com Hoover, recordando que o então Secretário do Comércio fora em tempos acionista da companhia (*Ibid.*). O que De Sabla pretendia era que Ralph Arnold escrevesse a Hoover, solicitando que usasse a sua influência junto do Departamento de Estado norte-americano. A ideia era usar o peso diplomático deste organismo no sentido de condicionar a iniciativa legislativa e executiva em Portugal e, assim, obstruir uma proposta que acarretava graves riscos para a empresa. A ordem era impedir a tudo o custo a aprovação de uma proposta de lei “which practically means confiscation of the property of an American Company and whose shareholders are composed largely of American citizens” (*Ibid.*).

A proposta de lei de proteção de solos de Vasco Borges acabou por não ter seguimento, não sendo possível, contudo, aferir até que ponto a ação do *lobby* industrial influenciou as instâncias que tinham em mãos a aprovação da dita legislação. Mas, se a proposta de lei não teve seguimento, tão pouco o teve a dragagem do vale do Mondego, pelo menos durante 1924. Em 1925, o problema voltou a surgir, reacendendo-se a polémica na cidade da Guarda, como veremos de seguida.

DA GAIA PARA O VALE DO MONDEGO E PARA PEGA - A PROLIXIDADE DO CONFLITO E A ESCALADA DO PROTESTOS CONTRA A DRAGAGEM

Com a ameaça de dragagem de novo a pesar sobre os campos do Mondego, a proposta legislativa que Vasco Borges esboçara em 1924 foi recuperada, dois anos depois, pelo novo deputado do PRP eleito pela Guarda, Felizardo Saraiva. O mesmo que, em 1925, ocupara o cargo de Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Guarda e que, nessa qualidade, havia remetido ao Ministro do Trabalho um telegrama no qual se insurgia contra a nova arremetida das empresas mineiras no vale do Mondego. A ameaça da “dragas infernais” ganhou corpo a partir da afixação de éditos no Diário de Governo que abriam caminho ao licenciamento das concessões mineiras (*O Combate*, 11-10-1925). Perante este facto, o edil da Guarda fazia ver ao Ministério do Trabalho o crescendo de animosidade que se vivia nos campos e o posicionamento solidário da presidência do município do lado dos populares das freguesias ribeirinhas do Mondego de Vila Cortez e de Porto da Carne. A mesma comunicação também dava conta de que os protestos haviam extravasado a área do Mondego, tocando, também, a freguesia de Adão, a cerca de 15 quilómetros a sul da cidade da Guarda.

Para os republicanos da Guarda, como José Augusto de Castro, a draga e a atividade mineira a ela associada representavam resquícios da monarquia e simbolizavam a força dos interesses industriais perante a fraqueza da representação parlamentar. As resistências à alteração do quadro legislativo que favorecia a atividade extrativa eram, segundo José Augusto de Castro, sinal da contaminação monárquica do novo regime. Paralelamente, o mesmo autor fazia desse facto uma mostra da fraqueza da própria República e dos republicanos “de convicções de areia e lama”, a quem acusava de falta de ambição e de colocarem “acima do ideal a sua vaidade de mando” (*O Combate*, 16-08-1925). A não aprovação da legislação de Vasco Borges representava, para Augusto de Castro, a marca definitiva de um regime e de um sistema em que até os “republicanos dos de mais categoria” vinham “dando a mão a pantomineiros e pirangas mascarados” (na região, o termo “pantomineiro” surge, frequentemente, associado à dimensão ardilosa da atividade mineira (Marques 2001; Silva 2011)). Esquecido o projeto de lei de proteção de solos de Vasco Borges, realizava-se, dizia Augusto de Castro, a derradeira, “infâmia e crime [...] – [a] destruição da propriedade agrícola, [...] para sempre, irremediável, terras fecundas, varzeas lindas que o braço

trabalhador cobria de frutos, transformadas em lençoes de areal e cascalho sob o esbraseamento dum maquinismo infernal! (*O Combate*, 16-8-1925).

O alastrar da ameaça a outras zonas do concelho e o conseqüente relançamento dos protestos populares, juntamente com a divulgação mediática do problema da dragagem terão contribuído para a recuperação, em 1926, da proposta de lei de Vasco Borges, desta feita, pela mão do antigo edil da Guarda e agora deputado, Felizardo Saraiva (*O Combate*, 22-3-1926; *Actualidade*, 11-11-1926). A proposta 642-D foi submetida à Câmara de Deputados para baixar à discussão da Comissão de Obras Públicas e Minas em 22 de Janeiro (AHP, *Actas da Câmara dos Deputados*, 22-1-1926. Em Abril, Felizardo Saraiva afirmava-se esperançoso em ver aprovada a proposta com brevidade, salientando que havia já recolhido o parecer favorável da Comissão de Minas, apenas aguardando a posição da Comissão de Agricultura (Carta in *O Combate*, 9-4-1926). Na edição de 11 de Novembro, a propósito do alastrar dos protestos populares, o *Actualidade* noticiava que a referida proposta de lei, pese embora ter acolhido pareceres favoráveis de todas as comissões envolvidas, fora travada pelo “movimento de 28 de Maio” (*Actualidade*, 11-11-1926). Uma reacção mais enérgica percorreu as páginas de *O Combate*, reiterando a tese da negligência criminosa parlamentar e levantando suspeitas de corrupção sobre os agentes políticos. O engavetar da proposta de lei aconteceu, segundo este jornal, “por cumplicidade, por ganâncias, por apadrinhamentos, por inépcia, por indiferença patriótica, por insensibilidade córnea” (*O Combate*, 21-11-1926).

O escalar das críticas na imprensa regional à atuação parlamentar fez-se acompanhar do recrudescimento dos protestos populares na Guarda e, inclusive, de uma alteração dos formatos de manifestação e resistência. À medida que a ameaça das dragas alastrava a outras zonas do concelho, as manifestações de descontentamento resvalavam para a violência. Embora, desde o início, em 1923, no vale do Mondego, se anunciassem levantamentos populares contra as empresas mineiras, foi na freguesia de Pega que ocorreram, em 1926, os episódios mais violentos. E foi, igualmente nesta localidade, que se esboçou um movimento de resistência e protesto popular mais resoluto e visível. Conhecedora dos efeitos ambientais da dragagem, a população de Pega, à semelhança do que sucedera no vale do Mondego, contestou os projetos de exploração mineira a céu-aberto que acreditavam estar a desenhar-se. A presença de técnicos de empresas mineiras estrangeiras nas imediações da aldeia espoletou

desde logo as primeiras reações dos locais. Na imprensa regional lia-se que a origem do descontentamento popular advinha do receio de perda da capacidade agrícola das parcelas, revalidando-se os argumentos de defesa dos recursos agrários face à depredação mineira – o “Povo não quer a Draga porque ela esterilisa o solo beirão”, afirmava o *Actualidade* em 11 de Novembro de 1926. Mas a revolta em Pega remete para dimensões mais complexas da conflitualidade popular. Além das motivações inerentes à preservação da base ecológica que garantia a atividade agrícola, os levantamentos em Pega remetem para a velha questão da dificuldade que a população rural tinha em entender o quadro legal que ordenava a exploração mineira, sobretudo no que se refere à retenção, por parte do Estado, das riquezas minerais do subsolo. Este ponto não pode ser desligado das motivações que conduziram os populares a provocar os representantes dos consórcios mineiros. De facto, a propriedade e os respetivos direitos não eram o único “recurso” em disputa e a defesa da capacidade agrícola tão pouco seria o único fator mobilizador. Ou seja, não devemos descartar a possibilidade de os recursos minerais serem, também, um elemento que os proprietários rurais e a população em geral achavam ser de seu direito explorar, vendo nas empresas mineiras um agente açambarcador e perturbador dessa iniciativa. Documentação variada e história oral (Silva 2011) atestam que ao longo de toda a década de 1920 e seguintes a exploração rudimentar de estanho na região foi sendo realizada pelos próprios proprietários ou em parceria com vizinhos, quando esta não acontecia clandestinamente, à revelia dos donos das terras. A pequena exploração e comércio de minério constituíam um importante complemento das economias domésticas e, em muitos casos, assegurou a estratégias de mobilidade social e económica de muitos grupos familiares. A penetração do sector empresarial mineiro constituía, assim, um fator perturbador e era sentido como uma ameaça à exploração dos recursos minerais por parte das populações locais. Recordo, a este propósito, um ofício do Governador Civil da Guarda, em 1923, no qual solicita ao Administrador concelhio que tome providências em relação à exploração ilegal “que os povos de Pêga, Pousafoles, Vela e Benespera estão executando [...] nas ditas freguesias” (ADG, FGCG, cx. 170).

Esta convergência de fatores pode ajudar a entender melhor os acontecimentos do dia 26 de Julho de 1926 em Pega. Segundo o relatório do Comissário de Polícia da Guarda, três súbditos britânicos apresentaram queixa nas instalações daquela autoridade

por, nesse dia, durante a manhã, terem sido “insultados, ameaçados de morte e agredidos com pancadas e pedradas pelos habitantes de Pega [...] que tumultuosamente se reuniram depois de para isso terem tocado os sinos a ‘rebate’ ”. Nessa ocasião, continuava o relatório policial, um dos queixosos “apresentou um ferimento na cabeça, que dizia ter sido produzido por uma pedrada [...] e [outro queixoso] dizia ter sido agredido com uma pancada nas costas” (os visados pelas agressões eram Alfred Oake, M. A. J. Henry e Richard J. Allen (ADG, FGCG, cx.558)). Face ao alvoroço, o posto da Guarda Nacional Republicana em Pega foi reforçado por mais praças com ordens para capturar e conduzir à Guarda, de imediato, oito habitantes da freguesia, entre eles, três mulheres. No decurso das inquirições, foi dada ordem de prisão a outras três. Deste grupo de 11 detidos, dois homens e duas mulheres acabaram por ser libertados menos de uma semana depois, tendo os restantes sido entregues ao juízo da Comarca da Guarda (*Ibid.*). No Porto, o Cônsul britânico seguia os acontecimentos e instava o Governador Civil da Guarda a comunicar os avanços no processo judicial e a informar se os “agressores foram presos e adequadamente punidos” (ADG, FGCG, Cx. 558).

Os desacatos ocorridos em Julho de 1926 em Pega mostraram que a população do concelho da Guarda podia, tal como acontecera noutras paragens, passar da ameaça à revolta (veja-se os eventos ocorridos nas Minas de Talhadas (*O Combate*, 13-7-1924; Guimarães 2012)). Se dúvidas houvesse, a manifestação da povoação de Pega, “em massa, [frente] ao Governo Civil da Guarda, protestando contra a instalação da Draga nos seus terrenos” deixava claro que a exploração mineira industrial nesse concelho não se faria sem oposição. Sensível à delicadeza da situação e receoso de que a instabilidade vivida em Pega contagiasse as aldeias do vale do Mondego, o Governador Civil fez chegar ao Ministério do Comércio e Comunicações, em 28 de Agosto, uma tomada de posição. Fê-lo, quatro dias após a afixação de editais de registo de minas nalgumas das freguesias banhadas pelo Mondego. Do ofício do Governo Civil, lia-se a preocupação com as recentes diligências das companhias mineiras na região, adivinhando que “as pesquisas de minas de estanho feitas por dragagem (...) pode causar funda alteração da ordem pública [...], atendendo à reconhecida má-vontade que as populações tem para aceitar a realização de trabalho desta natureza” (ADG, FGCG, correspondência expedida). Além da advertência do Governador Civil, chegou ao Ministério do Comércio e Comunicações, em Novembro, uma “representação do Povo de Pêga”, remetida pela Junta de Freguesia e reproduzida no *Actualidade* de 11

de Novembro de 1926. Nela, os “habitantes da freguesia” pediam ao Governo que remediasse “os males que resultam da inutilização do solo nacional”, sustentando essa posição com o exemplo da dragagem do vale da Gaia que só pôde ter acontecido, diziam, “por criminosa indiferença dos habitantes circunvizinhos”. Determinados em não agir com igual passividade, os habitantes de Pega afirmavam-se capazes de defender “até à morte” a sua “terra mãe”(Ibid.).

Entretanto, a exposição enviada pela Junta de Freguesia de Pega e as comunicações do Governador Civil terão levado a tutela da actividade extractiva a providenciar uma solução para o caso que vinha agitando a região. E, assim, o Natal de 1926 trouxe boas notícias ao Povo de Pega: um ofício da Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos com data de 23 de Dezembro sossegava a população, determinando que os detentores de licenças de pesquisas mineiras não poderiam fazer uso de dragas (ADG, FGCG, Correspondência recebida, 1926). Disposição que deixava de fora o Couto Mineiro da Gaia, onde a draga da PATC continuava e continuaria a lavar por mais 23 anos.

CONCLUSÃO

Não é possível separar o movimento contra as dragagens na região dos debates políticos em torno da questão agrária e das políticas de desenvolvimento rural e industrial da época. Neste sentido, a questão da dragagem foi usada pela ala republicana radical e regionalista da Guarda para sublinhar a necessidade de promoção de uma política agrícola capaz de apoiar o sector, sobretudo os pequenos agricultores. Por seu turno, o jornal *Actualidade*, numa linha editorial de inscrição liberal, não poupou críticas aos executivos dos primeiros anos da década de 1920, a quem responsabilizou pelo declínio das condições de trabalho nos campos, pela sobrecarga de impostos na agricultura e pela vulnerabilidade deste sector face aos interesses industriais. A legislação mineira e, em particular, a dragagem, eram constituídas como um sinal claro dessa perda de protagonismo do sector agrário. Por seu turno, *O Combate* comparava a displicência do regime monárquico com a preocupação e a iniciativa, manifestadas pela República, no que toca aos problemas do sector agrário. Entre uma torrente de críticas à evolução do regime na década de 1920, o seu editor, José Augusto de Castro, desiludido com o desprezo votado pelos poderes políticos e parlamentares republicanos às sucessivas propostas legislativas

de proteção de solos, assumia em pleno a defesa da inviolabilidade das solos da região às mãos das companhias mineiras. Quer em *O Combate*, quer no *Actualidade*, a draga personificava uma política de abandono da agricultura e dos interesses locais e nacionais a favor das conveniências dos consórcios estrangeiros. Num cenário pintado em tons de pessimismo em que o futuro não augurava mais do que o empobrecimento e a emigração, a imprensa regional não teve pejo em descrever a mineração através de dragagem como fator agravante das dificuldades da região.

Das baixas do Mondego, no concelho da Guarda, para os corredores da política, em Lisboa, o conflito da Guarda revela como as escalas locais da mobilização coletiva condicionaram a intervenção partidária e a atuação parlamentar. Dos protestos contra a dragagem resultaram propostas legislativas de rutura com o quadro normativo que vinha acomodando, havia décadas, os interesses dos consórcios mineiros. Num contexto em que a apologia do progresso tecnológico e industrial marcava o discurso político e as preocupações ambientais ocupavam um lugar residual nas prioridades dos decisores, o projeto de lei submetido pelos deputados do PRP eleitos pelo círculo da Guarda constituiu um dos primeiros exercícios legislativos para proteger os solos agrícolas da extração mineira a céu aberto. No que concerne a preocupações ambientais no quadro do desenvolvimento industrial e organização agrária durante o primeiro quartil do século XX, convém não esquecer o contributo de Ezequiel de Campos (Nunes 2011). Porém o desígnio de proteção ambiental apenas foi realizado meio século depois, com a Revolução de Abril de 1974 e a aprovação dos Decretos-Lei 356/75 e 357/75 que impunham fortes restrições à exploração mineira em solos de elevada capacidade agrícola.

Os conflitos ocorridos no concelho da Guarda não deixam dúvidas de que a indústria mineira não gozou da complacência da população local e que, aos primeiros sinais de destruição dos recursos agrários, estas reagiram de imediato em protesto contra os agentes da depredação ambiental. Tal conflitualidade mostra, também, a heterogeneidade de formas de resistência e protesto que moldaram a oposição aos interesses mineiros: desde ações reativas violentas de base popular, à organização de movimentos coletivos de alcance regional suficientemente lests para condicionar a iniciativas políticas favoráveis. Revelam, igualmente, a influência política a partir da periferia e as possibilidades de representação dos movimentos locais através do

sistema parlamentar, não obstante as crises e instabilidade políticas vividas no final da I República.

Um sistema que, diga-se, não cerceava as oportunidades de manifestação e de representação do descontentamento popular. Se bem que as indicações emanadas da Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos, no final de 1926, iam ao encontro das solicitações das opiniões contra a dragagem, tendo constituído um fator decisivo para acalmar as gentes, com a chegada da ditadura, os sinais de exteriorização do desagrado e a resistência aberta contra a exploração mineira na região eclipsaram-se. Os terrenos do concelho da Guarda, efetivamente, quedaram a salvo da gula das dragas, mas a dragagem continuou no concelho vizinho de Belmonte sem esboço de resistência ou oposição abertas... até 1974 (Silva 2010; 2011). Terminamos com o indício de um projeto sobre esta interessante matéria. Baseada, sobretudo, em documentação escrita, esta análise da exploração mineira e conflito nas Beiras poderá vir a beneficiar de apontamentos de história oral a recolher nas freguesias do concelho da Guarda que foram o centro das ações de protesto aqui tratadas. Por outro lado, uma observação mais atenta da dimensão da agência política, quer ao nível do distrito, quer ao nível das movimentações junto dos círculos de poder central e das cúpulas partidárias poderia esclarecer a ainda muito turva componente da atuação política e institucional no quadro da conflitualidade socio-ambiental.

FONTES

ADG (Arquivo Distrital da Guarda), FGCG (Fundo do Governo Civil da Guarda), Correspondência interna expedida 1916-1918, Cx. 170 e Relatórios policiais – 1926-1974, Cx. 558.

ACMG (Arquivo da Câmara Municipal da Guarda), *Livro de Actas 1923-1927*, informação gentilmente cedida pela Prof^a Dr^a Antonieta Garcia.

ADSRGEC (Arquivo da Direção de Serviços de Recursos Geológicos da Direção Regional de Economia do Centro) Ministério da Economia.

ADG (Arquivo Distrital da Guarda), FGCG (Fundos do Governo Civil).

AHIGM (Arquivo do Instituto Geológico Mineiro), Processo de Minas no 859, pedido de expropriação de terrenos por utilidade pública, 10-10-1923.

AHP (Arquivo Histórico Parlamentar), *livros de Actas da Câmara dos Deputados*, entre 1923 e 1926.

BMEL (Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço), Hemeroteca: *Actualidade; O Combate; Distrito da Guarda e A Guarda*.

CSU (California State University) – Chico/Meriam Library Archives, Special Collections:

Report on the Gaia and Maçainhas Properties of the Portuguese American Tin Co by Laws, Rumbold & Co (April, 1921), California State University – Chico/Meriam Library Archives, Special Collections;

Yuba Manufacturing Company Archives, MS 157, Box 5, Folder 13. Comment on the Report on the Gaia and Maçainhas Properties of the Portuguese American Tin Co by Laws, Rumbold & Co por H. R. Edwards (March 6 1923).

HHPL (Herbert Hoover Presidential Library). Hoover Papers Archives – Portuguese American Tin Company Papers, Relatório interno PATC, 16-2-1914.

HL (Huntington Library), Ralph Arnold Collection, Box 159, IV 16a, Portuguese-American Tin Company records. Carta de E. J. De Sabla a Ralph Arnold, 21-2-1924,.

BIBLIOGRAFIA

BYINGTON, L. F. (1931). *History of San Francisco*, Chicago: S. J. Clarke Publishing Co.

DE WIND, J. (1987). *Peasants Become Miners – The Evolution of Industrial Mining Systems in Peru 1902-1974*, New York: Garland Publishing.

EVANS, G., GOODMAN, J. & LANSBURY, N. (eds.) (2002). *Moving Mountains – Communities Confront Mining and Globalisation*, London: Zed Books.

FERNÁNDEZ, D. S., MOLINA, A. H. G., MOLINA, M. G. & SANTOS, A. O. (2007). “La protesta campesina como protesta ambiental – siglos XVIII-XX”, *Historia Agrária*, n. 42, pp. 31-55.

FONSECA, I. (2007). *Trabalho, Identidades e Memórias em Aljustrel – “levámos a foice logo p’ra a mina”*, Castro Verde: 100 Luz.

GARCIA, M. A. (2011). “A Guarda no labirinto da I República”, in Garcia, M. A. (Coord.), *Euforia Breve – Memórias da I República na Guarda*, Guarda: Câmara Municipal da Guarda, pp. 20-228.

GEDICKS, A. (1993). *The New Resource Wars: Natives and Environmental Struggles Against Multinational Corporations*, Boston: South End Press.

GODOY, R. (1990). *Mining and Agriculture in Highland Bolívia – Ecology, History, and Commerce Among the Jukamanis*, Tucson: University of Arizona Press.

GUIMARÃES, P. E. (2001). *Indústria e Conflito no Meio Rural – os Mineiros alentejanos (1858-1938)*, Lisboa: Colibri.

- (2011), “Conflitos ambientalistas nas minas portuguesas (1850-1930)”, paper apresentado no Seminário Interesses Económicos e Movimentos de Protesto Político da Monarquia à República, 19-10-2011, Lisboa.

IGLESIA, A. C. (2006). *Entre a Resistencia e a Adpatación – A sociedade rural galega no franquismo (1936-1960)* – Tese de doutoramento em História Contemporânea. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Faculdade de Xeografía e História, Departamento de História Contemporânea e de América.

MACMILLAN, G. (1995). *At The End of The Rainbow? – Gold, Land, and People in the Brazilian Amazon*, New York: Columbia University Press.

MARQUES, M. (2001). *Concelho de Belmonte: Memória e História*, Belmonte: Câmara Municipal de Belmonte.

- NUNES, J. P. A. (2001). “A indústria mineira em Portugal Continental desde a consolidação do regime liberal ao I Plano de Fomento do Estado Novo. Um esboço de caracterização”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXV, pp. 421-464.
- (2002). “Volfrâmio e poderes locais em Portugal (1931-1947)”, *Revista de História Económica e Social*, 2ª Série, nº 4, pp. 83-120.
- NUNES, T. M. S. (2011). O Ideário Republicano de Ezequiel de Campos 1900-1910, tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- PÉREZ, N. H. (1997). “A Terra é nosa’ – Implantación de la minería a cielo abierto en un contexto agrario”, *Antropología – Revista de Pensamiento Antropológico y Estudios Etnográficos*, Marzo-97, nº 13, pp. 27- 51.
- Silva, P. G. (2010). “Exploração mineira, memória e resistência: as retóricas ecológicas populares no conflito entre pequenos proprietários rurais e indústria mineira no centro de Portugal”, *Ambiente e Sociedade*, v. XIII, 1, pp. 65-81.
- (2011). *No Rasto da Draga: Exploração Mineira, Depredação Ambiental e Protesto Popular numa Aldeia da Beira Baixa (1912-1980)*, Tese de Doutoramento, Departamento de História Contemporânea e de América, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela.
- SPENCE, C. C. (1996). *The Northern Gold Fleet – Twentieth-Century Gold Dredging in Alaska*, Urbana: University of Illinois Press.
- TAUSSIG, M. (1980). *The Devil and Commodity Fetishism in South America*, North Carolina: University of North Carolina Press.
- (2004). *My Cocaine Museum*, Chicago: Chicago University Press.
- VILAR, A. (1998). *O Volfrâmio de Arouca no Contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945)*, Arouca: Câmara Municipal de Arouca.
- VITORINO, F. (2000). “Agricultura e Mineração – uma coexistência difícil. As Minas do Vale do Vouga e as Comunidades do Vale do Rio Águeda, 1889-1924”, *Gestão e Desenvolvimento*, 9, 255-299.
- WATTS, M. (2001)- “Petro Violence: Community, Extraction, and Political Ecology of a Mythic Commodity”, in PELUSO, N. & WATTS, M. (eds.), *Violent environments*, Ithaca: Cornell University Press.

SÍTIO

app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/b/borges_vasco.pdf.

Ubimuseum

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior

Turismo como não-turismo: confluências e inflexões do filme turístico em filmes do período (pós-) revolucionário (1974-1980)

Sofia Sampaio

psrssi@iscte.pt

CRIA, ISCTE-IUL

ABSTRACT

The tourism promotional film was one of the most prolific and widely-seen filmic genres during the Portuguese Estado Novo. So much so that the images of the nation that stemmed from the regime continue to be compared to picture postcards or tourist brochures. Being part of a vaster research project into the relationship between cinema and tourism – which has included archival work in the National Archives of the Moving Image (ANIM) of the Portuguese Film Institute (Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema) since March 2012 – the article discusses how films made during the (post-) revolutionary period (1974-80) tried to deal with this legacy. The two films I analyse – *Avante com a Reforma Agrária* (1977, 20'), directed by the Film Production Unit N°1 (Unidade de Produção Cinematográfica N° 1), and *Parque Natural da Serra da Estrela* (1980, 28'), produced by Cooperativa Documentário – share the desire to keep a distance from practices, images and sounds associated with the tourism promotional film. This desire entails the reconfiguration of the concept of 'tourism' as 'non-tourism' or even 'anti-tourism', pushing to the fore the kind of tensions and contradictions that underlie this topic.

KEY-WORDS

Tourism promotional film; Portuguese Estado Novo; tourism and cinema; Portugal 1974-80.

RESUMO

O filme turístico foi um dos géneros mais produzidos e divulgados durante o Estado Novo, de tal modo que as imagens da nação que emanaram do regime continuam a ser comparadas a bilhetes-postais ou panfletos turísticos. Inserido no âmbito mais vasto de uma investigação sobre o filme turístico em Portugal – um projeto que me encontro a desenvolver nos arquivos da Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema (ANIM) desde Março de 2012 – o artigo discute de que forma alguns filmes do período (pós-) revolucionário (1974-80) procuraram lidar com esta herança. Nas duas produções alternativas que analiso – *Avante com a Reforma Agrária* (1977, 20’), realizado pela Unidade de Produção Cinematográfica Nº 1, e *Parque Natural da Serra da Estrela* (1980, 28’), produzido pela Cooperativa Documentário – sobressai a procura de um distanciamento em relação a práticas, sons e imagens associadas ao filme turístico, que passa por uma reconfiguração do conceito de ‘turismo’ em termos de ‘não-turismo’, ou mesmo ‘anti-turismo’, e que coloca em evidência o tipo de tensões e contradições que o tema é capaz de convocar.

PALAVRAS-CHAVE

Filme turístico; Estado Novo; turismo e cinema; Portugal 1974-80.

NOTA PRÉVIA

Uma versão ligeiramente diferente à imediata foi apresentada ao I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, Área Temática: Cinema, Literatura, Teatro, Música e Artes Plásticas, que se realizou na FCSH-UNL, em Lisboa, a 13, 14 e 15 de Março de 2013. Agradeço aos colegas que, nesta ocasião, me dirigiram perguntas e comentários, no sentido de melhorar a minha investigação. Um especial agradecimento é devido ao meu colega Frédéric Vidal, que leu e comentou um primeiro rascunho deste texto. Os resultados que aqui se apresentam e discutem inserem-se numa pesquisa mais vasta, que está a ser desenvolvida no âmbito de um projeto de pós-doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

INTRODUÇÃO

A percepção que o regime Salazarista tinha do ‘país real’ tem sido objeto de vários estudos, muito centrados na questão da folclorização e esteticização da cultura popular (ex. Branco 1999; Leal 2000; Melo 2001; Alves 1997, 2007). A visão crítica que se vulgarizou – sobretudo durante o período revolucionário – foi a de um país mantido, à força, longe dos olhares de todos, que os atores revolucionários, nomeadamente

o MFA, consideraram necessário ‘desvelar’ (Almeida, 2008: p. 822; 828). Fala-se, a este propósito, de uma ‘retórica de visibilidade’ – uma expressão que a antropóloga Sónia Vespeira de Almeida cunhou (2009), para designar o movimento contrário à ‘retórica de invisibilidade’ que, para o filósofo José Gil, teria caracterizado o regime de Salazar (Gil 1995). Segundo Vespeira de Almeida, a revolução inaugura ‘um novo ciclo de desocultamento e de descoberta do país’ (2009: 60), que passa também pelo encontro com o ‘povo real’ (2009: 70). Tornar visível o invisível e conhecido o desconhecido, teria, pois, sido um dos grandes desafios do período revolucionário. Ou, no caso do cinema, ‘fazer o país rever-se e confrontar-se nas suas próprias imagens, devolvendo-lhe uma espécie de genuinidade e visceralidade que o Estado Novo ocultara sob um folclore colorido’ (Costa 2002: 9).

A tese de invisibilidade encontra, porém, forte resistência quando se trata de analisar a questão turística, sobretudo na sua dimensão cinematográfica. Na verdade, o Estado Novo não poupou esforços, sobretudo durante os anos 30, no sentido de transpor para o grande ecrã imagens de todo o país – não desprezando, a par dos roteiros turísticos consagrados, lugares do interior menos acessíveis e, à primeira vista, menos atraentes, tais como Abrantes, Arouca, Póvoa de Lanhoso, Mirandela, Freixo de Espada à Cinta, Trancoso, Celorico, entre muitos outros (cf. Matos-Cruz 1989). Aproximando-se das monografias regionais (muito incentivadas pelo SPN entre 1934 e 1943 – cf. Paulo, 1994: 81), estes filmes – em geral curtas-metragens exibidas antes do filme em cartaz – não eram alheios ao propósito de persuadir o espectador a visitar aqueles lugares. Eram filmes que, com raras exceções, confirmavam a ideia de Portugal como um país rural, dentro da imagem de ruralidade (pobre, mas honesta, árdua, mas contente), que a propaganda do regime privilegiava. No entanto, estes filmes eram também prova do empenho do Estado Novo, através de órgãos como o SPN e, mais tarde, o SNI, mas também com o auxílio da indústria cinematográfica comercial da época, em tornar *visível* e, dessa forma, mais acessível, um país efectivamente distante, com vista a integrá-lo no projecto político nacional e nacionalista. O que me interessa, no presente estudo, é a visibilidade interna, i.e. dirigida a um público nacional, a quem se destinava o turismo doméstico, e não a preocupação do regime, que não foi de somenos importância, em dar visibilidade ao país no estrangeiro (Alves, 2007: 68). Mais do que um sector económico-chave, o turismo interno, que, direta ou indiretamente, estes filmes promoviam, funcionava, assim, como elemento aglutinador da nação – um uso que não foi exclusivo do regime salazarista, já que teve expressão noutras épocas (ex. na Primeira República – cf. Vidal e Aurindo 2010) e noutros lugares (ex. nos E.U.A. e em França – cf. Shaffer 2001 e Harp 2001, respetivamente).

MOVIMENTO, REVOLUÇÃO, TURISMO

Como tem sido frequentemente sublinhado, o período pós-revolução traduziu-se numa intensa movimentação de ideias e pessoas. O movimento adquire conotações

positivas, e é visível em filmes deste período, onde as imagens de pessoas em trânsito dominam: vemo-las a circular pelas ruas de Lisboa, em marchas e manifestações; em campanhas de dinamização cultural e cívica, do MFA e outras, rumo ao norte do país, no que ficou também conhecido como ‘caminhada até às aldeias’ (Almeida 2009); nas acções de solidariedade de operários a camponeses, que levaram os primeiros das fábricas aos campos; nos movimentos de ocupação de terras, sobretudo no sul do país. Acrescente-se também o que veio a ser designado por ‘turismo político’ – a chegada de grupos de estrangeiros, militantes ou não, que vieram a Portugal para viver, ou simplesmente testemunhar, a revolução, como o filme *Outro País*, de Sérgio Tréfaut (2000) atesta.

De uma forma ou de outra, todas estas movimentações colocavam sobre a mesa a questão, politicamente controversa, do ‘olhar turístico’. Desde os anos 60 que o turismo internacional vinha adquirindo um peso crescente no quadro da economia nacional, contribuindo cada vez mais para o equilíbrio da balança de pagamentos. O fluxo de turistas internacionais ascendera, pela primeira vez em 1964, a um milhão de pessoas, atingindo os dois milhões em 1967, e os três milhões em 1970 (Lobo 2010: 94). No entanto, apesar de estar associado a benefícios económicos imediatos, o turismo era alvo de crítica por parte da oposição de esquerda, sobretudo de inspiração marxista, que o considerava um instrumento do capitalismo, seja por constituir um fator de ‘mercadorização’, de degradação cultural e agravamento de desigualdades (Greenwood 1978), seja por contribuir para o branqueamento dos conflitos sociais e da pobreza. Ao turismo, eram também imputadas responsabilidades no subdesenvolvimento dos países periféricos, bem como na ‘normalização’, e consequente sustentação, de regimes ditatoriais como o da Espanha Franquista, como, aliás, transparece no discurso de um estudante de extrema-esquerda, incluído no filme de Alain Resnais, *La Guerre est Finie* (1966).

Neste filme, Yves Montand é Diego, um militante do Partido Comunista espanhol exilado em França. A dado momento, o protagonista confronta os membros de uma organização de extrema-esquerda, auto-designada ‘Grupo Leninista da Acção Revolucionária’, que pretende desenvolver acções terroristas contra turistas estrangeiros em Espanha. Diego tem em sua posse a mala que contém os explosivos para esse fim. Um dos jovens expõe os motivos e objectivos da acção: ‘(...) o turismo constitui uma das principais fontes de receita do regime. A nosso ver, milhões de pessoas habituaram-se a considerar a Espanha como um país normal. Associam a Espanha às suas recordações de férias. É um factor extremamente perigoso de mistificação política, de desmobilização da acção anti-fascista europeia. É por isso que é preciso atingir os turistas estrangeiros em Espanha! Criar um clima que o impossibilite!’ Diego pergunta, em tom sardónico: ‘Porque não parar o sol?’ O outro continua: ‘Duplo resultado: cortamos uma fonte de receitas e acordamos a consciência proletária!’ (Tradução de Pixel Bunker, para RTP2, 13 Novembro 2011).

Dada a carga ideológica do turismo, não será de admirar que, entre 1974 e 1977, em Portugal, os filmes turísticos tenham registado uma acentuada quebra, sendo ultrapassados em número e, por vezes ‘contaminados,’ por um novo género fílmico: o filme político militante. Esta quebra esteve também associada à paralisia do sector publicitário (cf. Leite, cit. Costa 2002: 169), que conduziu técnicos ao desemprego e alimentou a controvérsia em torno das unidades de produção (Costa 2002). Apesar de tudo, foram feitos alguns filmes turísticos, tais como: *Costa Verde*, de Miguel Spiguel (1974); *Viagens de Sol... Ao Algarve de Portugal*, de Planígrafe (1975) ou *Alfama*, da Câmara Municipal de Lisboa (1975) (cf. Matos-Cruz 1989).

A minha definição de filme turístico, convém dizê-lo, é uma definição instável e relacional, produzida durante o visionamento de dezenas de filmes (na sua maioria, curtas e médias metragens, de 10 a 20 minutos), que apresentam o objectivo comum, mais ou menos directo e com maior ou menor peso, de promover turisticamente uma região ou localidade, ou mesmo, de uma forma mais genérica, a prática da viagem. No primeiro caso, o objectivo de promoção é entendido de um modo lato, que vai desde o vago incentivo à visita dos lugares filmados até ao enunciar de uma série de meios materiais (hotéis, transportes, restaurantes), que tornam essa visita uma possibilidade real. Situando-se entre o filme publicitário, o filme de encomenda por uma entidade estatal ou um agente turístico, o filme de ficção e, menos frequentemente, o filme etnográfico, o filme turístico emerge, assim, como um campo de férteis cruzamentos entre discursos e olhares diversos, oficiais e não-oficiais, que fazem eco de interesses governamentais, do poder central, mas também do poder local, de interesses privados, sobretudo comerciais, e de interesses individuais, designadamente artísticos (cf. Sampaio 2012b). O cruzamento, à primeira vista, inesperado, entre o filme turístico e o filme militante vem nesta linha, confirmando a permeabilidade do primeiro às vicissitudes históricas, sociais e políticas no âmbito das quais se desenvolve.

VISITANTES E ‘VISITADOS’: OUTROS ENCONTROS

Como é sabido, os eventos que ocorreram no dia 25 de Abril de 1974, e que se estenderam, multiplicaram e radicalizaram nos meses subsequentes, originaram uma catadupa de filmes que visavam, senão o apoio político explícito ao que estava a acontecer, pelo menos o registo cinematográfico, mais ou menos objectivo, desses eventos. Os cineastas, profissionais e amadores, por iniciativa própria ou organizando-se colectivamente, ao serviço das suas produtoras ou da televisão, deslocavam-se aos sítios – cidades, ruas, praças, vilas e aldeias – a fim de darem conta do que aí se passava. O filme colectivo mais divulgado foi *As Armas e o Povo* (1975), mas outras iniciativas do género tiveram lugar, tal como a da Federação Portuguesa de Cinema de Amadores, que fez um apelo aos cineastas amadores de todo o país para cederem imagens para um filme colectivo sobre a ‘original revolução portuguesa’ (F.P.C.A. 1975: 27).

O gosto pela paisagem e pela tipicidade dos lugares e das gentes, que caracterizava (e justificava) o filme turístico dava agora lugar ao espetáculo, de certo modo, inesperado e surpreendente, das multidões que enchiam as ruas e interagiam coletivamente, seja em plenários de trabalhadores, assembleias populares, manifestações e comícios, seja organizando cooperativas ou ocupando casas e terras. Exemplos paradigmáticos destes filmes são: *O 25 de Abril* (1974, Telecine-Moro); *O Povo Unido Jamais será Vencido* (Francisco de Castro, 1974, com realização de António Escudeiro), *As Armas e o Povo* (do Sindicato dos Trabalhadores da Produção de Cinema e Televisão, 1975) e *Liberdade para José Diogo* (Cinequanon, com realização de Luís Galvão Teles, 1975), entre muitos outros. Todos estes filmes mostram o apoio popular ao golpe militar, através de imagens filmadas em primeira mão durante o dia 25 de Abril e seguintes, num estilo de reportagem próximo do cinema de actualidades, centrado na narração dos eventos, ou num estilo mais interventivo, como é o caso de *As Armas e o Povo*, em que um dos realizadores do colectivo (Glauber Rocha) entrevista os residentes de um bairro de lata da periferia lisboeta.

Se, nestes filmes, a acção política e a palavra politizada ganham precedência sobre os cenários, noutros é dada alguma atenção aos últimos, ainda que com um tratamento diferente do habitual. Um caso digno de análise é *Avante com a Reforma Agrária* (1977, 20'), um filme realizado pela Unidade de Produção Cinematográfica Nº 1, que nos dá conta da acção de solidariedade que levou um grupo de operários e intelectuais, de Lisboa e arredores, a uma localidade alentejana, a fim de oferecer um tractor a uma cooperativa rural e ajuda na apanha da azeitona. O filme dá-nos uma imagem muito diferente do Alentejo, que tendia a aparecer como um lugar vazio, pouco propício a excursões turísticas. Como tem sido referido (Vidal e Aurindo, 2010), o Alentejo teve uma entrada tardia no mapa turístico português. Os poucos filmes que se debruçaram sobre a região tentavam colmatar estas 'falhas' quer invocando os momentos de contemplação poética e/ou religiosa que tais paisagens, apesar de desinteressantes, também conseguiam proporcionar, quer elogiando o vasto património arqueológico, arquitectónico e artístico alentejano, como se pode ver em filmes como *Alentejo não tem Sombra*, de Orlando Vitorino e Azinhal Abelho (1953), *As Pedras e o Tempo*, de Fernando Lopes (1961), feito em colaboração com o Turismo de Évora, e *A Cidade*, de José Fonseca e Costa (1968), no qual é dito um soneto de Florbela de Espanca que fala, precisamente, das 'ruas ermas' de Évora.

Pelo contrário, o filme em análise, *Avante com a Reforma Agrária*, mostra as ruas desertas da pequena vila alentejana a encherem-se de gente. Nas paredes das casas e nos muros, que o discurso turístico referenciava como brancos, vemos agora pinturas políticas, e aos membros da pequena localidade rural juntam-se visitantes chegados num camião – uma cena que culmina numa multidão em festa, onde são visíveis muitos punhos levantados. O filme mostra também a coluna de carros, camiões e autocarros de passageiros que fazem a viagem de Lisboa ao Alentejo, e onde uma

série de cartazes e faixas identifica os visitantes: ‘Trabalhadores da Charneca da Caparica’; operários do ‘Arsenal de Alfeite’, ‘Grupo Excursionista os Corporativistas Pragalenses, fundado em 1949’, oriundos do Pragal, Almada. À chegada, uma outra faixa identifica os destinatários da ajuda, e consequentes anfitriões: ‘Cooperativa Boa-Lembrança agradece aos camaradas do Alfeite, saúda todos os visitantes’. O encontro entre visitantes e ‘visitados’ é, porém, desprovido de propriedades diferenciadoras, que tendem a estar na base de um ‘olhar turístico’. O trabalho, designadamente, a apanha da azeitona, une os dois grupos, que convergem num grande piquenique ao ar livre – uma prática de presença quase obrigatória nos filmes turísticos do regime, que perde agora o veio bucólico e intimista a que costumava estar associado. Com efeito, onde antes se via o casal de visitantes numa comunhão perfeita com a natureza, vemos agora largas dezenas de pessoas espalhadas pelas encostas do monte – as mesmas pessoas (presumimos) que o filme também mostra a reunir em assembleias e a manifestar-se em lugares públicos.

Comentando as imagens dos visitantes citadinos a dormir no chão, o narrador sublinha, precisamente, o que os dois grupos têm em comum, demarcando-os de qualquer tipo de enquadramento turístico:

“Ao fim de um dia que foi mais uma jornada de aproximação entre operários e camponeses, *entre gente afinal tão próxima* na forma como enfrenta a vida e a sociedade, o cansaço é bem o peso do trabalho e da ajuda útil e concreta. As noites alentejanas são frias. Mas nestas jornadas, *que não constam nos roteiros turísticos e onde não se procura o folclore recreativo*, encontram-se razões de sobra para aquecer a alma e para meditar no esforço do trabalhador alentejano e no futuro do trabalhador português” (meu itálico).

Avante com a Reforma Agrária não é um filme turístico, mas o facto de partilhar com este alguns motivos, como a viagem, o piquenique e o encontro com o ‘outro’, torna-o um caso interessante para o nosso estudo. O filme contém em si uma consciência do filme turístico, do qual se tenta distanciar, quer ao nível das imagens, que evitam as ruas vazias, tidas como típicas da região, e subvertem a imagem habitual de piquenique romântico e/ou familiar, quer ao nível do discurso, como neste excerto. É clara a intenção de resgatar a experiência da viagem e o encontro com o ‘outro’, respectivamente, dos ‘roteiros turísticos’ e do ‘folclore recreativo’, ambos associados ao regime anterior. Na verdade, o ‘outro’ é agora visto como igual ou, pelo menos, ‘próximo’, um objectivo conseguido através da ênfase posta no trabalho, em formas de lazer colectivas como o piquenique e no activismo político, por oposição à contemplação, que são comuns aos dois grupos – operários visitantes e rurais ‘visitados’.

Esta *consciência-subversão do filme turístico* volta a estar presente num filme posterior, *Parque Natural da Serra da Estrela* (1980), uma produção da Coop-Doc ou Cooperativa Documentário, que contou com o patrocínio do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico. Ao contrário do Alentejo, a Serra da Estrela constituiu uma

das primeiras ‘invenções’ do turismo nacional, sendo assunto de um dos filmes turísticos mais antigos que a Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema preservou. Trata-se de *Paisagens da Serra da Estrela* (1919), uma curta de 15 minutos produzida pela Sociedade de Propaganda da Serra da Estrela, onde encontramos já referência ao que viria a ser o grande polo de atracção turística desta região: a neve. Um filme bastante posterior, *Covilhã: Cidade da Serra e do Vale* (1970), realizado por António Escudeiro, em que o turista-esquiador é descrito como ‘o novo habitante dos tempos modernos’, confirma esta aposta no turismo de Inverno. Mas é precisamente contra esta visão e opção que *Parque Natural da Serra da Estrela* se constrói. O filme abre com uma curta sequência de cerca de um minuto de esquiadores a deslizar serra abaixo, ao som de um canto vocálico feminino, cujo ritmo e melodia sugerem uma certa frivolidade moderna. Sobre estas imagens, o narrador, na locução de Miguel Coelho, sublinha a falta de conhecimento que temos das ‘populações serranas’, ofuscadas pela importância que mais frequentemente se atribui à neve e aos turistas: “O pouco que sabemos sobre a Serra da Estrela como região montanhosa liga-se, geralmente, ao inverno, ao frio e à neve. É, no entanto, mais conhecida a neve, onde deslizam os turistas, do que o rigor do clima em que vivem as populações serranas”. Numa mudança sinalizada também ao nível da música, com a introdução de uma cantiga de José Afonso, que fala sobre as agruras do Inverno (“Qualquer dia”, gravada em 1969), o filme volta a sua atenção para a paisagem serrana, enveredando, então, por um estilo etnográfico que pretende, não apenas documentar, num tom assumidamente didático, os modos de vida das ‘populações serranas’, como também mostrar o empenho das autoridades do Parque para simultaneamente preservar e melhorar esses modos de vida. As imagens, que se seguem, ilustram, de forma algo exaustiva, o meio ambiente e as tarefas diárias e sazonais destas populações: vemos mulheres a lavar roupa num tanque comunitário, a carregar lenha, a cozinhar à fogueira, a debulhar o milho, a fazer queijos e cestos, a encher os cântaros na fonte; vemos homens e algumas crianças a cavar, a arar e a semear a terra, ou ainda a caçar, a pastorear e a tirar o leite das ovelhas. Por fim, vemos também como homens e mulheres comem, as suas festas, procissões e mercados.

O narrador é claro em relação ao valor desta ‘cultura popular’, que vê como o produto de ‘costumes ancestrais’, de uma ‘maneira de viver própria’, que foi e é ‘condicionada pela natureza do terreno, pelo clima e pela falta de contactos com o resto do mundo’. A banda sonora da responsabilidade de Melo Cardoso reforça a textura etnográfica do filme: cada um dos quadros visuais é acompanhado por um apontamento musical de teor clássico ou popular, por vezes com recurso a som direto, como o som de um rebanho, ou de pessoas a conversar num mercado. Há trechos de flauta nas cenas pastoris, instrumentos de cordas na cena da caça, e de percussão, a acompanhar imagens de pedras – sejam elas fragas, antas, muros, caminhos ou casas – que ilustram o discurso do narrador sobre ‘uma cultura popular que vem do fundo dos tempos’. Ouvimos também adufes, um coro de mulheres, uma banda filarmónica,

o canto de uma mulher a fazer queijo, um rancho folclore; outros cantos populares, em dia de festa.

A terceira e última parte do filme toma novo rumo: referindo-se à ‘economia deprimida’ da região, o narrador passa a enunciar os objetivos do Parque e suas formas de intervenção, sublinhando uma acção desenvolvida de baixo para cima, que pretende envolver as populações, ‘despertando’ nelas ‘a consciência das suas riquezas’, termos que não deixam de evocar a linguagem política do período revolucionário. Numa nova mudança de estilo, é mostrada a acção de uma ‘equipa de dinamização junto das populações’. Vemos duas mulheres e dois homens a fazerem entrevistas – segundo o narrador, a ‘recolher dados que permitam fazer um levantamento de antropologia cultural’. Uma das entrevistadoras pergunta a uma mulher que faz cestos se têm encomendas dos turistas. A resposta é negativa. As perguntas versam ainda sobre as condições de habitação, os recursos médicos, a produção e venda de queijos, o acesso à escolarização. O narrador sublinha a necessidade de se encontrar um equilíbrio entre o auxílio oferecido pelo Parque, que não é visto como imposto ‘do exterior’, e a ‘tomada de consciência’ das populações:

“Um parque natural só é possível com a participação dos seus habitantes, mediante a informação prestada pelos serviços do parque e o auxílio técnico e financeiro do estado [imagens dos técnicos a trabalhar com as populações]. Pretende-se fazer evoluir o habitat de forma equilibrada e contribuir para uma melhoria da qualidade de vida. Esta evolução deve, porém, resultar de uma tomada de consciência e de uma iniciativa das comunidades, e não ser imposta do exterior”.

E conclui:

“O Parque pretende a evolução adequada da economia e a melhoria das condições de vida das pessoas residentes sem ruptura com o equilíbrio ecológico, apoiada nas técnicas e nos conhecimentos mútuos. A Serra da Estrela será, assim oferecida aos portugueses sempre pura na sua recôndita beleza”.

O que, neste filme, se defende, ainda que de um modo não totalmente declarado, é, pois, um turismo que pretende respeitar e proteger uma paisagem vista como ‘mista, natural e humanizada, de rico conteúdo cultural’, produto quer dos tempos imemoriais quer do ‘equilíbrio entre homem e natureza.’ Ou seja, trata-se de um turismo que se concebe e anuncia como um *não-turismo*, já que recusa o modelo turístico até então defendido e implementado, que a sequência inicial dos esquiadores preconizara. O turismo que se defende acaba também por ser um *anti-turismo*, pois é contrário à contaminação da Serra da Estrela por elementos exteriores que não os mediados pelo Parque – cujas ações concretas visam, precisamente, salvaguardar a ‘pureza’ e a ‘beleza recôndita’ da serra. Essa é, afinal, a mensagem visual da sequência de abertura, que opõe, com grande contraste, as cores berrantes das roupas dos

esquiadores à brancura da serra coberta de neve. Na apologia de uma cultura que resulta da ‘falta de contactos com o resto do mundo’, não é de admirar que as casas dos emigrantes sejam condenadas por constituírem um desvio a um ‘património arquitectónico de valor inestimável’ que, segundo o narrador, ‘cabia às autarquias locais defender e conservar’. No entanto, algumas imagens do filme não deixam de contrariar esta visão da serra como uma cultura comunitária isolada – é o caso de uma mulher a assar sardinhas, que, necessariamente, vêm de fora ou a inscrição das letras ‘PPD’ (a sigla de um partido político), a branco, na fachada de pedra de uma casa. A própria centralidade que o discurso do narrador dá ao desenvolvimento económico da região acaba por trair a fragilidade dos seus desígnios, nas palavras do narrador: ‘oferecer aos portugueses’ uma Serra da Estrela ‘sempre pura.’

CONCLUSÃO

O período revolucionário caracterizou-se por uma intensa reacção ao que até então fora hábito e norma. A vontade de trazer à luz realidades que, até então, tinham sido secundárias ou reprimidas fez também com que este período ficasse associado a uma ‘retórica de visibilidade’, intensamente explorada por movimentos populares, cívicos e militares, que ambicionavam conhecer e dar a conhecer um país desconhecido e – não menos importante – legitimar um novo projecto coletivo de âmbito nacional. No entanto, no que diz respeito ao filme turístico, é importante notar que o período pós-revolucionário não trouxe tanto uma visibilidade, por oposição a uma invisibilidade até então reinante, como uma visibilidade *diferente*. O regime de Salazar, sobretudo nos anos 30, não tinha sido indiferente ao registo e à projecção visual, ainda que encenada (Alves, 1997, 2007), do ‘resto do país’. Até à década de 60 – quando o turismo doméstico começa a ser preterido pelo turismo internacional e nas colónias – é grande a produção de filmes de teor turístico ou de viagem que incidem sobre o território nacional. O que encontramos em filmes do período revolucionário, incluindo filmes militantes ou politizados, é um profundo conhecimento dos filmes turísticos do regime, das suas imagens e retóricas, dos seus sons e estilos.

O desafio que se coloca aos cineastas engajados na revolução ou, pelo menos, sensíveis aos ventos de mudança, é o de contrariar estes filmes, quer mostrando imagens e reproduzindo sons diferentes, quer mostrando as mesmas imagens e reproduzindo os mesmos sons, mas de um modo diferente, de modo a sugerir diferentes configurações e práticas sociais. O discurso anti-turístico conta com uma longa tradição, tendo frequentemente constituído um factor de *distinção* social entre turistas (Buzard 1993; Sampaio 2012a). Nos casos analisados, porém, o sentimento anti-turístico não decorre tanto desta vontade de distinção quanto da rejeição de uma ideia de turismo até então dominante, no quadro da intensa politização da sociedade portuguesa que ocorreu durante a segunda metade da década de 70. A associação entre o turismo e o regime salazarista estava ainda muito presente na memória

(nomeadamente, visual) de todos. No entanto, eram também já evidentes algumas contradições neste discurso anti-turístico, que a democratização das práticas de viagem e de lazer, mesmo em quadros conceptuais alternativos, como os analisados, tornava cada vez mais inevitáveis. Como a personagem do filme de Resnais sugere, não se pode parar o sol.

FILMOGRAFIA

- A Cidade* (1968) cor. José Fonseca e Costa (real. e mont.), Francisco de Castro (prod.) 20'
- Alentejo não tem Sombra* (1953) p&b. Orlando Vitorino e Azinhal Abelho (real.), Bohemia (prod.) 380 mts
- As Pedras e o Tempo* (1961) p&b. Fernando Lopes (real.), SPN/ SNI (prod.) 440 mts
- As Armas e o Povo* (1975) cor, p&b. Trabalhadores da Actividade Cinematográfica (real. & prod.) 80'
- Avante com a Reforma Agrária* (1977) cor. Unidade de Produção Cinematográfica N° 1 (real.), IPC (prod.) 19'
- Covilhã: Cidade da Serra e do Vale* (1970) cor. António Escudeiro (real.), Francisco de Castro (prod.), 22'
- La Guerre est Finie* (1966), p&b, Alain Resnais (real.), Europa Film & Sofracima (prod.) 121'
- O Povo Unido Jamais será Vencido* (1974) p&b. António Escudeiro (real.), Francisco de Castro (prod.) 10'
- Outro País* (2000) cor. Sérgio Tréfaut (real.), Radiotevisão Portuguesa (RTP), S.P. Filmes (prod.) 70'
- O Parque Natural da Serra da Estrela* (1980) cor. Helder Mendes (real.), Coop-Doc (prod.) 28'

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Sónia Vespeira de (2009). *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do M.F.A (1974-1975)*. Lisboa: Edições Colibri e IELT – Instituto de Estudos de Literatura Tradicional.
- Almeida, Sónia Vespeira de (2008), Vítimas do fascismo. Os camponeses e a dinamização cultural do Movimento das Forças Armadas (1974-1975). *Análise Social*, vol. XLIII: 4, pp. 817-840.
- Alves, Vera Marques (2007). "A Poesia dos Simples": Arte Popular e Nação no Estado Novo. *Etnográfica*, 11: 1, pp. 63-89.
- Alves, Vera Marques (1997). Os Etnógrafos Locais e o Secretariado da Propaganda Nacional: Um Estudo de Caso. *Etnográfica*, 1: 2, pp. 237-257.
- Branco, Jorge Freitas (1999). A Fluidez dos Limites: Discurso Etnográfico e Movimento Folclórico em Portugal. *Etnográfica*, n.º III: 1, pp. 23-48.
- Buzard, James (1993). *The Beaten Track: European Tourism, Literature, and the Ways to Culture, 1800-1918*. Oxford: Clarendon Press.
- Costa, José Filipe (2002). *O Cinema ao Poder! A revolução do 25 de Abril e as políticas de cinema entre 1974-76: os grupos, instituições, experiências e projectos*. Lisboa: Hugin.

- F.P.C.A. (1975). Portugal: Um ano de revolução. *Panoramica* Ano I, nº 1, Junho, p. 27.
- Gil, José (1995). *Salazar: a Retórica da Invisibilidade*. Lisboa: Relógio D'água.
- Greenwood, Davydd (1978)[1977]. Culture by the Pound: An Anthropological Perspective on Tourism as Cultural Commoditization,' Valene L. Smith (ed.) *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. Oxford: Basil Blackwell, pp. 129–138.
- Harp, Stephen (2001). *Marketing Michelin: Advertising and Cultural Identity in Twentieth-Century France*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Leal, João, 2000. *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Lobo, Susana (2010). Sun, Sand, Sea & Bikini. Arquitectura e turismo: Portugal anos 60'. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 91, pp. 91-106, consultado online a 30/01/2013, <http://rccs.revues.org/4170>.
- Matos-Cruz, José de (1989). *Prontuário do Cinema Português 1896-1989*. Lisboa: Cinemateca.
- Melo, Daniel (2001). *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Paulo, Heloísa (1994). *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: O SPN/SNI e o DIP*, Coimbra: Minerva.
- Sampaio, Sofia (2012a). I wish something would happen to you, my friend! Tourism and liberalism in E.M. Forster's Italian novels. *Textual Practice*, 26:5, pp. 895-920.
- Sampaio, Sofia (2012b). Entre experimentação e standardização: o filme turístico na primeira metade do século XX. Comunicação apresentada ao XXXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, 16 e 17 de Novembro, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- Shaffer, Marguerite (2001). *See America first: tourism and national identity, 1880-1940*. Washington: Smithsonian Institution Press.
- Vidal, Frédéric e Maria José Aurindo (2010). Turismo e Identidade Nacional: Uma Nova Imagem para Portugal'. in Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires (org.) *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no Tempo da I República*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, pp. 119-124.

A Greve de 1943 no Barreiro

Resistência e usos da memória

Vanessa de Almeida

vadealmeida@gmail.com

IELT/FCSH-UNL

ABSTRACT

Albeit being Portugal a neutral country, the first half of the 40s of last century was marked there by a deep social unrest, which was not unaware of the existence of a conflict at a global scale. The 27th July 1943 a strike irrupted at the factories of Companhia União Fabril (CUF) in Barreiro, that readily spread to the other manufacturing plants in that industrial town. The movement was organized and led by the Portuguese Communist Party, which at that time was also engaged in a self-reorganisative process. The amplitude of the movement was used by Salazar's dictatorship to justify the repression fiercely exerted against that town, that finally ended to its military occupation for years. To reflect on how the memories of the great strike survived through the years of the dictatorship and on the political uses of the memory around them, are other issues addressed in this text.

KEY-WORDS

Strike, CUF, Portuguese Communist Party, gender, repression, memory

RESUMO

Embora Portugal fosse um país neutral, a primeira metade da década de 40 do século XX foi ali dominada por profunda agitação social, a que não era alheia a existência de um conflito à escala mundial. A 27 de Julho de 1943 deflagra uma greve nas fábricas da Companhia União Fabril (CUF) que rapidamente alastrou a outras instalações fabris dessa vila industrial. Esse movimento foi organizado e conduzido pelo Partido Comunista Português que, à época também estava ocupado num processo auto-reorganizativo. A dimensão do movimento foi usada pela ditadura de Salazar para

justificar a repressão ferozmente exercida contra essa vila, que irá culminar na sua ocupação militar durante anos. Refletir sobre o modo como as memórias da grande greve sobreviveram nos anos da ditadura e sobre os usos políticos da memória em torno das mesmas, são outras das questões abordadas neste texto.

PALAVRAS-CHAVE

Greve, CUF, Partido Comunista Português, género, repressão, memória

“A semana passada foi ligeiramente alterada a
monotonia da vida quotidiana no Barreiro”

(*O Barreiro*, 5 de Agosto de 1943, p. 2).

Comemora-se este ano o septuagésimo aniversário da greve de 1943, que eclodiu não apenas no Barreiro, mas um pouco por todo o distrito de Setúbal e em diversas unidades fabris de Lisboa. A greve de Julho-Agosto é o acontecimento mais relevante para a identidade barreirense e para a construção da imagética da vila operária para o exterior, parte integrante da memória colectiva, reivindicada por diversos quadrantes da comunidade, não apenas pelo carácter emblemático de resistência ao regime de Salazar, prosseguida no tempo de Caetano, mas pelas consequências que no tempo longo dela advieram, traduzidas no adensar da repressão e na ocupação militar da vila, que só teve fim com o 25 de Abril de 1974. A greve de 1943 inscreve-se no ciclo de movimentos grevistas que, comumente centrado no triénio de 1942 a 1944, se pode considerar iniciado em Novembro de 1941, nas fábricas de lanifícios da Covilhã, e terminado em 1947, com a greve nos estaleiros navais de Lisboa. Um aspecto que convém salientar é o carácter não cumulativo destes movimentos, ou seja, onde num ano deflagra a greve, no ano seguinte não se repete. Neste contexto, a teorização em torno das greves enquanto escola de luta não encontra aplicabilidade, justificando a reflexão de Martinez-Alier de que a consciência dos perigos que comportamentos reivindicativos podem trazer, não exige um controlo repressivo por parte das classes dominantes por serem interiorizadas pelos dominados as poucas ou nulas hipóteses de alcançarem com êxito as suas reivindicações (Martinez-Alier 1971: 205-206 in Fernandes 1997: 56), remetendo-nos para a gestão racionalizada da *violência preventiva* e da *violência punitiva* praticada durante a ditadura (Rosas 2012: 190-210).

As greves da década de 40 colocam fim à pretensa paz social trazida com a implantação do Estado Novo. Pela primeira vez, desde o 18 de Janeiro de 1934, as greves e a contestação popular voltam à ordem do dia, beneficiando de uma conjuntura motivada pelo deflagrar da II Guerra Mundial em Setembro de 1939, apesar da

suposta neutralidade do regime de Salazar ou antes, da não-beligerância. A imposição da economia de guerra, a inflação galopante, a contenção salarial, o desemprego, a escassez de géneros, a sua venda no mercado negro a preços inacessíveis às camadas mais carenciadas da população e a sua saída do país com destino a Espanha ou aos países do Eixo, justificam a onda de protestos, motins populares e greves que irão varrer o país de Norte a Sul (Rosas 1995). Como recordou Sérgio Vilarigues, dirigente comunista na clandestinidade:

“(...) nessa altura era exigente pelo pão e pelo trabalho, por mais géneros alimentícios, contra a ida dos géneros para a Alemanha hitleriana e para a Espanha franquista, e pronto, chegavam-se a dar palavras de ordem (...) de ir buscar os géneros onde estes existissem. Se isto quer dizer assaltos, chamassem-lhe o que quisessem, o povo é que não devia passar mais fome para alimentar bandidos externos”.

Os relatórios dos governos civis, da PSP e da PVDE, são profícuos na descrição do ambiente vivido no Portugal de então, situação que tende a agravar-se a partir de 1941. A par da questão das subsistências, a falta de matérias-primas influi directamente na produção industrial, por exemplo, ao nível da indústria corticeira (ANNT, AOS/CO/IN-8-1 de Julho de 1943) e da CUF. Desde 1942 que a União Fabril vinha a registar deficiências na produção, que irão condicionar o horário semanal de trabalho e, conseqüentemente, os salários auferidos, sobretudo na zona têxtil. Na tentativa de mitigar o descontentamento do operariado, Manuel de Mello propõe no Conselho de Administração e Fiscal, dias antes de deflagrar a greve de Novembro de 1942, a concessão de um subsídio, proposta que seria aprovada (Arquivo CUF: Acta nº 1140, 6 de Outubro de 1942). Apesar desta medida, começam a ser efectuados despedimentos, justificando a adesão de operários da CUF do Barreiro ao surto grevista ocorrido em Outubro-Novembro de 1942, por solidariedade para com os colegas despedidos.

Para o clima de agitação social um outro factor irá influir decisivamente, sobretudo a partir de 1943, a noção que os países do Eixo estavam a recuar, e que o fim do nazismo e do fascismo era uma realidade com hora marcada. A destituição de Mussolini a 25 de Julho funciona como rastilho para os acontecimentos subseqüentes, e todos são unânimes em considerar que o movimento grevista iniciado a 26 de Julho nos estaleiros da CUF em Lisboa, foi uma consequência directa da evolução do conflito mundial. A par da situação vivida em Itália, também a Leste se iniciava a “grande retirada”, que iria levar a bandeira soviética a flutuar na Porta de Brandemburgo, em Berlim, anunciando a derrota de Hitler e, tal como recordou Artur Santos Tavares, antigo operário da CUF, “(...) as pessoas associavam o fim do regime ao fim da guerra”.

Mas mesmo antes do incentivo que a notícia da destituição de Mussolini viria a trazer, as forças repressivas do regime sabiam que estava a preparar-se um novo movimento de contestação. Num relatório da PVDE de 19 de Julho dá-se conta que:

“Já há dias que se vinha falando em greves nas construções navais (CUF, Parry & Son e Argibay). Tomaram-se algumas providências de forma a prejudicar qualquer movimento, mas mesmo assim mantinha-se a impressão de que não seria evitada qualquer tentativa de greve (...). Como se verificasse que a ideia não desaparecia e estivesse marcado o dia para a sua eclosão, efectuaram-se algumas prisões que, felizmente e pela segunda vez em dois meses fizeram abortar o preparado movimento” (ANTT,AOS/CO/IN/8D 24º Relatório, 19 de Julho de 1943).

Data de 21 de Julho o primeiro manifesto do Secretariado do Comité Central do PCP intitulado *À greve! Pelo aumento dos salários!*, o que permite concluir a não correlação directa entre os acontecimentos em Itália e o surto grevista, embora nos manifestos seguintes a queda do regime de Mussolini sirva de encorajamento para a perseguição do movimento.

Em 1943 está em curso o processo reorganizativo do PCP, iniciado em 1940, por um conjunto de militantes libertados do Tarrafal e do Forte de Angra, obedecendo a indicações transmitidas pelo secretário-geral Bento Gonçalves. Não cabendo aqui a temática da Reorganização (Pereira 2001: parte I), importa tê-la em consideração, visto a mesma influir decisivamente no grau de intervenção do PCP nos movimentos grevistas da década de 40. Este será, aliás, objecto de intensa discussão no seio da organização partidária, como os informes apresentados no I e II Congressos Ilegais, em Novembro de 1943 e Agosto de 1946 ilustram (Alberto 1944 e Duarte, 1997 [1946]). Importa sublinhar que o Barreiro não passou incólume a este processo reorganizativo, como refere José Maria do Rosário, militante comunista e operário da CUF, contactado pelos reorganizadores para combater o “Grupelho Provocatório”: “(...) por esta altura constituía um sério problema neste sector pelo numeroso grupo de gente séria que ainda conseguia tocar provocando a confusão e a desconfiança em relação ao P.[artido] e aos seus mais destacados dirigentes” (ANTT, Arq. PIDE/DGS, Proc. GT 159). Por “Grupelho”, como se diz além, entendia-se a direcção anterior à Reorganização que, acreditava-se, estava infiltrada por agentes policiais.

Todavia, já em 1942, a par da propaganda dos países em guerra, devidamente apreendida, o jornal *Avante!* ressurgiu no Barreiro, o que significa que os reorganizadores tinham conquistado a organização local, demonstrando a importância da vila para o PCP, a que não será alheia a importante concentração operária aí existente. Estamos a falar de anos em que o número de funcionários clandestinos era muito reduzido, exigindo um esforço acrescido para o estabelecimento de ligações partidárias. A título de exemplo, só em 1944, serão feitos os primeiros contactos com a organização de Viana do Castelo, por Pires Jorge, membro do Secretariado do PCP, referenciado como sendo aquele “(...) que em fins de 1944 ou princípios de 1945 apareceu em Viana do Castelo para ligar a “organização” local ao “partido”, dado estarem ligados, até

aquela altura, a elementos irradiados, tendo feito várias visitas aquela localidade em controle da “organização partidária” (ANTT, Arq. PIDE/DGS, GT 58, NT 1389).

Aquando da greve de 1942, enredado no processo reorganizativo, o PCP é ultrapassado pelos acontecimentos, confrontado com um movimento de carácter espontâneo no qual não tivera intervenção. Como é reconhecido em Congresso, “o Secretariado manteve-se durante o movimento de 1942 quase totalmente desligado das massas trabalhadoras em luta, desconhecendo as realidades concretas e por consequência, sem possibilidades de orientar convenientemente os trabalhadores em greve” (Alberto 1944: 10-11).

Em 1943 a situação apresenta-se radicalmente diferente. Numa carta dirigida a Militão Ribeiro, membro do secretariado do PCP, detido à época, e que se apresentava como uma das vozes críticas relativamente à organização da greve de Julho-Agosto, José Gregório, membro do mesmo organismo, irá responder:

“Tendo o Secretariado verificado, em Julho p.p. uma forte vontade de lutar, por intermédio da greve, por parte dos trabalhadores dalgumas empresas de Lisboa e Almada, mas para que a luta na região de Lisboa tivesse mais amplitude e repercussão em todo o País (...) aconselhou os camaradas e as massas das ditas empresas a esperarem, e procurou, ao mesmo tempo, ver quais as condições existentes em relação a um possível alastramento do movimento. (...) Em tais circunstâncias (...) e ante o perigo de ir a reboque dos acontecimentos em vez de ocupar o seu posto de dirigente o Sec.[retariado] procedeu à confeção do primeiro manifesto” (ANTT, Arq. PIDE/DGS, Proc. 507/42, NT 4755, 2º vol.).

O mesmo concluiu mais tarde que o “nosso Partido foi o fomentador, organizador e dirigente, antes, durante e depois do movimento de Julho-Agosto de 43” (Alberto 1944:11). A 26 de Julho de 1943, cinco dias após o manifesto do PCP, e apesar do medo fomentado pelas prisões entretanto efectuadas, “conforme o plano estabelecido pelo Partido, a greve eclodiu.”. Primeiro, da parte da tarde, nos Estaleiros da Rocha Conde de Óbidos, em Lisboa, seguindo-se os estaleiros da Parry & Son e várias fábricas corticeiras em Almada. No segundo dia de greve, um novo manifesto do PCP, *Unidos na greve até à vitória*, refere-se às prisões já efectuadas. Será neste dia, 27 de Julho, com a adesão dos operários da CUF do Barreiro, que o movimento ganha uma dimensão nunca vista nos anos da ditadura, transformando a vila camarra no epicentro da greve. Rodas Nepervil, operário na secção têxtil da CUF, recordava assim os acontecimentos desse dia:

“A greve começou na parte da mecânica (...). Aquilo foi uma coisa...ateou parecia um incêndio. Da parte da manhã, parou tudo lá em baixo. Parou caldeiraria, parou a fundição, parou adubos, parou tudo. Eles vieram ao nosso encontro, à zona têxtil. A gente ainda trabalhou esse meio-dia de manhã, que a gente não sabia bem o que se estava a passar, mas depois transmitiram. Eles

vieram ter com a gente, a dizer que está tudo parado, temos de ir para a greve. (...). De tarde entrámos para o trabalho. Não mexia uma mosca!”

No dia seguinte, ao serem impedidos de entrar na CUF pelas forças policiais, os operários vão percorrer a vila em duas *marchas da fome*, conseguindo a adesão da indústria corticeira e dos operários da construção civil. Mas não encontram apoio nas Oficinas da CP, criando uma fissura entre as duas classes que demoraria vários anos a sarar:

“Parem, ajudem os vossos companheiros, os vossos companheiros, ajudem a gente! E eles nunca pararam! Um cordão de polícias, eles baixavam a cabeça para baixo e nunca pararam. Era gente caída por um lado, era crianças a chorar, aquilo foi um drama nunca visto, foi um drama que se passou nunca visto! (...) Eles nunca pararam, nunca pararam um minuto, nunca pararam um minuto, nunca ajudaram a gente em nada!” (Rodas Nepervil).

Esta será uma das fraquezas que a greve de 1943 apresenta, o não ter conseguido mobilizar operários de fábricas ou serviços considerados essenciais para o alastrar do movimento. Uma das justificações encontradas foi, a par de serem indústrias que não estavam dependentes da existência de matérias-primas para o correcto funcionamento, oferecerem maior estabilidade salarial aos operários que nelas trabalhavam. Referindo-se à não adesão da Carris, Sérgio Vilarigues comenta: “era emprego certo, creio que eram os únicos que recebiam ao mês. E a Carris de Lisboa se fosse para a greve, nessa altura, ai isso levava mais, dezenas de empresas que ainda não estavam metidas nela”. Outra das lacunas prende-se com a duração do movimento. Quando são lançadas as palavras de ordem nos vários manifestos difundidos, o seu término nunca é considerado, e quando se dá finalmente a ordem para recuar, a 4 de Agosto, verifica-se que o recuo é fruto da brutal repressão e da consequente desmotivação dos operários para continuar em greve. No dia 28, a repressão desencadeada no Barreiro reveste-se de violência extrema. A par das forças locais da GNR e PSP, chegam contingentes militares de Beja, Vendas Novas, Extremoz e Évora. É instituído o que então se designa por suspensão de garantias, que mais não é do que o recolher obrigatório a partir das 23 horas, que seria levantado apenas a 4 de Setembro. As prisões sucedem-se a um ritmo alucinante, ocorrendo mesmo quando tem início a nova inscrição dos operários da CUF, entretanto considerados despedidos, ficando a sua readmissão dependente dos Serviços de Mobilização Industrial, que promove a integração de quinhentos legionários em substituição de grevistas presos nas secções consideradas essenciais. Nas palavras do operário corticeiro João Porfírio Cordeiro: “as prisões estavam tão cheias, que foram ali para o armazém (...) para depois poderem ir para Lisboa. Aquilo no Campo Pequeno foi cheio de malta, tudo preso nessa altura”.

Um aspecto que convém destacar no que concerne, não apenas à greve de 1943, como aos demais movimentos grevistas, *marchas da fome*, manifestações que varrem

o país nos anos da guerra, é o protagonismo assumido pelas mulheres, que pela primeira vez surgem no espaço público, encabeçando protestos, gritando palavras de ordem, causando distúrbios e grande alarido (ANTT, Proc. 906/43, NT 4813, vol. 14, fl. 19 e Silva 2005:53), procurando pelos familiares presos, injuriando “*amarelos*”. Como recordou Belmira Cabrita, que em 1943 percorreu os espaços de detenção à procura do marido:

“[as mulheres] deitavam-se no chão para não deixar os eléctricos [passar]. Porque os homens da Carris não queriam fazer greve e os outros estavam todos presos. (...) Era só bandos de mulheres pelas ruas, à procura, umas procuravam aqui, outras procuravam por ali. E eu fui dar com o meu marido, mais dois irmãos, no Mercado Geral de Gado”.

A participação das mulheres é fácil de entender, se considerarmos que mais do que questões de ordem salarial, ou protestos contra a instituição do desconto para o abono de família, o que estava em causa eram problemas de ordem quotidiana, de sobrevivência, questão que lhes tocava directamente enquanto gestoras da célula doméstica (Ferreira 2001: 236).

Folheando as fotografias de cadastro da PIDE/DGS encontramos algumas mulheres, poucas, sobretudo relacionadas com os motins ocorridos no Norte do país. Aliás, não são as únicas ausentes. Do levantamento que temos vindo a efectuar dos presos de 1943, muitos são os que não aparecem no RGP, tendo muito provavelmente ficado pelas esquadras da polícia, GNR, governos civis, sem passar pela PVDE, o que ilustra a dificuldade em contabilizar com rigor o número de presos políticos feitos pela ditadura portuguesa.

Como já mencionámos, é instituído no Barreiro um Comando Militar, ao qual seriam subordinadas a GNR e PSP locais, esta última vindo a retirar-se definitivamente em 1947, sendo a partir de então o policiamento da vila garantido exclusivamente pela GNR. A situação de terror, de fomento a uma cultura do medo iria manter-se por mais três décadas, contribuindo para a imagem de vila mítica do imaginário antifascista nacional (Narotzky e Smith 2002: 200). A 4 de Junho de 1974, a Comissão Administrativa da CMB alertava para o facto de a GNR ainda se manter no concelho, fazendo notar que “a GNR encontra-se a ocupar militarmente a vila do Barreiro há 30 anos, o que necessariamente tem vindo a provocar na população uma psique traumatizante, quer pela sua actuação em casos específicos de violência, quer pela simples presença física e beligerante” (AMB).

A manutenção do regime até 1974, com recurso a distintos mecanismos de controlo da comunidade, justificou que a memória da greve de 1943 fosse, durante três décadas, remetida para a clandestinidade. Como refere Enzo Traverso, “A “visibilidade” e o reconhecimento de uma memória dependem também da força de quem a possuiu” (Traverso 2012: 71-72). A proibição de exercer no espaço público qualquer acção política,

justificou o recuo para a esfera privada da construção da identidade política, a qual seria transmitida no seio da célula doméstica, em espaços de sociabilidade como sejam as colectividades, ou através da própria organização partidária (Narotzky e Smith 2002: 209). A situação só se alterou em 1969 com a candidatura da CDE às eleições para deputados onde, e apesar da manipulação dos votos levada a cabo pelas forças afetas ao poder, a lista da Oposição venceu no Barreiro por 61%, o que justificou a afirmação de que este era “O concelho mais politizado do distrito, senão do país” (MDDS 1973: 192)

Dez anos volvidos do acontecimento de 1943, o *Avante!* rememorava nas suas páginas “maior greve operária desde a subida do fascismo ao poder” (*Avante!*, VI Série, nº 179, Agosto de 1953). Também em 1958, após a fraude nas eleições presidenciais, e em comunicado de incentivo à greve apelava-se para os “VALENTES TRABALHADORES DA CUF! Vós, que tantas provas de luta tendes dado em favor das liberdades democráticas; vós, que tendes estado sempre nas primeiras filas de combate, nomeadamente, nas GREVES de 1943 (...)” (CGTB 1958), o que permite interpretar a greve de Julho-Agosto como o acontecimento de ruptura, o acontecimento-símbolo de resistência aos regime, embora a imagem do Barreiro como “um povo desvairado e inquieto, vogando ainda e sempre ao sabor do vento desvairado das mais falsas ideologias” remontasse à I República (Pais 1965: 41).

Efetivamente, não se voltou a verificar um acontecimento de idênticas dimensões no Barreiro, justificado pelo trauma advindo das consequências; pelos despedimentos, prisões, e pela saída forçada do concelho daqueles que participaram no movimento, por lhes ser negado emprego. O silenciamento da memória pública da vila operária, permite-nos adjectivar a memória da greve como *memória fraca*, face à *memória forte* do regime nos anos da ditadura (Traverso 2012: 72). Após o recalçamento forçado seguiu-se uma anamnese, muitas vezes referida por barreirenses não ligados ao PCP, que não deixam de reconhecer o papel organizador desse partido.

Curiosamente, a greve de 1943 só será comemorada pela autarquia em 2003, dois anos após o candidato Emídio Xavier conquistar, pela primeira vez para o PS, a Câmara Municipal à CDU. Até então, a história do movimento operário barreirense estivera praticamente ausente das actividades promovidas pela CMB, privilegiando-se o estudo de épocas mais recuadas, dinamizando-se nas décadas de 80 e 90 diversas campanhas arqueológicas, valorizando-se realidades directamente relacionadas com a época dos Descobrimentos. Só em 2000, com a contratação dos serviços do Centro de Análise Social, para realização do *Projecto Memória*, com o intuito de recolher testemunhos de residentes no concelho com mais de 60 anos de idade, com o objectivo de criar um “arquivo/museu das vozes/memória do Barreiro”, hoje integrados no projecto FHORAL (Fundo de História Oral) conservado nas Reservas Museológicas da CMB, esta situação sofre uma alteração. A ausência do universo fabril contemporâneo poderá residir no trauma provocado pelo encerramento das

fábricas, com particular destaque para a CUF, e a vontade de criar uma nova imagem de Barreiro para o exterior, independentemente da cidade continuar a ser identificada pela sua natureza industrial.

Em 2002, a Câmara socialista promove as comemorações do nascimento de Manuel Cabanas, ferroviário e xilografador, que se destacara no Barreiro não apenas pela sua produção artística, mas também pela actividade de oposição ao regime, a qual resultara num elevado número de prisões. Democrata convicto, representante da candidatura de Humberto Delgado no concelho, Manuel Cabanas nunca perfilhou o ideário comunista, sendo um dos membros fundadores do Partido Socialista. No nosso entender, as comemorações do centenário do seu nascimento podem por isso ser interpretadas como instrumento de afirmação no espaço público da nova força política no concelho, reportando a um dos fundadores do partido que, em simultâneo, se destacara pelo seu papel de oposicionista, transmitindo assim a ideia de que a resistência protagonizada pelo Barreiro não fora da exclusiva responsabilidade dos comunistas. Em 2003, promovem-se as comemorações da greve de Julho-Agosto. A CMB anuncia um conjunto de actividades culturais que originarão uma revolta ético-política por parte da organização local do PCP e alguns dos seus militantes, por serem interpretadas como uma tentativa de marginalização e silenciamento do papel desempenhado pelo partido (*Avante!*, 3 de Julho de 2003), apesar do apoio dado pelo arquivo central do PCP (GES) na disponibilização de documentação e na participação do dirigente histórico Sérgio Vilarigues no documentário então realizado. Como reacção foi anunciada a criação do Centro de Memórias da Resistência, na sede local da organização, que nunca se veio a concretizar (*Notícias do Barreiro*, 30 de Julho de 2003). Se as comemorações promovidas pela CMB sobre as greves de Julho-Agosto em 2003 podem ser interpretadas, por alguns, como uma estratégia político-partidária, de apropriação da memória de resistência pelo PS, a verdade é que permitiram libertar do espaço privado, a que estava confinada, a memória colectiva da cidade.

ENTREVISTAS DE

Belmira Cabrita

João Porfírio Cordeiro

Rodas Nepervil

Sérgio Vilarigues

FONTES

Alberto [José Gregório] (1944). *O Partido e as Grandes Greves de 1942 e 1943*, s.l., Editorial «Avante!», 1944.

AMB (Arquivo Municipal do Barreiro)

ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), AOS/CO/IN-8, *Comando Geral da PSP – Relatório de carácter político, social do continente e ilhas*, 1 de Julho de 1943.

ANTT, AOS/CO/IN/8D – Relatórios semanais da PVDE sobre a situação interna portuguesa e a situação internacional, *24º Relatório*, 19 de Julho de 1943.

ANTT, Arq. PIDE/DGS, Proc. GT 159: COSTA, José Maria do Rosário, *Biografia*.

ANTT, Arq. PIDE/DGS, Proc. GT 58, NT 1389.

ANTT, Arq. PIDE/DGS, Proc. PC 507/42, NT 4755, 2º vol: ALBERTO [José Gregório], *Prezado Camarada, Saúde...* (30/9/1943).

ANTT, Proc. PC 906/43, NT 4813, vol. 14.

Arquivo CUF, *Livro 15 de Actas das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia União Fabril*, Acta nº 1140, 6 de Outubro de 1942.

DUARTE [Álvaro Cunhal], *O caminho para o derrubamento do fascismo*, Lisboa, Editorial «Avante!», 1997 [1946].

BIBLIOGRAFIA

Avante!, VI Série, nº 179, Agosto de 1953

Avante!, 3 de Julho de 2003

O Barreiro, 5 de Agosto de 1943

CGTB (Comité de Greve dos Trabalhadores do Barreiro). *VALENTES TRABALHADORES DA CUF!* 2 de Julho de 1958

Fernandes, Margarida (1997). Processos Globais e estratégias locais – A questão das ideologias na “Reforma Agrária” portuguesa. *Arquivos da Memória*, nº 3, 1997.

Ferreira, Sónia (2001). *A Fábrica e a Rua*, Castro Verde, 100 Luz, 2001.

Martinez-Alier, Juan (1971). *Labourers and Landowners in Southern Spain*. London: George Allen & Unwin.

MDDS (Movimento Democrático do Distrito de Setúbal) (1973). *Teses apresentadas ao III Congresso da Oposição Democrática*. s.l.:Ed. da Comissão Distrital de Setúbal do III Congresso da Oposição Democrática.

Narotzky, Susana & Smith, Gavin (2002). Being *politico* in Spain. An Ethnographic Account of Memories, Silences and Public Politics. *History & Memory*, Indiana University Press, 2002.

Notícias do Barreiro, 30 de Julho de 2003.

Pais, Armando da Silva (1965). *O Barreiro Contemporâneo*. I Vol., Barreiro: CMB.

Pereira, José Pacheco (2001). *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política*. «Duarte», o Dirigente Clandestino (1941-1949). II vol., Lisboa: Temas e Debates, 2001, Parte I.

Rosas, Fernando (1995). *Portugal entre a Paz e a Guerra 1939-1945*, Lisboa, Ed. Estampa.

Rosas, Fernando (2012). *Salazar e o Poder – A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta-da-China.

O Século, 29 de Julho de 1943.

Silva, José Miguel Leal da (2005). *60 anos depois...As Fotografias da Greve de 1943. 60º Aniversário da Greve de 1943 no Barreiro – Comunicações*. Barreiro: CMB.

Traverso, Enzo (2012), *O passado, modos de usar. História, memória e política*, s.l., Unipop, 2012.

Ubimuseum

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior